

ALFA
Revista de Lingüística



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Antonio Manoel dos Santos Silva

Vice-Reitor

Luz Roberto T. Ramalho

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Antonio Manoel dos Santos Silva

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Assessor Editorial

Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Conselho Editorial Acadêmico

Antonio Celso Wagner Zanin

Antonio de Pádua Python Cyrino

Benedito Antunes

Carlos Erivany Fantinati

Isabel Maria F. R. Loureiro

José Roberto Ferreira

Lígia M. Vettorato Trevisan

Maria Sueli Parreira de Arruda

Raul Borges Guimarães

Roberto Kraenkel

Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Editor Executivo

Tulio Y. Kawata

Editoras Assistentes

Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Maria Dolores Prades

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.42	n.esp.	p.1-275	1998
------	-----------	------	--------	---------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:
Correspondence and articles for publications should be addressed to:

ALFA: Revista de Lingüística
Praça da Sé, 108
01001-900 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (011) 232-7171
Fax: (011) 232-7172

Comissão Editorial

Jeane Mary Sant'Ana Spera, Carlos Eduardo Mendes de Moraes, Erotilde Goreti Pezatti,
Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher, Marcelo Magalhães Bulhões, Lourenço Chacon Jurado Filho
Renata Maria Sacuri Coelho Marquezan, Fernando Brandão dos Santos

Editora Responsável

Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher

Assessoria Técnica
Maria do Carmo Junqueira

Conselho Editorial

Alceu Dias Lima (UNESP), Angela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP),
Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (UNESP), Clélia Cândida A. S. Jubran (UNESP),
Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vaiati Negrião (USP),
Ester Miriam Scarpa (Unicamp), Francisco da Silva Borba (UNESP), Helena Hathsue Nagamine Brandão (USP),
Hildo Honório Couto (UnB), Ieda Mana Alves (USP), Ignácio Assis da Silva (UNESP), Ingêdore G. V. Koch (Unicamp),
Jacyntho Lui Brandão (IFMG), João Antônio de Moraes (UFRJ), João Azenha Júnior (USP),
João Wanderley Geraldi (Unicamp), John Robert Schmitz (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP),
Kanavill Rajagopalan (Unicamp), Leonor Sclar-Cabral (UFSC), Luis Antônio Marcuschini (UFPE),
Luis Carlos Travaglia (UFUB), Maria Augusta Bastos de Mattos (Unicamp), Maria Bernadete M. Abaurre (Unicamp),
Maria Cristina da Cunha Pereira (PUC SP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Lúiza Braga (Unicamp),
Maria Marta Pereira Scherrie (UnB), Maria do Rosário de F. V. Gregolin (UNESP),
Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Marilda do Couto Cavalcanti (Unicamp), Mary A. Kato (Unicamp),
Rafael Eugênio Hoyos-Andrade (UNESP), Rodolfo Ilari (Unicamp), Roberto Gomes Camacho (UNESP),
Rosemary Arrojo (Unicamp), Silvana Mabel Serrani-Infante (Unicamp), Sírio Possenti (Unicamp),
Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UPRJ), Zélia Almeida Cardoso (USP).

Revisão dos Abstracts

Alvaro L. Hattnher, IBILCE/UNESP

Publicação Anual/Annual publication

Solicita-se permuta/*Exchange desired*

ALFA, Revista de Lingüística (Fundação Editora da UNESP)
São Paulo, SP, Brasil, 1962-1977; 1980 – Suplemento em 1984, 28 1962-1977, 1-23
publicação interrompida, 1978-1979
1980-1989, 24-33
1990-1996, 34-40
1997, 41 – nº especial
1998, 42 – nº especial

Os artigos publicados na ALFA - *Revista de Lingüística* são indexados por:
The articles published in ALFA - Revista de Lingüística are indexed by:

Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; Clase-Cich-Unam; Índice de Revista; Sección de Humanidades y Ciencias Sociales; MLA - International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literature; Nichtkonventionelle Literatur Linguistik; Sociological Abstract; Sumários Correntes Brasileiros; Ciências Sociais e Humanas; Sumário de Educação.

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, as pesquisas sobre o léxico vêm tendo um extraordinário desenvolvimento, sobretudo na Europa. No interior da União Europeia, grandes projetos estão em curso tendo em vista a constituição de imensos *corpora* digitais de várias línguas europeias, com o propósito de atender a objetivos vários: confecção de dicionários, tradução interlingual pelo concurso do computador e telecomunicações. No Brasil, desde a década de 1980 e sobretudo na década de 1990, os estudos e pesquisas sobre o léxico deixaram de ser pontuais e esporádicos, emanando de uns poucos centros de pesquisa, e vêm ganhando progressivamente dimensões amplas e nacionais.

Com exceção da UFRGS, cujas pesquisas de vulto na área da *Terminologia* (projeto Termisul) não estão aqui contempladas, e também de alguns pesquisadores brasileiros, cujos trabalhos não estão neste volume, as principais universidades onde se desenvolveram e desenvolvem pesquisas nos domínios do léxico estão representadas neste número da ALFA: UNESP, USP, UNB, UFU, UFPE, UFMS, UFSCar, UFC, UEC. Ademais, colaboram neste número colegas portugueses das Universidades de Lisboa e Coimbra.

Coletamos trabalhos resultantes de pesquisas nas três ciências do léxico: *Lexicologia*, *Lexicografia* e *Terminologia*. O maior número de artigos situa-se na área da *Lexicologia*.

Em *Lexicologia*, alguns estudos são de natureza teórica, como o de Graça Maria Rio-Torto (Universidade de Coimbra) – "Mecanismos de produção lexical no português europeu" – e de Paulo Mosâniro Teixeira Duarte (UFC) – "O prefixo e suas diversas abordagens". A referida autora mostra a distinção entre processos e regras de formação de palavras, e caracteriza os processos de criação lexical vigentes no português europeu, inventariando e descrevendo regras derivacionais desta língua.

gua. Quanto ao artigo de Duarte, o autor faz uma análise crítica do tratamento dado por gramáticas e lingüistas à problemática dos prefixos na língua portuguesa.

Um segundo bloco de textos contém uma série de análises relativas a áreas específicas do léxico. Nelly Carvalho (UFPE), em "O nome da rosa", estuda o vocabulário da publicidade. Waldenice Cano (UFU), em "Prefixação no vocabulário técnico-científico", estuda os valores semânticos veiculados por termos técnico-científicos formados por prefixos de intensificação, coletados em dicionários de várias ciências como a Botânica, a Biologia, a Ecologia, a Astronomia, a Astronáutica, a Física, a Fitopatologia, a Micologia, a Medicina, a Geologia, a Geomorfologia, a Química etc. Aparecida Negri Isquierdo (UFMS) – "Vocabulário regional da Amazônia acreana" – apresenta um inventário e análise do vocabulário de seringueiros do Acre, ao denominarem sua realidade física e cultural. No artigo "Brasileirismos e regionalismos", Ana Maria Pinto Pires de Oliveira (UFMS) discute a problemática dos *brasileirismos*, inclusive sua conceituação, e analisa dois campos léxicos: os de bebidas e de alimentação. Elaine Therezinha Assirati (doutoranda da PG da UNESP de Araraquara), em "Neologismos por empréstimo na informática", examina o problema dos empréstimos ingleses no português contemporâneo na área computacional e os mecanismos fonético-fonológicos, morfossintáticos e semânticos de adaptação desses anglicismos à língua portuguesa. Cláudia Maria Xatara (UNESP, Campus de São José do Rio Preto) trata de: "O Campo minado das expressões *idiomáticas*". Além de examinar do ponto de vista teórico a problemática das expressões *idiomáticas*, a autora analisa outros problemas como as marcas sociolingüísticas e se ocupa da questão do tratamento lexicográfico dessas complexas unidades do léxico.

Meu artigo – "A face quantitativa da linguagem: um Dicionário de Freqüências do Português" (Maria Tereza C. Biderman, UNESP) – tenta fazer um amplo diagnóstico do léxico do português brasileiro contemporâneo de uma perspectiva quantitativa. Numa outra vertente lexicológica/lexicográfica, o trabalho *Dicionário de Combinatórias do Português* de Maria Fernanda Bacelar do Nascimento (CLUL, Lisboa) propõe um modelo de análise para se recuperar automaticamente as combinatórias lexicais, a partir de um vasto *corpus* do português europeu contemporâneo (12 milhões de palavras). Glossários extraídos desse *corpus* evidenciam um aspecto da problemática do léxico a que os especialistas vêm dando primazia: a combinatória das unidades léxicas ou "colocações". Tais combinatórias podem redundar em processos de

lexicalização, ampliando o léxico com unidades complexas, cuja coletiva é fundamental para a elaboração de dicionários.

Quanto à *Terminologia*, Ieda Maria Alves (USP) relata, em seu artigo feito em parceria com Eliane Dantas dos Anjos: "Uma experiência terminológica: a elaboração do glossário de termos neológicos da economia", o resultado de pesquisa na área específica da *Economia* que resultou na produção de um glossário especializado. Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCar) expõe algumas de suas conclusões sobre as pesquisas que vem realizando sobre outro domínio de especialidade, *Engenharia de Materiais*, especificamente *materiais cerâmicos*: "A problemática epistemológica em Terminologia: relação entre conceitos". Esse artigo trata das relações entre conceitos que se estabelecem dentro das estruturas conceptuais (campos lexicais) organizadas segundo o campo especializado de *pisos e revestimentos cerâmicos*. O artigo de Antônio Luciano Pontes (UEC) – "Os termos da cultura e da industrialização do caju" – discute a teoria e a metodologia da *Terminologia* para a elaboração de um glossário de 2 mil termos que pretende servir a profissionais, pesquisadores, docentes etc. Finalmente, Enilde Faulstich escreve sobre "Planificação lingüística e problemas de normalização". Essa planificação lingüística decorre de um consenso social que se conjuga com uma política lingüística nacional. Ademais, sendo uma atividade sistemática para estabelecer e utilizar padrões, a normalização terminológica é fundamental para que um país possa participar do mercado globalizado, mantendo consonância com a tecnologia mais avançada e com a terminologia que nomeia e recupera conceitos técni-co-científicos, promovendo assim o progresso da indústria do Brasil.

Esta coletânea foi feita em colaboração com Gladis Maria de Barcellos Almeida, professora da Universidade Federal de São Carlos e doutoranda da Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UNESP de Araraquara.

Maria Tereza Camargo Biderman
Araraquara, agosto de 1998.

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

TEMA CENTRAL

O ESTADO DA ARTE NAS CIÊNCIAS DO LÉXICO: LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA

■ Mecanismos de produção lexical no português europeu Word-formation rules of the European Portuguese <i>Graça Maria Rio-Torto</i>	13
■ O prefixo e suas diversas abordagens The prefix and its several approaches <i>Paulo Mosânio Teixeira Duarte</i>	31
■ O batistério publicitário The publicity baptistery <i>Nelly Carvalho</i>	55
■ Prefixação no vocabulário técnico-científico Prefixation in scientific vocabulary <i>Waldenice Moreira Cano</i>	69
■ Vocabulário regional da Amazônia acreana Regional vocabulary from the Amazon (Acre State) <i>Aparecida Negri Isquierdo</i>	93

■ Brasileirismos e regionalismos Brazilianisms and regionalisms <i>Ana Maria Pinto Pires de Oliveira</i>	107
■ Neologismos por empréstimo na informática Neologism through borrowing in Informatics <i>Elaine Therezinha Assirati</i>	119
■ O campo minado das <i>expressões idiomáticas</i> The minefield of idioms <i>Cláudia Maria Xatara</i>	145
■ A face quantitativa da linguagem: um Dicionário de Freqüências do Português The quantitative feature of language: a Frequency Dictionary of Contemporary Brazilian Portuguese <i>Maria Tereza Camargo Biderman</i>	157
■ Dicionário de Combinatórias do Português (Variedade Européia) Portuguese Combinatory Dictionary (European variety) <i>Maria Fernanda Bacelar do Nascimento</i>	179
■ Uma experiência terminológica: a elaboração do <i>Glossário de termos neológicos da Economia</i> A terminological experience: the elaboration of the <i>Glossário de Termos Neológicos da Economia</i> <i>Ieda Maria Alves, Eliane Dantas dos Anjos</i>	201
■ A problemática epistemológica em Terminologia: relação entre conceitos <i>The epistemological issue in terminology: the conceptual relation</i> <i>Gladis Maria de Barcellos Almeida</i>	219
■ Os termos da cultura e da industrialização do caju The terms of cashew culture and industrialization <i>Antônio Luciano Pontes</i>	231

■ Planificação lingüística e problemas de normalização Linguistic planning and normalization issues <i>Enilde Faulstich</i>	243
ÍNDICE DE ASSUNTOS	267
SUBJECT INDEX	269
ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX	271

TEMA CENTRAL

**O ESTADO DA ARTE NAS CIÊNCIAS
DO LÉXICO: LEXICOLOGIA,
LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA**

MECANISMOS DE PRODUÇÃO LEXICAL NO PORTUGUÊS EUROPEU¹

Graça Maria RIO-TORTO²

- RESUMO: Partindo da distinção entre processos e regras de formação de palavras, caracterizam-se os processos genolexicais que o português europeu convoca e inventariam-se e descrevem-se algumas das mais significativas regras derivacionais desta língua.
- PALAVRAS-CHAVE: Formação de palavras; léxico; lexicologia; morfologia; português europeu.

0 Preâmbulo

O estudo dos mecanismos de formação de palavras duma língua coloca hoje múltiplos problemas teóricos e metodológicos extremamente interessantes e de natureza muito diversa.

Deles destaco apenas dois, prévios a todos os outros. O primeiro consiste em saber como se articula o sector em apreço com os demais sectores da língua, ou seja, qual o lugar que a formação de palavras ocupa na estrutura e na gramática das línguas. Porque se trata dum problema que, em última instância, envolve toda uma teoria da linguagem, fáceis são de entrever as vastas e complexas implicações que a sua dilucidação envolve.

1 O texto obedece à ortografia do português de Portugal.

2 Universidade de Coimbra – Coimbra – Portugal.

O segundo consiste em saber qual a natureza das operações semântico-derivacionais que presidem ao sistema de formação de palavras duma língua, e que critérios teóricos e metodológicos adoptar para identificar os diferentes níveis de significação compresentes em cada produto derivacional.

O conhecimento do sistema de formação de palavras duma língua requer um sólido mapeamento dos recursos e dos mecanismos genolexicais, ainda por levar a cabo no âmbito da língua portuguesa, pelo menos na sua variante europeia. Trata-se dum domínio em relação ao qual apenas dispomos de análises sectoriais e avulsas, sendo por isso necessário proceder a uma abordagem sistemática e fundamentada num modelo teorético coerente e adequado à língua em causa.

A proposta de tratamento dos mecanismos de produção lexical que aqui se apresenta assenta no postulado seguinte: o sistema de formação de palavras duma língua assenta num conjunto de procedimentos de natureza morfo-léxico-semântico-sintáctica que, a partir de determinado número de elementos de base, constróem outros destes decorrentes. Esses procedimentos são os *processos* e os *paradigmas* de produção lexical.

Os processos de formação de palavras que actuam no âmbito dos diversos sistemas linguísticos estão hoje relativamente bem caracterizados; porém, são bastante menos conhecidos quer os paradigmas que dão corpo ao sistema de formação de palavras de cada língua específica, quer as manifestações que a articulação entre processos e paradigmas assume na língua portuguesa.

Numa primeira fase (1) proponho-me passar em revista as modalidades que os processos de formação de palavras assumem na nossa língua. Numa segunda fase (2) equacionar-se-ão alguns dos aspectos de natureza teórica e metodológica que o tratamento dos mecanismos de produção lexical do português comporta. Na terceira parte (3) debruçar-me-ei sobre a análise concreta dos paradigmas derivacionais do português, na sua variante europeia.

1 Processos de formação de palavras

A caracterização dos principais tipos de *processos* de formação de palavras assenta numa tipologia de operações que contempla essencialmente três grandes grupos: o das operações aditivas, o das operações subtractivas ou redutivas e o das operações modificativas.

Cada um destes grandes tipos comprehende diversas modalidades:

- *operações de adição*: por afixação (prefixação, sufixação, circunfixação e infixação), por reduplicação e por composição;
- *operações de subtração, supressão, redução ou abreviação*;
- *operações de modificação*: apofonia, metátese;

Dos tipos mencionados, os mais produtivos são, em português, os que assentam em operações de *adição* ou de *concatenação* e, dentro destes, a afixação e a composição. As operações de *modificação* não têm expressão no sistema derivacional do português. Os que assentam em *operações de redução* podem assumir diferentes modalidades, envolvendo a supressão de segmentos finais, iniciais ou mediais, e podem manifestar-se de forma mais ou menos regular ou aleatória. No panorama genolexical do português europeu os processos redutivos são claramente menos significativos que os aditivos.

Porque a secção 3 será consagrada à análise das manifestações da afixação em português, limito-me agora a tecer algumas considerações gerais sobre os processos aditivos.

Processos aditivos

No âmbito dos processos aditivos incluem-se a afixação, a reduplicação e a composição.

A *afixação* consiste na adjunção dum afixo a uma base, e pode assumir as modalidades de prefixação, sufixação, circunfixação e infixação.

A *composição* consiste na concatenação de pelo menos duas bases, cada uma das quais pode ser mais ou menos autónoma.

A *reduplicação* manifesta-se fundamentalmente em registos expressivos, na linguagem infantil (*dóidói*, *pópó*, *papá*, *pépé*, *tau-tau*), na linguagem familiar (*titi*, *vóvó*), e em vocábulos onomatopaicos (*miau-miau*, *piu-piu*). Alguns produtos formados por este processo encontram-se já lexicalizados (*bombom*), ou em vias disso.

Contrariamente à derivação, que implica a existência de uma só base e de um afixo, a *composição* distingue-se pelo facto de envolver pelo menos duas bases, autónomas ou não, cada uma das quais é suposta ter capacidade referencial. O composto é, assim, uma unidade lexical constituída por duas unidades lexicais dotadas de poder referencial.

O estudo da composição envolve muitos e complexos problemas. Um deles é, desde logo, o de saber até que ponto a composição se subsume numa operação de adição, reconhecido é que o produto final está longe de ser ou sequer de reflectir a mera soma das partes constituintes. Relacionada a esta está a questão de saber até que ponto os compostos são objectos morfológicos ou objectos (morfo-) sintácticos, que representam formas compactadas de proposições, ou seja, produtos que correspondem a uma antiga unidade sintáctica, entretanto cristalizada.

Um outro problema também em aberto é o que consiste em delimitar as fronteiras entre compostos, sintagmas fixos e palavras prefixadas e, em íntima relação com estes, o da distinção entre constituinte afixa e constituinte composital. Os critérios mais inconsistentemente avançados assentam no poder referencial dos constituintes e não estão isentos de dificuldades, como facilmente se constata através de numerosos exemplos.

Uma forma expedita de ultrapassar a eterna questão das fronteiras entre prefixação e composição, sobretudo quando estão em causa produtos lexicais de clara inspiração greco-latina, consiste em considerar os temas ou radicais greco-latinos como bases prefixais (*anfi-*, *extra-*, *inter-*, *mono-*, *multi-*, *poli-*, em *anfi-teatro*, *extra-programa*, *inter-cidades*, *mono-motor*, *multi-uso*, *poli-grupo*) ou suffixais (-ílico, -ífero, -ducto em *calor-ílico*, *frut-ífero*, *oleo-ducto*), consoante figuram à esquerda ou à direita, no produto acabado. Todavia, persiste o problema de saber se é legítimo limitar o conceito de base prefixal aos segmentos com mais de uma sílaba, ou se também é possível estendê-lo aos monossilábicos.

A afixação manifesta-se em português por *prefixação* (anteposição de prefixo), por *sufixação* (post-posição de sufixo) e por *circunfixação* (aposição de um afixo descontínuo ou circun(a)fixo).

Em português não se regista formação de palavras por *infixação*, entendida como intercalação de um afixo no interior da estrutura de base. Aquando da sequência de dois afixos trata-se de recursividade isofuncional (*casotita*; *livretezinho*; *maletazinha*; *sacolita*) ou de sucessividade heterofuncional (*aldrabãozinho*; *familiarização*; *favoritismo*; *roseiral*), pressupondo-se portanto a sucessão de pelo menos duas operações derivacionais consecutivas.

A *circunfixação*, a que tradicionalmente se dá o nome de parassíntese, só ocorre na formação de verbos denominais ou deadjectivais, que apresentam estruturas do tipo (*Xb* representa a base e - limite de constituinte):

- a-Xb-a-r (*abotoar, acetinar, afundar, agrupar, apaixonar, aportar, arruinar, atapetar, aclarar, agravar, apatetar, avermelhar*)
- en-Xb-a-r (*endeusar, encerar, encorajar, enlatar, ensombrar, embelezar*)
- es-Xb-a-r (*esborrar, esburacar, esfriar, esquentar, esvaziar*)
- es-Xb-e-a-r (*estontear, esverdear*)
- es-Xb-ej-a-r (*esbravejar*)
- a-Xb-ec-e-r (*amadurecer, apodrecer, amanhecer, anoitecer*)
- en-Xb-ec-e-r (*enraivecer, entardecer, endoidecer, ensurdecer*)
- es-X-ec-e-r (*esclarecer*)
- a-Xb-iz-a-r (*aterrorizar, atemorizar*)
- en-Xb-iz-a-r (*encolerizar*).

A consideração destes verbos como derivados por *circunfixação* e não, por exemplo, por *prefixação*, assenta numa concepção não dissociativa das dimensões flexional e derivacional ("strong lexicalist hypothesis"), em que a vogal temática:

a) assume papel derivacional sempre que em contexto sufixal não co-ocorre qualquer outro elemento derivacional, como em:

- [[**a**-[Xb]-**a**] r] (*abotoar, acetinar, afundar, agrupar, apaixonar, aportar, arruinar, atapetar, aclarar, agravar, apatetar, avermelhar*)
- [[**en**-[Xb]-**a**] r] (*endeusar, encerar, encorajar, enlatar, ensombrar, embelezar*)
- [[**es**-[Xb]-**a**] r] (*esborrar, esburacar, esfriar, esquentar, esvaziar*) e

b) funciona como integrador paradigmático quando em contexto sufixal co-ocorrem outros elementos derivacionais:

- -e-, em [[**es**-[Xb]-**e**] ar] (*estontear, esverdear*);
- -ej-, em [[**es**-[Xb]-**ej**] ar] (*esbravejar*);
- -ec-, em [[**a**-[Xb]-**ec**] er] (*amadurecer, amanhecer*), em [[**en**-[Xb]-**ec**] er] (*enraivecer, entardecer, ensurdecer*) e em [[**es**-[Xb]-**ec**] er] (*esclarecer*); e
- -iz-, em [[**a**-[Xb]-**iz**] ar] (*aterrorizar*) e em [[**en**-[Xb]-**iz**] ar] (*encolerizar*).

Não obstante os custos que um processo deste tipo encerra, trata-se de um esquema derivacional produtivo e disponível no português contemporâneo.

Processos redutivos, subtractivos, supressivos e abreviativos

Os processos que assentam em *operações de redução* podem envolver a supressão de (i) segmentos mediais ou de (ii) segmentos finais, a (iii) intersecção supressiva de vários segmentos mediais podendo por isso manifestar-se de forma mais ou menos regular ou aleatória. Redução ocorre também aquando da (iv) abreviação e aquando da (v) siglação. Como em outras áreas, também nesta não são unívocas as designações usadas; por isso algumas delas (especialmente a abreviação e a siglação) nem sempre aparecem incluídas no âmbito dos processos em apreço.

Não vou alongar-me sobre as manifestações deste tipo de operações no português, a fim de poder debruçar-me mais circunstancialmente sobre os processos que envolvem afixação. Em todo o caso, cumpre tecer algumas breves considerações sobre as manifestações que as operações de redução/supressão assumem no português.

Menos significativos que os processos aditivos, os processos subtractivos ou redutivos ocorrem com alguma regularidade em duas circunstâncias, que envolvem

(i) supressão de um segmento medial

⇒ aquando da formação de produtos do tipo *aero-transportado* (compactação de "brigada transportada por meios aéreos"), *credifone* ("crédito para telefone"), *eco-taxa* ("taxa ecológica"), *tele-lixo* ("lixo televisivo"), *tele-voto* ("voto por televisão"), *telemóvel* ("telefone de automóvel/móvel"), *petro-dólares* ("dólares provenientes do petróleo"), *heliporto* ("[aero]porto para helicópteros"), *moto-serra* ("serra a motor"), *cine-clube*, *euro-cépticos*, *euro-mercado*, *euro-mísseis*, *turbo-reactor*, *apart-hotel*, *afro-asiático*, *afro-luso-brasileiro*, *ecuato-guineense*, *trágico-mônico* (*tragi[co]mônico*), *morfo(fo)nologia*, em que frequentemente são os constituintes com poder predicativo que se apresentam com uma configuração reduzida, abreviada, simplificada.

(ii) supressão de um segmento final

⇒ aquando do uso de determinados recursos derivacionais com poderes truncatórios: *narcótico* e *narcotizar*; *protagonista* e *protagonizar*; *prioridade* e *priorizar*; *polémica* e *polemizar*; *esplendor* ou *esplêndido* e *esplender*; *maldade* e *maldoso* (*mald[ad]oso*); *bondade* e *bondoso* (*bond[ad]oso*); *habilidade* e *habilidoso* (*habilid[ad]oso*); *vaidade* e *vaidoso* (*vaid[ad]oso*).

Nos casos deste tipo verifica-se a supressão de segmentos [\pm sistemáticos] pertencentes à parte terminal do constituinte situado à esquerda da nova palavra. Esses constituintes podem ter até estatuto afixal.

(iii) *Cruzamento* ou intersecção supressiva de segmentos mediais

Fenómenos de redução têm também lugar quando ocorre a sobreposição de um ou mais segmentos mediais, fenómeno também conhecido por cruzamento ou contaminação. Neste caso há intersecção ou supressão simultânea de segmentos mediais. Todavia, além de alguns anglicismos (*smog* (*smoke+fog*); *motel* (*motor+hotel*)), os exemplos mais representativos estão atestados no português do Brasil: *hospitaú* "seguro hospitalar Itaú"; *malular* "malufar+Lula" (Sandmann, 1989, p.145-152); *brasiguai* "brasileiro+paraguai"; *showmicio* 'show+comício'; *novelha* "nova+velha" ("a Nova República brasileira já nasceu velha"); *cantriz* "cantora+actriz" (Alves, 1990, p.70); *momóvel* "momo+ (auto)móvel" (Alves, 1994, p.734); *chalé* "café aguado, que evoca o chá" (chá+café).

Ainda que muitos dos numerosos exemplos atestados no português do Brasil correspondam a formações expressivas e efêmeras, o certo é que a disponibilidade e a produtividade deste processo genolexical não tem paralelo no português europeu. O recurso a este padrão tem sido explorado em alguns produtos esporádicos, do tipo *eurocratas* ("burocratas europeus"), (os) *bandemónio*, nome de um agrupamento musical [banda+demónio] e *pontemónio*, grande movimento de contestação gerado sobre a Ponte 25 de Abril, que liga Lisboa à margem sul do rio Tejo, por ocasião da subida das portagens, no verão de 1994 [ponte+pandemónio].

Este processo tem igualmente sido revitalizado por Mia Couto, conhecido escritor moçambicano que, com notável originalidade e sentido estético, explora vias de produção sínica potenciadas pelo sistema da língua (*abensonhadas* "abençoadas+sonhadas").

(iv) *Abreviação* ou *encurtamento*

A *abreviação* ou *encurtamento* consiste na redução da extensão dumha palavra, que assim se vê subtraída de uma parte, o mais das vezes terminal, da sua estrutura. Em resultado da abreviação, uma parte da palavra passa a ser usada pelo todo, sem que haja alteração categorial.

A abreviação tende a sofrer um impulso crescente. Atestam-no exemplos tão ilustrativos quanto *expo[sição]*, *estereo[fonia]*, *foto[grafia]*, *metro[politano]*, *pneu[mático]*, *otorrino[laringologista]*, *prof[essor]*, *psi[quiatra]*. O significante que resta representa uma síntese, uma fórmula abreviada/encurtada de um primitivo significante mais extenso.

(v) *Siglação*

Outro processo muito produtivo é o que consiste em representar através dumha sigla sequências linguísticas mais extensas. A sigla pode

ser constituída pelas iniciais dos constituintes do sintagma (ONU, PALOP), ou pela união de algumas sílabas (habitualmente as iniciais) do conjunto sintagmático (ANTRAL "associação nacional de transportadores", CIMPOR "cimentos de Portugal", UNIBANC "união de bancos", UNICER "união de cervejas").

A priori este processo não se define propriamente por formar novas palavras, mas por pretender reproduzir simplificadamente sequências extensas. O que acontece é que essa sigla, normalmente formada a partir dos segmentos iniciais (*radar* "radio detecting and ranging"; *laser* "light amplification by stimulated emission of radiation"; *yuppies* "young urban professional"), adquire por vezes o estatuto de um novo signo, passando a funcionar como entrada lexical susceptível de operar como base de novos produtos.

Não obstante implicar uma abreviação ou redução de lexemas, nem sempre a siglação tem sido linearmente incluída no conjunto dos processos subtractivos ou supressivos.

Uma breve nota a respeito da *derivação regressiva*. No português europeu contemporâneo a formação de produtos regressivos caracteriza-se por um baixo grau de produtividade, não comparável àquele que se regista no português do Brasil. Por isso, pelo menos no que diz respeito à maior parte dos casos do português europeu, a derivação regressiva carece de uma sólida fundamentação histórica.

Envolvendo uma operação de supressão (*embarcar* ↔ *embarque*; *abater* ↔ *abate*; *apanhar* ↔ *apanha*; *agravar* ↔ *agravo*), a formação de derivados regressivos define-se como um mecanismo de formação de produtos heterocategoriais em que os operadores flexionais são substituídos por uma marca de género, indispensável aos produtos entretanto gerados.

Questiona-se se a *conversão*, também conhecida por derivação imprópria, pode ou não ser considerada um mecanismo de formação de palavras. Como é sabido, a conversão não envolve alteração da estrutura significante de base, mas somente da categoria léxico-sintáctica e da estrutura semântica desta.

Com base neste argumento a conversão tem sido considerada por alguns como um processo de natureza mais sintáctica do que propriamente morfo-lexical. Em abono desta tese aduz-se o facto de na génesis de alguns nomes estar um processo de elisão (*o (sec-tor) téxtil*; *a (cidade) capital*; *o (jogador) lateral*), que abriu caminho à mudança categorial da palavra não elidida (à nominalização do adjetivo), e ainda a presença de uma marca de género no item convertido (*as (eleições) legislativas*;

as (indústrias) cimenteiras) que perpetua um fenómeno de concordância só explicável à luz do apagamento entretanto ocorrido.

Em suma, no português europeu os processos mais produtivos de formação de palavras são a afixação – por *sufixação*, por *prefixação* e por *circunfixação* – e a composição.

2 Dos processos aos paradigmas

Mais do que conhecer quais os processos de formação lexical que o português recorta e activa, importa conhecer o modo como eles se projectam no seu sistema de regras de produção lexical, tanto mais que *não há uma relação biunívoca entre processo e paradigma de formação de palavras: num mesmo paradigma podem concorrer vários processos morfo-lexicais*.

Ora, é a partir deste momento que se colocam as questões cruciais. Como identificar cada paradigma de formação de palavras? Que metodologia usar para identificar as relações semântico-categoriais que presidem a cada regra de produção lexical?

Duma forma ou de outra, a análise dos factos lexicais parte da observação dos produtos lexicais, e começa por identificar grandes eixos de regularidade morfo-semântica. O problema está em saber como determinar se as regularidades convencionais observadas correspondem ou não às relações derivacionais sistémicas por que se define cada regra de formação de palavras (RFP) da língua.

A identificação da relação semântico-categorial que preside a cada RFP requer um cauteloso distanciamento em relação à descrição semântica e/ou à significação convencionalmente associada(s) a cada produto lexical. A diversidade semântico-referencial a que uma palavra se pode prestar e as lexicalizações de sentido que a podem afectar são responsáveis por desfasamentos, por vezes acentuados, em relação à sua estrutura morfo-semântica derivacionalmente construída. Por isso, se bem que imprescindível, a operação semântica que preside a cada RFP não substitui nem esgota a complexidade semântica do produto construído. Daí também a necessidade de delimitar os diversos níveis de significação compresentes em cada produto derivacional.

São eles: um nível de significação *sistémico*, gerado pelas operações semântico-derivacionais do sistema de formação de palavras da língua; um nível de significações *convencionais*, que podem afectar a

base e/ou o afixo, e que frequentemente são herdadas pelo produto lexical. A este nível situam-se as significações típicas que, não sendo sistémicas, estão normalmente associadas aos itens em causa, as que decorrem da *poli-referência*, das *especializações* e das *lexicalizações* que afectam os derivados. A estes acresce um nível de significação enunciativo-pragmático, que se reflecte necessariamente na significação interna dos produtos lexicais e que, por vezes, é incorporado na estrutura semântica convencional dos itens lexicais; e um nível de significação figural, que pode afectar as bases e/ou os derivados: estas estão sujeitas a operações de semântica figural, isto é, a processos de transformação de significações literais em significações figurais, que alteram significativamente a sua estrutura semântica derivacionalmente construída.

O não reconhecimento dos diferentes níveis de organização semântica dos produtos lexicais permite que o sistémico e o convencional não sejam devidamente demarcados e que, por exemplo, com base na simples presença de *-ão* (*aldrabão*, *resmungão*, *escaldão*) se confira ao derivado um semantismo intensivo, subestimando-se o valor agentivo pelo qual ele se define.

Como atrás dizia, a análise das operações semântico-categoriais que dão corpo ao sistema de formação de palavras dumha língua começa por proceder ao levantamento das regularidades derivacionais constatáveis entre produtos e respectivos constituintes.

Mas as regularidades e as semi-regularidades encontradas não correspondem necessariamente às regularidades profundas e sistémicas que consubstanciam o conjunto de regras de formação de palavras dumha língua. Por exemplo, as paráfrases de posse ["que tem/possui Nb"] associadas a muitos adjectivos em *-os-* (*brioso*; *consciencioso*; *nervoso*; *rugoso*; *ventoso*) ou em *-ud-* (*cabeçudo*; *orelhudo*; *peludo*; *sortudo*) não correspondem a uma relação semântica sistémica, porque:

- a significação de posse não está sistematicamente associada a estes sufixos: nem todos os adjectivos em *-os-* ou em *-ud-* significam posse; muitos significam semelhança ["que tem semelhanças com Nb; que evoca Nb"] (*cabelo sedoso* "que tem sedas", "que evoca a seda, que possui algumas propriedades da seda"; *repolhudo*);
- outros sufixos que formam adjectivos denominais também significam posse (*aromático*; *barbado*; *barrento*; *febril*; *metódico*) ou semelhança (*cristalino*; *dantesco*; *senhoril*; *solarengo*).

Analisando o paradigma derivacional em que operam estes sufixos, verificamos que as significações de posse, de similitude, de prove-

niência, de tipicidade são variantes da significação genérica construída derivacionalmente, e que é parafraseável por “relativo a Nb”, “em relação com Nb” (*artesanal; cervejeiro*). Essas significações mais específicas e convencionais são condicionadas pela estrutura semântica da base e/ou do afixo e são muitas vezes orientadas pelo N nuclear com que o adjetivo está relacionado.

Assim, a RFP REL constrói adjetivos denominais relacionais genericamente para-fraseáveis por “relativo a Nb”, “em relação com Nb” (*artesanal; cervejeiro; comercial; diário; hoteleiro; parlamentar; solar*).

Esta significação genérica admite diversas variantes, determinadas pela semântica da base e/ou do afixo. São exemplo dessas variantes: a de posse (“que tem/possui Nb”: *aromático; barbado; barrento; brioso; febril; maníaco; metódico; sortudo*); a de procedência (“que é originário/proveniente de Nb”: *algarvio; beirão; brasileiro; chileno; europeu; francês; israelita; judaico; lisboeta; londrino; minhoto; peruano; portuense*), que caracteriza os adjetivos étnicos; a de semelhança ou de *similitude* (“que tem semelhanças com Nb; que evoca Nb, que tem x propriedades de Nb”: *rosado; cristalino; dantesco; senhoril; solarengo; simiesco*); a de tipicidade (“que é típico, próprio, característico de Nb”: *fradesco; partidário; policial*); a de pertença ou de *inclusão* (“que pertence a Nb”: *autárquico; familiar; governamental; intestinal; oceânico*); a de filiação (“que é adepto, simpatizante, partidário de Nb”: *budista; cartista; ecologista; monárquico; portista; republicano*); a de causa (“que causa, provoca Nb”: *barulhento; enfadonho; medonho; terrorista*).

Por conseguinte, nem todas as regularidades semânticas são sistémicas, não representando portanto necessariamente as relações semântico-derivacionais estruturantes duma RFP; por isso há que evitar que as relações semânticas de natureza convencional sejam indevidamente encaradas como sistémicas.

Por isso também a presença dum determinado tipo de semantismo, ainda que estruturante duma dada RFP, não é critério suficiente para a caracterização dum produto derivacional. A significação agentiva presente em *desenhista, farrista, desenhador e farrante* não pode ocultar o facto de os dois primeiros serem primitivos adjetivos relacionais e os dois últimos serem adjetivos deverbais e, por isso, só nestes o valor agentivo ser definitório.

Impõe-se, portanto, o estabelecimento de diferentes graus de sistematicidade e/ou de regularidade, e o reconhecimento dos diferentes tipos de padrões composticionais em jogo.

Determinar o conjunto de paradigmas de formação de palavras numa língua implica ser capaz de abstrair das regularidades derivacionais observáveis as relações derivacionais sistémicas que consubstanciam as regras de formação de palavras dessa língua. É o que procuraremos pôr em prática na secção seguinte.

3 Paradigmas de formação de palavras

Postula-se que cada paradigma derivacional se define por uma relação semântico-categorial unitária, mas não necessariamente unicategorial. No âmbito de cada RFP podem actuar diversas operações morfo-semânticas, designadamente a prefixação e a sufixação, a sufixação e a circunfixação, a sufixação e a derivação regressiva. Ao serviço de cada paradigma podem estar diferentes operadores afixais.

Distinguiremos as regras de formação de palavras que dão origem a produtos isocategoriais das que geram produtos heterocategoriais. A distinção entre estes dois grupos assenta na ausência e na presença de alteração categorial entre base e derivado.

Enunciam-se de seguida algumas das RFP do português:

1 RFP AG, que dá origem a agentivos deverbais parafraseáveis por "que V" (*ajudante, cobrador, compensador, desenhador, fabricante, ouvinte, servente, traficante*), alguns dos quais, uma vez nominalizados, designam instrumentais parafraseáveis por "aquivo com que se V; instrumento com que (se) V" (*aspirador; esfregão; gerador; picão; picareta*). São operadores ao serviço desta regra os sufixos *-or* (*operador*), *-nte* (*comerciante*), *-ão* (*aldrabão; refilão*).

2 RFP ACT, que dá origem a "nomina actionis" deverbais, parafraseáveis por "o facto de V" e, mais precisamente, "acção, processo, estado (decorrente) de V". "Actionis" recobre, assim, a manifestação ou a ocorrência de V, qualquer que seja a natureza semântica de V. São operadores ao serviço desta regra os sufixos *-mento* (*acolhimento, entendimento, ferimento*), *-ção* (*atrapalhação, elaboração, fundição, indignação, medição*), *-agem* (*contagem, lavagem*), *-ão* (*tropeção*), *-aria* (*zombaria*), *-nça* (*vingança*).

3 RFP REL, que forma adjetivos relacionais genericamente parafraseáveis por "em relação com Nb", "relativo a Nb" (*ambiental, cerebral, dental, diário, empresarial, energético, florestal, granítico, invernoso, livresco, muscular, oceânico, ordeiro, ornamental, outonal, parasitário, primaveril, terrestre*).

Em função da estrutura semântica da base e/ou do afixo, o conteúdo genérico da RFP REL admite diversas variantes que individualizam os chamados adjetivos étnicos (RFP REL. ÉTNICA: "que provém de Nb"), de posse (RFP REL. POSS: "que possui/tem Nb"), de *semelhança* ou de *similaridade* (RFP REL. SIMIL: "que evoca, que tem x propriedades de Nb"), de *pertença* ou de *inclusão* (RFP REL. PERT: "que pertence a Nb"), de *tipicidade* (RFP REL. TIPIC: "que é típico, próprio, ou característico de Nb"). Mais propriamente, estes adjetivos têm por função estabelecer ou agenciar relações de tipo analógico, inclusivo ou possessivo, entre Nb e o Nn (nome nuclear) que eles determinam. São muito numerosos os sufixos ao serviço desta regra. Deles se destacam: -ad- (*frutado, salmonado*); -al (*comercial*); -an- (*republicano*); -ão (*beirão, gargantão, trintão*); -ar (*familiar*); -ári- (*centenário*); -eir- (*hoteleiro*); -ej- (*castrejo*); -eng- (*solarengo*); -enh- (*nortenho*); -en- (*terreno*); -ense (*setubalense*); -ent- (*barrento*); -ês (*montenhes*); -esc- (*gigantesco*); -estre (*campestre*); -et- (*lisboeta*); -éu (*ilhéu*); -ic- (*granítico*); -il (*primaveril*); -in- (*cristalino*); -ista (*clubista*); -onh- (*risonho*); -os- (*gelatinoso*); -ot- (*minhoto*); -ud- (*abelhudo, barbudo, repolhudo*).

4 RFP MUDANÇA, que produz verbos denominais e deadjectivais de mudança de estado, parafraseáveis por "transformar em/tornar(-se) Xb" (*adultecer; amadurecer; amenizar; apalaçar; clarear; clarificar; deificar; dignificar; endeusar; entardecer; entristecer; escurecer; esvaziar; facilitar; fragilizar; fraquejar*), "afectar Xb", "prover de Xb" (*açucarar; arborizar; encerar; favorecer; vacinar*), "causar Xb" (*agonizar; aterrizar; danificar; enraivecer; esfomear; ruborescer*). Se se considerar a transferência locativa como uma manifestação de [ou como implicando] mudança de estado, então também verbos do tipo aportar, aprisionar, armazenar, aterrar e encaixotar podem ser incluídos no âmbito desta regra. Ao serviço desta regra estão os sufixos -a-, -e-, -ec-, -ej-, -esc-, -iz-, -ific-, e os circunfixos enumerados na primeira parte deste trabalho.

5 RFP ESSIV, que produz essivos ou "nomina essendi" de predicativos parafraseáveis por "o facto de ser p" (*amabilidade; calmaria; calvície; certeza; frescura; imundície; inteligência; lealdade; lentidão; quietude; sofreguidão; solidez; subtileza*), em que p representa a propriedade de base (p) a ser nominalizada, em algumas(s) das suas dimensões. São sufixos desta regra: -aria (*calmaria*); -(i)dade (*atlanticidade*); -eira (*cegueira*); -ncia (*elegância*); -eza (*delicadeza*); -ez (*timidez*); -ia (*alegria*); -ice (*doidice; velhice*); -ície (*calvície*); -(i)dão (*vermelhidão*); -itude (*quietude*); êor (*amargor*); -ume (*azedume*); -ura (*desenvoltura*).

6 RFP MODAL, que produz adjetivos deverbais de modalização,³ frequentemente parafraseáveis por "que se pode/deve V", "que pode/deve ser V-do", "passível de ser V-do", "que merece ser V-do" (*adorável; audível; evitável; louvável; operável; solúvel*). O sufixo que opera no âmbito desta regra é -vel.

7 RFP QUANT, que produz "nomina quantitatis", parafraseáveis por "conjunto de Nb", "(grande) quantidade de Nb" (*berreiro; casario; folhagem; papela; passaredo; pedraria; penugem; vasilhame*). Como operadores desta regra destacam-se os sufixos -ada (*passarada*); -agem (*folhagem*); -ame (*vasilhame*); -ari- (*casario*); -ári- (*preçário*); -edo (*passaredo*); -eir- (*berreiro*); -ugem (*penugem*).

8 RFP EVENT, que produz "nomes de evento", genericamente parafraseáveis por "evento relacionado com Nb" e, mais especificamente, "evento localizado no tempo" (*abrilada, entrudada*), "evento localizado no espaço" (*belenzada*), "evento praticado com Nb" e, mais convencionalmente, "golpe praticado com Nb" (*cacetada, canelada, paulada*), em que Nb designa um instrumento (ou algo que pode desempenhar as mesmas funções) com que se desfere um golpe e/ou que é dele objecto (*canelada*).

9 RFP AVAL. Esta regra, geradora de produtos isocategoriais, opera sobre diversos tipos de bases (N, A, V), e admite numerosas variantes, cada uma das quais corresponde a um dado grau de avaliação.

A avaliação consiste na ponderação do grau de presença, manifestação, intensidade ou de plenitude da(s) propriedade(s) da base (X_b) que são objecto de avaliação. A avaliação pode ser de natureza quantificativa e/ou qualificativa, sendo X_d genericamente parafraseável por "X_b avaliado quantificativa e/ou qualificativamente". O resultado da avaliação traduz-se, assim, pela expressão da alta/maior ou da baixa/menor quantidade e/ou qualidade de p, em que p representa a propriedade avaliada, ou a própria base, quando esta se define por p.

Dos diversos níveis de avaliação afixalmente expressos destacam-se:

- excessivo, de presença/manifestação de p em grau excessivo, excepcional;
- superlativo, de presença/manifestação de p em grau superlativo, máximo;

³ Agradeço à Maria Helena de Moura Neves esta sugestão interpretativa.

- aumentativo-intensivo, de presença/manifestação de p em grau de intensidade muito ou bastante elevada;
- diminutivo-atenuativo, de presença/manifestação de p em grau atenuado, mitigado.

Em função da natureza de Xb, assim o derivado é parafraseável por “Nb de pequenas/grandes dimensões”, “Nb em grau de qualidade máxima/elevada/mínima, superior/elevada/inferior”, “muito/bastante/um pouco Ab”, “Vb em grau de intensidade reduzido e/ou de forma iterativa e/ou de forma menos perfeita”.

No âmbito desta regra actuam diversos operadores afixais, de tipo prefixal e sobretudo de tipo sufixal. Salvaguardadas as naturais flutuações que caracterizam o valor das entidades linguísticas, cada operador afixal situa-se numa zona de avaliação relativamente bem delimitada, configurando-se assim uma distribuição de tipo complementar e/ou de afinidade familiar entre os diversos afixos avaliativos.

Os numerosos afixos ao serviço desta regra distribuem-se do seguinte modo pelas diferentes zonas de avaliação:

- diminutivo-atenuativa: *-inh-*; *-it-*; *-et-*; *-ec-*; *-iç-*; *-im-*; *-at-*; *-in-*; *-ej-*; *-uch-*; *-ach-*; *-el-*; *-ol-*; *mini-*.
- aumentativo-intensiva: *-ão*; *-aç-*; *-arr-*; *-orr-*; *-ázi-*; *-uç-*; *mega-*; *macro*; *super-*.
- superlativo: *-im-*, nas variantes *-íssim-*, *-ílim-* e *-érrim-*.
- excessivo: *extra-*; *hiper-*; *sobre-*; *super-*; *supra-*; *ultra-*.

Dado o grande número de operadores afixais ao serviço desta regra, a especificidade de cada um assenta não só no grau de avaliação que eles explicitam, mas também no facto de cada um ser tendencialmente mais propenso à expressão de uma avaliação qualitativa e/ou quantitativa; acresce que das propriedades idiossincráticas de alguns sufixos fazem parte algumas das particularidades que convencionalmente definem o seu uso pragmático.

São produtos que expressam a ocorrência de p em grau mais baixo que em Xb:

⇒ os nomes: *aranhiço*; *barbicha*; *casaquito*; *farolim*; *ilhéu*; *ilhota*; *livrinho*; *lugarejo*; *papeluzho*; *rapazito*; *riacho*; *ruela*; *sacola*; *sacudidela*; *saleta*; *mini-mercado*;

- ⇒ os adjectivos: *doentinho; doentito; grandinho; grandito; magnizela*;
- ⇒ os verbos: *saltitar; chuviscar; cuspinhar*.⁴

Expressam a ocorrência de *p* em grau elevado/intenso:

- ⇒ os nomes: *barcaça; bocarra; cabeçorra; casacão; dentuça; homenzarrão; moscardo; mulheraca; pacotão; pratalhão; solzão; solzaço; vozeirão; mega-concerto; super-espectáculo*;
- ⇒ os adjectivos: *bonzão; mansarrão; ricaço; tristonho*.

Expressam a ocorrência de *p* em grau muito elevado/máximo/superlativo:

- ⇒ os adjectivos: *altíssimo; humílimo; paupérrimo*.

São produtos que expressam a ocorrência de *p* em grau excepcional/excessivo:

- ⇒ os adjectivos: arquimilionário; extrafino; hipersensível; sobrevalorizado; super-alimentado; supradotado; ultrabarato

10 A estas acrescem as RFP que operam fundamentalmente com recursos *prefixais*, e de que se salientam, ainda numa formulação pouco rigorosa:

- ⇒ RFP POSICIONAMENTO (ou de LOCALIZAÇÃO) ESPACIO-TEMPORAL, isto é, de expressão da temporalidade (*ante-, pre-, post-*) e da espacialidade nas suas diferentes modalidades (*anfi-, ante-, circum-, dia-, endo-, entre-, epi-, exo-, extra-, hipo-, infra-, inter-, intra-, peri-, pro-, sobre-, sub-, trans-, vice-*);
- ⇒ RFP NEG, de expressão da negação (*des-, in-*);
- ⇒ RFP PRIV, de manifestação de privação (*a(n)-*);
- ⇒ RFP OPOS, de expressão da oposição (*anti-, contra-*).

Os paradigmas identificados não só não cobrem todo o sistema derivacional do português, como também carecem dum estudo mais acurado, intra- e interparadigmático.

Como em outros trabalhos tenho tido ocasião de evidenciar, a coerência interna do quadro delineado não só não exclui interferências entre os paradigmas identificados, e entre estes e os seus produtos, como até as incorpora, ao mesmo tempo que não colide com aquilo que se conhece acerca da evolução do sistema derivacional do português.

Todavia, a análise do sistema genolexical do português não se esgota na identificação das coordenadas semântico-categoriais por que se define cada regra de formação de palavras e no reconhecimento das modalidades que assume a interacção entre processos e paradigmas.

⁴ Quando a base é um verbo, Vd define-se como “V (praticar, exercer, executar a acção designada por V) em grau de intensidade reduzido e/ou de forma interativa e/ou menos perfeita”.

O estudo das relações entre as regras de formação de palavras e os seus produtos, momente quando discursivamente inscritos, não deixará por certo de aduzir novas perspectivas sobre a identidade e o funcionamento dos mecanismos genolexicais.

RIO-TORTO, G. M. Word-formation rules of the European Portuguese. *Alfa* (São Paulo), v.42, (n.esp.), p.13-32, 1998.

- **ABSTRACT:** Based on the distinction between genolexical processes and word-formation rules we characterize the main genolexical processes activated by the Portuguese language, identifying and describing some of the most relevant word-formation rules of the European Portuguese language.
- **KEYWORDS:** Word-formation; lexicon; lexicology; morphology; European Portuguese language; Portuguese word-formation; Portuguese linguistics.

Referências bibliográficas

- ALVES, M. I. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
_____. O vocabulário do carnaval brasileiro. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGRÁFICA ROMÁNICAS, 19, 1989, Santiago de Compostela. *Actas...* s.l., s.n., 1994. v.6, p.727-35.
SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor, Ícone, 1989.

Bibliografia consultada

- ANDERSON, S. R. Typological distinctions in word formation. In: SHOPEN, T. (Ed.) *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. v.3, p.3-56.
BASÍLIO, M. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1979.
_____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
CARVALHO, J. G. H. *Teoria da linguagem: natureza do fenómeno linguístico e análise das línguas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984. v.2.

- CORBIN, D. *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Tübingen:
Max Niemeyer, 1987. 2v.
- KEHDI, V. *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática, 1992.
- PENA, J. La palabra: estructura y procesos morfológicos. *Verba*, v.18, p.69-128, 1991.
- RIO-TORTO, G. M. Contribuição para o estudo da especificidade morfo-lexical dos sufixos: os sufixos -aria. *Biblos*, v.62, p.305-64, 1986.
- _____. Operações derivacionais que envolvem os sufixos -ão em português. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 2, 1986, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Publicação da Associação Portuguesa de Linguística, 1987. p.105-45.
- _____. Morfologia das palavras construídas em -ad(-a). *Biblos*, v.63, p.97-178, 1987.
- _____. Morphologie des adjectifs portugais en -ado. *Lexique*, v.10, p.241-67, 1991.
- _____. Do ser à acção: "o facto de ser x", "estatuto de x" e "atitude de (quem é) x". *Revista da Universidade de Coimbra*, v.37, p.427-56, 1992.
- _____. Processamento derivacional em português. In: ENCONTRO DE PROCESSAMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA E FALADA, 1, 1993. *Actas...* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p.89-92.
- _____. *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra, 1993. 977p. Dissertação (Doutoramento em Linguística Portuguesa) – Universidade de Coimbra.
- _____. Formação de verbos em português: parassíntese, circunfixação e/ou derivação? I ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 9, 1993, Coimbra. *Actas...* Lisboa: Colibri, 1994. p.351-62.
- _____. Regras de formação de palavras em português: achegas para um quadro geral. *Diacrítica*, v.9, p.319-42, 1995.
- _____. Formação de palavras: um espaço de confluência e de interactividade. *Biblos*, v.71, 1995. (No prelo).
- _____. Processos e paradigmas de formação de palavras em português. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O PORTUGUÊS, 1994, Lisboa. *Actas...* (No prelo).
- SANDMANN, A. J. *Competência lexical: produtividade, restrições e bloqueio*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1991.
- VILELA, M. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994. cap.3, p.51-125.

O PREFIXO E SUAS DIVERSAS ABORDAGENS

Paulo Mosânia Teixeira DUARTE¹

- RESUMO: Este artigo pretende apresentar criticamente as diferentes abordagens referentes aos prefixos, nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa e em obras fundamentadas na lingüística. Nestas, baseamo-nos nos seguintes parâmetros: transformação, produtividade, correspondência entre prefixo e preposição, perspectiva operacional. Após apresentar estes diferentes pontos de vista, concluímos não serem eles suficientes por si sós para identificar o prefixo. É conveniente reconhecer a existência de prefixos típicos, tais como in-, re- e des-, e daqueles não-típicos, como sobre- e contra-, caracterizados por correspondência formal, mas não distribucional com formas livres e/ou por uso braquissêmico
- PALAVRAS-CHAVE: Radical; raiz; prefixo; sufixo; distribuição.

0 Introdução

A prefixação tem sido objeto de enfoques os mais diversos, na tradição gramatical e em lingüística. Propusemo-nos então a este trabalho, a fim de situar o processo nas gramáticas normativas de língua portuguesa, no contexto prévio do legado clássico. No que tange ao

¹ Departamento de Letras – Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará – 60020-180 – Fortaleza – Ceará - Brasil.

enfoque lingüístico, servimo-nos do seguinte roteiro: a) o critério transformacional; b) o critério da produtividade (em termos de número), nas duas versões: oposição inventário limitado/inventário ilimitado; a formação de palavras em série; c) o critério morfo-semântico; d) o critério baseado na operacionalidade do conceito de raiz.

Esperamos, assim, apontar para uma síntese que ofereça meios para a identificação do elemento prefixal. Esta síntese, apresentada na conclusão, encontra-se delineada em parte, quando, procedendo ao exame das perspectivas acima, mostramos a insuficiência das mesmas. Para superá-la, pautam-nos as seguintes questões: até que ponto são tangíveis, coerentes e estruturais os critérios adotados? Em que medida são estes critérios compatíveis com os dados lingüísticos? Não aprendem entidades de comportamento lingüístico heterogêneo?

1 A tradição gramatical

1.1 A prefixação na tradição clássica

Na *téchne grammaticé*, de Dionísio da Trácia, dentre outros tópicos, o insigne estudioso procedeu à investigação das partes do discurso e das propriedades accidentais para uma determinada classe de palavras, quando isto era cabível. Constituem, por exemplo, acidentes do nome: gênero, tipo, forma, número e caso. O tipo abrange as noções de primitivo e derivado e a forma, as noções de simples, composto e derivado de composto.

Detenhamo-nos na forma ou figura. Neves (1987), ao falar sobre a preposição, na perspectiva dionisiana, informa-nos que esta parte do discurso se caracterizava por ser colocada antes das demais, em composição ou em construção (sintaxe). Apolônio Discolo continuou a caracterizar a preposição nos moldes de Dionísio. Considerava este conectivo, mesmo na condição preverbal, parte do discurso (cf. Neves, 1987, p.158).

A tradição gramatical latina não deixou naturalmente de sofrer forte influência helênica, que se manifestou plenamente na obra de Prisciano. Para o latim, distinguia as noções de primitivo e derivado das de simples e de composto.

Por um longo período, vigorou o ensinamento de Dionísio e Apolônio, através do seu discípulo romano. Na Idade Média, tal doutri-

na se refletiu parcialmente entre os gramáticos especulativos (assim também chamados porque viam na linguagem um reflexo ou um espelho – latim *speculum* – do pensamento). Uma teoria de vulto entre os especulativos foi a de Tomás de Eckfurt (1947), que, mantendo a tradição clássica, conservou a diferença entre derivação e composição. Se tomamos como exemplo o capítulo XV, relativo à espécie accidental do nome, constatamos que o termo *espécie* se relaciona especificamente à formação sufixal, definida em termos abstratos, como um modo de significar a coisa em seu ser secundário. Em se tornando como ilustração o capítulo XVIII, concernente à figura accidental do nome, nota-se que o termo *figura* se liga à noção de prefixação.

Merecem destaque reflexões de Tomás de Eckfurt (1947) sobre os elementos sem correspondência preposicional e sobre o paralelo estabelecido tradicionalmente entre preposição por construção e preposição por composição. A despeito da condução não muito clara do raciocínio, Tomas de Eckfurt (op. cit., p.132) chegou filosoficamente a conclusões similares às da lingüística: no plano vocabular, elementos ligados formalmente às preposições não são categorizáveis como preposição, porque perdem o caráter relacional.

A tradição clássica perdurou por longo tempo. No Renascimento, embora o latim continuasse a ter lugar de destaque nas reflexões dos estudiosos, houve uma tendência para se introduzirem inovações na terminologia tradicional, de modo que se contemplasse, ao menos em parte, a diversidade das línguas. Fernão de Oliveira (1975) e João de Barros (1957), gramáticos portugueses, se mostraram inclinados a adotar as imprescindíveis inovações.

1.2 A prefixação nas gramáticas de língua portuguesa pré-NGB

O fundamento científico para o estudo vocabular na gramática de Fernão de Oliveira (1975) se encontra na Etimologia voltada para as *dicções*, entre as quais nos interessam de perto: as apartadas e as juntas, as primeiras e as tiradas.

As primeiras são, segundo o autor, divisíveis em letras e sílabas, ou não podem sofrer divisão, quando constam de uma só letra. Abrangem muitas conjunções, preposições e advérbios “e outras partes assim das que eles dizem que se não declinam como também das declinadas, ora sejam artigos ou quaisquer outras” (Oliveira, 1975, p.89). As segundas, por sua vez, são aquelas “cujas partes apartadas significam ou

podem significar e são dicções por si ou partes de outras dicções em que primeiro serviam, e donde têm seu primeiro e próprio nascimento, ao contrário das apartadas" (op. cit., p.90). Incluem formações prefixais e também composticionais. As terceiras se caracterizam por serem dicções "cujo nascimento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquele que as primeiro pôs" (op. cit., p.99-100). As últimas, também chamadas derivadas, são aquelas "cujos nascimentos vêm de outras algumas dicções donde estas são tiradas" (op. cit., p.100). Os exemplos são apenas de formações sufixais.

Outro gramático, João de Barros (1957), deu a lume uma obra de caráter mais orgânico e sistemático que a de Fernão de Oliveira (1975). Em conformidade com o padrão clássico, procede ao estudo das classes vocabulares, levando em consideração as espécies e as figuras.

É com Soares Barbosa (1871), herdeiro do Cartesianismo de Port-Royal, que se esboça uma certa reação à imposição do modelo latino à gramática de língua portuguesa, embora guarde alguns vínculos com a tradição. Mantém, por exemplo, as noções de espécie e de figura. No entanto, apresenta algumas colocações incongruentes. Tratando, *verbi gratia*, dos substantivos, reconhece os *derivados compostos*, o que é estranho, pois se conjuga o que os autores costumavam separar: a figura fica inclusa na espécie. Em outro passo, constatamos que a composição se comporta como um fenômeno à parte. Afinal, o princípio que sustenta a existência do processo compostional é a junção de "duas ou três palavras portuguesas ou inteiras ou alteradas com alguma mudança" (op. cit., p.85). Embora imbuído de propósitos sincrônico, não deixa o autor de apelar para a diacronia, ao admitir como compostos imóveis verbos como *affligir* e *exhortar*.

Em língua portuguesa, como contrapontos à gramática sincrônica de Soares Barbosa, só vamos encontrar obras importantes entre aquelas de caráter diacrônico, que assinalam uma filiação doutrinária e ideológica com o historicismo e o evolucionismo. Merecem ser citadas as obras de Júlio Ribeiro (1911), João Ribeiro (1893), Maciel (1914), Oiticica (1958) e Pereira (1943). Embora alguns não possam ser exatamente inseridos no contexto histórico referido, filiam-se a ele pela ideologia.

Nos estudos etimológicos é que aflora em plenitude o ideário diacrônico de Júlio Ribeiro. O afixo é definido como "a palavra que, adjuntada a uma palavra já existente ou ao seu tema, lhe modifica a significação, por meio de uma idéia acessória que lhe acrescenta" (Ribeiro, 1911, p.167). Causa estranheza o uso do termo *palavra* para se

referir ao afixo. Ademais, a definição, indissociavelmente nocional, não difere de muitas anteriores e mesmo posteriores, pecando por falta de operacionalidade. Esta definição de afixo esbarra em contradição com uma afirmação por parte do autor de que há afixos que não alteram a significação do tema.

As palavras prefixalmente formadas são chamadas *derivadas compostas*. A terminologia nada esclarece, não deixando claro, portanto, o *status* da prefixação em particular. Ao abordar os substantivos e os verbos compostos, o autor opta por incluir a prefixação na composição. Observe-se que já não fala mais de derivados compostos, mas de compostos, tão simplesmente. Pairam, no entanto, indagações. Basta que reflitamos sobre os exemplos: *subchefe*, *dispôr*, *repôr*, *suppôr*. Só as formações com *sub-* são compreensíveis, se levarmos em conta a ótica diacrônica do autor. Entre os verbos compostos, referindo-se às formações *entreabrir*, *transluzir* e *ultrapassar*, trata-as como de estrutura *advérbio + verbo*.

João Ribeiro (1893), como o autor anteriormente citado, opta por enquadrá-la nos quadros da composição. Os prefixos são definidos em termos de maior densidade semântica que os sufixos. Feita a devida avaliação do critério, concluímos que ele não é satisfatório. A rigor, não chega a ser um critério, porque a maior densidade semântica do prefixo só pode ser constatada após sua identificação.

Maciel (1914), por sua vez, só contempla análises morfológicas, com apelo ao latim. Repete basicamente o que diz Júlio Ribeiro (1911) sobre a raiz e os elementos afixais, em termos acentuadamente semânticos. No que tange especificamente ao prefixo, destaca-lhe a ligação com preposição e o advérbio e classifica-o como elemento de composição. Ressalta que o afixo inicial modifica a significação da palavra a que se adjunge. Com base nesses pressupostos, divide os prefixos em expletivos (e- *strela*, e- *screver*), inexpletivos (re- *fazer*, ex- *pugnar*), assimilados (col- *légio*, ap- *parecer*) e justapostos (ex- *chefe*, vice- *rei*).

Para se depreenderem os prefixos expletivos e assimilados, é evidente o apelo à diacronia. A propósito dos expletivos, vale dizer que só por mera concessão terminológica podem ser chamados de prefixos, já que não passam de segmentos fônicos que se acoplaram proteticamente a *stella(m)* e *scribere*, respectivamente. Referentemente aos assimilados, é de notar-se o apelo à escrita, cujo caráter conservador é conhecido. Finalmente, é questionável a postulação de um prefixo justaposto, segundo a orientação de cunho gráfico baseada no hífen.

Oiticica (1958) é outro autor do período, que se destaca por imprimir uma marca pessoal no modo de ver os assuntos, sem preocupar-se com a precisão das definições. Na morfologia, oferece um quadro geral das *morfoses* (sic), que conglobam raiz e radical, e os mais diversos afixos só recuperáveis historicamente. Ao mencionar a expansão da raiz em radical, fala nas seguintes formas expandentes: palavras-prefixos e palavras-sufixos. Estranha-nos o termo *palavra*, que foge a nossa compreensão habitual. A confusão aumenta na página 73, quando o autor afirma que “cada palavra-prefixo, como aliás todo prefixo ou sufixo, tem sua raiz”.

Pereira (1943), por fim, define, à semelhança de outros gramáticos, o prefixo pela posição e pelo sentido, mais exatamente por sua condição semântica ancilar em relação ao tema. À maneira de Maciel (1914), divide os afixos iniciais em expletivo e inexpletivo. Ele opõe os prefixos separáveis, que correspondem a preposições e advérbios, aos inseparáveis, que funcionariam apenas como formas presas. Ao menos nisto, não incide no erro de repetir o já consagrado refrão da correspondência plena entre prefixos e elementos vocabulares pertencentes à classe preposicional ou à adverbial.

O autor contenta-se com uma classificação dos prefixos (e também dos sufixos), conforme os seus matizes semânticos. Isto, porém, em nada ajuda, porque tal classificação só faria sentido se tivessem sido estabelecidos os critérios identificadores dos afixos.

Em suma, nas gramáticas historicistas, foi mantida a doutrina clássica no tocante à prefixação, incluída na composição. Foi Said Ali que, como marco, pôs em dúvida este legado.

Said Ali (1966) explicita que não há cabimento para se estudarem os prefixos noutro setor que não o derivacional. Elucida: há prefixos que, mesmo sob ótica diacrônica, jamais corresponderam a preposições ou a advérbios em latim ou em outra língua indo-européia. Pondera ainda: “além disso, muito é de notar que quando se demonstrasse a existência real dessas silabas em passado remoto, não já como elementos formativos, mas como verdadeiros advérbios ou preposições, ainda assim não poderia prevalecer tal fato como argumento, a menos que com a noção de prefixo se derrocasse também a de sufixo, o qual, segundo a lingüística admite e por vezes claramente demonstra, procede também de expressão que a princípio se usou como palavra independente” (1966, p.229-30).

As concepções inovadoras do gramático se refletem em sua *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (Ali, 1969). Assim é que, ao

listar os prefixos, destaca os de cunho erudito, embora não explice os contextos de produtividade. Todavia, faz uma descrição pouco econômica, ao dar ilustrações cujos elementos mórficos não são transparentes, como *absolver*, *inocular*.

1.3 A prefixação no âmbito do Anteprojeto à NGB até as gramáticas pós-NGB

O Anteprojeto de *Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, contido em *A Nomenclatura Brasileira e sua Elaboração* organizado por Chediak (1960), inspirado nas inovações da linguística moderna e nas lições de gramáticos ilustres como Said Ali, tinha em mira uma descrição grammatical científica e pedagógica. Na busca desses objetivos, o trajeto percorrido não ficou imune aos desencontros.

No que tange à estrutura vocabular, por exemplo, o Anteprojeto identifica ainda a raiz sob o ângulo histórico-semântico, como “o elemento fundamental e irredutível que contém o núcleo significativo comum às palavras de um grupo lingüístico” (Chediak, 1960, p.29). A conceituação de radical também é feita em bases semelhantes. O conceito de radical permanece tão marcado pelo enfoque diacrônico, que se contemplam inclusive as apofonias, como em: *fác-il*, *in-fec-to*, *su-fic-iente*, *per-fei-ção*. Dão-se como exemplos de palavras cognatas: *acordo*, *recordar*, *cordial*, *discórdia*.

No tocante aos afixos, o Anteprojeto divide-os sumariamente em prefixos e sufixos, não apresentando maiores detalhes. Quanto à formação de palavras, persiste o caráter esquemático e classificatório, pois apontam-se simplesmente os dois processos principais: a derivação e a composição. O que a tradição separou o Anteprojeto uniu: a prefixação e a sufixação aparecem juntas, no fenômeno derivacional, o que se deve à influência de Said Ali.

O Anteprojeto foi alvo de várias críticas, entre as quais a de Chediak. O autor continua a distinguir a prefixação da sufixação, collocando o primeiro processo no âmbito da composição e o segundo, no da derivação. Porém, costumeiramente explícito em suas posições, omitiu-nos indispensáveis explicações para sua tese.

Torres fez também ressalvas ao Anteprojeto, tocando num ponto, aludente à sumária classificação do processo de formação vocabular

em derivacional e composicional (Chediak, 1960, p.92). Ele percebe que existem prefixos correspondentes a preposições, por oposição a outros que não ostentam tal correspondência.

Jucá Filho também, no respeitante ao prefixo, assevera que o *Anteprojeto* deveria esforçar-se por adotar um critério definidor do mesmo. Afirma que a derivação por prefixação se dá a partir de elementos dêiticos, cuja origem remonta às preposições ou aos determinativos. Outro estudioso, Bem Veiga, é do mesmo parecer de Jucá Filho. Não analisaremos esta afirmação, pois isto já foi feito.

Em exposição mais densa, Elia mostra-se mais cauteloso quanto à inclusão dos elementos prefixais na derivação. Pondera que: "o prefixo contém simplesmente uma idéia geral menor em relação ao tema, sem implicações de ordem gramatical. Na técnica lingüística se diz: o prefixo é um semantema, enquanto o sufixo é um morfema" (op. cit., p.235-6).

Como consequência do *Anteprojeto*, surge a *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Nela se faz uma simples listagem dos constituintes vocabulares: raiz, radical, tema, afixo, desinência, vogal temática, consoante de ligação. São as gramáticas fundamentadas na NGB que esclarecem melhor os termos, embora apresentem dissonâncias.

Comecemos nossa análise pela obra de Nascentes (1960), que deixa muito a desejar. Afirma que os afixos e desinências participam da classe morfêmica, mas não define ou sequer caracteriza o morfema. O autor apenas opõe raiz a morfema nestes termos: aquela contém a idéia e este estabelece relação entre idéias. Perguntamo-nos que lugar estaria reservado aos afixos e o que o autor entende por idéia.

Ao referir-se à prefixação, mais exatamente à formação em que comparece um elemento ligado formalmente a preposição, como *entre*, afirma cautelosamente que o processo "raia pela composição". Daí resulta a dificuldade no delimitar fronteiras. Acaba, contudo, por colocar entre os geradores de derivação prefixal uma forma como *contra*. Elenca entre os prefixos as formas *bene* e *male* e suas correspondentes vernáculas *bem* e *mal*.

No mais, Nascentes oferece-nos um quadro de prefixos que está longe de obedecer a critérios de produtividade. Como se isso não bastasse, chega mesmo a mencionar as regras morfológicas, que têm validade somente no latim.

Feita a análise da gramática de Nascentes, passemos à de Lima (1976), que oferece para os prefixos uma caracterização que peca por tautologia. Eles são, segundo o autor, morfemas destinados à formação

de derivados. Perguntemos o que são derivados e constataremos a *petitio principii* da aparente definição.

Lima (1976) é ciente da controvérsia em torno da prefixação e da composição. Mostra a divergência entre os diversos estudiosos a este respeito, mas, sem nenhum esclarecimento, o autor opta pela inclusão da prefixação na derivação.

Os critérios com os quais Lima tenta opor a prefixação à sufixação carecem de generalidade. Aquela ocorreria quando se anexassem às palavras constituintes correspondentes em regra a preposições e advérbios (extintos ou vivos). Os prefixos modificariam com mais precisão a base a que se adjungem, ao contrário dos sufixos, vazios de significação e que têm por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical. O que diria o autor ante exemplos como *arvoredo* e *alvorecer*, em que os sufixos têm marcados traços semânticos?

A propósito do prefixo, cujos contornos semânticos seriam em tese mais salientes, afirma o autor, como que retificando ou delimitando o alcance de suas palavras, que “tal norma se verifica na maioria dos casos, mas isto não quer dizer que ocorra universal e obrigatoriamente” (Lima, 1976, p.174). Para demonstrá-lo, recorre à tríade *exceder*, *preceder*, *proceder*, e declara a respeito dela que não entra nitidamente a idéia de *ceder* e nem se sente com clareza o que significariam os prefixos *ex-*, *pre-* e *pro-*.

Bechara (s. d.) mantém em essência a distinção que Lima (1976) opera entre prefixo e sufixo, reservando aos primeiros mais pronunciado conteúdo semântico.

Em Melo (1978), a concepção de afixo continua marcada pelo enfoque semântico, carente de operacionalidade, como a que compõe na maior parte das gramáticas normativas. Em nota à página 52, objeta contra a posição de muitos lingüistas que consideram a prefixação um tipo de composição, uma vez que, para ele, os prefixos são elementos sem vida própria na língua. Ele é do parecer de que a composição implica a junção de dois ou mais vocábulos que gozam de autonomia no seio da língua, de modo que se instaura um sentido novo, que transcende o dos vocábulos componentes, vistos de forma isolada. Não está explicitado o que se entende por vida autônoma. Ainda arrazoando, Melo (1978) acrescenta que a forma resultante da prefixação reflete a relação de parentesco, característica da derivação. A objeção é fraca, carece de solidez. Na própria sufixação, tal relação pode ser constatada sem dificuldade.

Resta por fim fazer referência à gramática de Cintra & Cunha (1985). No estudo da derivação, os autores enriquecem o texto de observações e notas. Referindo-se à derivação prefixal, caracterizam os afixos iniciais como mais independentes que os finais, em virtude da filiação daqueles a preposições e advérbios, que têm ou tiveram vida autônoma.

Atenuando o alcance da afirmação acima, referente à correspondência entre prefixos e preposições ou advérbios, os autores julgam ser possível discernir as formações em que os prefixos são meras partículas, como *des-* em *desfazer*, daquelas constantes de elementos prefixais relacionados com palavras independentes (isto é, formas dependentes, em termos de Câmara Jr.), a exemplo de *contra-*, em *contradizer*, e *entre-*, em *entreabrir*. No primeiro caso haveria derivação, e no segundo, composição. Entretanto, retrocedem de suas posições críticas e acabam por considerar a prefixação em geral nos quadros derivacionais.

O que é marcante na gramática de Cunha & Cintra (1985) é a alusão ao fenômeno da recomposição, que os leva a postularem, segundo admitem, a existência dos pseudoprefixos ou prefixóides. Afirmam os autores a influência teórica de lingüistas como Li Ching (1973), Iordan & Manoliu (1980), e Carvalho (1974). Cunha & Cintra se referem a estes autores como se ao termo *prefixóide* atribuissem uma conceituação unívoca.²

Por conta de todas essas imprecisões definicionais, as incongruências são inevitáveis. Num mesmo autor verificam-se contradições. Bechara (s. d.), por exemplo, quando trata da composição, refere-se a *bem* e *mal* como participes do processo. Quando trata da prefixação, tais elementos são tratados como afixos. As próprias denominações empregadas, *prefixos e elementos latinos*, *prefixos e elementos gregos*, já evidenciam titubeios no tratamento da questão, pelo uso do termo genérico *elementos*.

A introdução dos pseudoprefixos alterará significativamente o quadro. Introduzindo-se um novo elemento, a questão da formação de palavras se complica.

2 Para Li Ching (1973), pseudoprefixos são de introdução recente na língua. Para Iordan e Manoliu, são pseudoprefixos: elementos de posição inicial, que, oriundos de decomposição vocabular, guardam o sentido global da unidade léxica de origem; elementos de posição inicial, que têm forma reduzida contrastável com a forma plena de posição final; elementos que podem ocupar mais de uma posição no vocabulário. Para Carvalho, os pseudoprefixos se caracterizam pelo acento secundário no corpo do vocabulário.

2 O legado lingüístico: os diversos critérios na identificação do prefixo

2.1 O critério transformacional

A caracterização do prefixo, em perspectiva transformacional, já se delineia em Chomsky & Halle (1968). Separando a estrutura profunda da estrutura superficial, postulam que um dado item lexical, cuja classificação categorial é dada sintaticamente, se converte em prefixo na estrutura de superfície.

A impressão que nos dá é que Chomsky & Halle generalizam a concepção tradicional de que prefixos são afixos que antecedem a raiz. Acontece que ela não capta as intuições dos falantes acerca de formações do tipo N \wedge Adj ou Adj \wedge Adj: *amor-perfeito, político-partidário*, para cujos primeiros elementos a gramática tradicional nunca reconheceu a categoria de prefixo. Por outro lado, desconhece a possibilidade de um constituinte como *filo-* ocupar ora a posição inicial ora a posição final (ex.: *filocomunista, cinéfilo*). Isto sem mencionar o fato de que formas iniciais podem funcionar como vocábulos independentes, o que é reconhecido pelos próprios autores.

Chomsky & Halle, na verdade, não tratam prefixos e radicais com base em morfologia lexical. O propósito deles é abordar formações do tipo Pref \wedge Rad em termos do ciclo transformacional da fonologia inglesa. Acabam assim por não oferecer contribuições práticas para o diferenciar formações radico-radicais de formações prefixo-radicais.

Em bases diferentes da de Chomsky & Halle, já que encampa teses da Semântica Gerativa, situa-se a proposta de Guilbert (1975), a qual representa, de forma significativa, as concepções transformacionais levadas às últimas consequências. O autor caracteriza o processo de adjunção prefixal nestes termos: o elemento afixa, considerado no nível da frase de base, não constitui jamais um dos elementos da relação predicativa, o sujeito ou o predicado; aparece sob a forma da preposição ou de um equivalente sintático, o advérbio.

O morfema prefixal se caracterizaria por maior separabilidade, representando destarte um elemento de construção mais autônomo. Guilbert (1975) toma como exemplos neologismos franceses prefixalmente formados (com *anti-* e *super-*, por exemplo), cujos afixos refletiam autonomia na escrita, pois passavam a ligar-se à base através de hifen.

Guilbert estende o fenômeno da parassíntese, fazendo-o abranger formações tradicionalmente tidas como prefixais, a exemplo de *intramuscular*, *supra-orbital* e *extracurricular*, provenientes respectivamente da *intra* + *músculo* + *ar*, *supra* + *órbita* + *al* e *extra* + *currículo* + *ar*. A justificativa é sintática: um adjetivo como *intramuscular*, por exemplo, no sintagma *injeção intramuscular*, seria a versão condensada de *dentro do músculo*.

De fato os prefixos tendem a uma autonomia que os sufixos não ostentam. Isto não se reflete apenas na escrita, pelo uso do hifen, a exemplo de *pré-operatório*, ou pela ausência do referido sinal gráfico, em algumas formações vistas por nós, como *mini escola*. O elemento prefixal pode ser separado do adjetivo, como é de constatar-se em exame *pré-* e *pós-operatório*. A coordenação chega a ocorrer entre prefixo e item lexical vernáculo, como se vê em *micro* e *pequenas empresas*. Podem acontecer inclusive empregos isolados do prefixo por toda a unidade léxica. Usa-se, assim, o *micro* em vez de o *microcomputador*.

É difícil, todavia, aceitar a concepção tradicional do léxico nos termos em que a põe Guilbert (cf. Chomsky, 1970, a propósito dos dois tipos nominais do inglês: os gerundivos e os derivados, e Basílio, 1980, que faz um apanhado crítico do critério transformacional). A concepção transformacional do léxico não dá conta dos processos lexicais sub-regulares nem de fenômenos como extensão e restrição semânticas.

Para *período pré-romântico*, poder-se-iam postular os sintagmas de base *período antes do (período) romântico* ou *período antes do romanticismo*. No primeiro caso, admitir-se-ia apagamento do substantivo. Já no segundo, suprimir-se-ia o sufixo *-ismo* substituído *ad hoc* por *-ico*. Qual interpretação adotar? Em *luta antifascista*, apagar-se-ia o substantivo no sintagma *contra o regime fascista* ou se consideraria uma regra de truncamento do sufixo *-ismo* para posterior introdução do sufixo *-ista*?

Ao que foi dito supra, acrescente-se a crítica de Bessa (1978, p.105), para quem as frases de base guilbertianas parecem estruturas *ad hoc*, isto é, não se adaptam ao nível de análise do francês. A frase de base da qual Guilbert (1975) deriva o item lexical francês *présalaire*, S |salaire| *est avant le salaire*, se comporta como uma estrutura intermediária noutro possível conjunto de transformações.

A tese de Guilbert não dá conta de compostos cujos componentes padecem de opacidade semântica, a exemplo de *mesa-redonda* e *quadro-negro*. Tampouco explica por que há prefixos que não correspondem semanticamente a preposições, como *pseudo-* ou *tri-*.

2.2 Propostas baseadas no critério da produtividade

2.2.1 Critério baseado na oposição inventário limitado/inventário ilimitado

Martinet (1972) e Pottier (1962) lançam mão da estatística na investigação do processo de criação lexical. Concebem a produtividade em termos de número. O primeiro funda sua teoria nas unidades de primeira articulação a que chama monemas, divididos em gramaticais (ou morfemas) e lexicais (ou lexemas).

O discurso martinetiano a propósito dos afixos carece de univocidade. Em determinado trecho argumenta o autor: “não se trata de saber se é ou não possível contar exactamente os monemas susceptíveis de aparecerem em dado contexto, mas sim se o monema pertence a uma série aberta (que hoje talvez comporte um número reduzido de unidades, mas susceptível de aumentar) ou a uma série fechada tal que o número dos elementos que comporta não possa variar sem que daí resulte uma reorganização estrutural: não se procura saber quantos sufixos há em português susceptíveis, como *-inho*, de formar substantivos a partir de substantivos tradicionais, porque eles constituem um sistema suficientemente elástico para a cada passo poder aparecer novo sufixo do mesmo tipo sem lhes afetar o valor nem os empregos. Inteiramente diverso é o caso de sistemas como os do número ou do artigo em português, em cada um dos quais há apenas duas unidades opostas, de modo que, em caso de necessidade, se tem forçosamente de escolher entre singular e plural, entre definido e indefinido” (Martinet, 1973, p.137). Já em outro trecho, menos radical, assevera: “semanticamente pode resumir-se isso (isto é, a oposição entre modalidades e afixos) dizendo que o carácter dos afixos é mais central, menos marginal, que o das modalidades, donde decorre como corolário, no plano formal, que no grupo formado de lexema, afixos e modalidades, os afixos são geralmente mais centrais (quer dizer: contactam com o lexema) e as modalidades mais periféricas (isto é, separadas dos lexemas pelos afixos)” (op. cit., p.139).

Pottier (1962), partindo também de uma fundamentação estatística, chega a resultados diferentes dos de Martinet (1973). Ele reconhece os lexemas, “que pertencem a uma categoria com um grande número de variáveis (p. ex.: a partir de cinco mil em francês)”, e os formantes,

"que pertencem a uma categoria com pequeno número de variáveis facilmente determinável (por exemplo: abaixo de cem)" (Pottier, 1962, p.95). Os prefixos estariam incluídos entre os formantes.

Parece pouco convincente a posição de Pottier. Galery (1969) bem assinala: "embora a classificação de Pottier (1962) nos pareça mais concreta e objetiva, é preciso admitir que os prefixos se acham de tal modo no limite entre o léxico e a gramática, que variam de um para outro campo conforme o ponto de vista de que são considerados, ainda por lingüistas de orientação semelhante" (Galer, 1969, p.32).

Se tomarmos em consideração a oposição entre inventário ilimitado e inventário limitado, que não é o mesmo que série fechada, os prefixos serão postos fora do domínio do léxico. Cremos todavia que, considerando o traço série aberta x série fechada, o prefixo ficaria mais realisticamente situado no domínio entre o léxico e a gramática. Enquanto o número de artigos, por exemplo, não dá sinais de crescimento, o número de prefixos tende a aumentar, embora não em igualdade de condições com as unidades lexemáticas. Lexemas e afixos têm igualmente em comum o fato de se combinarem para formar novas unidades no léxico.

Mas voltemos a Pottier (1962), cuja teoria interessa em particular, pois serviu de ponto de partida para vários estudos. Ele chegou a uma tipologia prefixal, que apresentamos a seguir: a) zona 1: morfemas gramaticais semi-autônomos, de natureza quantitativa: *multimilionário*, *super-homem*, *bidimensional*; b) zona 2: morfemas gramaticais quantitativos integrados, como *in-* negativo, em *indescritível* e *re-*, em *refazer*; c) zona 3: morfemas gramaticais autônomos, que correspondem aos relatores: *sobrecarregar*, *encaixar*, *desmontar*.

A prevalecerem as bases semânticas, podemos enquadrar na Zona 3 exemplos como *superpor* e *interpor*, porque os morfemas iniciais equivalem a relatores, no plano do conteúdo. Indagamos como seriam tratadas as formações em que os elementos iniciais equivalentes a relatores têm valor quantitativo, a exemplo de *sobrevalorização*.

O quadro de Pottier (1962) reflete perfeitamente a fragilidade de uma teoria cujo suporte é a produtividade, aliada a considerações de ordem semântica um tanto inconsistentes. É de destacar-se uma premissa inteiramente descabida, segundo a qual Pottier diferencia o prefixo do sufixo, nos seguintes termos: o primeiro estabelece subordinação e o segundo, coordenação (Pottier, 1962, p.11). Para ele, uma formação como *belíssimo* equivale a *belo*, *belo*. Admitindo como verda-

deira semelhante tese, é impossível explicar satisfatoriamente formações como *superfeliz* e *ultra-rápido*, em que os elementos iniciais configuram superlativo.

Terminemos esta secção, procedendo a um comentário geral sobre o critério ora em tela, comum aos autores aqui estudados. Ele deve ser meio auxiliar para a identificação das unidades lingüísticas. “Adotando-se o critério da produtividade, como assinala Bessa (1986) poderíamos, igualmente, dizer que o elemento *porta-*, em *porta-bandeira*, se comporta como prefixo, porque recorre em número razoável de palavras do mesmo tipo” (Bessa, 1986, p.225).

2.2.2 O critério da formação em série

Não obstante a fragilidade do critério da produtividade, ele é adotado em diferentes versões, como esta de Galery, segundo a qual “é prefixo tudo aquilo que se comporta como prefixo, isto é, que entra num número razoável de palavras, como elemento formador” (Galery, 1969, p.35-6).

Sandmann (1989) adota também a produtividade, em termos de número, como critério. Para ele, prefixos e sufixos são formas presas, através das quais se podem formar palavras em série. Contudo, estabelece outros parâmetros, que merecem consideração à parte: a) prefixos se unem a um radical na condição de adjuntos adnominais ou adverbiais; constituem o determinante da palavra complexa engendrada e não mudam a classe da palavra da base; b) os sufixos, com exceção dos indicadores de grau, mudam a classe da palavra a que se adjungem; ao fazê-lo, constituem-se no determinado do produto da formação de palavras. Para o autor, prefixação e sufixação se opõem nestes termos: a primeira tem função primordialmente semântica e a segunda, função principalmente sintática.

Procedamos à análise, item a item. Admitir que *re-* ou *pre-*, em rever e prever, por exemplo, assumem função (que é da sintaxe) de adjuntos adverbiais, só faz sentido se, ao procedermos à conversão sintática, verificarmos a equivalência no plano do conteúdo. As mesmas formas podem inclusive assumir valores distintos, conforme sua ocorrência em outros contextos: *re-*, em *releitura*, significa “nova”; *pré-*, em *pré-estréia*, significa “anterior”. Em recorrendo ao plano do conteúdo, podemos dizer que o sufixo de grau, presente em *belíssimo*, também equivale a um adjunto adverbial de intensidade, no caso, “muito”. Seu

valor semântico equivale inclusive ao de prefixos intensivos, como *super-*, em *superbelo*.

As noções de determinado e determinante deixam de ser gramaticais para serem semânticas. De um prisma nocional, em *desejoso*, a idéia principal se sedaria no sufixo e não no radical. Em *prever*, por sua vez, a noção determinada se encontra no radical. Morficamente, contudo, em qualquer caso, o determinado coincide com o radical primário.

Quanto ao sufixo, há que se fazer alguns reparos. Primeiro: existem, conforme já salientado, sufixos não-transcategorizadores, que não apenas os de grau, a exemplos de *-edo*, em *arvoredo*, *-ado*, em *mestrado* e *consulado*. Segundo: Sandmann (1989) lança mão de meios equivocados para manter incólume a premissa de que o sufixo muda a classe da palavra. Assim, em *marmeleiro*, postula que o afixo final *-eiro*, por fazer da fruta uma árvore, muda a subclasse da palavra, embora não lhe mude a classe. O modo de conduzir a argumentação é confuso, uma vez que opõe classe, conceito gramatical, a subclasse, conceito de ordem semântica. É notório que a classe permanece a mesma em ambos os casos, tanto na base derivante quanto na base derivada. Seria bom saber como o conceito de subclasse explicaria formações do tipo *livraria*, *arvoredo*, *consulado*, *sapateiro*. Não se trata de exceções quaisquer, mas de casos que devem ser considerados, devido a sua extensão.

Vale salientar, em termos gerais, a seguinte ressalva crítica, feita por Basílio (1991), na qual investe contra os diversos critérios de produtividade, entre os quais o da formação em série, pois “não servem para decidir a questão prefixo/forma de composição, já que qualquer formação regular tem potencial indeterminado de recorrência e a freqüência de uso, portanto, não pode se constituir em critério sólido de caracterização de unidades e fronteiras lexicais” (Basílio, 1991, p.73).

2.3 O critério semântico-gramatical de Câmara Jr.

Um dos estudiosos que exerceu notável influência no pensamento de Câmara Jr. (1977) foi Vendryès (1950), que cunhou os termos *semantema* e *morfema*, sendo o primeiro relacionado com os elementos lingüísticos que exprimem idéias e representações, e o segundo, concernente aos elementos que expressam relações entre idéias

(Vendryès, 1950, p.85).³ Dentre os morfemas, para Vendryès, se destacam os afixos, ao lado das desinências, dos morfemas de alternância e de posição. Em outras palavras, o ponto de partida é a oposição entre significação lexical e significação gramatical, entre semantema e morfema, embora destacasse, e com razão, que a dicotomia pode induzir a julgar que apenas o primeiro tem significado.

Diferentemente todavia do seu mestre Vendryès (1950), Câmara Jr. classificou os prefixos como semantemas subsidiários e não como morfemas. Advém daí uma aporia: se as preposições são definidas como vocábulos que servem de morfemas de relação, conforme o verbete "Preposição", no *Dicionário de Filologia e Gramática*, de que modo é possível identificar nos prefixos, cuja natureza seria a mesma da preposição, valor semantemático?

Não é compreensível igualmente generalizar a oposição entre prefixo e sufixo, atribuindo-se a este último a condição de entidade desprovida de conteúdo, ou, quando muito, menos provida de sentido que os prefixos. A propósito disto, vale a pena nos referirmos a Sandmann, que contesta as afirmações de Bechara e Lima, conforme as quais os sufixos são assemânticos. Ele mostra que, do ponto de vista nocional, sufixos (pelo menos alguns) exibem nítido valor semantemático. Para tanto, compara as séries alemã e francesa de formações vocabulares e verifica que os sufixos franceses correspondem, semanticamente, a radicais alemães.

Em outra obra (1976), no capítulo sobre ampliação e renovação lexical, Câmara Jr. alude explicitamente ao prefixo como elemento de composição. Reconhece assim o autor, em português, de modo realístico, três grupos de formas prefixais: a) as que funcionam como preposições e prefixos; b) as que são variantes eruditas das preposições; c) as que são exclusivamente prefixos.

O pensamento de Câmara Jr., lamentavelmente, não se mantém coerente. Se atentarmos para o verbete "Prefixo", do *Dicionário de Filologia e Gramática*, veremos que o autor persevera na idéia de que o afixo inicial é variante presa das formas dependentes chamadas preposições. E mais: atribui a ele o poder de acrescentar uma significação externa à palavra a que se adjunge, sendo por isso classificável como elemento de composição.

3 Parece-nos que os termos com que Vendryès estabelece a diferença entre os dois tipos de significação não são felizes. Preposições como *contra*, *sobre* ou *sob* operam relações entre idéias, mas também apresentam contornos semânticos, nítidos por sinal, se comparados aos das preposições *de*, *em*, *por*. Destaque-se ainda que o fato de estabelecer relação entre idéias não impede que os morfemas também apresentem idéias, oriundas da relação.

2.4 Propostas baseadas na operacionalidade do conceito de raiz

2.4.1 A proposta de Nida

Nida (1949, p.83-4), na perspectiva distribucionalista, estabeleceu os conceitos de determinante e determinado a partir de critérios formais. Apoiava-se nos conceitos de: a) *raiz x não-raiz*; b) *raiz x radical*; c) *núcleo x não-núcleo*; d) *núcleo x periferia*.

Os conceitos de núcleo e periferia levam ao de constituintes imediatos, no interior da lexia. Eles determinam que se obedeça à ordem de expansão dos radicais. Uma análise como *des + cobr + i + ment + o*, por exemplo, não seria exemplar, mas sim: a) descobrimento (N) + o (P); b) descobr (i) N + ment (P); c) des (P) + cobr (N). Segue-se como corolário que os conceitos de núcleo e periferia são relativos. Deste modo, pode haver mais de um núcleo e de uma periferia.

De acordo com a noção de constituintes imediatos, os afixos são elementos determinantes em relação ao radical, que é o elemento nuclear. Quem adota o ponto de vista semântico pode chegar a resultados diferentes. Assim, em *saleiro*, que se converte sintaticamente em *recipiente para sal*, o sufixo carreia a noção mais importante e, por isto, é o determinado. Já em *prever*, que se desdobra em *ver com antecedência*, o prefixo é o determinante. Os fundamentos semânticos, neste último caso, conduzem ao mesmo resultado do princípio dos constituintes imediatos.

Os estudos de Nida (1949) são, porém, ainda preliminares, mesmo vagos, com respeito à identificação da raiz e dos afixos. O lingüista norte-americano, por exemplo, mistura fatos de língua e contigência de discurso, sincronia e diacronia, ao asseverar não ser sempre fácil distinguir raízes de não-raízes. Exemplifica-se o primeiro caso com *-ism*, que Nida afirma ser não-raiz em *fatalism* e *comunism*, e raiz em uma frase como *I'm disgusted with all these isms* (Estou aborrecido com todos estes ismos). Ilustra-se o segundo caso com *like*, que Nida considera ser raiz que se tornou não-raiz, através da forma presa *-ly*.

Não vemos dificuldade alguma em classificar o primeiro exemplo entre os casos de conversão (ou de derivação imprópria da gramática tradicional). O segundo ainda é mais simples: *-ly* é sincronicamente sufixo.

Nida dá como exemplo de raiz o elemento *cran* (de *cranberry*). O lingüista tem-no como raiz porque ocuparia a posição própria de raiz. Bessa (1986, p.235) detecta aí dois problemas: a) imprestabilidade de

cran como morfema de ocorrência única, já que aparece, segundo testemunho de Akmajian e outros (apud Bessa, 1986, p.233) em outros itens lexicais: *cranicot*, *cranprune*, o que evidencia não mais ser *cran* caso de *hápix legómena*; b) a extensão indevida do conceito de raiz a elementos de ocorrência única.

A proposta de Basílio (1974) surge então para aclarar e reparar pontos obscuros da de Nida (1949). Outros autores, aqui citados, nada mais fizeram senão perseverar na mesma trilha por ela indicada.

2.4.2 A proposta de Basílio e seus desdobramentos

Basílio (1974) julga necessário introduzir os seguintes critérios operacionais: a) são raízes os elementos mórficos passíveis de ocorrência isolada; b) são raízes os elementos que servem de base para a formação de derivados. O critério de número 1, encarado em seus aspectos puramente mecânicos, leva-nos a concluir que *contra*, em *contra-atacar*, é raiz (ou radical, no caso), porque pode ser empregado como forma livre. Mas como bem observou Carvalho (1974), em nota de pé de página, a propósito de um exemplo em francês, *contredire*: “a formulação << plusieurs préfixes fonctionnent comme mots indépendants >> é evidentemente infeliz, porque a identidade material de *contre-* em *contredire* e *contre-* em << agir contre quelqu'un >> não implica identidade significativa (tratando-se pois nos dois casos do mesmo significante em funções diversas) e muito menos que o segundo *contre-* seja o prefixo em função de preposição” (Carvalho, 1974, p.548).

Tal parecer é admitido por Sandmann (1989), que, considerando a identidade formal entre certos afixos e preposições, prefere classificar os primeiros como prefixóides, enquadrados no fenômeno da semiderivação. Em suma, os elementos correspondentes a preposições não são raízes, porque estamos falando de funções distintas. No plano lexical *contra*-, em *contra-atacar*, não tem o caráter de morfema relacional. Admite também o autor, a partir do confronto entre forma livre e forma prefixada, que *bem-* e *mal-*, bem como *não-*, são prefixoidais.

As teses de Basílio (1974) não deixaram de ter repercussão. Monteiro (1991, p.28-30), por exemplo, as admite. Para ele, *extra* e *contra*, por serem usados freqüentemente como formas livres na atual sincronia do português, foram promovidos à condição de raiz. Já fizemos comentários a respeito de *contra*. Quanto a *extra*, há que objetar-se que, no contexto lexical, ocorre pré-adjetivalmente, a exemplo de *extraterrestre* e *extra-oficial*. Isto não ocorre com a forma livre *extra*.

Monteiro (1991) também admite o critério de número 2. Em virtude deste, *super-* é raiz porque daí resulta *superar*. Pergunta-se quem tem consciência da relação entre *super* e *superar* a não ser o conhecedor da diacronia do português.

No que concerne à coerência, Monteiro (1991) deixa a desejar, diferentemente do que ocorre com Basílio (1974). Em um e outro passo, diverge das sugestões da autora, quando sugere que *sobre*, *contra* e *perante*, por serem verdadeiros núcleos de significação, em oposição a outras preposições, como *de* e *a*, devem ser raízes. O argumento aí deixa seu cunho operacional e assume caráter semântico.

É Bessa (1986, p.236-43) que, acatando os dois critérios de Basílio (1974), oferece-nos balizas mais tangíveis, às quais acrescenta uma terceira: a mobilidade distribucional. Segundo este critério, *filo* é radical por poder ocupar posições diversas no corpo do vocábulo. *Filo* aparece na primeira posição, em *filocomunista*, e na última, em *francófilo*; *fono* assume a primeira posição em *fonógrafo* e a última em *hipnofono*. Por isto, *filo* e *fono* são raízes.

3 Conclusão

De todo o exposto, podemos concluir o seguinte relativamente ao nosso assunto: a) não basta simplesmente o critério da posição para caracterizar os prefixos, uma vez que radicais também podem ocupar a primeira posição; b) o critério transformacional não se presta a identificar os prefixos, conforme argumentação feita na secção pertinente desse trabalho; c) o critério da produtividade, em suas diferentes versões, não constitui parâmetro para nós, porque é exterior ao fato lingüístico; d) o critério morfossemântico, de Câmara Jr., sobreleva o valor semântico do prefixo, alçado à condição de semantema subsidiário. Ademais, a afirmação de que os prefixos são variantes presas das formas chamadas preposições é objetável, porque o prefixo e o conectivo preposicional a ele formalmente relacionado ostentam diversos privilégios de ocorrência. Por outro lado, nem sempre tal correspondência se verifica; e) quanto aos critérios baseados na operacionalização do conceito de raiz, há que se destacar o seguinte: para nós, não basta haver pura e simples correspondência em forma no contexto vocabular e forma livre ou dependente. Deverão ser levadas em conta diferenças distribucionais entre uma dada forma no enunciado e no vocabulário. Todavia, cremos ser de destaque o terceiro critério, relativo à mobilidade distribucional.

Isto posto, julgamos ser possível caracterizar o prefixo típico como elemento mórfico de posição estritamente inicial, sem correspondência formal com nenhum item léxico e sem possibilidade de constituir base de derivação. Isto se aplica a *des-* e a *re-*, por exemplo, mas não a *auto*, que engendra *autismo* e *autista*. Tampouco se aplica a *filo*, dotado de mobilidade distribucional, a exemplo de *filocomunista* e *cinéfilo*.

Constituem também prefixos de comportamento idiosincrático aqueles que correspondem formalmente a itens lexicais, destes se distinguindo por diferença quanto aos privilégios de ocorrência: *contra*- (*contra-atacar*), *não*- (*não-ocorrência*), *mal*- (*malformação*) e/ou funcionam por braquissêmia: *vice*- (em lugar de *vice-presidente*); *ex*- (em vez de *ex-marido*); *intra*- (em *intra* e *interpartidário*), por exemplo.

DUARTE, P. M. T. The prefix and its several approaches. *Alfa (São Paulo)*, v.42, n.esp., p.33-56, 1998.

- *ABSTRACT: This paper aims to present in a critical way the different approaches concerning prefixes, in the traditional grammars and in books based on linguistic perspectives. As to these ones, we focus on the following parameters: transformation, productivity, prefix-preposition correspondence, operative perspective. After presenting these different points of view, we conclude that they are not enough by themselves to identify prefix. It is convenient to recognize the existence of typical prefixes, such as in-, re- and des-, and of non typical ones, such as sobre- and contra-, characterized by formal, not distributional correspondence to free forms and/or by brachysemic use.*
- *KEYWORDS: Radical; root; prefix; suffix; distribution.*

Referências bibliográficas

- ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- _____. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencia, 1871.

- BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Organização de José Pedro Machado. Lisboa: s. n., 1957.
- BASÍLIO, M. Operacionalização do conceito de raiz. *Cadernos da PUC*, v.15, p.89-94, 1974.
- _____. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. Produtividade, função e fronteiras lexicais. *Anais da ANPOL*, v.5, p.70-3, 1991.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional, s. d.
- BESSA, J. R. F. *Para um estudo sobre nomes compostos no Português Atual*. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. *A composição nominal e a adjetival: problemas e métodos*. Rio de Janeiro, 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. São Paulo: Iozon, 1968.
- _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- _____. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- CARVALHO, J. G. H. *Teoria da linguagem*. Coimbra: Coimbra Editora, 1974. v.1.
- CHEDIAK, A. J. (Org.) *A nomenclatura grammatical brasileira*. Rio de Janeiro: Direção do Ensino Secundário, 1960.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: _____. *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Ginn, 1970.
- CHOMSKY, N., HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- CUNHA, C. F., CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ECKFURT, T. *Gramática especulativa*. Traducción de Luís Forré. Buenos Aires: Losada, 1947.
- GALERY, I. V. *Os prefixos intensivos em Grande Sertão: Veredas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
- GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- IORDAN, I., MANOLIU, M. *Manual de lingüística románica*. Madrid: Gredos, 1980.
- LI CHING. Sobre a formação de palavras com prefixos no português actual. *Boletim de Filologia*, n.22, p.3-100, 1973.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

- MARTINET, A. *Elementos de lingüística geral*. Tradução e adaptação de Jorge Morais-Barbosa. Lisboa: Sá da Costa, 1973.
- MELO, G. C. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. Campinas: Pontes, 1991.
- NASCENTES, A. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- NIDA, E. *Morphology: the descriptive analysis of words*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1949.
- OITICICA, J. *Manual de análise: léxica e sintática*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958.
- OLIVEIRA, F. *A gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1975.
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva da língua portuguesa: Curso Superior*. São Paulo: Ed. Nacional, 1943.
- POTTIER, B. *Systématique des éléments de relation*. Paris: Klincksieck, 1962.
- RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Clássica & Alves, 1893.
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.
- SANDMANN, A. J. *A formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor Ícone, 1989.
- VENDRYÈS, J. *Le Language*. Paris: Albin Michel, 1950.

O BATISTÉRIO PUBLICITÁRIO

Nelly CARVALHO¹

- RESUMO: O presente trabalho descreve o papel do léxico nos meios de comunicação, evidenciando a elaboração da mensagem publicitária. A necessidade de brevidade e clareza determina a escolha lexical, responsável pela informação e convencimento do receptor. Para nomear e qualificar o produto são utilizados substantivos, adjetivos e verbos por meio dos processos de formação de palavras, relações semânticas e recursos estilísticos. Os traços culturais também estão presentes no uso do vocabulário.
- PALAVRAS-CHAVE: Léxico/cultura; publicidade; linguagem publicitária; seleção lexical; conotação e denotação.

1 Introdução

O tema escolhido foi o papel determinante da seleção lexical na mensagem publicitária, e teve como justificativa a convicção da relevância do estudo da linguagem dos meios de comunicação social para conhecimento mais aprofundado da língua, sua descrição e funcionamento em seus contextos reais, o que traz como consequência um maior conhecimento dos próprios processos socioculturais.

¹ Departamento de Letras – Centro de Artes e Comunicação – UFPE – 50670-901 – Recife – PE – Brasil, nelly@npd.ufpe.br.

Entre os modernos mídia, destaca-se a publicidade como aquela que ajuda a imobilizar os códigos sociais e contribui para instalar os indivíduos em seu exato lugar, dando contudo a impressão de dirigir-se a uma sociedade sem classes. Controle social de tipo novo, é a publicidade a arte de persuadir e incitar sobretudo pela linguagem. O discurso publicitário é o grande aliado desse instrumento da sociedade de consumo, e, por meio de seu estudo, podemos descobrir os caminhos de ação da língua na sociedade.

O discurso propagandístico tem suas origens remotas no discurso religioso. A própria palavra *propaganda* tem seu étimo em *propagare* (semear) no sentido de semear a fé entre pagãos (não-iniciados).

O discurso que se usava para tal fim, que fazia “propaganda” da fé religiosa (cristã – católica), era um discurso que, apelando para o gênero narrativo (parábolas), descritivo (descrição das penas do inferno ou da glória do céu) ou suasório (argumentação convincente), buscava convencer o ouvinte a adotar nova fé, prometendo “céus e terras”. Na organização destas mensagens, o vocabulário desempenhava um papel muito importante: as palavras eram escolhidas de acordo com a intenção do autor, com o tema abordado e com o auditório a que era direcionado. Foi este tipo de discurso que deu origem ao atual discurso propagandístico ou publicitário.

Duas observações são necessárias:

- Neste tipo de discurso, as mensagens não seguem um modelo universal, pois testemunham os imaginários sociais e são produtos do contexto cultural.
- Há uma subdivisão do discurso propagandístico em propaganda e publicidade. Enquanto a primeira pode referir-se à propaganda política e comercial, a segunda, publicidade, remete apenas às mensagens comerciais.

A delimitação do *corpus* da pesquisa foi a seguinte:

- Mensagens publicitárias em revistas de circulação geral (2 números).
- Revistas femininas (10 números) de circulação nacional. Estas mensagens têm a mulher como público-alvo; por isso, foram escolhidos os campos semânticos de alimentação, vestuário, cosmética, todos em sentido amplo.

Para testar a tese de imbricação léxico/cultura na publicidade, foi coletado um *corpus* de cotejo no português europeu, na imprensa lisboeta, nos mesmos campos semânticos e nos mesmos tipos de publi-

cação do *corpus* do português do Brasil: revistas de interesse geral e para o público feminino.

Para Charaudeau (1983, p.101) o que marca a diferença entre a propaganda política e a comercial é que, enquanto a primeira se baseia em valores éticos, a segunda explora o universo dos desejos. Esta segunda, considerada pelo autor como o gênero publicitário, faz parte do gênero discursivo propagandístico (p.118). Para ele são características lingüísticas e situacionais que constituem um gênero discursivo. Assim, uma publicidade comercial, uma declaração política ou uma oferta de emprego são do gênero discursivo propagandístico. Mas só o primeiro pertence ao gênero publicitário ou discurso publicitário.

O discurso publicitário tem as características específicas da sociedade na qual se insere e é o testemunho autorizado dos imaginários sociais do contexto envolvente, revelando o funcionamento cultural.

Isto porque, segundo Charaudeau (1983, p.105), observar o aspecto lingüístico da mensagem publicitária é aceitar a hipótese de que todo ato de fala é um ato relacional em que o eu (emissor) que fala coloca-se no mundo da significação em função do outro, o tu (receptor). Disto advêm as características manipulatórias deste discurso. Nele, o emissor tem por objetivo fazer o receptor executar/realizar um ato do qual ele (o sujeito) será o beneficiário: fazer comprar (finalidade última do gênero publicitário).

Como ele, emissor, não tem autoridade para mandar, incita, criando uma insatisfação, sugerindo ao receptor o ato de comprar, porém de forma disfarçada, como modo de eliminar esta insatisfação: adquirir um produto para resolver um problema pessoal.

Toda mensagem publicitária fica no limite do engano que seria o objetivo do sujeito (emissor); esse último é relegado, na representação lingüística, ao papel de auxiliar do tu (receptor) na eliminação da insatisfação.

O discurso publicitário não é o texto, mas o conjunto de características lingüísticas que contribuem para construir este texto. Estas características dependem da situação na qual é ele produzido. O que será estudado será o produto, o texto publicitário, que tem como uma das características básicas o léxico escolhido e suas funções.

Os substantivos e adjetivos (categoria nome) têm um peso e uma presença consideráveis na estrutura do texto publicitário: nomeiam, qualificam, descrevem e sugerem. A função suasória do substantivo se dá por meio da imposição em primeiro lugar da presença do objeto pelo genérico e pelo particular: *cadeiras Gerdau*.

A seguir, nomeiam aqueles a quem se destina o produto e descrevem as circunstâncias à sua volta. Os adjetivos de função valorativa, além da descrição, prestam-se à caracterização do substantivo expressando a suposta opinião do emissor (que não coincide com a fonte) sobre o produto.

Os verbos têm função eminentemente suasória. Quando usados no imperativo equivalem sempre a "comprar": "Venha e veja nosso sorteamento.", "Não gaste mais.", "Visite-nos.", "Use produtos x.". Segundo Behar (1977, p.33) estes verbos significam sempre "compre".

As palavras plenas são, portanto, elementos basilares na estruturação do texto publicitário, sendo densas de significado e escolhidas com precisão, pela exigüidade de espaço e condições de brevidade do texto.

2 Funções dos itens lexicais

A nomeação leva a uma conexão com o conceito de presença de Perelman (1976), considerada por este como a capacidade de manter vivos para a consciência certos elementos (objetos, pessoas, emoções, reais ou não) mesmo que não haja qualquer base calcada em demonstrações formais ou provas. A presença é plasmada pela nomeação verbal, consciente e calculada.

Chegamos então àquilo que o texto publicitário tem como ponto de partida: a imposição de um nome. O texto publicitário é antes de tudo, um grande batistério onde as mais dispare produções, oriundas de inumeráveis paternidades, esperam obter o reconhecimento e a identidade.

Umberto Eco registrou, em seu célebre romance *O nome da Rosa*, a força do nome como sinal de presença. Objetos, pessoas, ações, qualidades têm sua presença consubstanciada no nome, tese que a publicidade assume com a imposição da marca como registro da existência de um ser com qualidades inigualáveis e características inconfundíveis.

O nome do referente impõe a sua existência, como insinuou Eco.

O nome (marca) não é uma criação aleatória, o discurso ou mensagem baseado na marca ou griffe, como é chamada atualmente, é muito eficaz. A escolha do nome tem como finalidade prática tornar-se o suporte do objeto, dando-lhe identidade psicológica e social para que

os receptores memorizem. O êxito supremo da imposição de um nome é a conquista do público receptor, e do mercado, exclusivamente pelo nome ou marca, substantivo próprio, que a seguir, metonimicamente, denominará o próprio objeto, tornando-se substantivo comum.

Acima de tudo, a marca significa e personaliza. Quando lâmina é *Gilette*, esferográfica é *Bic* e *Bombril*, a palha de aço, a espécie investiu o gênero e o nome foi consolidado na memória do público.

A função publicitária primordial, tanto na cronologia de seus esforços quanto na perenidade de seus resultados, visa à imposição de um nome. Em geral, a publicidade dos nomes próprios sempre foi mais satisfatória e eficaz que a publicidade dos nomes comuns, menos aparente que a primeira. É um selo de propriedade que preside o momento da troca.

O texto publicitário é também quem preenche de significado o significante que nomeia o produto, e contribui com isso para o conhecimento dos objetos do cotidiano, sobretudo os introduzidos pelas novas tecnologias ou os que se constituem novidades da indústria.

Nomeado o objeto, pelo substantivo próprio ou marca, resta imprimir-lhe um caráter, impor sua "imagem pública".

Como etapa seguinte, situa-se a ligação do nome próprio ao atributo, do sujeito ao predicado, do suporte do ser ao portador do valor.

O caráter ou os caracteres do produto são impostos, recorrendo-se a traços de virtude (reconhecimento da qualidade), de força (reconhecimento da autoridade) ou de singularidade (reconhecimento da originalidade).

Todos estes são construídos por adjetivos ou substantivos abstratos, como apostos, adjuntos atributivos ou predicativos e os valores por eles atribuídos são manipulados em função da visão de mundo que se tem ou se deseja transmitir.

Dando-lhes personalidade e vida pelo nome próprio, e caráter pelos adjetivos e substantivos comuns, os produtos à nossa volta passam a fazer parte do universo cotidiano, com reconhecimento obtido através do discurso publicitário.

Implícita ou explicitamente os juízos de proveniência publicitária são incorporados pelo público-receptor como informação sobre o objeto.

O verbo completa o quadro lingüístico incitando, seduzindo, ou ordenando (veladamente ou não) a executar a ação final de aquisição do objeto. Segundo Gérard Lagneau (1977), estudioso francês da linguagem verbal publicitária, três caminhos explicam o seu funcionamento. Todos os três buscam ser científicos, procurando as razões pe-

las quais a linguagem publicitária extrai seu sucesso do jogo de palavras. Explicam o porquê da força comunicativa do discurso publicitário por três vias:

- A via psicológica, reconhecida a partir de Freud, revela que a eficácia publicitária do jogo de palavras resulta do fato de que esse jogo, para o receptor do anúncio, é propriamente erótico (no sentido psicanalítico do termo). Notava Freud (1969, p.222) que o ouvinte obtém com muito pouco gasto o prazer que lhe proporciona a palavra. Ele recebe, por assim dizer, o dom gratuito.
- A via antropológica parte da proclamação da irracionalidade do receptor. O jogo simbólico dos signos reaviva arquétipos coletivos ocultos mas fundamentais, de tal modo que um verbo aparentemente insignificante conduza à compra, escamoteando a barreira da consciência.
- A via sociológica parte do fato que, não se dirigindo a ninguém especialmente, dá a cada um a ilusão de que a mesma lhe é dirigida por ter consciência de ser membro de uma “polis”.

3 Conotação e denotação

Para Baudrillard (1968, p.229) a linguagem publicitária é conotação pura, sendo o discurso sempre alegórico.

Na verdade, as palavras plenas ou lexemas ampliam seu campo significativo, desenvolvendo ao lado do sentido literal, denotado, o sentido figurado ou conotado.

Enquanto a denotação transmite a informação, a conotação permite uma abertura em leque do significado.

Pode ser privilegiado um ou outro aspecto da palavra; escolhendo-se o denotativo, a mensagem apoia-se à no referencial, dando ênfase ao objeto, ao nome, ao analógico e à informação. Escolhendo-se o conotativo, a mesma apoia-se à no implicativo, dando ênfase ao caráter, ao anagógico, ao sintético, à convivência (mais do que à informação) (Péninou, 1972, p.210).

Passar do pólo denotativo de uma palavra para seu pólo conotativo é, pois, passar de uma retórica lógica, apoiada no referente, com argumentação baseada no conjunto de provas intrínsecas ao objeto, para uma retórica implicativa, apoiada no receptor, com argumentação baseada nos processos de persuasão, extrínsecos ao objeto.

No primeiro caso, teríamos: "Assine Caras ou morra de curiosidade".

No segundo caso: "Há flores em todas as estações e loucuras em todas as idades" – Czarina Calçados.

Ainda quanto aos processos da denotação e conotação, na mensagem publicitária teríamos um terceiro tipo de exemplo: "Homenagem ao homem que dá as cartas no Brasil: dia do Carteiro".

Neste caso, como a conotação da expressão está bastante difundida e partilhada por uma comunidade, há uma volta ao sentido literal denotado, resgatando a originalidade.

4 A construção ideológica da mulher como receptora

O discurso publicitário funciona ideologicamente em três dimensões:

- 1 Na construção das relações entre o produtor/anunciante e o público.
- 2 Na construção da imagem do produto.
- 3 Na construção do consumidor como membro de uma comunidade.

Esta última é a maior tarefa ideológica da publicidade.

Mas, como a imagem do consumidor do produto contribui para posicionar o receptor como consumidor?

A resposta é que a posição é definida em termos de aceitar como natural o esquema ideológico necessário para entender e interpretar a mensagem publicitária. O receptor ideal (imaginado) pertence a uma comunidade cujos valores, necessidades e gostos estão contidos neste esquema: uma comunidade de consumidores.

A publicidade constrói o tipo ideal do consumidor pela mudança operada no cotidiano e na visão de mundo, pelos modelos persistentes e coerentes de necessidades e comportamentos consumistas divulgados e baseados no senso comum.

Fairclough (1990) considera a publicidade como um elemento "colonizador". O crescimento do volume dos anúncios nas últimas três décadas facilitou a penetração da mensagem, inclusive modificando aspectos não-econômicos. A família, como instituição, e a vida familiar cotidiana foram "colonizadas" pelo fator econômico e pela força das classes dominantes. Esta "colonização" modificou-lhes a estrutura e a escala de valores.

5 Elaboração da mensagem

A mensagem publicitária lingüística manifesta-se por três atos fundamentais:

- 1 nomear: conferir uma identidade através de um nome;
- 2 qualificar: estabelecer uma personalidade através de atributos;
- 3 exaltar: garantir uma promoção através da celebração do nome e seus atributos.

Ao qualificar e exaltar, o emissor pode ou não usar denotação. Nomear, no entanto, requer o uso obrigatório da denotação como forma de ancorar o texto à realidade de seu fim último. Pode acontecer que o nome próprio (marca) traga sugestões e ambigüidades como Sadia, L. S., Pinhosol, mas ele revela a identidade do objeto como o sintagma nome comum + nome próprio. Ex: Meias Lupo, Cerveja Antártica.

O verbo principal do texto convida à apropriação através de uma ordem. Nem sempre, contudo, esta ordem é clara. A publicidade de serviço explica esta ordem: "Compre no Carrefour", "Adquira já seu cupom (telebingo)". A publicidade de produtos traz a ordem de forma velada. O verbo que nomeia a ação de comprar substituído por uma alusão: "Pare. Olhe. Use.", "Triumph. Wellaton, ponha isso na sua cabeça." Ou a ordem está ausente, ficando encoberta pela sugestão do trocadilho intencional: "Uncle Ben's é o arroz que pegou porque não gruda nunca."

6 Seleção vocabular

A seleção é o recurso através do qual se estabelecem as oposições, os jogos de palavras, as metáforas e os paralelismos rítmicos.

Há palavras que, colocadas estratégicamente no texto, trazem consigo uma poderosa carga de implícitos.

A escolha de termos raramente se apresenta despida de carga argumentativa, sobretudo no discurso publicitário. A sinonímia, contudo, só pode ser observada na situação de contexto no qual está inserido o texto e o tipo de receptor a que se dirige.

Outra forma de perceber a seleção vocabular nas mensagens publicitárias seria através das substituições eufémisticas. Eufemismo é o modo de disfarçar palavra ou expressão que pareça desagradável: ve-

lhice = terceira idade. Há casos de eufemismo em que a forma atenua da expressa o contrário que se objetiva (antífrase).

O eufemismo, pela freqüência de emprego, deixa de sé-lo exatamente porque acaba por identificar-se semanticamente com o nome que procura disfarçar. O francês *soutien* foi um eufemismo para porta-seios.

Os eufemismos encontrados na pesquisa relacionam-se em primeiro lugar com o tabu de decência (com sexo, atos fisiológicos e partes do corpo) mas também com o de delicadeza: idade, gordura, doença.

A antónimia é expressa por palavras, expressões ou grupos de palavras cujos sentidos são opostos. Esta oposição pode revelar-se através de uma incompatibilidade total ou parcial de semas. Pode ainda ser binária (vivo#morto); fazer parte de uma taxonomia (vermelho#preto, azul, amarelo); ser gradual (frio, morno, quente); ou apresentar a forma de pares conversos – comprar e vender, aluno e professor, marido e mulher, sacar e depositar. A mensagem publicitária recorre com freqüência a pares de antônimos para causar impacto e ressaltar o valor do objeto: "Flores Selvagens. Para amansar as feras e conquistar as belas (H. Stern)."

Ambigüidade e imprecisão na linguagem são mais regra do que exceção. Mas há uma diferença: quando algo é ambíguo há dois ou mais modos possíveis de interpretação. Quando algo é impreciso ou vago, o receptor não pensa em nenhuma interpretação definitiva, mas pode ficar inseguro e confuso sobre o significado.

A ambigüidade também, diferentemente da imprecisão, não é acidental. Na maioria dos casos é resultado de um cuidadoso planejamento. Grande parte das anedotas ou situações cômicas baseia-se na ambigüidade intencional. O mesmo se diga para a publicidade.

Caminhando com a polissêmia e a homonímia, os sentidos múltiplos de uma mensagem e sua decodificação adequada alcançam a repetição. A repetição de um termo distancia-se da paráfrase porque enquanto esta desenvolve a mesma idéia com palavras diferentes, a repetição tece outros significados com o mesmo termo. Este tecer de novos significados pode acarretar uma idéia de intensificação ou de acréscimo de novos semas ao lexema repetido. A repetição pode ser polissêmica: "Todo azul que o azul tem". Ou homonímica: "O amor é feito de um passado e de um presente. Dê um presente H. Stern".

A intensificação lingüística é um processo semântico manifesto por meio de advérbios, adjetivos e locuções adverbiais, como também pela gradação de nomes e sua repetição. Este processo não está estudado de forma sistemática nas gramáticas tradicionais. Apesar disso, é

largamente utilizado na língua corrente, escrita ou falada, em especial em alguns tipos de discurso onde o juízo de valor se faz presente ou quando se quer influenciar o receptor. Dentro deste tipo de discurso, que aciona a função conativa, está a publicidade. Por conseguinte, este recurso será amplamente empregado nas mensagens publicitárias.

7 Recursos estilísticos: Tropos

O uso de recursos estilísticos nas mensagens publicitárias – *grosso modo* – corresponde aos usos retóricos. O presente estudo foi feito recorrendo-se ao esquema proposto por Cathérine Kerbrak Orecchioni (1982) com a contribuição de alguns elementos da teoria de Jean Dubois (1974).

Deu-se ênfase a esse tipo de análise pelo interesse especial que desperta em relação ao uso e escolha de itens lexicais.

O modelo teórico da *Retórica Geral*, de Dubois, baseia-se na retórica clássica, embora apresente uma esquematização inovadora em relação aos estudos anteriores, com a introdução da noção de metábóles.

Orecchioni avança com seu estudo, porque já inclui elementos da Pragmática, reformulando a teoria dos Tropos, com a introdução dos tropos comunicacionais ao lado dos literários.

Com relação às frases feitas e aos clichês, recorri à contribuição teórica de Riffaterre (1973), Maingueneau (1984), Behar (1977) e Grünig (1990).

Concluindo a análise, constatou-se que a publicidade utiliza as figuras de retórica clássica, em especial a hipérbole, a metáfora, a metonímia, como também os tropos não-clássicos, com o uso da presunção, do implícito e do diálogo forjado, quando o tropo comunicacional é acionado.

As figuras de retórica ou tropos são cooptados pela publicidade como forma de argumentação suasória, embora sua função seja mais apologética do que polêmica.

As fórmulas fixas da língua, como citações, clichês e frases feitas, são elementos considerados abomináveis na literatura, condenados pelos teóricos da Estilística. Michael Riffaterre (1973), contudo, afirma que os mesmos podem se tornar elementos de valorização de um texto, despertando a adesão do leitor através de algo já conhecido, que estimula a memória. A alusão ou citação ultrapassa estes limites. Reserva ao leitor a satisfação de um conhecimento partilhado de algo que se

torna comum entre este e o autor. Cria uma espécie de cumplicidade entre ambos.

Nem sempre o seu uso é literal: a introdução de um elemento novo cria um jogo de palavras tornando a frase contrafeita ou a citação modificada, um modo de desmontar estereótipos.

Na íntegra ou modificados, estes jogos de palavras facilitam a comunicação, estabelecendo uma certa familiaridade com o leitor e por isto têm seu uso difundido na linguagem dos *mass media*, sobretudo no jornalismo e na publicidade.

8 Léxico e cultura

As palavras como lugares de observação de fatos culturais levam ao estudo simultâneo da língua e da cultura.

A competência comunicativa inclui a competência cultural que é a capacidade de perceber os sistemas de classificação que funcionam numa comunidade, e a capacidade daqueles nela inseridos de compreenderem e anteciparem condutas convenientes para manter a comunicação no nível desejado.

O texto publicitário, qualquer que seja a mensagem que traz explícita, é o testemunho de uma sociedade de consumo, e conduz a uma representação da cultura a que pertence, permitindo estabelecer relação pessoal com a realidade particular. Ele tem como mensagem primeira e explícita o consumo de um produto, pondo porém em destaque determinado aspecto de uma cultura, tal como um projetor poderoso, criando contudo, em torno de si, algumas zonas de sombra.

A publicidade usa conotações culturais, icônicas e lingüísticas, sobretudo aquelas que veiculam estereótipos, mais facilmente codificáveis e comprehensíveis. Diz Baudrillard (1968, p.230) que a publicidade institui uma nova linguagem porque as variantes combinatórias recortam as significações, instauram um repertório e criam um léxico onde podem inscrever as modalidades recorrentes da palavra.

A fundamentação teórica para esta análise lingüística parte da questão de identidade cultural para o aspecto lingüístico, privilegiando o domínio do léxico. Estes aspectos, cultura e léxico, foram os que me levaram ao estudo da publicidade, domínio em que se situou o *corpus analisado*.

Foi também analisado um *corpus lexical* da publicidade portuguesa em que sobressaem as variantes lexicais e os neologismos.

São as variantes lexicais os exemplos típicos dos efeitos provocados pela sociedade na língua. No seu estudo sobre o vocabulário do Português Fundamental (PF), Biderman (1996) lista as 2.217 palavras escolhidas por critério de freqüência no Português Europeu pela equipe que elaborou a pesquisa sobre o PF no Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa. A referida pesquisadora constatou que muitas das palavras brasileiras mais usuais não fazem parte do vocabulário básico do PF, o que leva a crer que diferenças sensíveis se verificam entre as duas variedades do português no nível do falar cotidiano.

Já os neologismos que surgiram no *corpus* foram, na sua maioria, resultantes da banalização ou vulgarização científica. A primeira supõe a expansão do domínio de emprego de um termo com ou sem modificação da realidade referencial. A segunda consiste no empréstimo de um termo científico à língua corrente.

9 Conclusão

O paradoxo da propaganda (e não apenas da publicidade) é que, sem outro objetivo que o de fazer agir, ela atinge seus fins, utilizando o que a linguagem tem de mais gratuito e gratificante: o jogo, a imaginação, a poesia. Mas ela não fixa a atenção na forma da mensagem, desviando-a do que é dito: sua função é o oposto. Se nos fixarmos na forma, não compraremos o produto. Daí ser ela um achado verbal, mas não uma poesia, achado verbal que consiste em usar algo de extraordinário para falar de coisas banais.

A criação, em vez de ser um ato livre, é um “auxiliar de vendas” em que o artista tem consciência de sua sujeição à sociedade de consumo.

O estudo da linguagem publicitária mostra-se revelador de valores e atitudes culturais e modos de expressão da época; cria condições de aprender a reconhecer falácias e sofismas em propagandas, que falsoiam fatos e falsificam argumentos. Favorece também condições de se reconhecer a riqueza de recursos da língua, usadas nas mensagens: eufemismos, redundâncias, hipérboles, polissemias, homônimos.

Desta forma, os consumidores “processam” o acervo e o manejo da língua, o que os torna aptos a tomar decisões, sem se deixar envolver pelo encanto do jogo publicitário; exercitam a capacidade de pensar sobre o concreto, junto com o aprendizado das formas de verbalização.

CARVALHO, N. The publicity baptistery. *Alfa (São Paulo)*, v.42, n.esp., p.57-70, 1998.

- **ABSTRACT:** This article describes the role of lexicon in the media and stresses the production of advertising discourse. The need for conciseness and clarity influences lexical selection, thus shaping information and reader persuasiveness. The process of naming and qualifying products involves the use of nouns, adjectives and verbs through word-formation, relations and stylistic devices. Cultural features are also embedded in lexical use.
- **KEYWORDS:** Vocabulary/culture; publicity; publicity language; lexical choice; connotation and denotation.

Referências bibliográficas

- BAUDRILLARD, J. *Le système des objects*. Paris: Gallimard, 1968.
- BEHAR, L. B. *El lenguaje de la publicidad*. 3.ed. Madrid: Siglo XXI, 1977.
- BIDERMAN, M. T. C. Léxico e Vocabulário Fundamental. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.27-46, 1996.
- CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.
- DUBOIS, J. et al Retórica Geral. São Paulo: Cultrix, 1974.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. 2.ed. London: Longman, 1990.
- GRUNIG, B. *Les mots de la publicité: l'architecture du slogan*. Paris: Presses du CNRS, 1990.
- LAGNEAU, G. *La Sociologie de la publicité*. Paris: PUF, 1977.
- MAINGUENAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Mardaga, 1984.
- ORECHIONI, C. K. *L'Implicite*. Paris, Armand Colin, 1982.
- PÈNINOU, G. Intelligence de la publicité. In: _____. *Étude sémiotique*. Paris: Robert Lafond, 1972.
- PERELMAN, C., OIBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation*. 3.ed. Bruxelles, Ed. de l'Université de Bruxelles, 1976.
- RIFATERRE, M. *Estilística estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.

Bibliografia consultada

- ALGEO, J. British/American: lexical differences. In: GARCIA, O, OTHEGUY, R. (Ed.) *English Across Cultures across English Communication*. New York: Mouton de Gruyter, 1989.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- CARVALHO, N. *Publicidade. A linguagem da sedução*. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- GALISSON, R. Accéder à la culture partagée. In: *Etudes de Lingüistique Appliquée*, n.67. Paris: Didier Eruditioin, 1987, p.119-27.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. Brasília, São Paulo: Hucitec, 1987.
- VESTEGAARD, T., SCHRODER, K. *A Linguagem da Propaganda*. Trad. João Alves dos Santos. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ZARATE, G. *Enseigner une culture étrangère*. Paris: Hachette, 1986.

PREFIXAÇÃO NO VOCABULÁRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Waldenice Moreira CANO¹

- RESUMO: Este artigo tem por objetivo estudar os valores semânticos veiculados por termos técnico-científicos formados por prefixos intensificadores. A pesquisa se baseou em um *corpus* constituído de verbetes extraídos de dicionários técnicos de diversas áreas do conhecimento.
- PALAVRAS-CHAVE: Prefixação; vocabulário técnico-científico; especialização semântica.

1 Introdução

A formação de palavras é um dos aspectos do léxico sobre o qual muitos estudiosos da Linguística e da Lexicologia têm se debruçado e, como consequência, vários são os trabalhos publicados nesta área.

No entanto, as descrições realizadas quase sempre levam em conta somente o caráter neológico e produtivo dos afixos, limitando-se a analisá-los enquanto formadores de palavras novas do léxico comum, deixando de ser tratados os termos das línguas de especialidade, acarretando, dessa forma, uma descrição parcial do léxico.

¹ Departamento de Ciências da Linguagem – UFU – 38400-902 – Uberlândia – MG – Doutoranda UNESP-CAr.

Além disso, as descrições praticadas pelas gramáticas tradicionais limitam-se a listar os afixos geralmente com base em sua etimologia e a fornecer seus significados seguidos de exemplos de palavras formadas; não é raro que esses exemplos não correspondam ao significado fornecido.

Por último, as descrições tradicionais não distinguem os produtos derivacionais próprios do sistema lingüístico do português daqueles cuja formação se deu ainda no latim ou em outra língua, não se caracterizando como palavras derivadas no português atual, mas sim, em préstimos de outras línguas.

Neste trabalho, trataremos da *prefixação* em *algumas línguas de especialidade*, atendo-nos aos formativos que exprimem “intensidade”, isto é, aqueles que, segundo Vilela (1994) “equivalem a um superlativo (de superioridade ou inferioridade); reforçam ou enfraquecem o significado contido na base, que, em geral, funcionam como o oposto, no paradigma semântico ...: *o carburante que é carburante no grau superior → o super-carburante*”. São eles: *arqui, extra, hiper, maxi, mega, micro, mini, semi, sobre, sub, supra, super e ultra*.

Essa escolha se deu em razão de os prefixos intensificadores, na língua comum, fazerem parte, juntamente com os sufixos de grau, do paradigma dos avaliativos, amplamente estudados por Rio-Torto (1993) e por outros pesquisadores no Brasil. No entanto, como o enfoque dado nas descrições desses prefixos é limitado ao seu caráter intensificador, porque mais produtivo, deixam de ser investigados os sentidos mais específicos que os referidos prefixos possam adquirir, sobretudo na linguagem científica, graças ao caráter peculiar das terminologias. Importa, pois, verificar se na linguagem científica os prefixos acima referidos se especializam ou se mantêm os mesmos valores avaliativos encontrados na linguagem comum.²

2 Constituição do *corpus*

Na constituição do *corpus* relacionamos os dicionários encontrados referentes às seguintes áreas do conhecimento: Ciências Físicas (Fisi-

² Em nossa Dissertação de Mestrado tratamos, também, dos formativos que mantêm, no *corpus*, uma equivalência semântica ou antônima com os afixos acima: *arqueo-, ecto(exo)-, endo-, epi-, hemi-, hipo-, infra-, intra-, meso-, macro- e proto-*. Esses formativos, com raras exceções, são exclusivos das terminologias científicas.

ca, Química e ciências afins, como a Meteorologia, a Hidrologia, a Geologia); Ciências Naturais e Biomédicas, abrangendo a Biologia como um todo (Medicina, Botânica e Zoologia.). Incluímos, ainda, a Ecologia e a Astronomia por se relacionarem com aqueles domínios do conhecimento.

A escolha por essas ciências deveu-se ao fato de seus vocabulários se entrelaçarem com bastante freqüência, ou seja, consultando as obras lexicográficas, verificamos que muitos termos de uma Ciência se incluem também em outra. Assim, por exemplo, no *Dicionário de Ecologia* encontramos muitos termos da Botânica e neste os da Química, que por sua vez registra termos da Física; o *Dicionário de Geomorfologia*, os termos da Botânica, da Arqueologia, da Química e da Física, já que é uma ciência interdisciplinar. O *Dicionário Médico* tenta abranger todas as áreas da Biologia Humana, incluindo a Citológia, a Parasitologia, a Patologia e a Anatomia, além da Química. Uma outra razão para essa delimitação deve-se ao fato de os termos dessas áreas do conhecimento serem restritos aos especialistas, possivelmente com exceção de alguns termos do vocabulário médico. Cremos que, em decorrência desse fato, a descrição que nos propusemos realizar, qual seja, analisar o sentido que alguns prefixos adquirem nas terminologias, será levada a cabo com mais precisão, já que seus termos circulam num grupo ainda fechado.

Como nosso objetivo é descrever primeiramente os valores semânticos que os formativos em questão adquirem nos vocabulários técnico-científicos, tivemos que recorrer aos dicionários especializados. Essa tarefa, contudo, não foi fácil, em virtude da escassez dessas obras em português. A maioria dos dicionários encontrados são simplesmente glossários, ou dicionários técnicos escolares, como os publicados pelas Editoras Globo e Melhoramentos. As obras do gênero mais completas estão, como era de se esperar, em inglês. É grande, também, o número de obras bilíngües ou poliglotas, que apenas traduzem o termo de uma língua estrangeira para o português ou para diversas línguas sem, contudo, defini-lo. Saliente-se, ainda, que essas obras são feitas por técnicos e não por lexicógrafos. Por essa razão nem sempre foi possível precisar o sentido de uma base ou dos formativos em estudo.

O ideal para um trabalho de investigação léxico-semântica seria consultar diretamente os textos em que se encontram as formações em estudo. No entanto, em razão da dificuldade desse tipo de coleta, optamos pela consulta aos dicionários, mesmo sabendo ser essa uma fonte limitada, porque descontextualizada, das descrições, além de um problema: a falta de atualização das obras lexicográficas. A ciência e a

tecnologia evoluem diariamente e certamente existirão centenas de termos criados e ainda não registrados em dicionários.

No entanto, é incontestável a importância do dicionário técnico. É o instrumento principal na armazenagem e recuperação dos fatos científicos, cristalizados e rotulados como signos lingüísticos, além de servir de veículo de comunicação entre os especialistas de uma dada área do conhecimento e entre os vários domínios da Ciência. Saliente-se, ainda, a importância dessa obra na sustentação do arcabouço teórico de uma ciência. Enfim, acreditamos que uma pesquisa que se baseie diretamente nos dicionários não terá seu valor diminuído, em virtude do valor, reconhecido, dessas obras.

Os dicionários que serviram, pois, de base para a constituição do *corpus* foram os seguintes:

Dicionário de Botânica. Porto Alegre: Globo, 1967. (DBo)

Dicionário de Biologia. Trad. de João Ribas da Costa. São Paulo: Melhoramentos, 1980. (Título orig. alemão: Herder Lexikon). (DBi)

Dicionário de Ecologia. Trad. de Maria Luiza Alvarenga Correa. São Paulo: Melhoramentos, 1980. (Título orig. alemão: Herder Lexikon). (DE)

Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica. Ronaldo Rogério de Freitas Mourão: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. (DAA)

Dicionário de Física. Trad. de Antonio de Souza Teixeira. São Paulo: Melhoramentos, 1980. (Título orig. alemão: Herder Lexikon). (DF)

Dicionário de Fitopatologia e Micologia. A. P. Viegas. São Paulo: Agro-nômica Ceres, 1979. (DFM)

Dicionário Geológico-Geomorfológico. Antonio Teixeira Guerra. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (DGG)

Dicionário Médico. Hugo Fortes, Genésio Pacheco. Rio de Janeiro: Ed. Fabio de Mello, 1968. (DM)

Dicionário de Química. Fernando Luiz Carraro, Jorge de Oliveira Meditsch. Porto Alegre: Globo, 1977. (DQ)

Dicionário de Termos Técnicos de Irrigação e Drenagem. Viçosa: ABID, Imprensa Universitária, 1978. (Título original: Multilingual Technical Dictionary of Irrigation and Drenage). (DID)

Glossário Geológico. Viktor Leinz, Othon Henry Leonards. São Paulo: Ed. Nacional/Edusp, 1971. (GG)

Glossário Ilustrado de Botânica. Márcio Guimarães Ferri et ali. São Paulo: Nobel, 1981. (GB)

Glossário Nuclear - Rio de Janeiro: Furnas Centrais Elétricas S.A. s.d. (GN)

Glossário de Saneamento e Ecologia – Benjamin de Carvalho. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Rio de Janeiro, 1981. (GSE)

Dessas obras, as editadas pela Globo destinam-se, segundo seus prefácios, a auxiliar alunos de primeiro e segundo graus; os dicionários da Melhoramentos têm por objetivo oferecer informação atualizada e de fácil consulta, visando tanto alunos (primeiro, segundo e terceiro graus), como os interessados em assuntos científicos. As demais obras são para o terceiro grau, técnicos e especialistas.

3 A classificação dos formativos em estudo

Nas gramáticas tradicionais, o tratamento dado à formação de palavras não é homogêneo, principalmente no que concerne aos prefixos e elementos de composição. Não há, ainda, uma linha divisória entre formação por prefixação e por composição. Os mesmos afixos podem aparecer numa gramática como elementos de composição e em outra como prefixos.

Este trabalho não tem por objetivo buscar uma solução para essa controvérsia.³ Adotaremos aqui a posição de Cunha & Cintra (1985, p.83ss.), de que os prefixos (e os sufixos) formam novas palavras que conservam, de regra, uma relação de sentido com o radical derivante. A esse critério acrescentamos os propostos por Alves (1991) para definir prefixo:

- a) Morfema que se antepõe a uma base.
- b) Morfema que se associa a uma base com valor adjetival ou adverbial.
- c) Morfema que, ao associar-se ao elemento-base, perde parte de sua acentuação.
- d) Morfema que, além da função prefixal, apresenta funcionamento autônomo e insere-se na classe das preposições ou dos advérbios.
- e) Morfema que não altera a classe gramatical da palavra-base a que se associa.

Aos critérios de definição acima, acrescentamos o seguinte:

³ Em nosso trabalho de Mestrado fizemos um apanhado da posição de alguns gramáticos e lingüistas sobre o assunto, que não reproduzimos aqui por falta de espaço.

f) Morfema que pode assumir um comportamento idiossincrático e funcionar autonomamente (por processo de braquissemia), seja como adjetivo: *gasolina super(aditivada)* seja como substantivo: o *tri(campeonato)*, o *ex(marido)*, o *vice(presidente)*, as *multi(nacionais)*.

4 Os modelos de formação de termos e a interpretação semântica dos constituintes

Além do latim, o grego teve uma tremenda influência na formação de palavras em português, sobretudo a partir do Renascimento, quando foram traduzidas muitas obras gregas, cujos vocábulos foram em grande parte assimilados pela língua portuguesa. Dois foram os principais processos utilizados para formar palavras complexas em português (Nunes, 1969, p.403). 1º: ou se unia um adjetivo com um substantivo ou um substantivo com um radical verbal: *cronômetro*, *democracia*, etc. 2º: através de partículas, que desempenham o papel de prefixos: *a-*, *anfi-*, *amb-*, *ana-*, *anti*, *arqui-*, *ec-*, *epi-*, *hiper-*, etc. Mas é sobretudo nas terminologias científicas que se verifica a dimensão da influência grega. Medeiros (1989, p.199) registra novecentas raízes de origem grega contra duzentas de origem latina. Segundo ele “um balanço aproximado desses elementos permite avaliar em cerca de dois mil o número de afixos de origem grega e em mais de mil os de proveniência latina. Alguns são obsoletos, muitos de uso restrito ou problemático: mas perto de mil e quinhentos constituem uma disponibilidade permanente ou uma reserva virtual da língua”.

Esses formativos acabaram por entrar na formação de palavras populares, não raro com seu sentido primeiro alterado. Mesmo na formação de terminologias encontramos valores e matizes semânticos diferentes num mesmo prefixo.

É importante salientar que as formações greco-latinas que entraram no português a partir da Renascença, sobretudo na linguagem científica, não foram, obviamente, criadas pelos falantes do português. Vieram principalmente do francês (sobretudo até o século XIX) e do inglês e penetraram nas demais línguas, latinas ou não, por meio da nomenclatura científica. São, portanto, formações recentes, desconhecidas quase sempre do latim ou do grego, construídas em outra língua e transpostas, sem muito rigor, para lexemas greco-latino. “É francês vestido de grego”, diz Benveniste (1989, p.173). Não raras vezes são

cometidos erros na construção ou interpretação desses termos. Benveniste cita o exemplo de *micróbio*, que os lexicógrafos traduziram como "cuja vida é curta", o que na verdade é um contra-senso. A intrepretação correta, segundo Benveniste, é "pequena vida", resultado da junção de dois conceitos: *bios* (organismo vivo) e *mikros* (infinitamente pequeno). Esses erros, seja de construção, seja de interpretação, são cometidos lá fora e nós os adotamos sem corrigi-los. Bechara (1988, p.186) cita o caso de *quilômetro*, que deveria, na verdade, ser *quiliômetro* (do grego *chilos* = *mil*). Aliás, a adaptação ortográfica foi um dos grandes problemas que encontramos na montagem do *corpus*. Alguns exemplos a título de ilustração: *arquinefro* e *arquinéfron*; *arquesporo*, *arqueósporo* e *arquespório*; *megásporo* e *megalósporo*; *micrópila* e *micrótípila* etc.

Os prefixos gregos em estudo juntam-se principalmente a bases gregas; outras vezes, a base é latina: *arquimórula*, *hipocardia*, *epidural*, *ectoglobular*, etc. *Megavolt*, *megawatt*, *microcurie* e *microohms* são os únicos exemplos em que as bases são formadas por antropônimos. Algumas bases latinas, mas que chegaram até nós através do francês ou do inglês, já estão incorporadas ao nosso léxico, não se podendo, portanto, falar em bases estrangeiras. É o caso de *hipovitaminose*, em que *vitamina* vem do inglês *vitamine* (*amina vital*), formada do latim *vita* (vida) e do inglês *amine* (amina). O mesmo ocorre com *meteoro*, do francês *metéore*, mas derivada do latim *meteora* e este do grego *meteors*, "elevado no ar". Também do inglês recebemos alguns termos (emprestados ao grego) que devem ser interpretados em português como formas simples, não passíveis de segmentação mórfica: *iperon*, *meson* e *micron*. Dois termos do *corpus* foram formados já no grego, havendo a dificuldade de considerá-los derivações do português: *hypermetros* e *epidemia*.

Como já era esperado, os prefixos gregos mais comuns no *corpus* são *iper-* e *micro-*. Esses afixos, a princípio formadores apenas de termos, penetraram na língua comum, formando atualmente um grande número de neologismos.

Quanto aos prefixos latinos e o vernáculo *sobre-* não se tem uma divisão entre aqueles que são exclusivos do vocabulário técnico-científico e os exclusivos da língua comum, já que todos estão disponíveis para a formação de palavras tanto naquele como nessa. A diferença dos prefixos gregos, que se anexam a bases presas e livres, os latinos aceitam, em sua maioria, somente bases livres.

É interessante observar que esses prefixos podem se juntar a palavras complexas, já prefixadas com formativos gregos: *semimicrométodo*, *submicrogrâmico* e *ultramicrométodo*.

Em todos os termos do corpus constituídos de um prefixo e uma base, a ordem sintática é sempre a típica dos prefixos, ou seja, *determinante + determinado*, não importando se a base é presa ou livre: *arquiblasto*, *arqueocetáceo*, *ectoplasma*, *epícito*, *extra-solar*, *extraclinal*, *exógeno*, *hipersom*, *macrocéfalo*, *macrócito*, etc

Em vários termos, a prefixação se dá sobre palavras já de si complexas: *arqueoastronomia*, *arquianfiaster*, *hemiacefalia*, *hemissaprófita*, *hiperbraquicefalia*. Nesses casos, a ordem sintática continua sendo *det + dem*, pois a prefixação se deu depois da palavra formada: *arqueo (det) + astronomia (dem)*; *arqui + anfiaster*, *hiper + braquicefalia*. Observe-se que nesses exemplos a palavra complexa é uma forma livre na língua.

A dificuldade maior na interpretação semântica desses termos consiste no conhecimento semântico dos constituintes da palavra derivada, visto que a maioria se forma com elementos gregos presos. Assim, para a interpretação do termo *hipolímnio* é necessário que se conheça o conteúdo semântico dos constituintes: *hipo* "abaixo", *limnio* "lago", ou seja, o fundo dos lagos. *Hiperalgia*: *alges(i)-* "dor", *-ia* sufixo expressando afecção, *moléstia*, *estado*; *hiper* "excesso", portanto, "estado em que a dor é intensa". *Macroblasto*: *macro* "longo", "grande", *blasto* "broto". *Hipogeo*: *hipo* "abaixo", *geo* "terra", e assim por diante.

É claro que para se perceber o sentido dessas palavras é necessário que o falante tenha também o conhecimento das raízes gregas. A percepção do caráter composto ou afixado de uma palavra depende, em última análise, do grau de cultura do falante.

O problema da interpretação do termo técnico-científico surge, também, em virtude de nem sempre a soma dos conteúdos dos constituintes da palavra derivada corresponder ao conteúdo do produto. Nesses casos, quando a prefixação ocorre sobre a palavra já anteriormente derivada, a interpretação só é possível a partir do conhecimento do termo básico. Exemplo: para interpretar o termo *hemissaprófita* é necessário que se saiba primeiro o que é *saprófita*, o que não é possível somente com o conhecimento dos conteúdos dos constituintes. *Fytos*, em grego, significa "vegetal" e *sapi(o)*, "podre", "em decomposição". No entanto, *saprófita* não significa de modo algum "vegetal podre", e sim, de acordo com os dicionários, "vegetal que se nutre de organismos em decomposição". Assim, *hemissaprófita* diz respeito ao vegetal que se nutre parcialmente por oxigênio e parcialmente por organismos em

decomposição. Haveria aqui um problema de inadequação do emprego dos elementos gregos? Má formação do termo? Esse não é um exemplo isolado. Em *microaerófito* a dificuldade é ainda maior, visto que não é possível saber de imediato se o prefixo determina toda a palavra derivada, somente um de seus constituintes ou se o determinante está expresso fora do termo. Observe-se que a definição encontrada é:

microaerófito – Que se desenvolve bem em ambientes onde há pouca concentração de oxigênio. (DFM)

O dicionário sequer nos indica o referente ao qual o termo se refere. Deduzimos que é um vegetal pois o constituinte *fytos*, como já vimos anteriormente, significa “vegetal”; *aero*, do grego, significa “ar”, e por extensão “oxigênio”. Ora, a soma desses conteúdos não nos fornece o significado do produto, a não ser através da definição. E qual o valor do prefixo? Qual termo está sendo determinado? No verbete *hemissaprófito*, visto acima, conhecendo-se o valor semântico do termo base, chega-se ao conhecimento do todo através do prefixo, determinante do termo. Mas em *microaerófito* isso não ocorre. O valor geral que *micro-* empresta ao derivante, “pequeno”, “de dimensões reduzidas”, não se infere nem com o conhecimento do termo base *aerófito*. O prefixo nesse caso adquire o valor de “pouco”, “pequena quantidade” e determina não a palavra derivada como um todo, mas um único constituinte: *aero*. Mesmo com essa interpretação não se chega ao significado de todo o termo, visto que teríamos “vegetal” e “pouco oxigênio”. Para saber que “pouco oxigênio” diz respeito à quantidade necessária para sobrevivência do vegetal, só recorrendo à definição.

São inúmeros os exemplos semelhantes no *corpus*. Geralmente as dificuldades em interpretá-los consistem ou na formação do termo base ou na especificação do valor e determinação da unidade determinada pelo prefixo.

Até aqui citamos apenas termos cujos constituintes são bases presas, de origem grega. O mesmo problema de interpretação ocorre quando o termo é formado somente de bases livres. Exemplos: *sub-anã*,⁴ *subgigante*, *subdrenagem*, *micronutriente*, *microprojeção*, *hiperparasito* etc. Conhecer o valor semântico genérico dos prefixos e

⁴ Um dos problemas das obras lexicográficas analisadas diz respeito às entradas dos termos: *sub-anã* e *hipostomática*, por exemplo, são formas flexionadas que deveriam ser registradas como subentradas de *estrela* e *folha*, o que não ocorre. Neste trabalho optamos por não tematizar as formas flexionadas em virtude de desconhecermos sua eficiência nas terminologias em que se inserem

das bases nem sempre ajuda na aquisição do conteúdo semântico do produto.

Um outro problema a ser abordado no que se refere à interpretação semântica diz respeito à classe gramatical dos termos.

O *corpus* é constituído em sua maioria de substantivos, alguns poucos adjetivos e apenas dois verbos: *superexcitar* e *superalimentar*. Já vimos acima as dificuldades para interpretar os substantivos quando não se domina a linguagem técnico-científica. O mesmo ocorre com os adjetivos técnicos ou locuções adjetivas. Alguns exemplos:

exógeno, hipógeo, mesotérmico, hipostomática, superimposto, subsaturado, semiidiurno, (período de) semitransformação etc.

Como esses termos são determinantes de outro termo, é necessário que se identifiquem seus determinados para que se possa caminhar em busca do significado do todo. Assim, *hipostomática* refere-se a uma folha que tem essa característica, ou seja, em que os estômatos estão situados na face dorsal da folha. E assim por diante.

Em suma, vimos os modelos de formação mais freqüentes dos termos do *corpus* e as dificuldades de precisar seus significados partindo-se apenas do conhecimento do valor dos prefixos e das bases. É óbvio que para que se conheça uma determinada terminologia é necessário que se compreenda sua linguagem como um todo e não apenas o significado das partes de seus termos.

5 A significação dos prefixos

Serviram como parâmetros para a análise do *corpus* a significação dos prefixos proposta por duas gramáticas: a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (1988) e a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985). Essa escolha se deve ao fato de, primeiro, não termos encontrado numa mesma gramática todos os afixos que nos interessam, e, segundo, ao fato de a gramática de Bechara ser, dentre as modernas, a que mais foi reeditada, embora não tenha sofrido nenhuma revisão desde a segunda edição (1963) até a última (34^a, 1994) e a de Celso Cunha e Lidley Cintra ser a mais recente, trazendo algumas novidades a respeito da prefixação, como a inclusão dos pseudoprefixos. Servimo-nos, ainda, da proposta de Rio-Torto (1993, p.216ss.), inspirada no modelo gerativista de formação de palavras, proposto pela lingüista francesa Danielle Corbin (1991).

extra-, supra-, hiper-, sobre-, mega(lo)-⁵

O prefixo *extra-* conserva, no *corpus* por nós constituído, o estatuto primitivo de preposição. Não foi encontrado nenhum termo em que *extra-* exprima valor de intensidade. Alguns exemplos:

extrabronquial – Que está fora do brônquio, que não pertence aos brônquios. (DM)

extra-galáctico – Que é exterior ao sistema estelar denominado Galáxia. (DAA)

O mesmo acontece com *supra-*, cujo sentido, no *corpus*, indica sempre “posição acima”:

supraciliar – Que está acima da órbita ou das sobrancelhas. (DM)

supracostal – Situado acima da costela. (DM)

supracrustal – Rocha magmática efusiva consolidada na parte superior da crosta. (DGG)

Já em *hiper-*, o primitivo valor locativo “posição superior” não foi encontrado no *corpus*, que traz apenas o valor “excesso”, “acima do normal”. Exemplos:

hiperalgia – Dor excessiva. (DM)

hipertermia – Elevação anormal da temperatura corpórea. (DM)

hipertrofia – Excesso anormal de desenvolvimento de um órgão. (DBi)

Esse mesmo sentido é veiculado pelo prefixo *sobre-*, de uso muito restrito na linguagem técnico-científica.

sobrepressão – Pressão transiente acima da pressão atmosférica causada pela onda de choque de uma explosão nuclear. (GN)

sobressalto – Aumento brusco, em geral de fraca duração (da ordem do segundo) de intensidade de emissão solar no domínio das freqüências radioelétricas. (DAA)

Mega(lo)- aparece no *corpus* significando “grande”, “de proporções aumentadas”, como em:

megacardia – Coração aumentado. (DM)

megalogastria – Aumento do volume do estômago. (DM)

Outro valor freqüente é o de medida, não registrado nas gramáticas consultadas. Quando se junta a uma base indicadora de dimensão,

⁵ Preferimos agrupar os formativos que não ofereceram dificuldades quanto à precisão do significado veiculado.

o formativo *mega-* passa a expressar uma unidade de medida equivalente a um milhão de vezes maior. Alguns exemplos:

megaohm – Unidade elétrica de um milhão de ohms. (DM)

megaton (de energia) – Energia de uma explosão nuclear que é equivalente a uma explosão de um milhão de toneladas. (GN)

super-, ultra-

O primitivo valor locativo de *super-* está presente em raros termos do *corpus*:

supercílio – O mesmo que sobrancelha. (DM)

supercentral – Situado acima do sulco central do cérebro. (DM)

superimposto (rio) – Rio cujo curso prévio se estabeleceu sobre rochas hoje parcial ou totalmente removidas, de modo que o seu curso atual independe da estrutura em que se acha inciso. (GG)

Observe-se que no termo *superimposto* a base *imposto* exige um argumento locativo, que só é complementado na definição do verbete, razão pela qual não se comprehende o termo sem a ajuda da definição.

Mas o valor semântico mais comum de *super-* é o que manifesta excepcionalidade, indicando que as propriedades semânticas expressas na base não se enquadram dentro do paradigma normal.

superaquecimento – Aquecimento de um vapor a uma temperatura maior do que a do ponto de ebulação na pressão existente. (GN)

superbrotamento – Sintoma de moléstia caracterizado pela produção excessiva de ramos. (DFM)

supersônico – Que se desloca acima da velocidade do som. (DAA)

Em *ultra-*, o valor primitivo “posição além do limite” está presente nos seguintes termos:

ultra-som – Ondas sonoras com freqüências superiores a 20 kHz; não são audíveis. (DF)

ultravioleta – É uma radiação de ondas eletromagnéticas não perceptíveis pelo olho humano e que se situa entre as radiações luminosas de cor violeta e os raios X, estando entre os comprimentos de onda de cerca de 100 Å e 3800 Å. (GSE)

Já nos outros termos do *corpus* o sentido de *ultra-* é o de intensificação, emprestando à base o sentido “excessivo”, “intenso”, “de propriedades excepcionais”:

ultravácuo – Vácuo muito intenso obtido em laboratório.(DAA)

- ultramicroscópio** – Microscópio óptico com sistema de imersão (objetiva do microscópio de alto poder de resolução). (DF)
- ultra-radiação** – Radiação cósmica. (radiação corpuscular extraordinária rica em energia). (DF)

arqui-

As gramáticas consultadas e os dicionários tanto de língua geral como os técnicos não são unâmes quanto ao tratamento dado a esse formativo. Por essa razão, serviu-nos de referência um dicionário espanhol de Botânica (Quer, 1979) que é bem preciso na definição:

arque, arqui (del gr. *ἀρχη*), punto de partida, origem, principio de algo) – Pref. empleado em bot. para dar a idea de primitivismo, tanto desde el punto de vista filogenético, como del ontogenético.

No nosso *corpus*, *arque-* é variante de *arqui-*, veiculando sempre os valores semânticos de primitivismo, origem, princípio, ponto de partida:

arquencéfalo – Cérebro primitivo; massa cerebral dos insetos; parte posterior do cérebro primitivo. (DM)

arquênteron – Cavidade da gástrula que formará o intestino, no embrião. (DM)

arquesporo – Tecido localizado no interior dos esporângios das samambaias e de outras plantas. Dele se originam o tapeto e o tecido esporógeno. (DBo)

arquiblasto – Elemento primitivo, fundamental do ovo. (DM)

arquimicetes – Fungos primitivos (DBi)

arquinéfron – Rim primitivo (DM)

micro-

Micro- é um dos prefixos mais utilizados no vocabulário técnico-científico. Seu significado pode ser parafraseado por “X de dimensões reduzidas”, em que X é a base, cujo tamanho pode reduzir-se a proporções microscópicas. No entanto, essa paráfrase não se aplica indistintamente a todos os termos do *corpus*, como em:

microcefalia – Pequenez anormal da cabeça. (DM)

microspermo – De sementes pequenas. (GB)

microabcesso – Abcesso só perceptível microscopicamente. (DM)

micrófito – Planta microscópica. (DM)

Em diversos verbetes do *corpus* esse valor só é inferido através da definição do verbete, visto que o prefixo não se refere à redução das dimensões da base, mas à redução daquilo a que a base, enquanto nomeadora de um referente, se destina:

microcaloria – Calor necessário para aquecer 1 cm³ de água destilada de 0 a 1°C.

microfísica – Física no domínio das moléculas, átomos e partículas elementares. (DF)

micronutriente – Uma substância química requerida por um organismo em quantidade muito pequena, como o boro para muitas plantas.

microaerófito – Que se desenvolve bem em ambientes onde há pouca concentração de oxigênio. (DFM)

Como foi observado anteriormente, nem sempre a soma dos conteúdos dos constituintes da palavra complexa é igual ao conteúdo do produto. No verbete abaixo, o sentido já não é o de “visível através do microscópio”, mas o de (realizado) “através do microscópio”, referindo-se a um processo, especificado pelo conhecimento do sentido da base:

microcirurgia – Cirurgia microscópica. (DM)

microfotografia – Fotografia de campos ou preparações microscópicas. M eletrônica – Fotografia de campos no microscópico eletrônico. (DM)

microdissecção – Dissecção feita ao microscópico. (DM)

Nesses exemplos, nota-se facilmente que *microcirurgia*, ou *microdissecção* não significam “cirurgia pequena” ou “dissecção pequena”. O conhecimento do sentido da base leva-nos a analisar esses verbetes como um processo realizado com o auxílio do microscópio.

Micro- pode, também, ser uma simples abreviatura de *microrganismo*, *microfone* e *microscópio*:

microbiologia – Parte da Biologia que investiga os microrganismos em seus diferentes aspectos. (DBi)

micropatologia – Patologia das doenças por microrganismos. (DM)

microstetoscópio – Estetoscópio com microfone adaptado. (DM)

microspectroscópio – Espectroscópio para ser usado com microscópio, em exame espectral de objetos microscópicos. (DM)

O sentido primitivo de *micro-*, “equivalente a um milhão de vezes menor”, também aparece com freqüência no *corpus*:

microcurie – Milionésima parte do curie, unidade de radioatividade. (DQ)

micrograma – Peso de um milionésimo de grama. (DM)

microhm – Um milionésimo de Ohm. (DM)

No entanto, no verbete *microbalança* (*Balança capaz de pesar quantidades da ordem dos microgramas*–DM) o prefixo não indica, é óbvio, que a balança é um milhão de vezes menor, mas que o instrumento se destina a pesar quantidades um milhão de vezes menores.

semi-

Semi- está classificado entre os prefixos em Bechara, significando “metade de”, “quase”. Em Cunha e Cintra *semi-* aparece entre os pseudoprefixos somente, não sendo registrado seu significado. O valor mais freqüente no *corpus* é o de “parcialidade”, ou seja, *semi-*, ao juntar-se a uma base não passível de ser fracionada, o termo derivante passa a ser definido como “parcialmente”, “não integralmente”, “que manifesta apenas algumas propriedades da base”:

semi-lunar – Em forma de meia lua. (GB)

semicélula – Metade da célula que contém todos os elementos da outra parte. (GB)

semiptose – Ptose parcial. (DM)

semiparasita – Planta que se nutre parcialmente por parasitismo e parcialmente por fotossíntese. (DBo)

Já nos exemplos abaixo, o prefixo significa “metade”, mas não se refere à base a que se anexou, e sim à metade de uma quantidade X, após ter-se realizada a atividade expressa na base.

semidesintegração (período de) – Intervalo de tempo para que uma amostra radiativa tenha sua atividade reduzida à metade. (DF)

semitransformação (período de) – Chama-se o tempo depois do qual metade dos átomos de uma qualquer massa de um determinado isótopo radioativo se desintegrou. (DC)

Já foram vistos aqui vários exemplos desse tipo, ou seja, em que o prefixo não determina a base a que se junta, mas outro termo expresso na definição.

sub-

O sentido mais geral de *sub-* é o que expressa localização “abaixo de”, “posição inferior”, presente em muitas palavras do *corpus*:

subabdominal – Situado abaixo do abdômen. (DM)

subcutâneo – Situado abaixo da pele. (DM)

sublunar – Diz-se do ponto situado abaixo da Lua. (DAA)

Esse prefixo serve também para localizar a base numa escala de expressão de grau, e nesse caso, adquire o matiz semântico “pouco intenso”, “reduzido”, encontrado nos seguintes termos:

sub-anã – Estrela anã de magnitude inferior à das anãs normais. (DAA)

subclínico – Sem manifestações clínicas; com sintomas discretos, incapazes de caracterizar a doença. (DM)

subgigante – Estrela gigante de magnitude absoluta inferior à das gigantes normais. (DAA)

subicterícia – Icterícia leve. (DM)

subpulso – Componente mais fraca do pulso de um pulsar. (DAA)

Em alguns termos do *corpus*, *sub-* adquire um valor que não expressa nem localização nem expressão de grau mas passa a indicar que o termo derivante é “secundário” em relação ao termo da base:

subadutora – É o conduto que se inicia numa adutora ou que, partindo da estação de tratamento ou do reservatório de distribuição, termina em outro reservatório. (GSE)

subcoletor – Canalização que recebe efluentes de um ou mais tubos de queda ou ramais de esgoto. (GSE)

subproduto – Produto secundário, de aproveitamento em indústria ou fabricação. (DM)

subsatélite – Objeto ou astro que é satélite de outro. Objeto destinado a ser transportado em órbita dentro de um satélite artificial da Terra, mas posteriormente ejetado para fins determinados. (DAA)

Nesses exemplos, *subadutora* não significa “adutora inferior”, mas que “não é a principal”; *subproduto* não é um “produto inferior”, mas “outro produto”, em que a aplicação ou o destino são diferentes do principal.

No entanto, *sub-* pode exprimir um valor depreciativo, traduzido por “insuficiente, deficiente”, como no termo

subalimentação – Alimentação insuficiente. (DM)

Com esse sentido, *sub-* é equivalente a *mal*, como em *subalimentado* = mal alimentado.

Há outros exemplos no *corpus* em que *sub-* indica, de acordo com a definição, uma peculiaridade do termo derivante em relação ao termo da base, como se observa nos seguintes exemplos:

subarbusto – Arbusto pequeno, em que as extremidades dos caules são herbáceas. (DBo)

subcultura – Modo de comportamento e sistema normativo peculiar de um determinado grupo social no seio de uma sociedade mais complexa. (DE)

Essas definições confirmam que o prefixo *sub-* pode diferenciar o termo derivante em relação à base não pela posição inferior, mas por alguma característica própria.

No entanto, para que se perceba esse valor semântico do prefixo *sub-* é necessário, para os não-especialistas, que se analise a definição fornecida pelo dicionário técnico, já que somente pelos conteúdos semânticos do prefixo e da base não se chegaria a essa particularidade.

Ainda nesse grupo, podemos acrescentar alguns termos muito comuns em Biologia, em que o prefixo *sub-* discrimina uma espécie vegetal ou animal dentro de uma hierarquia.

subespécie – Subdivisão de uma espécie. (DM)

subfamília – Família de animais ou plantas com caracteres próximos da família. Subdivisão de família. (DM)

subordem – Subdivisão de ordem de animais ou plantas. (DM)

É possível depreender, ainda, outros matizes semânticos manifestados pelo afixo em questão.

Em Química, *sub-*, quando associado ao nome de um elemento químico, pode significar que o termo derivado é caracterizado como básico (que tem caráter alcalino).

subacetato – Qualquer acetato básico. (DM)

subgalato – Galato básico. (DM)

subnitrato – Nitrato básico. (DM)

subsilícica – Denominação dada às rochas que contêm pouca silica, correspondendo assim às rochas básicas. (DGG)

Um outro termo do *corpus* que chamou a atenção foi *sub-saturada*, referindo-se à rocha:

subsaturada – (rocha) Rocha magmática contendo minerais não saturados. (Em francês *roche non-saturée*). (GG)

O *Glossário Geológico*, de onde transcrevemos o termo acima, registra seus termos em três línguas, além do português. Em inglês *insaturated rock*, em alemão *untersättigtes Gestein*, em francês *roche non saturée*. Ora, se nas outras línguas o prefixo empregado corresponde à negação, não entendemos por que os autores utilizaram, na tradução

para o português do termo, o prefixo *sub-*, quando está disponível o prefixo *não-*.

Finalmente, *sub-* expressa, ainda, um sentido equivalente ao do prefixo *semi-*, visto anteriormente, e passa a significar “um tanto”, “quase”, “de maneira parcial”. Esse valor de *sub-* está registrado no *Aurélio*.

subárido ou semi-árido – Termo aplicado a áreas ou climas que, estritamente falando, não são áridos nem úmidos, e nos quais as culturas de valor inferior podem ser desenvolvidas sem irrigação. (DID)

subdelírio – Delírio parcial. (DM)

subfebril – Quase febril; um tanto febril. (DM)

subúmido ou semi-úmido – Termo aplicado a uma área ou um clima que, de modo geral, têm suficiente umidade para permitir todo tipo de culturas, porém, nos quais a irregularidade de precipitação, durante o ano, torna essencial o fornecimento de água por irrigação, a fim de obter culturas melhores. (DID)

Antes de finalizar esta descrição, restam algumas observações sobre a graduação verificada entre alguns termos do *corpus*.

Os afixos *hiper-* e *super-* são equivalentes semânticos, no entanto, entre *hipersônico* e *supersônico* o que se observa é uma graduação: numa escala avaliativa, *hiper-* está acima de *super-*:

hipersônico – Velocidade, ou relativo à velocidade de cinco ou mais vezes a do som.⁶ (DAA)

supersônico – Que se desloca acima da velocidade do som. (DAA)

Também entre *hipersom* e *ultra-som*, *hiper-* está no topo da escala, acima, pois, de *ultra-*:

hipersom – Vibrações mecânicas de freqüências superiores às dos ultra-sons, isto é, acima de 10⁹ Hz. (DF)

ultra-som – Ondas sonoras com freqüências superiores a 20 kHz; não são audíveis. (DF)

⁶ Segundo o *Dicionário de Astronomia*: “Essa velocidade é medida em Número de Mach, que é uma grandeza adimensional que caracteriza o movimento dum corpo num fluido. Quando o número de Mach é inferior à unidade, a velocidade é *subsônica*; quando maior (1 a 5 mach), *supersônica*. Para velocidades superiores a cinco mach, a velocidade é denominada *hipersônica*.” (grifos nossos)

6 Conclusões

O presente trabalho procurou descrever o comportamento semântico de prefixos utilizados para formar palavras tanto na língua comum quanto na linguagem técnico-científica: *arqui-, extra-, hiper-, micro-, semi-, sobre-, sub-, super-, supra-* e *ultra-*.

Não foram encontrados no *corpus* termos formados com os prefixos *mini-* e *maxi-*. Não podemos afirmar categoricamente que esses prefixos não entrem na formação de terminologias, visto nosso *corpus* não ser exaustivo e abranger somente algumas áreas de especialidade.

Foi constatado que o valor intensivo está presente em *hiper-, micro-, semi-, sob-, sobre-, super-* e *ultra-*, faltando em *arqui-, extra-* e *supra-*, e, nos dois últimos o único valor encontrado foi o locativo.

No entanto, a análise mostrou que o valor semântico dos prefixos estudados vai muito além do valor intensificador ou do locativo. Em vários prefixos ocorre um semanticismo mais especializado, só inferido por meio das definições dos dicionários técnicos. Ficou claro, também, que nem sempre a soma dos conteúdos dos constituintes do termo derivado corresponde ao conteúdo do produto, e muitas vezes o prefixo, ao invés de determinar toda a palavra derivada, determina somente um de seus constituintes, ou, ainda, uma unidade léxica expressa na definição do termo.

CANO, W. M. Prefixation in scientific vocabulary. *Alfa* (São Paulo), v.42, n.esp., p.71-91, 1998.

- **ABSTRACT:** *The aim of this paper is to conduct a study of the semantic values conveyed by scientific terms constructed by intensifying prefixes. The research is based on a corpus constituted by entries extracted from technical dictionaries of several fields of knowledge.*
- **KEYWORDS:** *Prefixation; scientific vocabulary; semantic specialization.*

Referências bibliográficas

- ALVES, I. M. A questão das fronteiras em formações prefixais. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Descrição do Português II*. Araraquara: UNESP, 1991. p.42-7 (SeriEncontros).

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 32.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1988.
- BENVENISTE, E. Formas novas da composição nominal. In: _____. *Problemas de lingüística geral*. Campinas: Pontes, 1989.
- CORBIN, D. *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Lille: Presses Universitaires, 1991.
- CUNHA, C., CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
- MEDEIROS, W. de. Importância das bases greco-latinas na formação das terminologias. *Boletim da CNALP*, p.195-205, 1989.
- NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 7.ed. Lisboa: Clásica, 1969.
- RIO-TORTO, G. M. *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra, 1993. 977p. Dissertação (Doutoramento em Lingüística Portuguesa) – Universidade de Coimbra.
- VILELA, M. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

Bibliografia consultada

- ALVES, I. M. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- CANO, W. M. *A prefixação no vocabulário técnico-científico: um estudo semântico*, Araraquara, 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- DUARTE, P. M. T. *A formação de palavras com prefixos latinos e vernáculos*. Araraquara, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Versão informatizada).
- FERREIRA, M. M. C. *Pseudoprefixo: um conceito incômodo para o estudo da derivação prefixal*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE TERMINOLOGIA CIENTÍFICA E TÉCNICA, 1989, Lisboa. Comunicação... (Não publicado).
- _____. *A formação dos adjetivos em anti- em português*. Lisboa, 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- GUILBERT, L. La spécificité du terme scientifique et technique. *Langue Française*, v.17, p.5-17, 1973.
- GUILBERT, P. Remarques sur la diffusion des mots scientifiques et techniques dans le lexique commun. *Langue Française*, v.17, p.31-43, 1973.

- REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. Trad. de Clóvis Barleta de Moraes. Alfa
(São Paulo), 28, supl., p.45-69, 1984.
- SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor/Icone, 1989.
- _____. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

VOCABULÁRIO REGIONAL NA AMAZÔNIA ACREANA

Aparecida Negri ISQUERDO¹

- RESUMO: O trabalho apresenta resultados de estudo realizado acerca do vocabulário do seringueiro do Estado do Acre objetivando inventariar, descrever e analisar aspectos do léxico utilizado pelo grupo com vistas a verificar em que medida esse nível da língua pode retratar a realidade física, social e cultural da região acreana e do grupo de seringueiros em particular.
- PALAVRAS-CHAVE: Léxico; regional; seringueiro; Amazônia acreana.

O Brasil, em decorrência de suas características geopolíticas, possui diferentes regiões com particularidades significativamente marcantes. Em função disso há, no plano lingüístico, determinadas marcas que se evidenciam em mais de uma localidade, sobretudo no âmbito do léxico. Assim, existem palavras, expressões que representam o léxico local de duas ou mais áreas geográficas. Ora, se essas semelhanças acontecem entre diferentes regiões, com maior ênfase elas se manifestam entre os estados de uma mesma Região. Sendo assim, torna-se difícil toda tentativa de descrição e de delimitação dos regionalismos próprios de um grupo sócio-lingüístico-cultural.

1 Departamento de Comunicação e Expressão – Centro Universitário de Dourados – UFMS – 79825-070 – Dourados – MS – Brasil, isquierdo@ceud.ufms.br.

Na pesquisa² que realizamos acerca do léxico do seringueiro acreano, a grande dificuldade que ficou latente foi a de detectar o que, realmente, existe de peculiar na linguagem do grupo que o diferencia do seringueiro amazônico em geral. A despeito de o Acre reter grande potencial de seringais e de sua economia, durante muito tempo, ter sido solidificada na extração do "ouro negro", outros Estados amazônicos também apresentam essa mesma característica.

O observador mais atento percebe certas marcas na linguagem do acreano que a diferenciam da forma de expressão de outras regiões brasileiras. Fundamentando-nos apenas em observações empíricas assistemáticas poder-se-ia afirmar, inclusive, que no Acre existe uma especificidade lingüística peculiar e distinta dos demais Estados brasileiros. No entanto, um exame mais criterioso da questão suscita questionamentos do tipo: até que ponto a linguagem do seringueiro acreano configura-se como realmente própria daquele Estado? Será que a maneira de falar desse grupo não reúne elementos característicos também de outras regiões brasileiras em virtude da espécie de povoamento ocorrida no Acre? Será essa linguagem específica do seringueiro acreano ou do homem amazônico em geral? Este trabalho apresenta resultados de pesquisa que procurou respostas para questões dessa natureza.

Inicialmente faz-se mister registrar que o Estado do Acre, de economia basicamente extrativista, tem experimentado mudanças na sua estrutura econômica, pois com a desativação de muitos seringais, cujas áreas estão sendo utilizadas para a pecuária, os seringueiros deslocam-se para os centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho, deixando para trás as suas tradições e, com elas, as lexias específicas usadas para a nomeação das diferentes etapas do processo de extração do látex da seringueira e do processamento precário da produção de borracha. Aqueles que continuam no extrativismo estão sofrendo também uma mudança de vocabulário com a introdução de novas técnicas apresentadas a partir da criação das reservas extrativistas e da implantação do sistema de cooperativa. Atualmente, com a desvalorização do preço da borracha, os seringueiros que ainda permanecem nas matas, trabalhando na coleta do látex, formam um grupo compri-

2 Este trabalho apresenta parte de resultados obtidos através de pesquisa realizada acerca do vocabulário do seringueiro acreano para nossa Tese de Doutoramento *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*, defendida na UNESP/Araraquara, em 1996.

metido com a luta em prol da preservação do meio ambiente e da valorização da atividade extrativista na região. Entretanto, a despeito de esse grupo de trabalhadores ser hoje, até certo ponto, marginalizado pela sociedade, conservam-se vivos a sua cultura, os seus hábitos, os seus valores, a sua linguagem, mesmo apesar das pressões externas que ameaçam ofuscar, ou até mesmo aniquilar toda uma tradição cultural, tão representativa, da sociedade amazônica.

Considerando o exposto, a pesquisa objetivou, numa perspectiva mais ampla, descrever e analisar aspectos do léxico utilizado pelo seringueiro com vistas a verificar em que medida ele retrata a realidade física, social e cultural da região e do grupo em particular. Ao inventariar aspectos da expressão lingüística do grupo, procurou-se também detectar o que de específico existe nesse universo lexical. Objetivando, pois, viabilizar condições para o alcance desse último propósito da pesquisa, trabalhou-se com a seguinte hipótese de estudo: as complexidades e os contrastes do hábitat do seringueiro favorecem a existência de um falar típico, notadamente distinto de outras regiões do País.

Importante registrar que o Estado do Acre, a julgar pela natureza do processo de colonização e de povoamento nele ocorrido, concentra uma população heterogênea em termos de origem, que, por sua vez, levou para a nova terra suas línguas, suas tradições, seus hábitos, suas crenças, suas formas de cultura: a lusitana, em decorrência da ação colonizadora portuguesa; a nativa, representada pelas inúmeras tribos que habitavam a região; a do migrante, sobretudo o nordestino, cuja presença foi a mais marcante no processo de povoamento do Acre.

Assim, da miscigenação entre o elemento nativo e os povos colonizadores resultou o homem acreano, com suas características herdadas dos elementos humanos que o constituem e que marcam a sua vida em diversos aspectos. Tanto o invasor como o nativo transmitiram e adquiriram valores culturais e desta fusão cultural resultou uma cultura regional que caracteriza os hábitos, a alimentação, a religiosidade, os valores, a linguagem e outras singularidades que marcam a sociedade local.

Considerando os objetivos da nossa pesquisa, na definição do *corpus*, optamos pela investigação em fontes de natureza oral e de natureza escrita por julgarmos que o confronto entre os dados obtidos nessas duas modalidades permitir-nos-ia melhor analisar a questão relação língua/cultura/sociedade.

A partir do tema seringueiro, selecionamos textos de autores considerados representativos da região acreana, escritos a partir da década de 1970:

- *Cartilhas populares: do seringueiro para o seringueiro*, v. 1 a 5, *História da Amazônia e O caucho, a seringueira e seus mistérios*, de Hélio Melo (ex-seringueiro). Trata-se de pequenas publicações através das quais o autor “fala” ao leitor do trabalho do seringueiro, dos seus hábitos, crenças ... e também dos mistérios da mata, dos pássaros, da caça.
- *O folclore acreano*, de Pe. José Carneiro de Lima, obra que contém narrativas acerca da vida, das crenças do seringueiro.
- *Sapupema* (contos), *Terra caída e Vidas marcadas* (romances), obras de José Potyguara, escritor regional acreano que focaliza a realidade vivida nos seringais acreanos (meio em que viveu durante a sua infância) e mostra-nos homem e natureza intimamente ligados em igualdade de condições, sujeitos às mesmas leis, princípios e finalidades, mas sempre em confronto.

Esclarecemos que, apesar de as obras selecionadas pertencerem à modalidade escrita da língua, o que pode sugerir que não sejam representativas da linguagem usual do grupo, o elemento regional transparece em todos os textos. Adotamos como critério na seleção das obras não só a estreita convivência dos autores com a realidade da região como também a representatividade de suas obras na literatura local. Acreditamos, pois, serem essas obras significativas fontes de pesquisa do universo lexical do seringueiro.

Além dessas obras, utilizamos os documentos, abaixo especificados, para o levantamento dos topônimos empregados pelos seringueiros para nomear os seringais e colocações:

- *Relatório Sócio-Econômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes*, Rio Branco – AC, Conselho Nacional dos Seringueiros, 1992.
- Documento fornecido pelo Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA, contendo a relação de nomes de seringais e colocações (presumidamente) ativados no Vale do Acre, Rio Branco – AC, 1994.

Já no que diz respeito ao *corpus* oral trabalhamos com um material fornecido pelo CEDAC – Centro de Estudos Dialetológicos do Acre, órgão vinculado à UFAC – Universidade Federal do Acre, Instituição que está desenvolvendo o Projeto do *Atlas Etnolinguístico do Acre*. O material fornecido por esse órgão consta de gravações efetivadas no ano de 1989 com seringueiros do Vale do Acre – municípios de *Rio Branco*, *Plácido de Castro* e *Xapuri*. Além desse material, utilizamos gravações realizadas por nós com ex-seringueiros e com seringueiros,

também do Vale do Acre, por ocasião do levantamento de dados na cidade de Rio Branco – AC.³

É sabido que à Lexicologia compete analisar, descrever, explicar, estabelecer modelos dos fatos lexicais, ou seja, efetivar o estudo do léxico quantitativa e qualitativamente. A abordagem quantitativa está voltada para a estatística léxica e formalização lógico-matemática; a qualitativa, para o estabelecimento de um modelo das estruturas do universo lexical determinado. Nesta última, é difícil dissociar o estudo do léxico do contexto social, econômico, cultural porque, dentre os domínios da linguagem, segundo algumas correntes, o léxico se configura como o menos lingüístico de todos – situando-se entre o lingüístico e o extralingüístico. Em nossa pesquisa, adotamos o sistema de análise qualitativa.

Ao estudarmos o vocabulário do seringueiro não foi possível ficar apenas no nível lingüístico. Fatores outros, como, por exemplo, o meio ambiente, muito concorreram para elucidar a questão, no que se refere às virtualidades semânticas do léxico.

Vale esclarecer que não nos propusemos a um levantamento lexicográfico completo dos dados fornecidos pelo *corpus* – obras selecionadas e gravações –, mas tão somente dos itens lexicais de uso cotidiano do seringueiro. Esses termos representaram unidades lexicais de uso específico do grupo, ou integraram o conjunto dos brasileirismos gerais ou dos brasileirismos amazônicos⁴ ou, até mesmo, se configuraram como expressões de uso genérico com conotações semânticas distintas no contexto de uso do grupo. Isto porque a “cor local” manifestada no léxico pode evidenciar-se, tanto através do uso de significantes próprios, quanto por meio da recriação semântica através de incursões de semas específicos a lexemas de uso geral. Por isso, na seleção dos itens lexicais, arrolamos termos específicos da região e, também, aqueles de uso geral que fazem parte do universo natural onde vive o seringueiro ou que se referem à sua realidade cultural, econômica e social.

3 Coletamos dados com seringueiros de um seringal às margens do Rio Apurinã, no município de Plácido de Castro; na Casa do Seringueiro; no Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), e no Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Assim, na sede dessas entidades, notadamente na Casa do Seringueiro, conseguimos oito informantes – seringueiros e ex-seringueiros – que se dispuseram a gravar entrevistas. Esclarecemos, ainda, que em função dos objetivos da pesquisa optamos pelo sistema de entrevista aberta.

4 Referimo-nos aqui às unidades lexicais assim classificadas pelo lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no seu *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1986).

Procuramos, também, verificar a importância cultural dos itens lexicais que compõem o universo vocabular do grupo, e observar em que proporção estes elementos lingüísticos servem de instrumento de propagação e de caracterização de valores que afetam o comportamento do homem individual e socialmente considerado.

Partindo do pressuposto de que a significação da palavra decorre do contexto e considerando que nosso interesse estava centrado no estudo do léxico numa perspectiva sociocultural, tentamos analisar cada item lexical observando a sua referência com outros elementos – lingüísticos e extralingüísticos – que pudessem evidenciar alguma relação de significado com o termo em questão. Desta forma, partindo da premissa de que toda palavra envolve uma rede de traços semânticos e por isso integra um determinado campo de significação é que optamos, na organização dos dados, pelo agrupamento das unidades lexicais em campos léxicos de maneira a refletirem aspectos dos ambientes físico, social e cultural do grupo a que servem.⁵ Para a divisão dos campos, obedecemos aos seguintes critérios:

a) seleção das unidades lexicais – palavras nacionais: substantivos, adjetivos, verbos e respectivas locuções; b) formação e organização de campos e de subcampos lexicais; c) análise dos itens lexicais agrupados nos diferentes campos, apresentando-se a significação de cada um, no contexto regional do grupo em questão.

Para a sistematização dos significados das unidades lexicais obedeceu-se à seguinte dinâmica:

a) verificação da acepção apresentada pelos dicionários de uso selecionados – *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva (1813), e *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986)⁶; b) verificação do significado dos termos em dicionários regionais; c) verificação do significado apresentado pelo autor

5 Fundamentando-nos, basicamente, em Biderman (1981) acerca do conceito de rede associativa e de campo léxico, agrupamos os dados em campos a partir da palavra nuclear **Seringal**, trabalhando com dois macrocampos: **aspectos humanos** e **aspectos físicos**. Ao primeiro macrocampo foram reunidos oito campos léxicos: *nomes dos seringais* e *das colocações*, *tipos humanos*, *atividades humanas*, *habitação*, *alimentação*, *crenças*, *lazer* e *transporte*. Já ao segundo foram acoplados cinco campos léxicos: *hidrografia*, *clima*, *solo*, *vegetação* e *fazenda* (Cf. Isquierdo, 1996, p.104-336).

6 A opção por essas obras lexicográficas justificou-se em função da importância das mesmas – enquanto dicionários da língua portuguesa – em dois momentos distintos da lexicografia portuguesa. O dicionário de Antônio de Moraes Silva (1813), por ser considerado o primeiro dicionário de usos da Língua Portuguesa, e o de Aurélio Buarque de Holanda (1986) por ser o dicionário da língua portuguesa atual com mais verbetes disponíveis. Considerando-se que todo léxico regional, normalmente, apresenta marcas significativas de conservadorismo lingüístico, julgamos oportuna a

da obra-fonte consultada e/ou pelo informante; d) ampliação das informações através da consulta a outras obras de estudiosos da linguagem regional.

O inventário vocabular coletado reuniu um total de 849 (oitocentos e quarenta e nove) lexias – 567 (quinhetas e sessenta e sete) pertencentes ao *vocabulário comum*, ou seja, unidades utilizadas pelo grupo para designar aspectos do seu cotidiano – atividades humanas – seringa, agricultura, caça e pesca –, habitação, hábitos alimentares, lazer, crendices, transporte, elementos do meio físico e 282 (duzentas e oitenta e duas) classificadas como signos topográficos.

Importa registrar que das 567 (quinhetas e sessenta e sete) unidades lexicais que integraram o *vocabulário comum*, 166 (cento e sessenta e seis) são lexias *não-dicionarizadas*⁷ – 84 (oitenta e quatro) identificadas no *corpus* oral, 49 (quarenta e nove) no escrito e 43 (quarenta e três) coletadas tanto do *corpus* oral quanto do escrito. Já dos itens lexicais *dicionarizados*, 175 (cento e setenta e cinco) estão entre os classificados como *Brasileirismos* e 78 (setenta e oito) como *Brasileirismos Amazônicos*. Somente 138 (cento e trinta e oito) lexias integram o *vocabulário geral da língua*.⁸

Essa constatação leva-nos a concluir que o seringueiro acreano incorpora no seu vocabulário uma parcela significativa de unidades lexicais representativas tanto da região Norte – avimento; balseiro; brabo; batelão; barracão; caldeirão; centro; chibé; comboio; mãe da mata; defumador; estrada de seringa; marupiara; mutá; tapioca; seringal; seringueiro; varadouro – quanto de outras regiões brasileiras, notadamente do Nordeste – bilha; carne de sol; brocar; cabaça; mucunzá; farinha d’água; macaxeira; reza; varanda; taboca. O predomínio de lexias não dicionarizadas e de emprego específico do grupo recai no campo referente à atividade da *seringa*, ou seja, nas designações das diferentes etapas do trabalho de coleta e de transformação do látex e na consequente comercialização da borracha produzida – *barracão da residência*,

consulta a dicionários de duas fases distintas da história da língua com vistas a uma melhor elucidação do significado dos itens lexicais constantes do *corpus*. Outras fontes lexicográficas foram consultadas apenas quando isso se fez necessário.

7 Para a classificação em “não-dicionarizada”, considerou-se a lexia não registrada nos dicionários da língua portuguesa consultados: Morais (1813) e Ferreira (1986). Algumas dessas unidades encontram-se registradas tão-somente em *glossários* ou em *vocabulários regionais*.

8 Cf. “Quadro das ocorrências das lexias do vocabulário comum no *corpus*” In: Isquierdo, 1996, p.365-73.

da loja, de hospedagem; borracha fina, forte, fraca; bandeira; estrada boa, bruta, cansada; pano de borracha; faca de seringa, paquerar a caça; paxiúba amassada, batida, machucada; poronga; princípio; rede encauchada; trapeça, vadiar a madeira. Já as unidades lexicais do vocabulário geral da língua que integram o vocabulário ativo do grupo, ora representam “marcas” de conservadorismo lingüístico – *abifar; aproar; alumiar; abancar; atracar* –, ora são unidades que, embora de uso comum, no âmbito dos seringais, designam referentes estreitamente relacionados ao trabalho do seringueiro – *balde; bacia; tigela, tigelina; bornal; borracha; corte, cortar; colher, colheita; lamparina; riscar, risco; raspagem* – e, em razão disso, integram o vocabulário específico do grupo. Sublinhe-se que este último grupo de unidades lexicais, a exemplo de outras registradas na pesquisa, conserva, no âmbito dos seringais, o traço semântico básico apresentado pela lexia no vocabulário geral. A especificidade recai, por exemplo, nas características do objeto (tamanho, material de que é feito), como acontece com *balde, bacia, tigelinha*, recipientes utilizados no trabalho de coleta do látex; ou nas técnicas específicas empregadas em ações como as de *raspar, de riscar, de cortar, de colher*, no processo de preparação da árvore da seringueira e na forma de recolha da respectiva seiva.⁹

Nota-se, pois, que as complexidades e os contrastes do meio onde vive e trabalha o seringueiro, como também a própria natureza do trabalho de coleta do látex, favorecem o surgimento de determinadas lexias típicas por nomearem referentes muito próprios do cotidiano do grupo. Todavia, não se pode admitir rigidamente a hipótese de um falar totalmente distinto de outras regiões do País. O conjunto de unidades investigadas parece, contudo, conduzir para uma tipicidade relativa no que se refere ao vocabulário do seringueiro acreano. Esse grupo deixa transparecer na sua linguagem uma certa “miscigenação lingüística” – lexias assimiladas do habitante nativo, do caboclo ribeirinho e lexias trazidas consigo da sua região de origem, tendência essa justificável em função de condicionantes físico-culturais e socioeconômicos que marcaram o percurso histórico desse trabalhador brasileiro.

Por outro lado, o cotejo das unidades lexicais investigadas revela que, num léxico regional, podemos corroborar a hipótese da necessidade precedendo a arbitrariedade no surgimento de um novo signo. No decurso da análise pôde-se constatar que, no processo de nomeação

⁹ Cf. descrição e análise das unidades lexicais estudadas em Isquierdo, 1996, p.104-33.

de novos referentes, imperativos de natureza pragmática motivaram a opção por determinadas lexias, geralmente formadas a partir da recuperação de elementos lingüísticos do próprio sistema. Desta forma, a necessidade imediata de nomear aspectos da realidade acaba por motivar o surgimento de novas unidades lexicais.

Os diversos campos analisados, sobretudo o da *atividade da seringa*,¹⁰ apresentam algumas particularidades significativas no que concerne ao conjunto de fatores desencadeantes da motivação. Particularmente, as lexias relacionadas ao processo de coleta ilustram esse mecanismo de construção do significado. Constatou-se que, tanto na forma de designar a árvore da seringueira e seus diferentes estados, quanto na descrição dos procedimentos utilizados na coleta, transformação e comercialização do látex, o seringueiro utiliza-se de lexias construídas, na maior parte das vezes, a partir de unidades lexicais disponíveis no sistema. Tais unidades são “recicladas” com a finalidade de designar novos referentes. Assim é que surgem, por exemplo, *afrouxar o leite*, *tomar o leite*, *estrada de leite*, *espera leite*, expressões muito próprias do universo vocabular dos seringueiros que designam aspectos relacionados ao trabalho de coleta do látex. Pode-se notar claramente que todas essas lexias reúnem elementos com significado já cristalizado no sistema que, nesse contexto específico, passam a designar um referente peculiar a essa atividade humana.

Sublinhamos que, no mundo dos seringais, a unidade lexical *leite* apresenta-se como lexia sinônima de *látex*. Assim, o utente da língua associou à unidade *leite* outros itens lexicais, também já consagrados pelo uso, ao construir lexias de emprego restrito a esse grupo. Sendo assim, o entendimento do significado dessas expressões, a exemplo de outras, fica na dependência da obtenção de informações acerca dos mecanismos utilizados pelo grupo na extração do látex. Trata-se, pois, também, de exemplos de signos motivados na sua origem com significado já convencional a um grupo particular de trabalhadores.

Há de se assinalar que, com exceção do campo léxico da *seringa*, no qual predomina a presença de unidades lexicais de uso limitado ao grupo, ou seja, *regionalismos locais circunscritos ao grupo de seringueiros*, observou-se um certo equilíbrio entre lexias específicas e lexias de uso geral que, ou recebem conotações específicas no seu emprego no âmbito dos seringais, ou são utilizadas no seu sentido original. O serin-

10 Cf. Isquierdo, 1998, p.89-98.

gueiro, em sua maioria de procedência nordestina, com certeza, necessitou alterar sua linguagem de origem com vistas a uma melhor compreensão e adaptação à realidade. Manifesta-se assim, nesta situação, a força da língua como o elemento mediador entre natureza e cultura.

Bem a propósito temos de registrar, ainda, que este estudo propiciou-nos elementos para observarmos, em termos concretos, alguns aspectos da estreita relação existente entre estrutura sociocultural e estrutura lingüística de um grupo, notadamente manifestada no léxico. Essa interdependência evidenciou-se, particularmente, através da presença de nexos significativos entre os diferentes campos e subcampos analisados. Tais nexos permitiram a manifestação das redes associativas garantindo, assim, a produção do significado das unidades lexicais associadas a cada campo. Deste modo, o sentido de determinadas lexias só pode ser abstraído a partir da sua relação com outras unidades com as quais mantêm vínculos semânticos.

Pôde-se, desta forma, obter amostras que ilustram como a língua pode agir sobre a organização do conhecimento cognitivo e sobre a formação da visão de mundo do grupo. Por outro lado, no caso específico do seringueiro, os dados analisados permitiram, também, e muito, a percepção da evidência de determinados elementos extralingüísticos atuando na organização e configuração do léxico. O sistema de povoamento ocorrido no Estado, decorrente de diferentes levas migratórias, a estrutura socioeconômica do grupo, o ambiente geográfico, a significativa presença da cultura indígena na região, o convívio obrigatório com a natureza e com os segredos da mata são algumas das forças que impelem o falante a descobrir maneiras muito próximas para representar a realidade. É natural que a existência de um recorte cultural distinto reclame, também, por unidades lexicais próprias para representá-las, unidades essas que, por serem de uso restrito ao grupo, configuram-se como *regionalismos locais*.

Os itens lexicais arrolados nos diferentes campos lexicais parecem indicar que, na formação do seu léxico, o seringueiro assimilou um número significativo de termos de procedência indígena, sobretudo os relacionados ao universo natural – fauna, flora, hidrografia –, dada a sua estreita convivência com a população indígena local e a sua necessidade premente de representação da nova realidade. Isso nos faz lembrar a máxima sapiriana de que “falar é uma atitude humana que varia, sem limites previstos, à medida que passamos de um grupo social a outro...” (Sapir, 1971, p.18).

A análise dos diferentes campos léxicos estudados permitiu-nos, enfim, observar determinadas marcas culturais da região, evidenciadas no léxico. Observando-se os itens lexicais vinculados a cada campo, constatamos que o seringueiro descobriu maneiras muito próprias de representar simbolicamente a sua realidade cotidiana. Percebe-se que, nesse processo de representação, sobretudo no que se refere à especificidade de sua profissão, esse trabalhador vale-se de lexias com significado já solidificado no uso geral e as utiliza para nomear elementos do seu universo de trabalho. Ilustra bem isso o uso de verbos como *cansar*, *descansar*, *judiar*, *escaldar*, *sarar* para nomear determinados estados da seringueira. Embora usando estes itens lexicais no sentido usual dos termos (referindo-se a seres humanos), o referente é outro, o que faz com que tais verbos adquiram traços específicos bem distintos. É muito forte a conotação para o grupo quando ele afirma, por exemplo, a *seringueira judiada*, a *madeira cansada*. Não se trata, simplesmente, de estar *judiada* e/ou *cansada*, mas que esse estado da árvore, se não cuidado, poderá ser fatal para a madeira. Morrendo a árvore, morre também a fonte de sustento desses trabalhadores. Em razão disso, tais verbos adquirem sentidos muito específicos para o grupo. Confirma-se a força do referente extralingüístico na configuração do significado. E retomando o pensamento de Blikstein (1990), estamos frente a um referente "fabricado" pelos indivíduos pertencentes a uma categoria de trabalhadores que, por força de sobrevivência, teve que aprender a ver os mistérios da floresta com seus próprios "óculos sociais".

Há que se registrar ainda que as lexias não dicionarizadas, em sua grande maioria relacionadas diretamente à atividade de extração do látex e à conseqüente produção da borracha, foram extraídas das fontes de natureza oral e, portanto, pertencem ainda ao nível da fala. Por integrarem o vocabulário básico do grupo com significado já cristalizado no âmbito dos seringais, essas lexias são próprias e específicas de um subsistema regional. Por nomearem referentes muito particulares de um tipo de atividade extrativista, uma possível convencionalidade dessas lexias no nível de sistema, quando ocorre, é resultado de um processo muito lento. Desta forma, essa parcela significativa de unidades lexicais enriquece sobremaneira o universo lexical da língua portuguesa do Brasil com regionalismos característicos de uma região notadamente marcada pelas suas peculiaridades físico-culturais, econômicas e lingüísticas.

Um outro aspecto que julgamos pertinente retomar é a questão da natureza das lexias representativas de cada campo. Enquanto no

macrocampo referente aos *aspectos físicos* ocorre o predomínio de lexias de procedência indígena, no dos *aspectos humanos* são as de uso comum que se destacam. Tal fato se justifica em função da própria origem do grupo. Em sua maioria nordestinos, os trabalhadores dos seringais trouxeram consigo muito da sua língua e da sua cultura. No entanto, incorporaram, no seu vocabulário, lexias que se referem diretamente a aspectos da natureza local. Daí a predominância da presença de regionalismos, sobretudo amazônicos, entre os itens lexicais relacionados a aspectos físicos da região. De um lado, temos as características naturais da floresta e da fauna e de outro, a presença de elementos estranhos a ela advindos da nova forma de estrutura social e econômica ali instalada. Em razão desses fatores, o léxico do seringueiro engloba lexias de cunho regional e lexias de uso geral que ali receberam "marcas" semânticas específicas, dada a necessidade de nomeação de referentes de uma nova realidade social – a estrutura administrativa, econômica e social do seringal.

Tal fato leva-nos a observar que o seringueiro reflete no seu léxico as diferentes idiossincrasias sócio-bio-culturais do seu grupo, constatação essa que patenteia uma interdependência entre fatores socioculturais e fatores lingüísticos manifesta no uso da língua. Constatamos, pois, que parece ter havido na linguagem do seringueiro a interação entre aspectos lingüísticos locais e gerais e o resultado foi o surgimento de uma certa especificidade lingüística que representa a forma de viver, de agir e de pensar desse grupo.

Não é demais lembrar que o cotidiano de vida desse trabalhador é fortemente marcado pela rotina em função das características do meio e da natureza do trabalho que realiza. Essa constatação parece justificar o fato de o vocabulário do grupo não ser marcado por grandes inovações – a presença de um maior número de ocorrências de lexias identificadas concomitantemente nas fontes oral e escrita evidencia o caráter conservador da língua usada nas regiões rurais. O isolamento em termos geográficos e sociais e, inclusive, as dificuldades de acesso aos meios de comunicação de massa, motivam o não surgimento frequente de neologismos. Deste modo, a língua falada por grupos que habitam no meio rural é passada de geração para geração sem significativas alterações.

Particularmente no mundo dos seringais, esse isolamento é uma constante. Embrenhado no meio da mata a solidão é a única companhia do seringueiro. Percorrendo diuturnamente os mesmos caminhos, realizando uma atividade que não exige inovação tecnológica, o ho-

mem da mata, assim como não inova seu ritmo de vida, não necessita também inovar sua linguagem. Desta forma, a presença de um número significativo das mesmas lexias, tanto no *corpus* oral quanto no escrito, parece comprovar um isolamento lingüístico gerado em consequência do isolamento sociocultural. Isto porque, no ramerrão diário desse trabalhador, "a 'estrada' é o diagrama de sua existência. Uma ida e volta discricionária, entediante. Um curto-círcuito estéril, desesperançoso. A barraca, sempre na 'boca da estrada', é o muro de lamentações" (Tocantins, 1979, p.166).

O presente estudo evidenciou ainda a importância da língua como mecanismo de registro e de divulgação de aspectos culturais. Através da análise dos diferentes campos, foi-nos possível constatar a estreita relação existente entre fatos lingüísticos e fatos culturais, na medida em que o exame das unidades lexicais acopladas aos campos analisados deixou transparecer aspectos socioeconômicos e históricos relacionados a um grupo, refletidos na língua. O significado das lexias está estreitamente associado a elementos do meio ambiente físico e social, fator esse que tornou possíveis certas inferências, tanto acerca da visão de mundo dos membros do grupo como do processo de organização e de exploração de um espaço social e historicamente determinado. O inventário do vocabulário do grupo de seringueiros analisado trouxe à baila, enfim, recortes duma práxis social bastante característica de um dado grupo humano cujas raízes estão solidamente cravadas no mundo da floresta, na qual busca seu sustento e solidifica seus valores, suas esperanças... Mesmo que imperativos de diferentes naturezas o expulse do seu habitat, o seringueiro acalenta sempre o desejo de retornar às suas origens. Neste particular, é ilustrativo o depoimento de uma ex-seringueira. Quando a questionamos se desejaria voltar ao seringal, esta, enfaticamente, afirmou: "meu sonho é voltá a vivê no seringal ... voltá a vivê na mata de onde nunca devia ter saído ... queria morá de novo numa barraca aberta ... e sentir todo dia o vento puro da mata ... onde tudo é tranquilo e num se passa necessidade" (Isquierdo, 1996, p.350).

Desta forma, a rede de significações que foi sendo tecida no decorso da análise dos diferentes campos possibilitou-nos delinear contornos de aspectos culturais singulares de um grupo de trabalhadores brasileiros, nomeadamente expressos no léxico. As particularidades lexicais detectadas conduziu-nos à retomada de aspectos da tese do relativismo lingüístico – "não há duas línguas que sejam bastante semelhantes para que se possa dizer que representam a mesma realidade social" (Sapir, 1961, p.20). Embora o código lingüístico em uso na região seja a língua

portuguesa, o conjunto do vocabulário do grupo examinado leva-nos também a pensar na direção da comprovação desse conceito sapiriano, uma vez que o maior número de lexias analisadas estão incluídas entre os brasileirismos e entre o conjunto de unidades não dicionarizadas. Trata-se, pois, da eleição de itens lexicais específicos para nomear uma realidade social também muito peculiar.

À guisa de conclusão podemos registrar que o trabalho confirmou a dificuldade de se estabelecer uma classificação dos regionalismos, sobretudo num país com as dimensões geográficas e com as diversidades regionais como as do Brasil. Desta forma, a ocorrência de migrações bastante peculiar nos processos de colonização e de povoamento de determinadas regiões do País; o fenômeno do êxodo rural tão característico da sociedade brasileira, somados à influência dos meios de comunicação de massa constituem-se, a nosso ver, alguns dos entraves que dificultam uma classificação dos regionalismos brasileiros. Na Amazônia acreana o quadro não é diferente. Em face disso, somente a partir de um estudo contrastivo entre o vocabulário do seringueiro acreano e o de grupos de seringueiros de outros estados da Região Norte poder-se-ia estabelecer com exatidão o que há de típico na linguagem do seringueiro acreano que o diferencia do seringueiro amazônico em geral.

ISQUERDO, A. N. Regional vocabulary from the Amazon (Acre State). *Alfa* (São Paulo), v.42, n.esp., p.93-107, 1992.

■ *ABSTRACT: This paper presents the results of a study concerning the vocabulary of the rubber gatherer of the Acre State (Brazil), aiming to catalogue, to describe and to analyse lexical aspects used by the group. The study tries to verify how the lexical level of the language may outline the cultural, social and physical characteristics of both the region and the rubber gatherer group.*

■ *KEYWORDS: Lexicon; regional; rubber gatherer.*

Referências bibliográficas

- BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1981. p.131-45.
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1990. 98p.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- ISQUERDO, A. N. *O fato lingüístico como recorte da realidade sóciocultural*. Araraquara-SP. 1996. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- _____. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: PIRES DE OLIVEIRA, A. M. P., ISQUERDO, A. N. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: 1998. p.89-98.
- SAPIR, E. *Lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961. 203p.
- _____. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971. 262p.
- SILVA, A. de M. *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerda, 1813. v.1-2.
- TOCANTINS, L. *Formação histórica do Acre*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v.1, 429p.

BRASILEIRISMOS E REGIONALISMOS

Ana Maria Pinto PIRES DE OLIVEIRA¹

- **RESUMO:** Este artigo propõe-se a analisar algumas unidades lexicais classificadas como brasileirismo/regionalismo por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, objetivando verificar a incidência de fatores extralingüísticos atuando no processo de nomeação de referentes da realidade brasileira.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Brasileirismo; regionalismo; variabilidade lingüística.

1 Introdução

A língua portuguesa na sua modalidade brasileira, falada num espaço geográfico de aproximadamente 8 milhões de quilômetros quadrados, apresenta “marcas” que a distinguem do português europeu, principalmente no que se refere à denominação dos elementos da natureza – flora, fauna, toponímia, em especial – e dos usos e dos costumes próprios de nosso ambiente físico e da nossa realidade sociocultural.

Quando de seu descobrimento pelos navegadores portugueses em 1500, o Brasil apresentava-se como um imenso território povoado

¹ Departamento de Letras – Centro de Ciências Humanas e Sociais – UFMS – 79070-900 – Campo Grande – MS – Brasil.

por uma numerosa população autóctone, falante de inúmeras línguas, distribuídas por todo o território nacional, de Norte a Sul. Entretanto, segundo Rodrigues (1994), tem-se mostrado difícil, atualmente, precisar quantas línguas teriam sido faladas no Brasil, na época de seu descobrimento. Os que labutam nessa área de estudos afirmam que as línguas daquela época representavam, aproximadamente, o dobro das 170 que, ainda hoje, são faladas em pequenos agrupamentos espalhados pelo Brasil.

Com a chegada do colonizador, a partir de 1532, foi introduzida também em território brasileiro uma língua romântica, a língua portuguesa que, desde então, passou a conviver com as demais línguas indígenas aqui existentes. Esse convívio lingüístico que se estendeu por vários séculos intensificava-se cada vez mais em razão da premente necessidade de sobrevivência em solo desconhecido e, acima de tudo, para que os colonizadores pudessem conquistar esse novo território.

Ao lado das diversas línguas indígenas existentes e da língua portuguesa aqui falada por uma minoria, encontrava-se a *língua geral ou brasílica*, língua de intercurso comunicativo, tanto usada pela grande massa indígena em seus redutos, como entre os índios e a comunidade portuguesa. Essa língua foi largamente empregada pelo menos até o século XVIII e foi, assim, descrita por Silva Neto: "A língua geral, pelo contrário, era simples, e de reduzido material morfológico; não possuía declinação nem conjugação. Tinha todo o aspecto das línguas de necessidade" (1963, p.53).

Desse modo, a língua geral foi se expandindo cada vez mais, passando a ser falada no seio das próprias famílias dos colonizadores, pelos jesuítas na catequese dos índios e até nos confessionários, utilizada sobretudo por mulheres e por crianças portuguesas. Essa intensa penetração da língua geral despertou a atenção da coroa portuguesa que adotou medidas drásticas, ditadas pelo Marquês de Pombal que, em 1754, ordenou fosse proibido seu uso e implantada em solo brasileiro, exclusivamente, a língua portuguesa que, nessa época, reunia pequenos núcleos de falantes nos centros urbanos emergentes. Com a interdição da língua geral, a língua portuguesa foi-se expandindo por todos os cantos deste país, seguindo a trilha dos bandeirantes, adentrando o sertão, interiorizando-se, enfim.

Ao lado das línguas indígenas e da língua portuguesa convivemos, também, com línguas africanas, especialmente as do grupo *banto* (quimbundo) e *sudanês* (ioruba ou nagô) que, faladas por uma popula-

ção escrava, não conseguiram estabelecer-se no “Novo Mundo” como meio sistemático de comunicação.

Todos estes contatos etnolinguísticos verificados no Brasil-colônia favoreceram o caldeamento das diferentes etnias e a constituição de uma sociedade híbrida, multifragmentada, com características diferentes da portuguesa e que desenvolveu um modo peculiar de falar inúmeros vocábulos, que passaram a caracterizar o português do Brasil.

Toda essa efervescência sociolinguística e cultural encontra-se melhor retratada no léxico, nível lingüístico que melhor espelha o modo como uma sociedade vive e organiza a realidade.

Cabe assinalar que é no âmbito do léxico que verificamos com maior nitidez a deriva da língua, ou seja, as tendências já contidas no sistema, bem como as mudanças referentes a seu caráter dinâmico, mudanças essas que passam, num primeiro momento, pela esfera lexical. Foi precisamente nesse nível lingüístico que mais se fizeram sentir as influências das línguas indígenas e africanas. Tais influências registradas no léxico podem ser verificadas em referentes do mundo físico e do universo cultural próprios de nossa sociedade. Nesse léxico diferenciado podemos perceber a presença de vocábulos e de expressões características do uso brasileiro, que podem ter sido usadas em Portugal, em outras épocas, ou ainda sejam empregadas, todavia com uma semântica diversificada.

Importa mencionar que a variante brasileira do português não se apresenta homogênea. Podemos verificar, sobretudo no nível lexical, “marcas” regionais, algumas vezes bastante específicas de uma dada região, tendo em vista, principalmente, as grandes extensões geográficas de nosso território e o isolamento em que se encontram algumas regiões brasileiras, situadas em locais distanciados dos grandes centros irradiadores de cultura.

2 Neste estudo discutiremos questões referentes a *brasileirismos* e *regionalismos*, examinando algumas lexias de uso geral e regional, com o objetivo de verificar a incidência de fatores extralingüísticos atuando no processo de nomeação de referentes da realidade brasileira. Para procedermos à análise desses itens lexicais, selecionamos dez lexias classificadas como *brasileirismo* por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986) e extraídas do conjunto de unidades lexicais inclusas em diferentes letras do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2.ed. (versão informatizada), doravante *Dicionário Aurélio*. Os itens lexicais selecionados para o presente trabalho foram distribuídos em dois campos léxicos, quais sejam: *bebidas* e *alimentação*.

2.1 BEBIDAS (Subcampo: cachaça)

aninha, arrebenta-peito, bagaceira, canha, capote-de-pobre.

A análise das unidades lexicais pertencentes ao campo léxico I – **bebidas** mostra-nos que as unidades que o compõem são constituídas, em sua maioria, por vocábulos gírios ou populares, distribuídos regionalmente. Antes de iniciarmos a análise das unidades reunidas nesse campo, trataremos de duas lexias – *cachaça* e *aguardente* – que, a nosso ver, representam a unânime aceitação e popularidade da bebida na sociedade brasileira. O *Dicionário Aurélio* registra a lexia *cachaça*, com o significado de “aguardente que se obtém mediante a fermentação e destilação do mel (2), ou borras do melaço” e elenca um grande número de sinônimos de uso geral ou regional. Já Antenor Nascentes (1981, p.52), no *Dicionário de Sinônimos* explica que *cachaça* “é propriamente a espuma grossa que, na primeira fervura, se tira do caldo de cana, na caldeira”.

Alguns apreciadores da *cachaça*, que também se empenham em conhecer a origem do nome dessa bebida, esclarecem que o termo *cachaça* teve origem no costume bastante comum entre os escravos de utilizar a garapa azeda (vinho de cana-de-açúcar) para amaciá-la carne do cachaço, o porco macho. Daí o uso desse vocábulo para denominar o líquido extraído após a destilação da bebida destinada ao consumo humano. No que se refere à lexia *aguardente*, Nascentes (1981, p.52) explica que esse nome é empregado para os produtos da destilação do vinho, do caldo da cana, de cereais, várias plantas e frutos, suscetíveis de fermentação e que esse nome – *aguardente* – se aplica em especial à aguardente de cana. Já em Portugal, a “água ardente”, destilada do bagaço da uva com equipamento de destilação, na época desenvolvida pelos árabes, fez nascer a *bagaceira*, vocábulo também registrado por Aurélio como *brasileirismo*, sinônimo popular da *cachaça*, extraída, no Brasil, do bagaço da cana-de-açúcar. Importa assinalar que o matiz regional, no caso específico da *bagaceira*, é tão insignificante, que acreditamos injustificado o qualificativo *brasileirismo* atribuído a essa lexia por mestre Aurélio.

Passemos, a seguir, à análise das unidades lexicais reunidas no campo léxico *bebidas*, as quais se configuraram ou como sinônimos ou como variantes léxicas de *cachaça*. Temos assim, o vocábulo *aninha*, que Aurélio classifica como um *brasileirismo popular* e, com referência à origem dessa lexia, esse lexicógrafo arrisca “de Aninha, dim. do antr.

Ana, decerto por afetividade", remetendo-a para cachaça. A nosso ver, *aninha* parece ser uma forma abreviada de *caninha*, com perda do fonema inicial. Cabe mencionar que o emprego de vocábulos assim estruturados deixa transparecer a necessidade que tem o consumidor da bebida de ocultar, ou tentar ocultar sua verdadeira intenção, qual seja, a de ingerir cachaça, bebida que lhe dá prazer.

No que respeita à derivação por meio sufixal, as possibilidades e variedades de inovação lexical têm-se mostrado bastante produtivas na língua e, com referência à lexia em questão – *aninha* –, a exemplo de outras também pertencentes ao campo léxico das *bebidas* como *cervejinha*, *caipirinha*, *chopinho*, *cafazinho*, *branquinha*, observa-se que não têm semântica de diminutivos, denotando antes afeto, carinho por parte do usuário da língua.

Já o item lexical **arrebenta-peito**, lexia composta, sinônimo de cachaça, foi classificada por Aurélio como *brasileirismo popular*, usado em Santa Catarina. Esta denominação faz referência à aguardente extremamente forte, bastante curtida que, ao ser ingerida rapidamente, desce queimando, ardendo no peito. Importa mencionar que os substantivos formados por meio de composição vocabular apresentam teor acentuadamente popular, como se pode verificar, por exemplo, em unidades como *desmancha-samba*, *corta-bainha*, *engasga-gato*, *esquenta-por-dentro*, entre outros brasileirismos empregados como sinônimos de cachaça. Nesse processo de formação é que se pode vislumbrar com maior nitidez o espírito criador da língua. Inúmeras dessas formações evidenciam um acentuado sentido de observação, no caso, o modo como a bebida atua no organismo, denotando assim grande expressividade. No que se refere a seu aspecto formal, *arrebenta-peito* constituiu-se a partir de uma base verbal mais um substantivo.

Com referência à palavra **bagaceira**, conhecida em Portugal como aguardente destilada do bagaço da uva, o *Dicionário Aurélio* registra como *brasileirismo* de uso geral, empregado como sinônimo de cachaça, bebida, como já mencionamos, destilada da cana-de-açúcar. Temos assim, o mesmo significante e significado para designar, a princípio, uma bebida destilada – a aguardente – cujo elemento básico usado na produção difere de uma realidade cultural para a outra. Temos, pois, com referência à *bagaceira*, um exemplo de polissemia interdialetal, uma vez que o vocábulo em questão é usado tanto no Brasil quanto em Portugal, tendo como única diferença a matéria-prima utilizada na produção da bebida.

Cabe registrar que o processo de derivação por meio de sufixos, como ocorreu com *bagaceira*, também tem-se mostrado bastante produtivo no que se refere à criação e à inovação lexical.

Já a lexia **canha**, variante léxica de cachaça, que o *Dicionário Aurélio* classifica como *brasileirismo do Rio Grande do Sul*, é procedente do espanhol platino *caña*, um americanismo, forma abreviada de “caña de azúcar”. Esse item lexical, *caña*, encontra-se registrado em Neves (1973, p.108), no *Diccionario de Americanismos*, com sentido de “aguardiente de caña de azúcar”. Encontramos, também, essa lexia registrada em Nunes & Nunes (1996, p.88), no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, como sinônimo de *cana*, *cachaça*, *aguardente*, *canguara*. Como *brasileirismo* de uso geral temos a forma correspondente – *cana* – forma abreviada da expressão *aguardente de cana*, unidade de uso popular bastante difundido, que também serve de base para a constituição de formas diminutiva – *caninha* – e compostas, como por exemplo, a expressão *pé-de-cana*, usada para referir-se a indivíduo dado ao vício do alcoolismo.

Do ponto de vista formal, a lexia *canha* configura-se como um estrangeirismo, que sofreu adaptação da forma estrangeira – *caña* – à fonética e à ortografia brasileira.

A unidade lexical **capote-de-pobre**, outra variante da cachaça, configura-se, segundo o *Dicionário Aurélio*, como um *brasileirismo* gírio, de uso geral que, para designar este referente, buscou a motivação nos efeitos proporcionados pela bebida – *aquecer* – na tentativa de justificar, por um lado, a necessidade de beber e, por outro, servir de instrumento denunciador face ao estado de penúria em que vive grande parcela de nossa população. Trata-se de um *brasileirismo* semântico, um composto metafórico, já que propiciou motivação ou transparência semântico-associativa entre a palavra e seu referente, ao designar a bebida. Assim, *capote-de-pobre* tem semelhanças que mentalmente se estabelecem com a finalidade própria do agasalho, qual seja, aquecer nos dias de frio intenso.

A análise das unidades pertencentes a este campo léxico, bem como a frequência de uso que apresentam nas diferentes regiões do país, deixa transparecer a grande importância desta bebida no cotidiano da população brasileira. É a *abrideira* ingerida para abrir o apetite ou para aquecer uma reunião de amigos e desfazer constrangimentos; é o *marafo* iorubano para saudar os orixás, nos terreiros de umbanda; é a *limpa*, o *mata-bicho*, o *remédio* que, no fundão deste imenso país,

esteriliza o caboclo, o sertanejo, o vaqueiro, garantindo-lhes a saúde; é a *saideira*, na hora da volta a casa para o merecido descanso.

É possível, também, resgatar, através de suas inúmeras variantes léxicas, marcas da identidade cultural de um povo sintonizado com seu espaço geográfico, com sua cultura, traços esses reveladores de uma valorização grupal, manifestos nessas unidades lexicais.

2.2 Alimentação

Aaru, ajabô, arribação, matambre, moqueca

A análise das unidades vocabulares reunidas no campo léxico II – **alimentação** possibilitou-nos perceber que o brasileiro herdou o patrimônio culinário das três raças formadoras de sua etnia e soube, assim, usufruir dessa herança, ora adequando os métodos e as técnicas gastronômicas trazidas d’além mar à matéria-prima encontrada em nosso meio, ou ainda assimilando o que os indígenas tinham a nos ensinar.

Passemos à análise da lexia **aaru** – “espécie de bolo que os nhambiquaras preparam com tatu moqueado, triturado em pilão e misturado com farinha de mandioca” – lexia de étimo Tupi, um *brasileirismo* de MT, segundo o Dicionário Aurélio. Na descrição desse tipo de alimento podemos verificar a perfeita harmonia do grupo social em questão com os recursos da fauna e da flora brasileira, ao utilizar como componente básico para a confecção dessa iguaria a carne do tatu e a farinha de mandioca. Merece ainda registro o uso do *moquéum* – grelha de varas para secar a carne ou o peixe – utensílio bastante utilizado pelos indígenas para a conservação de carnes, em especial de peixes. Câmara Cascudo (1968, p.84) informa que “todos os cronistas dos primeiros séculos coloniais descrevem o moquéum, com que o indígena defendia os saldos da caça e da pesca do apodrecimento, evitando-o pela ressecção ao calor do lume”. Explica também esse autor que a carne moqueada não queima, apenas tosta.

Há que se destacar no preparo deste alimento o uso da mandioca e da farinha de mandioca, ingredientes de largo uso na culinária de várias regiões do Brasil, tendo em vista a facilidade com que se desenvolve esta cultura em quase todo o país.

Já o item lexical **ajabô**, de étimo ioruba, que Aurélio define como “certa comida também chamada caruru-branco, por não conter azeite-de-dendê” pertence à culinária afro-brasileira e foi dialetalmente marcado por esse lexicógrafo como um *brasileirismo* geral. O *caruru*, con-

forme dados do *Dicionário Aurélio*, é uma planta alimentar, cujas folhas saborosas e nutritivas são muito usadas em vários pratos da culinária afro-brasileira. O alimento preparado com essa planta, enriquecido com outros ingredientes, recebeu o mesmo nome da planta, tendo sido o fator motivador na denominação dessa iguaria. Câmara Cascudo (1968, p.480) descreve o *caruru* como “esparregado de quiabos ou mostarda, taioba, bredo, capeba, etc. que acompanha peixe assado, cozido e mesmo carne de charque, galinha, etc.”. Também Fonseca Jr. (1995, p.245) descreve o *caruru* como uma iguaria da cozinha afro-brasileira feita com “quiabo, camarão e azeite-de-dendê”. Importa assinalar que a lexia *caruru* é de origem indígena – *ca-á-ruru* – e representa uma espécie da flora brasileira, enquanto a iguaria com ela preparada e acrescida de outros ingredientes como o dendê, o camarão, entre outros, pertence à culinária afro-brasileira.

Cabe ainda esclarecer que *esparregado*, lexia de uso frequente no português europeu, encontra-se registrada no *Dicionário Aurélio*, mas constitui-se uma lacuna lexical, pois não é empregada no Brasil, muito embora Aurélio se utilize dessa palavra para definir iguarias da cozinha brasileira, como o *anguzô* e o *caruru*.

Outra lexia pertencente a esse campo léxico – **arribação** – é um *brasileirismo* geral que Aurélio define como “comida feita de arroz, feijão e pombas de arribação secas”. Temos no preparo desse tipo de alimento o combinado arroz-feijão, alimentos básicos na mesa do brasileiro, aqui, enriquecido com a carne seca de pomba. Cabe ressaltar que o feijão é alimento de grande valor nutritivo, alimento de sustância, sendo ainda uma cultura de fácil desenvolvimento em todo o país, nas suas diversas variedades. É o alimento diário do trabalhador, tanto nas cidades quanto no meio rural.

Ao referir-se à lexia **matambre**, um *brasileirismo* do RS, Aurélio a define como “carne que cobre as costelas do boi e é a primeira que se retira depois do couro. Assado feito com essa carne.” Nunes & Nunes (1996, p.290) registram este vocábulo como “carne que fica entre as costelas e o couro da rês. Dá um assado muito saboroso.” Segundo esses autores, o vocábulo “vem do castelhano, ‘mata hambre’, mata fome, por ser a primeira carne que se pode tirar do bovino abatido”. Também Neves (1973, p.374) registra a unidade léxica *matambre*, forma sincopada de “*matahambre*”, vocábulo corrente na região do Rio da Prata, definindo-a como “capa de carne que está entre el cuero y las costillas del vacuno. Por ext., fiambre hecho con esta carne arrollada, rellena y condimentada”. D’Albuquerque (s.d., p.216), em sua obra *Falsos Brasilei-*

nismos assinala que *matambre* é vocábulo de uso corrente no Rio Grande do Sul (RS) e menciona o fato de muitos dicionaristas – Roque Callage, Luís Carlos de Moraes, entre outros – registrarem a lexia nas obras de caráter regional como um *brasileirismo do RS*, apesar de sua origem castelhana e de seu uso corrente na Argentina e no Uruguai. Menciona, ainda, D’Albuquerque que no Paraguai é empregada a palavra *vaquero*, com igual sentido. Ratificamos a posição desse autor, para o qual *matambre* constitui-se num *americanismo* e não num *brasileirismo*.

Este é o mesmo *matambre* usado atualmente, não apenas nas cozinhas gaúchas, mas também oferecido em churrascarias de tradição gaúcha, espalhadas pelos vários estados brasileiros. É uma carne recheada, enrolada e espetada para assar.

Por fim, temos a unidade léxica **moqueca** que, segundo o *Dicionário Aurélio*, é “prato típico brasileiro, em geral de peixe ou de marisco ... e que consta de um guisado temperado com coentro ... sobretudo com leite de coco, azeite-de-dendê e pimenta-de-cheiro”, tem étimo *quimbundo* e um sinônimo regional (PA), *poqueca*. Registra também Aurélio o vocábulo *moqueca*, estruturado a partir de *moquear*, por influência de *moqueca*, caracterizando-o como um *brasileirismo do AM*, decrevendo-o como “o peixe moqueado envolto em folha de bananeira”. Já Teodoro Sampaio (1987, p.285) assinala que *moqueca* é vocábulo de origem Tupi, “apesar de alguns escritores afirmarem que é africano”. Esclarece o autor que “o assado de peixe guisado, envolto em folhas de bananeira, feito pelos índios era chamado *pokeka*, de que se fez *moqueca*, corruptela de moqué ou po-ké que significa feito embrulho, o embrulhado, o envolvido.” Daí o sinônimo regional usado no Pará. Esta lexia foi dialetalmente marcada como um *brasileirismo* geral. Também Antenor Nascentes (1988, p.426) atribui-lhe étimo tupi *mokeka*, significando “feito embrulho”.

Em meio a esses desencontros Câmara Cascudo (1968, p.236) também menciona a existência de dois tipos de *moqueca*, uma de origem africana, cujo preparo recorre ao leite de coco, ao azeite-de-dendê, usando peixe ou camarão e outra, a *moqueca indígena*, mais seca, envolta em folhas de bananeira e assada em fogo lento ou no borralho. Menciona também esse autor que a receita indígena da *moqueca* é ainda feita pelos índios, mas que já se perdeu completamente no âmbito da sociedade, tendo em vista a preferência pela receita de procedência africana.

Encontramos em Beaurepaire-Rohan (1956, p.166) o registro da unidade léxica *moqueca* definida como “espécie de iguaria feita de peixinhos ou camarões, tudo bem apimentado e envolto em folha de

bananeira". Informa ainda esse autor que no Pará o alimento assim preparado tem o nome de *poqueca*. Explica o autor que, além dessa espécie de *moqueca*, que é seca, "há também outra feita de peixes ou mariscos, com molho de azeite e muita pimenta".

Entendemos que a lexia *moqueca* tem procedência Tupi e representa uma iguaria preparada de modo diferente, pois usa apenas o peixe e a folha de bananeira para envolvê-lo, costume esse difundido sobretudo na região Norte do país (Amazonas e Pará), área na qual houve grande concentração de vários povos indígenas. A mesma iguaria foi recriada, em termos de ingredientes, sob influência africana que a temperou a seu gosto, transformando-a em alimento feito com peixe e camarão, azeite-de-dendê, leite-de-coco, pimenta e ervas, conforme seu habitual paladar. Parece ter havido alguma confusão em relação ao étimo do vocábulo *moqueca* e os diferentes modos de preparar essa iguaria. Assim, o preparo desse alimento terá suas variações conforme a realidade sociocultural de cada comunidade. Pela semelhança verificada no preparo deste alimento e, sobretudo, pelo fato de a receita de tendência africana ter sido a mais difundida em várias regiões do país, a iguaria ficou conhecida como um alimento de origem africana. Certamente em razão disso, também a lexia foi considerada, por alguns estudiosos, como de procedência africana.

Como já mencionamos no início deste campo léxico, o povo brasileiro constituiu-se no herdeiro fiel do patrimônio culinário deixado pelas três raças formadoras de sua etnia. A presença indígena na cultura brasileira, tanto no campo das bebidas quanto no da alimentação, foi relativamente pequena em virtude, certamente, da estagnação cultural em que se encontravam esses povos. Entretanto, pudemos constatar que é nas culturas regionais que vamos encontrar "marcas" dessa influência, e o mais importante legado encontra-se na língua, através da qual ficaram presentes hábitos, usos e costumes.

Já a influência africana na cultura nacional foi mais profunda que a indígena, fato motivado, talvez, pelo tipo de convivência que existia entre brancos e negros, cujos trabalhos adentravam as casas, onde podiam-se encontrar as cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras e mucamas e, sobretudo, a presença da mãe-preta, a ama-de-leite, e dos moleques, no convívio diário com os senhores. Como sabemos, experiência semelhante não se deu com o indígena.

Segundo Câmara Cascudo (1968, p.136) houve no Brasil uma técnica culinária européia que "consagrava o produto brasileiro, tornando-o nacional para a raça que se formava". Acrescenta ainda o autor que

foi pequena a presença da mulher portuguesa na cozinha colonial, "onde as cozinheiras tradicionais ensinavam às cunhãs e depois às mucamas os segredos do açúcar, do assado com molhos, os guisados, óleos, saladas, etc. e tudo o que era por elas ignorado" e que tão bem souberam manejar e suplantar pela variedade de temperos aqui encontrados.

Outro aspecto que merece ser mencionado é o uso abundante de determinado tipo de alimento no preparo de alguns pratos, como é o caso do feijão, das farinhas – de milho e de mandioca –, da caça farta e sobretudo do peixe, tanto assado como moqueado.

Há que se registrar ainda que, embora algumas dessas lexias tenham ultrapassado os limites do regional, atingindo outros estados, como é o caso do *matambre* e da *moqueca*, a maioria delas mantém seu uso restrito a uma ou duas regiões. Possivelmente a proximidade geográfica e a especificidade de hábitos e costumes regionais sejam as causas deste retraimento.

Por fim, através da análise das unidades lexicais reunidas nestes dois campos léxicos, pudemos constatar que o vocabulário empregado por um grupo social está condicionado tanto pelo ambiente físico, quanto por circunstâncias étnicas, econômicas e sociais próprias de uma comunidade que usufrui dos recursos regionais da natureza. Os campos da bebida e da alimentação, a exemplos de outros, também apresentam elementos que evidenciam aspectos da estrutura social de um povo, numa mostra que nos possibilita reforçar a tese de que elementos culturais e lingüísticos se inter-relacionam, denotando um matiz regional, a cor local, fortemente vinculado às exigências pragmáticas de grupo social.

PIRES DE OLIVEIRA, A. M. *Brazilianisms and regionalisms*. *Alfa* (São Paulo), v.42, n.esp., p.109-120, 1998.

■ *ABSTRACT: This study analyses some Brazilianisms aiming to show the extra-linguistic features in the process of nominating referents in Brazilian reality.*

■ *KEYWORDS: Brazilianisms; regionalisms; linguistic diversity.*

Referências bibliográficas

- BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. 2.ed. Salvador: Progress, 1956. 244p.
- CÂMARA CASCUDO, L. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968. v.2, 539p.
- D'ALBUQUERQUE, *Falsos brasileirismos*. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Costa, s.d..
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FONSECA JÚNIOR, E. *Dicionário antológico da cultura afro-brasileira*. São Paulo: Maltese, 1995.
- NASCENTES, A. *Dicionário de sinônimos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- _____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.
- NEVES, A. N. *Diccionario de americanismos*. Buenos Aires: Sopena Argentina, 1973.
- NUNES, Z. C., NUNES, R. C. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994. 134p.
- SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1987. 347p.
- SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1963. 237p.

NEOLOGISMOS POR EMPRÉSTIMO NA INFORMÁTICA

Elaine Therezinha ASSIRATI¹

- RESUMO: O léxico de uma língua sustenta-se na constante evolução de seu acervo lexical. Os responsáveis por esse dinamismo lingüístico são os neologismos, que se referem à criação de uma nova unidade léxica ou ao empréstimo de um elemento oriundo de um outro idioma. Com base em um *corpus* extraído de edições do caderno "Informática" de *O Estado de S. Paulo* e de entrevistas com técnicos, procuramos estudar os neologismos por empréstimo no vocabulário técnico-científico da informática, analisando a sua integração ao sistema lingüístico português, sob os pontos de vista fonético/fonológico, morfossintático e semântico, e comentando os problemas que algumas adaptações podem acarretar à estrutura da língua e, consequentemente, à comunicação.
- PALAVRAS-CHAVE: Léxico; neologismo por empréstimo; neologismo terminológico; hibridismo.

Introdução O léxico e os neologismos

O léxico de uma língua é o conjunto estruturado de todas as unidades lexicais dessa língua. De acordo com Biderman (1981, p.138), "o

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.

léxico inclui a nomenclatura de todos os conceitos lingüísticos e não lingüísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado".

Notadamente, o léxico é a dimensão da língua que está em constante evolução; enquanto algumas palavras tornam-se arcaicas e consequentemente caem em desuso, outras incorporam-se à língua, seja por meio de sua criação mediante os processos autóctones, dos quais todas as línguas dispõem, seja por meio de empréstimos lexicais, que representam os itens léxicos provenientes de outros sistemas lingüísticos.

Todos esses termos, quer criados ou emprestados, constituem os *neologismos*, termo que significa *nova palavra*, composto do grego *neo* (novo) e do grego *logos* (palavra). Ao processo de criação lexical damos o nome de *neologia*.

Boulanger (1979, p.65-6) definiu neologismo como "uma unidade lexical de criação recente, uma nova acepção de uma palavra já existente, ou ainda, uma palavra recentemente emprestada de um sistema lingüístico estrangeiro e aceito numa língua".

De acordo com Guilbert (1975, p.59), outro importante autor e estudioso da neologia, os neologismos classificam-se em:

a) *Neologismos fonológicos*, que se baseiam na formação da substância do significante e na sua transcrição;

b) *Neologismos sintagmáticos*, que reúnem todos os modos de formação os quais requerem a combinação de elementos diferentes; eles são morfossintáticos e abarcam todas as formas de derivação;

c) *Neologismos semânticos*, que consistem na mudança semântica sem que uma nova forma significante seja criada, são do domínio do significado;

d) *Neologismos por empréstimo*, que definem os diferentes aspectos do empréstimo em um novo sistema lingüístico.

Os neologismos revelam as vertiginosas mudanças das sociedades modernas, estando intimamente relacionados aos diversos campos da atividade humana. A língua, como espelho da cultura que é, reflete essa efervescente busca de novidade, evoluindo rapidamente com a introdução de novos termos que vão nomear as mais recentes criações. Atualmente, observamos que as principais fontes de criação e surgimento de novas palavras são a ciência e a tecnologia.

No presente trabalho, abordaremos os neologismos no *vocabulário da informática*. Limitar-nos-emos a comentar apenas a neologia por empréstimo e seus processos de integração fonético/fonológico, morfossintático e semântico à língua portuguesa. Decidimos pelo em-

préstimo, já que grande parte dos termos que compõem a terminologia tecno-científica da área em foco é formada por essa categoria lexical, por tratar-se de uma tecnologia importada. Entretanto, é bom lembrar que um número significativo de termos dessa área tem sido criado a partir de processos vernáculos. E é em razão da enorme importância que tem a informática nos dias de hoje que optamos por abordar seu vocabulário específico, uma vez que seu estudo é urgente e imprescindível, bem como se faz necessária uma reflexão sobre o modo pelo qual os termos que nomeiam as novas tecnologias estão sendo criados e estão se integrando ao português.

Neologismos por empréstimo

De acordo com Guilbert (1975, p.90), “o empréstimo consiste da introdução, no interior de um sistema, de segmentos lingüísticos com uma estrutura fonológica, sintática e semântica conforme a um outro sistema”. O autor adota uma classificação segundo a qual o termo estrangeiro constitui um *estrangeirismo* ou um *empréstimo*.² No primeiro caso, estão incluídos os termos que representam realidades sem equivalências na língua receptora, como os nomes próprios; o empréstimo, por sua vez, constitui o elemento já integrado ao sistema lingüístico que o adota. Tomando-se por base o vocabulário técnico-científico da informática, podemos verificar que o empréstimo tem-se revelado como o mais produtivo de todos os processos de criação neológica.

Guilbert adota três critérios, por meio dos quais o elemento estrangeiro se adapta a uma língua: morfossintático, semântico e fonológico. Aqui, como já nos referimos, vamos analisar as adaptações sob os pontos de vista fonético/fonológico, morfossintático e semântico. Para tanto, utilizaremos um *corpus* cujos exemplos foram recenseados em edições do caderno “Informática” de *O Estado de S. Paulo*, bem como em entrevistas com pessoal técnico da área, com o objetivo de verificar como os empréstimos estão ocorrendo nas línguas escrita e oral e de que modo estão se integrando.

² Chamaremos empréstimo todos os termos aqui apresentados, pois acreditamos que já não são sentidos como estrangeiros não só para os usuários da informática, mas para um número cada vez maior de pessoas.

Os termos do *corpus* foram transcritos exatamente como estavam registrados na fonte, isto é, as marcas gráficas tais como letras maiúsculas e minúsculas foram preservadas. Em alguns exemplos, transcrevemos, entre parênteses, a explicação ou tradução, conforme encontramos. Já outros termos não foram traduzidos, nem foi apresentada qualquer explicação para eles. Acreditamos que isso se deva ao fato de que alguns desses termos são referentes a nomes próprios, já outros não possuem uma tradução exata em português.

O neologismo terminológico

Por estarmos focalizando os neologismos no vocabulário específico da informática, não podemos deixar de comentar, ainda que brevemente, o neologismo terminológico ou, segundo Boulanger, *neotermo* (apud Alves, 1996, p.14).

Atualmente, o neologismo tem uma relevante função não apenas na língua geral, mas também nas línguas de especialidade. Por isso, os neologismos terminológicos, que são o resultado de uma criação fundamentada na necessidade de se nomear tantas novidades tecnológicas que surgem continuamente na nossa sociedade contemporânea, devem ser norteados por uma política de planificação lingüística, que determine os critérios de formação de termos.

De acordo com Alves, tais critérios já são adotados por vários organismos internacionais, como por exemplo, o Office de la Langue Française do Quebec, Canadá. Esses critérios traduzem reflexões de caráter lingüístico, sociolingüístico e metodológico. Dentre eles, podemos citar: de caráter lingüístico – o neologismo deve estar em conformidade com as regras morfossintáticas da língua e adaptar-se ao seu sistema fonológico e ortográfico; de caráter sociolingüístico – o neologismo deve estar em conformidade com a política lingüística do idioma; de caráter metodológico – a criação do neologismo deve contar com a presença de profissionais da área em estudo que possam orientar as propostas neológicas. Uma vez que o nosso trabalho tem um enfoque essencialmente lingüístico, procuraremos conduzir nossa análise dando ênfase a esse aspecto. Vejamos, a seguir, como ocorrem as adaptações fonético/fonológicas dos neologismos ao se integrarem ao sistema lingüístico português.

Neologismos que sofreram adaptação do ponto de vista fonético/fonológico

De acordo com Alves (1984, p.124), para que um termo estrangeiro faça parte do léxico de uma língua, é necessário que se integre fonologicamente a ele. O que ocorre é que a unidade lingüística estrangeira tende a adaptar-se ao sistema fonológico da língua que a adota, recebendo uma pronúncia de acordo com o sistema fonemático desse idioma.

L. Deroy (1956, p.239) estabelece quatro modos de adaptar a pronúncia de um elemento estrangeiro:

- a) omitir os fonemas desconhecidos ou impronunciáveis;
- b) substituir um fonema de difícil pronúncia por um fonema comum da língua de adoção;
- c) introduzir fonemas novos para atribuir à palavra um ar familiar;
- d) deslocar o acento de acordo com as regras da língua de adoção.

Tomando-se por base para a nossa análise a classificação de Deroy, veremos, a seguir, alguns termos que passaram por adaptação do ponto de vista fonético/fonológico ao se integrarem à língua portuguesa.

Não vamos comentar todas as modificações, tais como: desprezo ao acento secundário, perda de aspiração das consoantes explosivas surdas, modificações vocálicas de menor monta etc. Procuraremos nos atter somente às alterações pertinentes a cada caso. Vejamos.

a) Omissão de fonemas

hiperlink, **hipermídia** e **hipertexto** – dos originais *hyperlink* / halpər'lɪhk /, *hypermedia* / halpə'medɪə / e *hypertext* / haɪpər'tekst /. A consoante aspirada inicial *h* desapareceu ao adaptar-se ao sistema lingüístico português.

b) Substituição de fonemas

- Acomodação ao sistema novo:

chip / tʃɪp / sofreu uma acomodação ao integrar-se ao sistema fonológico português: o fonema / tʃ /, grafado *ch*, evoluiu para / ʃ /; o fonema / i / >³ / i /.

debug / di'baɡ / . O fonema / i / > / e /; o fonema / ʌ / > / u /.

delete / di'lɪt / . O fonema / i / > / e /.

initialize / inɪʃəl'aɪz / . O fonema / i / > / i /; o fonema / ʃ / > / s /; o fonema / ə / > / a /; o fonema / aɪ / > / i /.

jump / dʒʌmp / . O fonema / dʒ / > / ʒ /; o fonema / ʌ / > / u /.

system / 'sɪstəm / . O fonema / i / > / i /; o fonema / ə / > / e /; o fonema / m / > / n /.

• Substituição com base em fonte oral (neste caso, tenta-se manter os sons do inglês):

backup – do original *backup* / bækʌp /. Neste termo, observamos que há uma tentativa de reproduzir em português o som original: / be'kapi /, em que / æ / é reproduzido como / e /, e / A /, como / a /.

boot – do original *boot* / but /. Em português, pronunciado / 'buti /.

buffer – do original *buffer* / 'buflər /. Em português / 'bafer /.

downsize – do original *downsize* / 'daunsaɪz /. Em português / daun'saizi /.

layout – do original *layout* / 'leɪaut /. Observa-se que há uma tentativa de reproduzir em português o som original: / lei'auti /.

multimedia – do original *multimedia* / mʌltɪ'midɪə /. Tenta-se manter em português o som do inglês: / multi'midia /.

update – do original *update* / ʌp'deɪt /. Tenta-se manter em português o som original: / ap'deiti /.

• Manutenção da pronúncia do português, quando a grafia é a mesma:

CPU – do original *CPU* / si:pɪ:'yu: /. É pronunciado em português / sepe'u /.

interface – o original *interface* / 'ɪntəfeɪs / é pronunciado em português / inter'fasi /, por a grafia ser a mesma. Observamos neste exemplo o prefixo *inter-*, que, por existir em português, adota a mesma pronúncia.

³ Leia-se: evoluiu para.

micro – o original *micro* /'maɪkrou/ é pronunciado em português /'mikro/.

c) Introdução de fonema

O fenômeno denominado *paragoge* ou *epítese* (Coutinho, 1971, p.147), pertencente à classe dos *metaplasmos*,⁴ consiste na adição de fonema no fim do vocáculo.

Observemos os seguintes exemplos, que apresentam a adição do fonema / i /.

backup – pronunciado em português /be'kapi/.

boot – pronunciado /'buti/

bug – pronunciado /'bugi/

chip – pronunciado /'sipi/

Internet – pronunciado /inter'neti/

link – pronunciado /'linki/.

Também dentro da classe dos *metaplasmos* temos a *prótese*,⁵ que é a adição de um fonema no início do vocáculo:

scanner – pronunciado / es'kaner /

d) Deslocamento de acento

backup – o original /'bækəp/ passou a ser pronunciado /be'kapi/.

control – o original /kən'trɔ:/, ao adaptar-se ao português, passou a ser pronunciado /'kontrol/. Ocorre que os falantes da língua portuguesa tentam imitar a pronúncia geral do inglês. Neste exemplo, ocorrem dois equívocos: ao adaptarem o termo dessa maneira, não seguiram nem a pronúncia original, em que a palavra é oxítona, nem a tendência do português, segundo a qual as palavras terminadas em l são oxítonas, como em *anzol*, *urinol* etc.

interface – o original /'Intəfeɪs/ é pronunciado em português /inter'fasi/. Aqui verificamos que o termo originalmente proparoxítono

⁴ Metaplasmos são modificações fonéticas por que passam as palavras na sua evolução. (ibidem, p.142).

⁵ Ibidem, p.146.

adaptou-se ao português como paroxítono, seguindo o padrão tônico silábico da língua portuguesa.

Internet – o original / ‘**I**nternet / passou a ser pronunciado / inter’**n**et /.

monitor – o original / ‘**m**onit**or** /, proparoxítono, adaptou-se ao português como oxítono / moni’**t**or /, seguindo a regra de acentuação da língua portuguesa, conforme nos mostram os seguintes exemplos: *bolor, calor, rubor* etc.

Em todos os termos que passaram por adaptação do ponto de vista fonético/ fonológico, pudemos notar a preocupação do usuário em tornar os sons estrangeiros mais familiares, quer por meio da omissão de fonema que ele não está habituado a realizar na sua língua, quer por meio das substituições de fonemas que ele sente dificuldade em pronunciar, bem como do acréscimo de novos fonemas, ou do deslocamento do acento, em que procura seguir o padrão paroxitonizante da língua portuguesa. A seguir, veremos os neologismos que passaram por adaptação morfossintática ao se integrarem ao português.

Neologismos que sofreram adaptação do ponto de vista morfossintático

Segundo Alves (1984, p.121), quando a unidade léxica estrangeira constitui a base de uma derivação ou de uma composição conforme a morfossintaxe de uma língua, ela está se integrando ao léxico desse sistema. Para a autora, só podemos dizer que um termo emprestado faz parte de uma comunidade lingüística quando esse for susceptível de derivação e de composição, tal como os elementos vernáculos.

No vocabulário da informática, registramos vários neologismos por empréstimo criados por meio da derivação sufixal nominal e sobre-tudo verbal, em que a base estrangeira, um nome ou um verbo, concorre para a formação de substantivos e verbos. Veremos, a seguir, aqueles que mais são utilizados na linguagem do dia-a-dia dos técnicos e usuários comuns e como estão se integrando ao português.

arjear (E)⁶v. Compactar usando o programa ARJ. Termo formado a partir do programa de compactação denominado ARJ, em inglês.

⁶ Abreviação atribuída aos termos coletados em entrevistas. Nesse caso, bem como para os termos recenseados nos cadernos “Informática”, as definições foram fornecidas pelos entrevistados.

Neste exemplo, verificamos a base nominal inglesa *air* + vogal de ligação /e/ + sufixo verbal português -ar, o que constitui uma formação híbrida.

becapear (O)⁷ v. Fazer uma cópia de um arquivo, ou dados ou disco. Termo formado pelo verbo original *back up*, adaptado gráfica e fonologicamente *becap* (i) + vogal de ligação e + sufixo verbal -ar. Essa forma também se caracteriza como um *hibridismo*; a forma portuguesa *copiar* poderia ser aqui utilizada, sem qualquer problema de comunicação.

butar (E) v. Dar início ao programa. Termo formado pela base inglesa *boot*, adaptada *but* + sufixo verbal -ar. Além de *butar*, encontramos a forma substantiva *butador* <*but* + vogal de ligação a + sufixo -dor e o adjetivo *butável* <*but* + sufixo -avel. Todas essas formas constituem hibridismos. Observamos aqui um exemplo de adaptação – *butar* – que poderia ser substituída pela forma verbal portuguesa *iniciar*, sem nenhuma perda de informação para o usuário.

debugar (O) v. Retirar os defeitos de um programa; depurar. Termo formado pela base inglesa *debug* + sufixo verbal -ar. Aqui também temos um exemplo de hibridismo, que poderia ser evitado pela simples tradução da palavra em português: *depurar*.

deletar (O) v. Apagar, remover um caractere, ou um texto. Este termo formou-se a partir do verbo inglês *delete* – em que observamos a supressão da vogal e final -e + sufixo verbal -ar. Hibridismo que poderia ser evitado pelo uso da denominação *apagar*, em português.

dropar (E) v. Excluir procedimentos, tabelas etc. Hibridismo formado pela forma verbal *drop* + sufixo verbal -ar.

escanear (O) v. Passar uma imagem ou texto para o computador. Hibridismo formado pela base inglesa *scan* + vogal de ligação e + sufixo verbal -ar. Observa-se igualmente o acréscimo da vogal e no início do vocábulo, em obediência às regras do sistema lingüístico português.

getar (E) v. Entrar no sistema. Outro hibridismo formado pela base inglesa *get* + sufixo verbal -ar. Este termo aberrante também poderia ter sido evitado apenas através de sua simples tradução: *entrar*, *ter acesso* (ao sistema).

hobbista (O) s. m. Termo utilizado na informática para designar aqueles que têm um hobby que é praticado através do computador. Hibridismo formado pela base inglesa *hobby* + sufixo nominal -ista, em

⁷ Abreviação atribuída aos termos recenseados nos cadernos "Informática" de *O Estado de S. Paulo*.

que observamos a supressão da consoante *y*. Curiosamente a grafia no português manteve a dupla consoante /bb/, o que contraria as regras ortográficas da língua.

inicializar (O) v. Dar partida; colocar a máquina em funcionamento. Híbridismo formado pelo verbo inglês *initialize*, em que verificamos a adaptação gráfica e fonológica de *initial* para *inicial* + sufixo verbal -izar. Este é outro híbridismo desnecessário, pois bastaria o termo *iniciar* para evocar a mesma significação.

inputar (E) v. Inserir dados no computador. Híbridismo formado pelo verbo inglês *input* + sufixo verbal -ar. O termo original *input*, ao formar o verbo *inputar*, concorre com o homônimo *imputar*, que tem um sentido bastante diverso. Além disso, há uma discrepância em relação ao padrão silábico português, que não admite *n* antes da consoante *p*. Este é um dos exemplos de formação vocabular absurda, que vem ocorrendo na linguagem específica da informática.

linkar (O) v. Ligar. Híbridismo formado pelo verbo inglês *link* + sufixo verbal -ar. Da forma verbal *linkar*, surgiram formas derivadas como *linkado*, *linkagem* etc. Temos aqui mais um exemplo desnecessário desse tipo de formação híbrida, já que o termo português *ligar* poderia ser utilizado sem nenhuma perda de informação. Também temos que levar em conta o aspecto ortográfico: o termo passou a ser grafado com *k*, o que contraria o sistema gráfico português.

startar (E) v. Iniciar o computador. Híbridismo formado pela forma inglesa *start* + sufixo verbal -ar. Muito usual no ambiente da informática, este é mais um exemplo de formação aberrante, que poderia ser substituído pela forma portuguesa *iniciar; dar início* (à máquina).

updeitar (E) v. Atualizar a informação por meio da alteração ou adição de dados específicos em um arquivo principal. Híbridismo formado pela base inglesa adaptada *updeit* (*i*) + sufixo verbal -ar. Esta formação também poderia ser evitada, utilizando-se a forma *atualizar*.

zipar (E) v. Compactar arquivos. Híbridismo formado a partir do nome *PKZIP*, que é um programa de compactação. Sua formação é bastante inusitada: a forma final *ZIP < PKZIP* + sufixo verbal -ar. Mais uma formação desnecessária, em que poderia ser usada a forma vernácula *compactar* (utilizando o programa *PKZIP*).

Embora a maioria dos termos que aqui mencionamos tenha sido recenseada em entrevistas, é relevante ressaltar que vários já são registrados na língua escrita, conforme constatamos no "Informática", não estando, porém, dicionarizados. No entanto, tal fato representa uma preocupação para nós, profissionais de língua, na medida em que os

termos utilizados na língua oral tendem a passar rapidamente para a língua escrita.

Como já apontamos, esses termos constituem hibridismos. Os vocábulos híbridos sempre existiram e continuam tendo uma grande ocorrência no nosso léxico, sobretudo no vocabulário específico da informática, em que são largamente utilizados tanto na língua escrita, por meio de jornais e revistas especializados, quanto na língua falada, utilizada correntemente no ambiente da computação.

Certamente, nossa intenção não é condenar os hibridismos e consequentemente a criação de novas palavras, uma vez que sabemos que elas são fundamentais para a vitalidade do léxico de um idioma. O que reprovamos, na verdade, é o modo como muitos desses hibridismos vêm sendo criados na informática. Não é plausível que os termos de uma língua sejam criados, ignorando-se os critérios lingüísticos que norteiam os processos de formação vocabular vigentes nesse idioma. Isso poderia levar à anarquiação ou padronização de um sistema lingüístico.

Ao formarem termos esdrúxulos, esses "criadores" dão provas de que desconhecem os recursos de que a língua portuguesa dispõe. Não podemos admitir que uma palavra inventada apressadamente substitua uma vernácula, quando esta pode transmitir plenamente o conteúdo significativo daquela. Por exemplo, por que *inputar* e não *inserir*? E *getar*, e não *entrar* no sistema?

Esse comportamento lingüístico reflete o comodismo, seja dos especialistas, seja dos técnicos da área, que pretendem não dispor de tempo para pesquisar o vocabulário adequado, pois não estão preocupados com isso, e porque o seu interlocutor (colega de trabalho, geralmente) os entende e também adota o mesmo critério, criando-se assim um hábito lingüístico que nós, professores de língua, não podemos aceitar. É lógico que não esperamos que o pessoal da área técnica seja "expert" em língua portuguesa, mas isso não justifica tantos absurdos. É necessário cautela quando estamos tratando de língua, de comunicação. Além disso, não devemos nos esquecer das aberrações ortográficas, conforme apontamos em alguns exemplos.

Há ainda um fato que, para nós, é o mais relevante. Trata-se aqui de uma linguagem especializada, para a qual os órgãos competentes já estabeleceram regras lingüísticas de formação vocabular que não podem ser negligenciadas, sob pena de se comprometer a comunicação, numa área em que a precisão da informação é fundamental.

Neologismos que sofreram adaptação do ponto de vista semântico

De acordo com Alves (1990, p.62), grande número de neologismos são criados na língua portuguesa sem que ocorra nenhuma mudança formal em itens léxicos já existentes. Toda transformação semântica ocorrida em uma unidade lexical leva à criação de um novo elemento, ocasionando o neologismo semântico ou conceptual. Ao observarmos os empréstimos que sofreram adaptações semânticas, percebemos um deslocamento de sentido de acordo com o contexto no qual o termo se insere, preservando, porém, sua estrutura morfossintática. Verificando os termos do nosso *corpus* que passaram por adaptação semântica, podemos dizer que são *decalques lingüísticos*; segundo Dubois (1973, p.165) "Diz-se que há um *decalque lingüístico* quando, para denominar uma noção nova ou um objeto novo, uma língua A (o português, por exemplo) traduz uma palavra simples ou composta, pertencente a uma língua B (francês, alemão, inglês, p.exemplo) pela palavra simples correspondente que já existe na língua com outro sentido, ou por um termo composto, neologismo, formado dos elementos correspondentes aos da língua A ... Quando se trata de uma palavra simples, o *decalque* se manifesta por adicionar-se ao sentido corrente do termo um 'sentido' tomado à língua A pela B; assim a palavra *realizar*, cujo sentido é 'tornar real', 'efetivar', vem sendo usada também no de 'compreender, perceber bem'."

A seguir, serão elencados os neologismos semânticos mais usuais no ambiente da informática.

abortar (E) v. Do inglês *to abort*. Na informática *abortar* é "terminar um processo (quando ocorre um mau funcionamento), desligando o computador manualmente ou através de um recurso interno: *o programa foi abortado apertando o botão vermelho*" (Collin, 1993, p.1). Segundo Biderman (1992, p.33), *abortar* é "Ter um parto antes de se completar o tempo normal da gravidez; interromper uma gravidez que não chega, portanto, ao nascimento de uma criança: *Aos três meses de gravidez, titia abortou e não pode ter mais filhos*".

ambiente (O) s. Do inglês *environment*. No português, de acordo com Biderman (1992, p.72), *ambiente* significa "Atmosfera física e/ou moral que cerca as pessoas e as coisas: *Este é um ambiente favorável ao plantio de orquídeas; Quando Miguel chegou, encontrou um ambiente muito favorável*". Na informática, além de "meio físico", *ambiente*

significa "condição de todos os registradores e posições de memória em um sistema de computação: *Uma das vantagens de se trabalhar em um ambiente baseado em PCs é a enorme quantidade de software que pode rodar no mesmo computador*" (Collin, 1993, p.114).

aplicativo (O) s. Do inglês *applications program*. No vocabulário específico da informática, dá-se o nome de *aplicativo* a "um programa que desempenha alguma tarefa útil" (Publifolha, 1996, p.171), por exemplo: gerenciadores de bancos de dados, planilhas, pacotes de comunicação e processadores de texto. Na língua geral, *aplicativo* é um adjetivo, sinônimo de aplicável: "Que pode ser aplicado" (Ferreira, 1986, p.143).

área de trabalho (O) s. Do inglês *work area*. Na informática, *Work area* significa "espaço de memória que está sendo utilizado por um operador" (Collin, 1993, p.344). Em Ferreira (1986, p.160) assume um sentido figurado: "campo de ação", "domínio" do trabalho.

clicar (O) v. Do inglês *to click*. No contexto da informática *clicar* significa "dar um clique; selecionar um objeto pressionando o botão do mouse quando o cursor estiver apontando para a opção de menu ou para o ícone desejado" (E). Ferreira (1986, p.417), apresenta a seguinte acepção: "Dar ou produzir clique (1): depois das câmaras clicarem centenas de vezes, pôde-se saber algo sobre esse antes ilustre conhecido."

cliente/servidor (O) s. Do inglês *client/server*. No contexto da informática, *client/server* significa "sistema em que os clientes acessam seus dados enviando solicitações de serviços para o servidor que as processa mandando de volta o resultado" (Collin, 1993, p.57). Em Biderman (1992, p.205 e 851) *cliente* é "Pessoa que procura outra com freqüência para serviços profissionais ou para comprar"; *servidor* é "Funcionário do estado que exerce a função ou tem um cargo".

compilar (E) v. Do inglês *to compile*. Na informática, significa: "Compilar; converter um programa de linguagem de alto nível em um programa de código de máquina que pode ser executado diretamente" (Collin, 1993, p.63). Ferreira (1986, p.440), apresenta as seguintes acepções: "1. Coligir, reunir (textos de vários autores, ou de natureza ou procedência variada.) 2. Elaborar (um programa) em linguagem objeto a partir de um programa em linguagem-fonte."

computador (O) s. Do inglês *computer*. Na informática, "máquina que recebe ou armazena ou processa dados muito rapidamente de acordo com um programa armazenado" (Collin, 1993, p.65). De acordo com Biderman (1978, p.163) "computador ou computista era, em 1850, o agente humano que fazia cálculos para fixar o calendário, particularmente o calendário eclesiástico. Ao passo que o moderno significado

da palavra é o de agente mecânico, que faz não apenas quaisquer tipos de cálculos, mas também análises muito complexas sobre as mais variadas áreas do conhecimento e da ciência. Esse significado moderno é um neologismo conceptual e, como tal, é um anglicismo, pois foi descalcado no *computer* inglês...".

configurar (E) v. Do inglês *to configure*. No vocabulário específico da informática *configurar* tem duas acepções: "Configurar; selecionar hardware, software, e interconexões para construir um sistema especial" (Collin, 1993, p.69), sentido que faz com que *configurar* seja considerado um neologismo semântico, e, por ser a versão literal do termo original, um decalque. Ferreira (1986, p.451) apresenta a seguinte acepção para *configurar*: "Dar a forma ou figura de; conformar: *Tomou um bocado de argila e configurou um ser humano*".

estaçao de trabalho (O) s. Do original *workstation*. Na informática, *workstation* significa "(a) local de trabalho de um usuário, com um terminal, impressora, modem, etc.". (Collin, 1993, p.344). Em Biderman (1992, p.400) *estaçao* significa: "1. Lugar onde param trens ... 2. Cada uma das 4 partes do ano ... 3. Lugar onde se montam ou transmitem os programas de rádio ... 4. Época em que se fazem certas culturas ... 5. Período em que se passa descansando ... 6. Cada uma das 14 paradas que representam ... 7. Período que se caracteriza ...".

memória (O) s. Do original *memory*. Na informática *memory* significa "espaço de armazenamento em um sistema de computador ou meio que é capaz de reter dados ou instruções" (Collin, 1993, p.203). Ferreira (1986, p.1117) apresenta as acepções: "1. Faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente ... 14. Proc. Dados. Memória principal. Memória interna do computador na qual os dados e instruções de um programa a ser executado são armazenados, posteriormente recuperados para processamento e para onde os resultados destes processamentos são enviados".

navegação (E) s. Do inglês *navigation*. No contexto da informática, *navegação* significa "método de direcionamento do usuário através de um banco de dados: *uma das principais características no uso do hipertexto é a navegação por um banco de dados na busca de textos, figuras, tabelas, referências, etc. sem que o usuário se perca ou fique confuso*" (Collin, 1993, p.216). Em Biderman (1992, p.653) *navegação* é "Ação ou fato de navegar, isto é, de deslocar-se sobre as águas do mar, de um rio, de um lago, de uma represa: *A navegação de barcos e navios no Rio Amazonas é muito intensa*".

navegador (E) s. Do inglês *Navigator* (*Netscape Navigator*). Na informática, *navegador* é “o pesquisador de informações, isto é, o que faz a busca de informações na Internet” (E). Em Biderman (1992, p.653) *navegador* é a “Pessoa que pratica a navegação: *Vasco da Gama, navegador português, dobrou o cabo das Tormentas e descobriu o caminho marítimo para as Índias*”.

navegar (E) v. Termo criado a partir das formas originais *navigation* ou *Navigator*. Não consta nos dicionários técnicos o verbo *to navigate*, mas apenas o substantivo *navigation*. Já *Navigator* faz parte do nome *Netscape Navigator*. Na informática, *navegar* significa “visitar os sites da Internet” (E). Biderman (1992, p.653) define *navegar* como: “Deslocar-se sobre as águas do mar, de um rio, lago ou de uma represa, com navio ou qualquer outro tipo de barco: Navegamos *longas horas pelos rios Negro e Amazonas, observando a beleza natural que lá existe*”.

pirataria (E) s. Do inglês *piracy*. Na informática, *pirataria* é a “ação de copiar invenções patenteadas ou trabalhos com direito autoral” (Collin, 1993, p.242). Em Ferreira (1986, p.1337), *pirataria* tem o sentido de “roubo, extorsão”, que difere da “ação de copiar”.

protocolo (O) s. Do inglês *protocol*. Na informática, *protocolo* significa “sinais, códigos e regras pré-combinadas para serem usadas na troca de dados entre sistemas: *Existe um protocolo muito simples que vai excluir os hackers das redes de computadores usando o sistema telefônico*” (Collin, 1993, p.259). Ferreira (1986, p.1407) apresenta as seguintes acepções para *protocolo*: “1. Registro dos atos públicos. 2. Registro das audiências nos tribunais. 3. Registro de uma conferência ou deliberação diplomática. 4. Formulário regulador de atos públicos. 5. Convenção internacional. 6. Livro de registro da correspondência de uma firma, repartição pública etc. 7. Bras. Cartão ou papeleta em que se anotam a data e o número de ordem com que foi registrado no livro de protocolo ... 8. Fig. Formalidade, etiqueta, cerimonial”.

rodar (O) v. Do original *to run*. No contexto da informática, *to run* significa “fazer um dispositivo funcionar.” (Collin, 1993, p.283). Em Ferreira (1986, p.1516), encontramos: “1. Fazer andar à roda; fazer girar em volta ... 23. Ser impresso ...”.

servidor (O) s. Do original *server*. Na informática *server* significa “computador ou periférico dedicado que oferece uma função para uma rede.” (Collin, 1993, p.292). Em Ferreira (1986, p.1577), encontramos: “1. Servente. 2. Obsequiador, prestadio, serviçal. 3. ...”.

usuário (O) s. Do inglês *user*. No contexto da informática, *user* assume os sentidos de “(i) pessoa que usa um computador ou máquina

ou software; (ii) em especial, um operador de teclado" (Collin, 1993, p.334). Em Ferreira (1986, p.1744), encontramos: "1. Que possui ou desfruta alguma coisa pelo direito de uso ...".

virus (O) s. Do original *virus*. No vocabulário da informática, *virus* significa "pequeno programa escondido que corrompe todos os dados e arquivos, que se propaga de computador para computador quando discos são trocados" (Collin, 1993, p.339). Ferreira (1986, p.1782) apresenta a seguinte acepção para *virus*: "1. Biol. Diminuto agente infeccioso, invisível, com algumas exceções, pela microscopia óptica, e que se caracteriza por não ter metabolismo independente ...".

Por meio dos exemplos acima, verificamos que a incidência de neologismos semânticos é expressiva na área da informática. Como na língua geral, o processo de se conservar o mesmo significante para dar origem a mais um significado ocorre no vocabulário específico, o que significa uma economia de novos termos.

Considerações finais

Os neologismos por empréstimo no vocabulário técnico-científico da informática, instrumentos fundamentais de comunicação nessa área, merecem uma atenção especial, tanto por parte dos estudiosos da língua quanto dos profissionais da computação, que deveriam trabalhar juntos para a criação de um vocabulário adequado e consensual, pois apenas dessa maneira a comunicação, quer oral, quer escrita, poderá cumprir plenamente seu papel de difusora do saber tecnológico e científico.

No que concerne às adaptações dos neologismos ao português, vemos a adaptação fonético/fonológica como um processo natural, já que é comum a todos os usuários de uma comunidade lingüística tender a adaptar os sons estranhos ao sistema fonológico de seu idioma.

Já os termos que passaram por adaptação morfossintática, aqui representada pela derivação sufixal, revelam problemas que, se não solucionados, poderão acarretar danos à língua portuguesa, como a sua descaracterização. Em razão disso, a adaptação morfossintática dos termos requer, por parte de quem a faz, o conhecimento lingüístico aliado ao conhecimento técnico que, aliás, é o que se espera de um pessoal especializado, que atua numa área cuja importância para o progresso do nosso país não podemos subestimar.

Quanto aos neologismos semânticos, observamos que se caracterizam pelo decalque lingüístico, e são produtivos no vocabulário da área em foco.

Além dos termos que sofreram adaptações, nosso *corpus* apresentou termos que se mantiveram na sua forma original, sem que houvesse qualquer adaptação, pelo menos no que diz respeito à língua escrita. Isso se deve a alguns fatores: alguns empréstimos dizem respeito a nomes próprios, outros não possuem uma tradução exata no português, e por isso são intraduzíveis; o fato de a informática se desenvolver e se modificar tão rapidamente dificulta a criação de termos novos para cada inovação que surge no mercado.

ASSIRATI, E. T. Neologism through borrowing in Informatics. *Alfa (São Paulo)*, v.42, n.esp., p.121-145, 1998.

- *ABSTRACT: The lexicon of a language maintains itself thanks to the constant evolution of its lexical patrimony. The neologisms are responsible for this linguistic dynamism, they refer to the creation of a new lexical unit or to the borrowing of an element originating from another idiom. Based on a corpus constituted by terms collected from "Informática" of O Estado de S. Paulo and from interviews with technicians, we studied neologisms from borrowing in the computer technical-scientific vocabulary. We also analyzed their integration to the Portuguese linguistic system in the phonetic/phonologic, morphosyntactic and semantic levels. We commented on the problems some adaptations may cause to the language structure and, consequently, to communication.*
- *KEYWORDS: Lexicon; neologism through borrowing; terminological neologism; hybridism.*

Referências bibliográficas

- ALVES, I. M. A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português. *Alfa (São Paulo)*, v.28 (supl.), p.119-26, 1984.
_____. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
_____. O conceito de neologia: da descrição lexical à planificação lingüística. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.11-6, 1996.

- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística*: lingüística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- _____. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e lingüística*. São Paulo: T. A. Queiróz, Edusp, 1981.
- _____. *Dicionário contemporâneo de português*. Petrópolis:Vozes, 1992.
- BOULANGER, J. C. Néologie et terminologie. *Néologie en Marche*, v.4, p.5-128, 1979.
- COLLIN, S. M. H. *Dicionário prático de informática*. São Paulo: Melhoramentos, 1993. (Série Michaelis).
- COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 6.ed. ver. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
- DEROY, L. *L'emprunt linguistique*. Paris: Les Belles Lettres, 1956.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- S. O. S. Sistema Rápido de Pesquisa. *Informática*. São Paulo: Publifolha, Quark, 1996.

ANEXO: FONTE DE DADOS

O Estado de S. Paulo, São Paulo, mar. a dez. 1996. Informática.

CORPUS

ABCS (Advanced Business Communication via Satellite) (OESP, 17.06.96)

abortar (OESP, 20.05.96)

abortar (interromper um programa) (E)

Access (OESP, 15.04.96)

Access Key II (um aparelho do tamanho de um controle remoto, com tela de cristal líquido, que faz a autenticação de senha e username de um usuário durante uma transação comercial pela net) (OESP, 08.04.96)

acessar (OESP, 15.04.96)

acessar (tornar disponíveis os recursos do sistema) (E)

Action Manager (um software integrado que centraliza e automatiza diversas tarefas de apoio ao escritório) (OESP, 29.04.96)

Active Directory (OESP, 11.11.96)

Administrative Wizards (programas que guiam o usuário em tarefas de administração do sistema) (OESP, 05.08.96)

air-link (dispositivo que dispensa cabos) (OESP, 20.05.96)

ambiente (OESP, 20.05.96)

ambiente cliente/servidor (OESP, 11.03.96)

ambiente networked (ambiente de redes) (OESP, 01.07.96)

AMD (Advanced Micro Devices) (OESP, 15.04.96)

animação digital (OESP, 11.11.96)

antivírus (E)
aplicativo (OESP, 15.04.96)
Archie (pesquisa de arquivos na rede) (OESP, 06.05.96)
área de trabalho (OESP, 20.05.96)
ar�ear (compactar arquivos) (E)
arquivo (E)
ASE (Accredited System Engineer) (OESP, 25.03.96)
attachar (conectar-se a um sistema multusuário) (E)
ATM (Asynchronous Transfer Mode) (OESP, 25.03.96)
attach (recurso do e-mail, permite que se enviem arquivos em qualquer formato pelo modem, a custos bem inferiores) (OESP, 27.05.96)
Attach file (anexar arquivo) (OESP, 27.05.96)
Attach File (botão) (OESP, 08.07.96)
Attach Location (botão) (OESP, 08.07.96)
attachement (recurso do e-mail que ajuda a anexar imagens ao texto) (OESP, 27.05.96)
back end (OESP, 22.04.96)
back light (OESP, 14.10.96)
Backup (ferramenta) (OESP, 20.05.96)
backup (E)
banco de dados (OESP, 20.05.96)
bandwitch (OESP, 26.08.96)
banners (faixas) (OESP, 02.09.96)
BBS (Bulletin Board System) (OESP, 11.03.96)
becapear (fazer um back up de um software, isto é, fazer uma cópia dos dados importantes em um meio de armazenamento diferente, por segurança) (E)
becapear (OESP, 11.03.96)
bit (OESP, 04.03.96)
bitmap (OESP, 20.05.96)
Blackbird (ferramenta de desenvolvimento) (OESP, 16.12.96)
blend (ferramenta) (OESP, 18.11.96)
bold (OESP, 30.09.96)
booklet (livreto) (OESP, 25.03.96)
bookmark (para se ter acesso facilitado a algum trecho sempre que desejável)

(OESP, 17.06.96)
boot (E)
buffer (E)
bug (erro) (OESP, 05.08.96)
bug (E)
bus (OESP, 04.03.96)
butador (nome que se dá para o disco butável) (E)
butar (carregar o sistema operacional, isto é, iniciar o programa) (E)
butável (disco com boot) (E)
byte (grupo de bits que o computador opera como uma unidade simples) (E)
cabeamento (OESP, 13.05.96)
callback (discagem do Host para o usuário, para garantir a segurança do acesso)
(OESP, 14.10.96)
CD-ROM Changer (OESP, 04.11.96)
CD-ROM (E)
CGI (Common Gateway Interface) (OESP, 07.10.96)
chat (conversas ao teclado entre associados) (OESP, 18.03.96)
chip (E)
chip Pentium (OESP, 04.03.96)
chip PowerPC (OESP, 08.04.96)
chipset (conjunto de circuitos integrados) (OESP, 01.04.96)
CIM (CompuServe Information Manager) (OESP, 18.11.96)
clicar (OESP, 08.04.96)
clicar (dar um clique; selecionar um objeto pressionando o botão do mouse quando o cursor estiver apontando para a opção de menu ou para o ícone desejado) (E)
clicar (OESP, 04.11.96)
client (OESP, 04.11.96)
cliente full (OESP, 20.05.96)
cliente/servidor (OESP, 22.04.96)
cliparts (OESP, 12.08.96)
clipping (OESP, 18.11.96)
clique (E)
clock (OESP, 15.04.96)

Clone Drive (recurso que faz a duplicação de discos em Pcs diferentes) (OESP, 20.05.96)

clusters (unidade de alocação) (OESP, 06.05.96)

CMS (Course Management System) (OESP, 11.11.96)

código de barras (OESP, 09.12.96)

compactar (diminuir o tamanho físico dos arquivos para que ocupem um espaço menor de memória sem que percam informações) (E)

compilador (OESP, 11.03.96)

compilar (E)

ComponentsPack (um pacote com cerca de 45 programas-módulo para serem usados por qualquer aplicativo) (OESP, 15.04.96)

computervistas (OESP, 15.04.96)

computação (OESP, 20.05.96)

computador (OESP, 20.05.96)

computeiro (E)

computeiro (OESP, 15.07.96)

conectar (E)

configurar (E)

control (E)

ControlCenter (utilitário) (OESP, 19.08.96)

correio eletrônico (OESP, 11.03.96)

CPU (E)

crackear (alterar um programa alheio) (E)

cracker (OESP, 20.05.96)

crash recover (recurso) (OESP, 14.10.96)

crashar (provocar algum problema físico no disco, fazendo com que as informações sejam perdidas) (E)

dar boot (OESP, 04.03.96)

dar enter (E)

dar um break (E)

dar um delay (E)

debugar (OESP, 04.03.96)

debugar (tirar os defeitos de um programa, depurar) (E)

deletar (apagar um caractere errado) (E)

deletar (OESP, 08.04.96)

desktop (OESP, 25.03.96)
desktop publishing (editoração eletrônica) (OESP, 22.04.96)
deslogar (sair do sistema) (E)
Dial-Up Networking (módulo responsável pelo acesso remoto à rede)
(OESP, 19.08.96)
digitalizar (põe uma imagem ou som no computador) (E)
digitalizar (OESP, 08.04.96)
disc-array (OESP, 02.09.96)
disco de boot (OESP, 03.06.96)
disco rígido (OESP, 04.03.96)
disk array (OESP, 25.03.96)
Disk Doctor (recuperador de disco) (OESP, 18.03.96)
Disk Manager (software) (OESP, 13.06.96)
Diskcopy (comando do DOS) (OESP, 10.06.96)
downsize (E)
dropar (excluir procedimentos, tabelas etc) (E)
e-mail (OESP, 11.03.96)
e-mail (E)
Enterprise Edition (OESP, 08.04.96)
Enterprise Security System (sistema Ensys) (OESP, 29.04.96)
escanear (OESP, 08.04.96)
escanear (E)
escanear as informações (OESP, 13.06.96)
escritório hi-tech (OESP, 15.04.96)
estaçao de trabalho (OESP, 13.06.96)
getar (E)
hiperlink (E)
hipermídia (E)
hipertexto (E)
hobbista (OESP, 29.04.96)
inicializar (OESP, 29.04.96)
inicializar (E)
inputar (E)
inserir (E)
interface (OESP, 11.03.96)

interface (E)
Internet (E)
jump (OESP, 15.04.96)
layout (E)
leiaute (OESP, 02.12.96)
link (E)
linkar (OESP, 04.11.96)
linkar (ligar partes de um programa a fim de torná-lo um só) (E)
memória (OESP, 11.03.96)
micro (OESP, 20.05.96)
micro (E)
monitor (11.03.96)
monitor (E)
mouse (E)
mouse pad (OESP, 15.07.96)
multimídia (OESP, 10.06.96)
multimídia (E)
navegação (E)
navegação pelo documento (OESP, 04.03.96)
navegador (E)
navegador Netscape (OESP, 18.03.96)
navegantes (OESP, 30.09.96)
navegar (E)
navigator (OESP, 04.03.96)
navigator (E)
pirataria (E)
protocolos (OESP, 04.03.96)
rodar (OESP, 04.03.96)
rodar (E)
scanner (OESP, 04.03.96)
scanner (E)
servidor (E)
servidor (OESP, 04.03.96)
startar (dar o "start"; inicializar a máquina ou impressora) (E)
string (cadeia ou seqüência) (E)

system (E)
update (E)
updeitar (alterar informações do banco de dados) (E)
usuário (OESP, 08.04.96)
virus (OESP, 11.03.96)
winchester (OESP, 04.11.96)
winchester (E)
zipar (compactar arquivos) (E)

O CAMPO MINADO DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS¹

Claudia Maria XATARÁ²

- RESUMO: Este trabalho apresenta questões teóricas e práticas relacionadas aos estudos lexicológicos e ao tratamento lexicográfico das expressões idiomáticas, enfocando a problemática de seu conceito e de suas marcas de freqüência, de espaço e de tempo, além de suas marcas sociais.
- PALAVRAS-CHAVE: Expressão idiomática; lexia complexa; conotação; cristalização; freqüência; regionalismo; sincronia; níveis de linguagem.

0 Introdução

Antigamente, as moças chamavam-se *mademoiselles* e eram todas mimosas e muito prendadas. Não faziam anos: completavam primaveras, em geral dezoito. Os janotas, mesmo não sendo rapagões, faziam-lhes pé-de-alferes, arrastando a asa, mas ficavam longos meses debaixo do balaio. E se levavam tábua, o remédio era tirar o cavalo da chuva e ir pregar em outra freguesia. As pessoas, quando corriam, antigamente, era para tirar o pai da forca, e não caíam de cavalo magro. Algumas jogavam verde para colher maduro, e sabiam com quantos paus se faz uma canoa. O que não impedia que, nesses entremeses, esse ou aquele embarcasse em canoa furada.

1 Parte de um dos capítulos de minha tese de doutorado (Xatara, 1998).

2 Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP

As linhas acima são apenas um trecho da crônica *Antigamente* de Drummond de Andrade (In: *Poesia completa e prosa*, 1977, p.1183), em que o poeta explora com maestria, num contexto ordenado e harmonioso, os efeitos do uso das rebeldes ditas expressões idiomáticas (EI). A Drummond une-se, sem economia de espaço, uma infinidade de outros 'exploradores': escritores, dos grandes nomes da Antigüidade aos não menos grandes da literatura atual; publicitários e jornalistas; pessoas cultas, pessoas menos cultas, enfim, qualquer um que queira se expressar com esse abundante e rico material da linguagem coloquial.

Essa profusão das EI justifica-se por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque podemos contrapor a seu caráter previsível e a seu automatismo, desgastado pela freqüência de emprego, um poder surpreendentemente criativo de seus efeitos sobre os usuários, através do jogo entre suas relações, sobretudo metafóricas e metonímicas, e do recurso ao seu sentido literal. Em segundo lugar, porque o mundo das EI revela uma espessura simbólica, em que aflora o inconsciente, acionando transferências semânticas regulares, do concreto ao abstrato, do físico ao psíquico, exprimindo julgamentos sociais e compartilhando das mais diversas sensações e emoções.

Entretanto, se de um lado encontramos EI por toda a parte, presentes discreta ou abusivamente, por outro lado não encontramos tão facilmente estudos específicos sobre elas. Porém, ainda que os métodos de análise das EI não estejam inteiramente aperfeiçoados e continuem de certo modo imprecisos até hoje, a importância desses estudos é inegável, porque elas representam unidades de base que, como as palavras simples, devem ser integradas sistematicamente no inventário dos elementos lexicais constitutivos das estruturas semiológicas da linguagem (Greimas, 1960), embora o seu tratamento lexicográfico revele problemas teóricos e práticos. É o que abordaremos a seguir.

1 Problemas teóricos

O primeiro passo a ser tomado é identificar e delimitar o tipo de unidade lexical que deva ser designado *expressão idiomática*, ou seja, o seu conceito.

Tomando por base, entre tantas outras teorias lexicais, as de Biderman (1978), Chafe (1979), Danlos (1981), Gross (1982), Ruwet (1983), Tagnin (1988) e Lodovici (1989), e as considerações levantadas em pesquisa anterior (Xatara, 1994), propomos a seguinte definição de EI:

expressão idiomática é uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural.

Como a lexia complexa apresenta uma graduação, da locução ao provérbio (Pottier, 1962), convém desenvolvermos a abrangência dessa definição.

1.1 EI = lexia complexa indecomponível

Salvo numa perspectiva etimológica ou histórica, as unidades lexicais complexas são indecomponíveis. Sincronicamente, portanto, em análise distribucional ou funcional, as EI são unidades locucionais ou frasais que constituem uma combinatória fechada, de distribuição única ou distribuição bastante restrita, pois se apresentam como sintagmas complexos que não têm paradigmas, ou seja, quase nenhuma operação de substituição característica das associações paradigmáticas pode ser normalmente aplicada.

Se enfocarmos, em uma EI, sua distribuição única, verificaremos que é impossível interpolarem-se elementos que lhe são alheios (*estar com a pulga [andando?]* *atrás da orelha [esquerda?]*); também não se pode substituir uns elementos por outros (*fazer castelos [mansões?]* *na areia [na praia?]*) ou certas categorias gramaticais (*dormir como uma pedra [pesadamente?]*).

Considerando-se, pois, a distribuição única de uma EI, levam-se em conta quatro aspectos convencionáveis: o seu significado (é de geral consentimento entender *pagar o pato* como “sofrer as consequências”), a ordem de ocorrência dos elementos (*dar com a cara na porta* constitui uma EI, mas não *dar na porta com a cara*), as relações de similaridade baseadas na seleção (*dar com a cara na janela* ou *dar com o rosto na porta* já não são mais EIs) e as relações de contigüidade baseadas na combinação (expressões como *noves fora nada*, *diabo a quatro* são aceitáveis, embora agramaticais), além de ser a combinação léxica dos componentes que determina a arbitrariedade da significação.

No caso de distribuição restrita, há escalas de variabilidade que correspondem a graus de cristalização (Xatara, 1994).

1.2 EI = lexia complexa conotativa

A cada segmento da cadeia sintagmática considerado uma EI, convenciona-se a atribuição de uma significação segunda, conotativa,

ou de pelo menos um primeiro nível de abstração, que constitui transferência de significado de um lugar semântico a um outro, com o significante continuando o mesmo. Esse é o procedimento da conotação, assim definido por Greimas (1960).

Trata-se de um tipo de paráfrase sobretudo metafórica, atualizada em unidades comutáveis com frases inteiras (*Nesse mato tem coelho* ↔ Há algo que não está claro nesse assunto), ou com sintagmas verbais (*estar com os bolsos cheios* ↔ ter muito dinheiro) ou com lexias simples (*rodar a bolsinha* ↔ prostituir-se) (Geckeler, 1976).

Essa metáfora, contudo, não deve ser associada à linguagem literária, como normalmente se procede, pois a função poética, no nível da linguagem cotidiana, sempre se fez ricamente presente, tornando o modo por que se diz algo tão importante quanto aquilo que é dito, representando, além de um recurso de que se lança mão por falta de expressão adequada, um meio de caracterização pitoresca.

Uma EI, portanto, é duplamente arbitrária: arbitrária porque, igualmente como ocorre com qualquer outro signo, a relação entre seu significado e seu significante não é motivada naturalmente, e arbitrária uma segunda vez porque a relação entre os signos que a compõem não é motivada lingüisticamente, o que ocorre com as palavras compostas.

Na sua origem, sua motivação é metafórica e no processo de metaforização, cada componente da EI perde sua função nominativa própria e se dessemantiza, isto é, não adquire uma nova função nominativa, pois é a EI vista como conjunto que adquire essa nova função.

Ela é um sintagma não-composicional, oriundo de uma combinatória de palavras que não formam uma unidade lexical e, por mutação semântica, passam a constituir uma unidade, porque os componentes do sintagma não podem mais ser dissociados significando uma outra coisa, ou seja, sua interpretação semântica não pode ser calculada a partir da soma dos significados individuais de seus elementos (*dar com a cara na porta* significa metaforicamente "não encontrar ninguém onde se foi procurar" e não "bater a cara, intencionalmente ou não, numa determinada porta"). E é a coexistência de ao menos dois empregos do mesmo sintagma que fundamenta o sentimento da metaforização (Pottier, 1987): um emprego literal ou denotativo, e a expressão é chamada homônimo livre da EI, e um emprego conotativo. Aliás, há um grande número de EI que possuem homônimos livres ("abrir os olhos", "cruzar os braços", "jogar um balde de água fria").

Assinalamos, por outro lado, que outras figuras de estilo, além da metáfora, podem ser expressas pelas EIs, como a metonímia (*ser um*

bom garfo), a antonomásia (o Rei dos reis), a comparação (enrugado como maracujá de gaveta) etc., todas efetivamente conotativas.

1.3 EI = lexia complexa cristalizada

Não basta, porém, que uma lexia seja indecomponível em sua forma e conteúdo para ser denominada idiomática. Um outro fator, que será responsável por seu processo de lexicalização, sinal verde para ser incluído na nomenclatura de um dicionário, é a freqüência de seu emprego pela comunidade dos falantes, em outras palavras, é a sua consagração pela tradição cultural que o cristaliza em um idioma, tornando-o estável em significação, o que possibilita sua transmissão às gerações seguintes e seu alto grau de codificabilidade. Em outras palavras, uma EI é o produto de um processo de repetição na diacronia da língua (Zuluaga, 1980).

Apesar de serem mantidas à parte, ou mesmo à margem dos estudos lingüísticos por formarem um grupo que foge à normalidade das construções não-fixas, as EIs não são, pois, um aglomerado de idiossincrasias lexicais, mas combinações estáveis com traços categoriais próprios, ou, no dizer de Corbin (1983) e Tagnin (1988), combinações convencionais de relações sintático-semânticas e pragmáticas regulares dentro de uma irregularidade.

Uma EI, então, poderia ser confundida com qualquer unidade léxica composta, em razão do critério de cristalização comum a ambas, mas não o é por seu caráter eminentemente conotativo; e por esse seu valor semântico especial, uma EI poderia ser caracterizada como um neologismo sintagmático (Alves, 1991), mas desse se distingue por estar lexicalizada de há muito e não apenas em vias de lexicalização.

Estamos, agora, em melhores condições para afirmarmos que EIs *não são*:

- *locuções*, que encerram uma forma funcional de organização dos elementos disponíveis da língua e não uma maneira de exprimir algo, portanto não implicam nenhuma retórica e uma estilística nem supõem qualquer figura: cf.: *ao lado, às pressas, desde que, de chofre, etc.;*
- *combinatórias usuais*, que correspondem a unidades lingüísticas convencionais, de sentido denotativo, caracterizadas pela co-ocorrência léxico-sintática de seus elementos, e produzem a impressão de já serem habitualmente conhecidas: *apoio incondicional, diametralmente*

oposto, gravemente doente, intimamente ligado, calor sufocante, vivo interesse, fidelidade a toda prova, firme propósito, imperativo absoluto, violência cega, desejar ardente mente, estar perdidamente apaixonado, guardar uma lembrança inesquecível, jurar solenemente, recusar categoricamente etc. (Bally, 1951; Tagnin, 1988);

- *perifrases verbais* ou “*colocações*” com verbos suportes – cujos argumentos não têm restrição –, de mera função nominativa, que correspondem ao modelo SV + SN, sem transformação dos significados dos componentes, a saber: *bater em retirada, correr o risco, dar um passeio, fazer uma afirmação, ter medo, tomar uma decisão* etc. (Greimas, 1960; Lipshitz, 1981; Tristá, 1988);
- *ditados*, considerados elementos não conotados, ou *provérbios*, elementos conotados, cuja formulação arcaizante confere-lhes um tipo de autoridade que depende da “*sabedoria dos antigos*”. Tanto ditados quanto provérbios, estudados pela paremiologia, enunciam *verdades eternas* na forma de simples constatações, apresentadas em uma estrutura, ao mesmo tempo, clara e fechada, por exemplo: *Quanto mais se tem, mais se quer; Em terra de cegos, quem tem um olho é rei; Deus dá o frio conforme o cobertor* etc. (Greimas, 1960).
- *gírias*, ou lexias, geralmente simples, de renovação relativamente rápida, em virtude da sua frequente arcaização, usadas como “marca” grupal: *escroto, mina, podre* etc.
- *sintagmas terminológicos* ou unidades lexicais complexas que correspondem a um conceito restrito a uma determinada área científica ou técnica, cf.: *supremo tribunal federal, válvula redutora de pressão, viga mestra* etc. (Tristá, 1988). Há, contudo, lexias terminológicas banalizadas no uso comum, que podem assim ser classificadas como idiomatismos: *idade da razão* (da psicologia), *denominador comum* (da matemática), *criar raízes* (da biologia) etc.

As distinções acima, para o bem da verdade, dizem respeito apenas a simples tendências e os limites entre elas estão longe de serem consensuais.

Por outro lado, EI seria um termo sinônimo de:

- *clichês* ou *chavões*, definidos aqui como criações literárias que se banalizaram pelo uso, por exemplo: *o astro do dia, a primavera da vida, silêncio sepulcral* etc. (Greimas, 1960);
- *estereótipos* ou *lugares-comuns* que são frases feitas ou fórmulas de emprego muito freqüente, revelando uma falta contra a verdade, por constituírem uma crença simplista (Ettinger, 1982) e se fundamenta-

rem na ignorância e no preconceito, ainda que representem conceções de valor predominantes em uma dada comunidade cultural: *Homem [empregada] é tudo igual – nenhum presta; As crianças não pediram para nascer; As mulheres são o sexo frágil*. São, enfim, idéias e convicções básicas que só se impõem pela sua repetição; hábitos que só se formam porque assim são impostos (Sabino, 1984).

- *fórmulas situacionais*, sentenças usadas em situações de comunicação específicas: *Não seja infantil!; Não é o que você está pensando!* (Tagnin, 1987).
- *locução fraseológica* que representa um grupo de palavras consagrado pelo uso e cuja associação atinge seu mais alto grau de coesão, pois o sentido real das palavras isoladas desaparece (Bally, 1951);
- *fraseolexema* que é a unidade no centro da fraseologia onde se encontra o grau máximo de idiomatidez, uma vez que é formada com base em processos semânticos mais complexos, ou seja, com base na transformação do significado por metáfora para designar de maneira mais expressiva o que se queira dizer (Hundt, 1994). Em outras palavras, a fraseologia, com uma zona periférica e uma central, cada qual com seus respectivos objetos de estudo, seria a “ciência” que estuda as diversas categorias de lexias complexas, dentre as quais, as EI (Fiala, 1987).

2 Problemas práticos

O sistema de inclusão dos idiomatismos nos dicionários gerais ainda não é sistemático, normalmente havendo objeções quanto à extensão da nomenclatura, se as EI vierem como entradas, ou quanto à extensão dos verbetes, se vierem como subentradas.

Os dicionários unilingües muitas vezes não delimitam claramente essas combinações sintático-semânticas freqüentes e fixas, isto é, cristalizadas pelo uso em uma língua, identificando-as como tais, mas as incluem entre os diferentes sentidos figurados de um dos elementos da EI (Bárdosi, 1992; Heinz, 1993). Além disso, os unilingües nos dão apenas paráfrases semânticas das EI. Por outro lado, somente um pequeno número dessas unidades cristalizadas constam num *dicionário bilíngüe* sendo especificadas com traduções também freqüentes e cristalizadas – sempre que possível –, a fim de se favorecer a construção de enunciados na língua estrangeira.

A elaboração de dicionários especiais de EI também carece de sistematização, pois geralmente essas expressões são tratadas de um modo excessivamente amplo. Juntam-se a elas unidades lexicais muito heterogêneas, como lexemas isolados de sentido figurado fixo, todo tipo de anomalias e curiosidades gramaticais, perífrases verbais, provérbios, ditados, gírias, fraseologismos técnico-científicos etc. Confirmamos, assim, o que diz Borba (1991) em relação aos dicionários de línguas também para um dicionário especial: o primeiro problema para a sua elaboração está na escolha de critérios que garantam a seleção adequada das informações.

Além disso, poucos são os dicionários especiais (como o de Galisson, 1984, e o de Duneton & Claval, 1990), que combinam a classificação alfabético-semasiológica e onomasiológica, para darem conta, ao mesmo tempo, do aspecto funcional que é o da eficácia e rapidez da procura de uma expressão, e do aspecto (epistemo)lógico que é o da procura de uma expressão a partir da noção capaz de "condensar" em uma palavra ou *conceito-chave* a significação da EI em questão.

Na maioria dos dicionários unilíngües, especiais ou de língua, a compreensão das definições completa-se com indicativos de diversas naturezas, que esboçam – muito grosseiramente – uma configuração dos usos da língua. Nos bilíngües, porém, esses indicativos, quando aparecem, muitas vezes não são suficientes se não acompanharem traduções que também os respeitem na língua estrangeira. Referimo-nos às marcas de freqüência de uso, às de espaço, às de tempo e às marcas sociais.

2.1 Marcas de freqüência de uso

Considerando-se um só estado de língua, pode-se indicar que o emprego de uma EI seja *raro*, *inusitado* ou *corrente* quanto à sua freqüência no seu atual estágio sincrônico.

De um modo geral, as EI são muito freqüentes (*besta quadrada*; *ter costas largas*; *com o pé nas costas* etc.), visto que fazemos constante uso delas em nosso dia-a-dia, sem nos darmos conta. E quando um dicionário inclui as EI pitorescas e atestadas nos textos, embora não mais usuais, é porque os autores acham importante lembrar sua existência e valor, para mostrarem sua coerência com a fraseologia moderna.

A questão, porém, que resta ainda resolver, de modo mais consensual entre os lexicógrafos, e com maior científicidade, é qual

deve ser o limiar de freqüência que garanta, ou exija, a presença de uma determinada unidade lexical em um dicionário, visto que, na verdade, a freqüência é condicionada por diversos fatores, como o meio social, a situação, as preferências pessoais etc. (Messelhaar, 1988).

2.2 Marcas de espaço

Quanto ao espaço, impõe-se a questão dos domínios geográficos diferentes, dentro e fora de um país, tais como os empregos qualificados como regionais. Um dos critérios para se selecionar uma nomenclatura de EI, é, por exemplo, não se contemplar usos particulares ou regionalismos, como *conduite de onze heures* e *donner sa part au chat*, de uso restrito às regiões francesas de Anjou e da Borgonha, respectivamente.

2.3 Marcas de tempo

Quanto ao tempo, as marcas opõem empregos *arcaicos* aos empregos compreendidos e produzidos hoje, reunindo tanto as expressões cuja morfossintaxe é antiquada, embora estejam em uso (em língua francesa, temos: *à son corps défendant* → com pesar, *geler à pierre fendre* → *fazer um fôrio de rachar*), quanto as que se caracterizam por seu obsoletismo lexical (*aux 'aguets'* → à espreita, *chercher 'noise'* → procurar encrenca, *dans son 'for' intérieur* → em seu íntimo, *il y a belle 'Turette'* → há um tempão).

Outro aspecto diacrônico é que, por intermédio de estudos filológicos, se pode determinar a filiação histórica de uma EI, como fazem esses mesmos autores ao apresentarem, além da evolução do sentido das expressões, sua *origem* com data do primeiro emprego conhecido.

Contudo, em estudos sincrônicos (uma sincronia pura pode corresponder a 60 anos de história da língua segundo Rey-Debove), o obscurecimento de seus elementos formadores manifesta a espessura simbólica e metafórica de uma linguagem que é condensada, presente por toda parte, muitas vezes discretamente. Mas, mesmo se o sentido próprio de seus elementos estiver quase praticamente apagado e o sentido primitivo de uma EI totalmente perdido ou só puder ser restabelecido por um esforço de reflexão ou de explicações etimológicas, o falante continua preservando o sentimento inconsciente de que há uma imagem, ainda que não tenha a menor idéia quanto à sua origem.

2.4 Marcas sociais

Quanto às marcas sociais ou diastráticas, não há critério realmente preciso para se distinguir os diversos níveis de língua ou marcas estilísticas. Uma vez que as fronteiras entre os níveis são cada vez mais questionáveis e suas definições não têm valor absoluto, essas classificações não podem ser absolutas. No próprio *Le Petit Robert* (1991), por exemplo, ora as EI são subentradas classificadas apenas como locução figurada (cf.: *avoir l'eau à la bouche*; *faire le chien couchant*), ou como locução metafórica (cf.: *avoir le cœur gros*), ora como locução figurada e coloquial (cf.: *mettre le nez dehors*) ou figurada e popular (cf.: *mettre des bâtons dans les roues*), e podem vir até como entrada (cf.: *à dieu va!* – uma locução interjetiva). Heinz (1993) analisou profundamente essa questão.

Na verdade, medir o grau de desvio cultural entre dois usos lingüísticos seria objeto de um exame global, ao mesmo tempo sócio-semântico e lingüístico, de cada uso, o que para Rey (1986), por exemplo, ultrapassa "e muito" a problemática lexicográfica.

De qualquer forma, a indicação dos registros lingüísticos em um dicionário é muito útil para os consultantes, sobretudo para os estrangeiros: só a marca "employée dans le langage écrit littéraire" da EI *tenir en lisière* poderia impedir uma tradução coloquial como "trazer num cortado" ou "manter a rédeas curtas" para seu equivalente, e sugerir talvez «manter sob sua custódia», que é mais formal. Por isso o lexicógrafo apóia-se, muitas vezes, apenas em sua intuição, o que tem forte influência sobre os equivalentes propostos em um dicionário bilíngüe, provocando notáveis diferenças de informações diastráticas entre os dicionários.

Dever-se-ia, então, segundo Bárdosi (1992), utilizar menos classificações, mas bem escolhidas e claras, para qualificar unicamente o que se afasta de modo evidente e pronunciado de um uso lingüístico neutro, no sentido amplo do termo.

No que concerne às EI, não interessa o nível *culto* (em que a linguagem é formal, correta e precisa e o vocabulário mais rebuscado ou até raro) e interessa pouco o nível *comum* ou *padrão* (por comportar geralmente locuções correntes mas inexpressivas, que podem até ter equivalentes idiomáticos) (Bally, 1951).

As EI, por sua vez, encontram-se, em sua grande maioria, no nível *coloquial*: linguagem informal, que usa palavras novas, imagens pitorescas, sentidas como "anormalidades", sem que a freqüência de seus

desvios constitua uma deformação que torne "inaceitáveis" as mensagens dadas – *ter muita cera no ouvido, arriscar a pele, cheirar a defunto, vender seu peixe* etc. O uso das EI nesse nível coloquial denota, na verdade, intimidade entre os interlocutores, em uma situação de comunicação descontraída (Peytard & Génouvier, 1970).

Considerando-se, então, os problemas teóricos e os práticos que interferem nos estudos lexicológicos e no tratamento lexicográfico das EI, entramos em um território algo complexo e delicado: um verdadeiro *campo minado*.

XATARÁ, C. M. The minefield of idioms. *Alfa (São Paulo)*, v.42, n.esp., p.147-159, 1998.

- **ABSTRACT:** This paper presents theoretical and practical questions associated to the lexicological analysis and to the lexicographical treatment of the idioms, focusing on the problems of their concept and their signs of frequency, space and time, besides their social signs.
- **KEYWORDS:** Idioms; complex lexia; connotation; crystallization; frequency; regionalism; synchrony; levels of language.

Referências bibliográficas

- ALVES, I. M. O neologismo sintagmático. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 5, 1990, Recife. Anais do V Encontro Nacional da ANPOLL. Porto Alegre, 1991.
- BALLY, C. *Traité de stylistique française*. 3.ed. Paris: Klincksieck, 1951. 2v.
- BÁRDOSI, N. Problèmes posés par le traitement lexicographique des figés dans les dictionnaires français. *Fremdsprachen Lehren und Lernen*, n.21, p.104-16, 1992.
- BIDERMAN, M. T. C. Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 277p.
- BORBA, F. S. Lexicografia e descrição da língua. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 5, 1990, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 1991. v.2, p.81-6.
- CHAFE, W. L. *Significado e estrutura linguística*. Trad. Maria Helena de Moura Neves. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. 376p. Original inglês.
- CORBIN, D. Le monde étrange des dictionnaires (4): la créativité lexicale, le lexicographe et le linguiste. *Lexique* (Paris), n.2, p.43-68, 1983.

- DANLOS, L. La morphosyntaxe des expressions figées. *Langages* (Paris), n.63, p.53-74, 1981.
- ETTINGER, S. Formación de palabras y fraseología en la lexicografía. In: HAENSH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, p.233-58, 1982.
- FIALA, P. Pour une approche discursive de la phraséologie. Remarques en vrac sur la locutionnalité et quelques points de vue qui s'y rapportent. *Langage et société*, n.42, p.27-44, 1987.
- GECKELER, H. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Trad. Marcos Martínez Hernández. Madri: Gredos, 1976. 385p.
- GREIMAS, A. Idiotismes, proverbes, dictos. *Cahiers de Lexicologie* (Paris), n.2, p.41-61, 1960.
- GROSS, M. Une classification des phrases "figées" du français. *Revue Québécoise de Linguistique* (Montréal), v.2, n.11, p.151-85, 1982.
- HEINZ, M. *Les locutions figurées dans le "Petit Robert"*. Tübingen: Max Niemeyer, 1993.
- HUNDT, C. Construção de verbo + substantivo. Estrutura, semântica e posição dentro da fraseologia. Verbo e estruturas frásicas. *Revista da Faculdade de Linguas e Literatura*, anexo VI, p. 267-275, 1994.
- LIPSHTITZ, E. La nature sémanto-structurelle des phraséologismes analytiques verbaux. *Cahiers de lexicologie*, v.1, n.38, p.35-40, 1981.
- LODOVICI, F. M. M. *Elementos constitutivos dos idiomatismos no português do Brasil*. São Paulo, 1989. 262p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica.
- MESSELAAR, P. A. Tentative de systématisation en lexicographie bilingue malgré les limites de la sémantique. I. T. L.: review of applied linguistics (Leuven), n.79-80, p.113-33, 1988.
- PEYTARD, J., GENOUVRIER, E. *Linguistique et enseignement du français*. Paris: Larousse, 1970.
- POTTIER, B. *Introduction à l'étude des structures grammaticales fondamentales*. Nancy: Faculté de Lettres, 1962.
- _____. La subduction, la métaphore et les lexies. *Cahiers de Lexicologie* (Paris), v.1, n.50, p.209-18, 1987.
- REY, A. Les écarts culturels dans les dictionnaires bilingues. *Lexicographica* (Paris), n.2, p.33-42, 1986.
- RUWET, N. Du bon usage des expressions idiomatiques dans l'argumentation en syntaxe générative. *Revue Québécoise de Linguistique* (Montréal), v.1, n.13, p.23-43, 1983.
- SABINO, F. *Lugares-comuns*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1984. 171p.
- TAGNIN, S. E. O. *Levels of conventionality and the translator's task*. São Paulo, 1987. Tese de Doutoramento – Universidade de São Paulo.
- _____. A tradução dos idiomatismos culturais. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, n.11, p.43-52, 1988.

- TRISTÁ, M. A. *Fraseología y contexto*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988. 195p.
- XATARÁ, C. M. *As expressões idiomáticas de matriz comparativa*. Araraquara, 1994, 140p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- _____. *A tradução para o português de expressões idiomáticas em francês*. Araraquara, 1998, 253p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- ZULUAG, A. *Introducción al estudio de las expresiones fijas*. Frankfurt: Peter D. Lang, 1980.

A FACE QUANTITATIVA DA LINGUAGEM: UM DICIONÁRIO DE FREQÜÊNCIAS DO PORTUGUÊS

Maria Tereza Camargo BIDERMAN¹

- RESUMO: O *Dicionário de Freqüências* do léxico do português brasileiro contemporâneo baseou-se num *corpus* de língua escrita, variedade brasileira de 5 milhões de palavras (1950 a 1990). Alguns resultados quantitativos: apenas 42.212 unidades léxicas diferentes totalizaram os 5 milhões de ocorrências do *corpus*, excluídos topônimos e antropônimos. Os dados estatísticos do dicionário registram altíssima freqüência das palavras instrumentais (artigos, preposições, pronomes, conjunções etc.) bem como de verbos auxiliares e modalizadores. O mesmo ocorre com palavras de significação muito geral, arquilexemas, altamente polissêmicos. Na vertente oposta estão as palavras de baixa freqüência sobretudo os *hapax legomena*, que contribuem maciçamente para o total de 42.212 lexias registradas neste *corpus*. De fato, as palavras de baixa freqüência totalizam grande parte desse *index verborum*; caso contrário, o repertório vocabular seria muito menor. A categoria *substantivo* contribui com a maioria de vocábulos que ocorreram apenas uma vez no *corpus*, assim como os tecnicismos da linguagem científica. O vocabulário jornalístico é o mais neutro e o menos temático, constituindo uma espécie de média entre os outros gêneros de linguagem.
- PALAVRAS-CHAVE: Lexicoestatística; dicionário de freqüências; *hapax legomena*; *index verborum*; vocabulário multiuso.

1 Professora aposentada do Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil – mtbider@ibm.net.

1 Muitas teorias foram elaboradas para tratar o fenômeno da linguagem. Uma delas, a Estatística Lingüística, considera a face quantitativa da linguagem. Não resta dúvida que a elevadíssima freqüência dos fenômenos lingüísticos justifica tal abordagem. Essa ciência interdisciplinar produziu resultados eficazes ao analisar dados das mais diversas línguas, chegando a algumas conclusões expressivas de natureza universal sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. Constatou-se assim a estabilidade dos símbolos lingüísticos – letras, fonemas, palavras, categorias gramaticais manifestam uma recorrência tão regular que tornam possível a sua previsibilidade. Na verdade a freqüência de letras, fonemas, número de sílabas e comprimento da palavra são independentes do estilo individual e constituem um condicionamento lingüístico. Assim é possível prever os fonemas, grafemas, vocábulos e unidades gramaticais que poderão ocorrer nos discursos oral e escrito dos falantes e escritores.

Com base nos resultados da Estatística Léxica ou Lexicoestatística podemos afirmar também que a freqüência é uma característica típica da palavra. Aliás, a norma lingüística se baseia na freqüência dos usos lingüísticos. Assim, a norma lexical nada mais é que a média dos usos freqüentes das palavras que são aceitas pela comunidade dos falantes.

E não só isso. Também as mudanças lingüísticas que, no decorrer da história, levam de um estado de língua a outro, advêm da freqüência de certos usos em detrimento de outros. Quando estudamos a evolução do latim até as línguas românicas verificamos que mudanças estruturais que acarretaram o surgimento de novos sistemas lingüísticos (as línguas latinas) se deram em virtude da freqüência com que certos fenômenos lingüísticos ocorriam. Um exemplo típico é o da derrocada do sistema de paradigmas nominais do latim clássico. No latim havia cinco modelos de declinação de substantivos que, no período românico e nas modernas línguas românicas, desapareceram totalmente, em virtude da recorrência da obliteração das desinências características de cada caso em cada um dos paradigmas de declinação.

Na aplicação das teorias estatísticas ao estudo da linguagem, muitos parâmetros da Estatística Clássica não se mostraram adequados, em virtude do grande número de graus de liberdade existentes nos sistemas lingüísticos. Todavia, na análise comparativa de línguas, esse modelo teórico revelou-se útil para o estudo das genealogias lingüísticas. Maurice Swadesh criou a Glotocronologia a fim de tentar descobrir a época de separação de línguas oriundas de uma mesma

família lingüística e não documentadas. É sabido que as línguas indígenas da América, entre muitas outras línguas pouco conhecidas do globo, constituem um enorme desafio para os lingüistas no que concerne sua origem, bem como sua filiação lingüística. Para tentar solver esse mistério, Swadesh criou a teoria glotocronológica, que aplica um tratamento estatístico ao léxico das línguas comparadas. Usando como referência uma lista de 100 palavras básicas para qualquer língua e que deve existir em qualquer cultura, Swadesh confrontava os vocábulos equivalentes nas línguas cuja filiação estava buscando. Através de uma fórmula elaborada por ele, Swadesh pode descobrir o tempo de fragmentação e separação de algumas línguas indígenas da América.

Além disso, notou-se uma certa constância na distribuição do vocabulário em qualquer tipo de texto para várias línguas, a saber: francês, espanhol, italiano, romeno e português. Em todas essas línguas as altas freqüências são habitadas pelos vocábulos gramaticais e por um número reduzido de palavras lexicais de significado muito geral. Refiro-me aos estudos de Estatística Léxica aplicados às cinco principais línguas românicas, realizados em Stanford University por Alphonse Juillard e uma equipe de pesquisadores que elaboraram os "dicionários de freqüência" do espanhol, francês, romeno, italiano e português. Essas pesquisas feitas com grande rigor evidenciaram que o topo das listas de freqüência é constituído por palavras gramaticais ou itens vocabulares de grande instrumentalidade semântico-gramatical. O único senão é relativo ao tamanho dos *corpora* que foram então analisados: para cada uma das línguas o *corpus* totalizava 500 mil palavras embora fosse constituído com uma grande heterogeneidade. Para a época em que esses estudos foram feitos (década de 1960 e início dos anos 70) não se podia fazer mais, pois os computadores desse tempo eram ainda muito ineficientes e sua capacidade de armazenamento e de tratamento de grandes volumes de dados ainda deixava a desejar. E não se esqueça que estamos falando dos Estados Unidos e do mais importante centro de computação desse país. Estávamos na época dos grandes "mainframes". O computador pessoal ainda não existia e menos ainda os pentium e toda a magnífica parafernália de hardware e de software dos anos 80 e sobretudo 90. O aparecimento dessa tecnologia tornou possível a criação de gigantescas bases de dados lingüísticos para tratamento computacional, estatístico, lexicográfico e muitos outros mais. E assim chegamos a uma era em que já é possível analisar de modo mais pertinente o léxico de uma língua, a despeito das imensas dificuldades postas pelo gigantesco volume de dados que constitui o vocabu-

lário de qualquer língua de civilização, bem como a enorme complexidade desse sistema de signos lingüísticos.

Como se sabe o léxico constitui um sistema aberto de demarcação praticamente impossível. De fato, o crescimento do léxico faz-se numa progressão geométrica, em virtude da criação contínua de palavras novas. O processo das mudanças sociais é um moto-contínuo: a criação humana é incessante e a invenção de novos referentes nunca cessa. Portanto, está posto um desafio enorme para a nossa capacidade analítica: qual será a extensão do léxico de uma língua? Rey-Debove (1970, p.4) levantou a hipótese de que o léxico de uma língua de civilização como o francês ou o inglês ultrapasse 200 mil unidades podendo atingir 500 mil palavras, caso se registrem todos os vocabulários das línguas de especialidades, ou seja, as terminologias técnico-científicas. Como o léxico categoriza o conhecimento humano na forma de palavras a possibilidade de sua ampliação é praticamente infinita.

Não resta dúvida que é extremamente difícil dar conta de todo o acervo de palavras da língua portuguesa para um tratamento lexicostatístico e computacional dentro dos parâmetros desejáveis. De longa data, desde os anos 70 ao colaborar com Juillard em Stanford University, almejava fazer uma grande pesquisa lexicostatística sobre o léxico do português brasileiro contemporâneo com o fito de obter resultados que pudessem ser referência básica para o ensino da língua portuguesa, assim como para a elaboração de dicionários mais bem concebidos para a comunidade dos falantes do Brasil. Quando da criação da base de dados textuais em forma digital na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara sob o comando do Prof. F. da Silva Borba, meu antigo desideratum tornou-se possível, sobretudo depois que o CNPq passou a apoiar minhas pesquisas. Ainda não cheguei aos resultados definitivos pelos quais almejava, porém, julgo que as pesquisas que passei a discutir e comentar a seguir já constituem resultados altamente relevantes sobre a estrutura quantitativa do léxico do português brasileiro contemporâneo. Vou discutir resultados de uma primeira versão desta pesquisa por já possuir todos os efetivos prontos. Lembro que o objetivo destas pesquisas era, antes de mais nada, elaborar um *dicionário de freqüências* do português brasileiro contemporâneo.

Na segunda versão do *dicionário* reorganizei o *corpus* de língua escrita e acrescentei um *subcorpus* de língua falada totalizando 6 milhões de ocorrências. Eliminei alguns textos idiossincráticos como, por exemplo, obras de Guimarães Rosa, ou então no domínio técnico-científico, obras muito pontuais. Também resolvi reunir num só *subcorpus*

romances e contos e peças dramáticas para formar o subcorpus LL: linguagem literária. No que tange a linguagem jornalística (LJ) eliminei uns tantos textos e acrescentei a esse *subcorpus* um volume considerável de materiais da revista *Veja* dos anos de 1992, 1993, 1994 e 1995. Tratando-se de um semanário de temática muito abrangente sobre a contemporaneidade, selecionei os textos que seriam incluídos para que eles pudessem representar todos os domínios possíveis. Reformulei também todo o *subcorpus* de LT (linguagem técnico-científica) excluindo algumas obras e acrescentando outras, para que ele fosse mais representativo dessa subárea (linguagem técnico-científica). Nessa versão exclui o *subcorpus* LO (linguagem oratória). Foram os seguintes os projetos que forneceram materiais de língua falada (*subcorpus LF*): 1. os vários projetos NURC: São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro; 2. o projeto PEUL do Rio de Janeiro; 3. o projeto de Maceió; 4. o projeto de linguagem rural (bóias-frias) da UNESP de Assis; 5. dados do banco de dados da PUC, São Paulo; 6. descrição da fala de universitários de Curitiba (dados de Berlinck²). Entretanto, não vou aqui comentar resultados dessa segunda pesquisa; pretendo deixar apenas consignado que foi feito também o confronto entre o vocabulário da língua escrita e da língua falada.

Vejamos agora alguns dados e resultados da primeira versão do *dicionário de freqüências* que abrange tão-somente a variedade escrita da língua.

2 A base textual por mim utilizada estava constituída por um *corpus* de 5 milhões de palavras do português do Brasil, língua escrita (dados de 1950 a 1995). Eis a composição do *corpus*:

- LR – literatura romanesca (romances e contos): 1.394.855 palavras;
- LD – literatura dramática: 620.386 palavras;
- LT – literatura técnico-científica: 1.223.605 palavras;
- LJ – literatura jornalística: 1.458.174 palavras;
- LO – literatura oratória: 442.172 palavras.

O *subcorpus* LR compõe-se de romances e contos. O *subcorpus* LD compõe-se de peças dramáticas, alguns roteiros de filmes e textos de telenovelas.

2 Dados manuscritos de pesquisa realizada por Rosane Berlinck (UNESP-Araraquara) com universitários de Curitiba, PR.

A linguagem jornalística (LJ) compreende qualquer tipo de texto jornalístico (noticiário em geral e editorial) dos principais jornais brasileiros, bem como de semanários de grande circulação no Brasil. Por exemplo: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Correio Brasiliense*, *Zero Hora*. Algumas revistas de grande circulação que integram esse corpus: *Veja*, *Isto É*, *Visão*, *Exame*, *Placar*. Um volume considerável de materiais da revista *Veja* constam desse acervo.

O *subcorpus* de LT (linguagem técnico-científica) inclui obras variadas sobre os vários domínios do conhecimento humano, a saber: *agronomia*, *antropologia*, *arqueologia*, *artes*, *astronomia*, *biologia*, *clínica médica*, *culinária*, *direito*, *farmacologia*, *física*, *geologia*, *hidrologia*, *história*, *lingüística*, *marcenaria*, *medicina*, *mineralogia*, *patologia*, *psicologia*, *psiquiatria*, *zoologia*, etc. Os textos da LT foram extraídos de manuais de divulgação e obras didáticas destinadas ao público em geral bem como a estudantes universitários. Queria-se garantir a presença do vocabulário dos diversos domínios do conhecimento humano sem saturar esse *subcorpus* com uma terminologia muito especializada que só interessa aos especialistas.

Procedi à lematização das formas da base textual e à tabulação dos dados lexicoestatísticos.

Com base neste universo lexical com que trabalhei, cheguei a algumas conclusões sobre o léxico do idioma português, que serão apresentadas a seguir. Creio ser possível fazer algumas projeções sobre a estrutura geral do léxico português contemporâneo.

3 Considere-se primeiramente as palavras de *altíssima freqüência*.

3.1 Cerca de 42% do total das ocorrências do corpus é constituído por pouco mais de mil palavras, as mais freqüentes da língua (ver Gráfico 1).

Este gráfico atesta o seguinte: 80% de qualquer texto do português é constituído por estas mil palavras, que são reiteradas continuamente. Esse resultado confirma as conclusões da pesquisa realizada por Duncan (1972) sobre o português (*A Frequency Dictionary of Portuguese Words*). É verdade que Duncan utilizou um *corpus* relativamente pequeno (500 mil palavras) como já disse. Suas conclusões, porém, são idênticas às minhas. As mil palavras mais freqüentes do seu *corpus* (de arquitetura semelhante ao do meu *corpus*) constituiam 84,57% do total. Ora, as pesquisas lexicoestatísticas feitas paralelamente sobre

as outras línguas românicas por Juillard e a equipe de pesquisadores de Stanford University forneceram resultados quase idênticos. No espanhol, no francês, no italiano e no romeno, as mil palavras mais freqüentes compunham mais de 80% de qualquer texto escrito em cada uma dessas línguas. Julgo que podemos extrapolar estes resultados e formular a hipótese de que o mesmo deve ocorrer em qualquer língua.

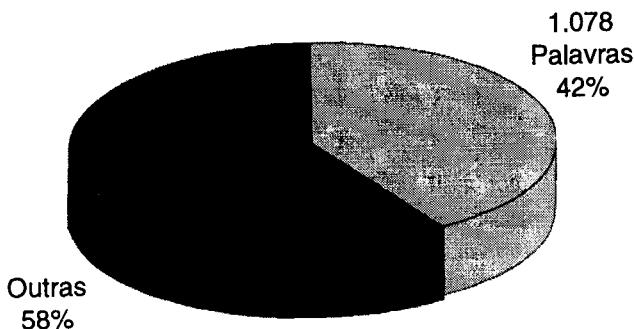


GRÁFICO 1 – Distribuição das palavras com freqüência maior ou igual a 500.

No português brasileiro contemporâneo, que palavras são estas? São elas: todas as **palavras instrumentais** como *artigos*, *pronomes*, *preposições*, *conjunções*, *advérbios*, *numerais*, e algumas palavras lexicais ou plenas das classes *substantivo*, *adjetivo* e *verbo*. Eis um exemplário das palavras com freqüência maior ou igual a 500, aquelas que integram o referido total de 1.078, ou seja, as palavras de altíssima freqüência no português brasileiro:

artigos: definidos: *o, as, os, as* [total: 383.116]; indefinidos: *um, uma, uns, umas* [total: 98.797];

pronomes: *ele, eles* [total: 18.964], *ela, elas* [total: 9.666]; *eu; você, nada, ninguém; que; qual, qualquer, tal, tudo; este(s), esses(s), esta(s), essas(s), meu(s), minha(s)*. etc.;

preposições: *de* [total: 180.228], *em* [total: 55.794], *para* [total: 50.848], *por* [total: 32.241];

contrações de preposições: *do(s), da(s), no(s), na(s)*; locuções prepositivas: *acima de, abaixo de, antes de, atrás de, depois de, embalhado de, em cima de, ao lado de, em vez de*;

advérbios: *agora, já, ainda, depois, depressa, cedo, hoje, ontem, muito, pouco, bastante, mais, quase, mal, nunca, sempre, não, logo, também, lá* etc.;

conjunções: e [total: 55.794], em, mas, como, que [total incluindo homônimos: 137.617];

locuções conjuncionais: depois que, logo que, para que etc.

3.2 Exemplos de palavras plenas:

substantivos: ação, água, amor, área, alma, arte, ato, banco, base, cabeça, cabelo, carro, cidade, coisa, começo, cor, domingo, dor, dúvida, economia, espírito, família, forma, história, hora, homem, mãe, maneira, mão, mês, mulher, pai, palavra, pessoa, qualidade, rapaz, realidade, rio, rua, sala, sangue, tempo, terra, uso, vez, vida, voz.

adjetivos: alto, baixo, bom, bonito, difícil, duro, fácil, geral, humano, largo, maior, mau, novo, primeiro, santo, são, social, velho.

verbo: acabar, bastar, começar, comer, dar, descer, dormir, entrar, estar, falar, fazer, ficar, ir, passar, poder, querer, receber, responder, saber, ser, ter, tirar, trazer, ver, vir, viver.

Estas palavras constituem o núcleo do vocabulário do português e podem ser consideradas como essenciais para a comunicação neste idioma. Na segunda pesquisa com um *corpus* de 6 milhões de ocorrências que incluía um *subcorpus* de língua falada, ficou também evidente que esse repertório básico de palavras se comportava da mesma maneira do ponto de vista estatístico.

4 Vejamos uma amostra de como os dados vocabulares estão lematizados no *dicionário de freqüências* e os respectivos resultados quantitativos. No processo de lematização eliminei os nomes próprios, antropônimos e topônimos. De fato, os nomes próprios identificam um referente único com identidade própria distinta de todos os demais. Aliás, na afasia e em outras moléstias com perda de memória por esclerose ou por envelhecimento, é típico o esquecimento e até a perda completa do registro desses nomes. O nome próprio usado na apelação vocativa do interlocutor e na sua interpelação no diálogo não integra o vocabulário referencial e instrumental lingüístico que estou quantificando. Aliás, a nomeação, o “batismo” de uma pessoa tem a função de integrar o indivíduo na sociedade. E a designação de lugares tem a função de estabelecer marcos de localização espacial para os sujeitos do discurso. Em suma, o nome próprio nos remete ao campo dêitico e nos envia às três dimensões da dêixis: a pessoa, o espaço e o tempo (Molino et al., 1982, p.19). Segundo a teoria de Molino e de Bühler (1961), podemos afirmar que o campo dêitico se distingue do campo

referencial (ou da representação), aquele onde se enquadra o léxico que estamos considerando e quantificando.

4.1 Exame ilustrativo de algumas *palavras plenas* de alta freqüência.

As palavras gramaticais e certo grupo de verbos são as classes mais estáveis da língua. São palavras multiuso que aparecem em qualquer texto, independentemente de seu conteúdo temático. Donde a distribuição uniforme dessas palavras entre os vários gêneros escrutinados. De fato, pode-se constatar que elas são igualmente freqüentes em todos os cinco tipos de literatura analisados, seja qual for o gênero ou o tema tratado. O mesmo pode ser dito, com algumas ressalvas, de um grupo de adjetivos e substantivos de significado muito geral.

- exemplo de substantivos: **mulher** e **tempo**

No paradigma dos substantivos coloquei sob o lema de entrada todas as flexões de número e grau bem como variantes populares.

	LR	LD	LT	LJ	LO	TOTAL
mulher	sub					4.882
MULHER	1.467	983	186	860	118	3.614
MULHERES	438	165	195	331	50	1.179
MULHÉ (pop)	0	20	0	0	0	20
MUIÉ (pop)	8	3	2	0	0	13
MULHERAÇO	0	0	1	0	0	1
MULHERÃO	1	0	0	0	0	1
MULHERINHA	1	0	0	0	0	1
MULHERÕES	0	1	0	0	0	1
MULHERZINHA	16	2	0	4	0	22
MULHERZINHAS	0	0	0	1	0	1
MULHER-DA-VIDA	1	0	0	0	0	1
MULHER-DAMA	11	4	0	0	0	15
MULHER-ESPOSA	1	0	0	0	0	1
MULHER-FÊMEA	1	0	0	0	0	1
MULHER-HOMEM	1	0	0	0	0	1
MULHER-MACHO	1	0	0	0	0	1
MULHER-SOLDADO	0	0	0	1	0	1
MULHERES-DAMA	1	0	0	0	0	1
MULHERES-DAMAS	6	0	0	0	0	6
MULHERES-MARAVILHAS	0	0	0	1	0	1

		LR	LD	LT	LJ	LO	TOTAL
tempo	sub						6.670
TEMPO		1.913	716	1.199	1.507	481	5.816
TEMPOS		227	28	201	277	91	824
TEMPÃO		12	5	0	1	0	18
TEMPINHO		9	0	0	2	0	11
TEMPINHOS		0	0	0	1	0	1

- exemplo de adjetivos: **grande** e **santo**

Quando se trata de adjetivos que podem ser também substantivos (caso de homônima) as formas foram incluídas no paradigma e quantificadas conjuntamente; contudo, registrou-se a ambigüidade das duas categorias possíveis. No primeiro exemplo **grande**, esse vocábulo quase sempre funciona como adjetivo; no grau superlativo e mesmo diminutivo é sempre adjetivo. Quanto a **santo**, a freqüência do substantivo é quase tão grande quanto a do adjetivo.

		LR	LD	LT	LJ	LO	TOTAL
grande	adj./sub.						7.343
GRANDE		1.118	392	1.484	1.795	695	5.484
GRANDES		291	63	643	589	244	1.830
GRANDALHÃO	ho	7	0	1	1	0	9
GRANDALHONA	ho	0	0	0	1	0	1
GRANDÃO	ho	1	0	0	1	0	2
GRANDESSÍSSIMO		2	0	0	0	0	2
GRANDINHA		1	0	0	0	0	1
GRANDINHO		1	0	0	0	0	1
GRANDÍSSIMA		1	0	0	1	0	2
GRANDÍSSIMO		0	0	1	0	0	1
GRANDÍSSIMOS		1	0	0	0	0	1
GRADISSÍSSIMA		3	0	0	0	0	3
GRANDISSÍSSIMAS		0	1	0	0	0	1
GRANDISSÍSSIMO		1	0	0	0	0	1
GRANDÓES	ho	0	0	2	0	0	2
GRANDONA	ho	0	0	0	1	0	1
GRANDONAS	ho	1	0	0	0	0	1

		LR	LD	LT	LJ	LO	TOTAL
santo	adj./sub.						2.520
SANTA	ho	149	378	102	245	79	953
SANTAS	ho	1	0	1	7	6	15
SANTO	ho	323	135	148	148	79	833

SANTOS	ho	162	43	106	268	69	648
SANTARRÕES	ho	1	0	0	0	0	1
SANTINHA	ho	3	10	0	0	0	13
SANTINHO	ho	9	0	2	0	0	11
SANTINHOS	ho	3	0	0	3	0	6
SANTÍSSIMA		4	6	7	2	13	32
SANTÍSSIMO	ho	3	0	3	0	2	8

Observe-se que substantivos e adjetivos de alta freqüência têm uma distribuição mais ou menos homogênea, proporcional ao tamanho do *subcorpus* de que procedem. Sinal evidente de quanto essas palavras independem do gênero, do estilo e do conteúdo temático.

4.2 Os verbos têm um estatuto diferenciado no *corpus*. Em 1974 Müller analisou detidamente o comportamento dos vinte verbos mais freqüentes do francês em três *corpora* bem diferentes da língua francesa. Eis os *corpora* confrontados: 1. dados do *Francês Fundamental* de língua falada da década de 1950, totalizando 312.135 ocorrências; 2. dados de língua escrita do *Frequency Dictionary of French Words* (1920-1940) totalizando 500 mil palavras; 3. dados do *Trésor de la Langue Française*, que totalizavam na época da pesquisa 71 milhões de palavras e registravam textos de 1789 a 1964. Müller constatou que num discurso qualquer em francês, de cada cinco palavras, uma é verbo. Concluiu também que esses vinte verbos mais freqüentes do francês fornecem de 1/3 a 2/3 das formas verbais de um texto qualquer com a seguinte distribuição: 1/3 em textos literários mais elaborados e 2/3 na língua oral mais espontânea. Além disso, esses vinte verbos mais freqüentes situam-se na escala decrescente de freqüência em posições quase idênticas; isso confirma também que distribucionalmente eles operam de maneira muito similar na língua, não importando o tipo de variáveis lingüísticas consideradas, a saber: língua falada ou escrita, linguagem literária, técnico-científica, jornalística etc. E mais: note-se que esse três *corpora* cobrem períodos diacrônicos distintos da língua francesa. Os resultados demonstram, portanto, que o comportamento lingüístico desses verbos tem-se mantido quase imutável ao longo de duzentos anos. São, pois, verbos muito estáveis no idioma. Embora eu não tenha feito ainda o mesmo tipo de análise para os dados lexicoes-tatísticos dos vinte verbos mais freqüentes do português, creio que podemos formular a hipótese de que as conclusões de Müller são válidas também em nossa língua.

Vejamos quais são os vinte verbos mais freqüentes do *corpus* em ordem decrescente de freqüência. Note-se que eles coincidem com os

verbos mais freqüentes na pesquisa feita em Portugal sobre a língua falada e que redundou na elaboração do vocabulário do português fundamental. São eles:

1º	ser:	50.222
2º	ter:	34.586
3º	ir:	28.965
4º	estar:	27.746
5º	poder:	16.593
6º	dizer:	15.445
7º	haver:	15.004
8º	fazer:	14.279
9º	dar:	10.792
10º	ver:	10.391
11º	saber:	10.247
12º	querer:	9.986
13º	ficar:	8.605
14º	achar:	7.980
15º	dever:	7.758
16º	falar:	5.259
17º	chegar:	4.628
18º	precisar:	4.039
19º	começar:	3.596
20º	olhar:	3.383

- exemplo de paradigma verbal com todas as ocorrências flexionais do verbo **querer**.

querer	ver	9.983					
QUEIRA	44	27	12	23	6	112	
QUEIRA-	1	0	0	0	0	1	
QUEIRAM	3	2	6	22	10	43	
QUEIRAMOS	0	0	4	1	1	6	
QUEIRAS	1	3	0	1	1	6	
QUER	895	847	349	533	225	2.849	
QUER-SE	0	0	1	0	0	1	
QUERE	var	3	4	0	0	0	7
QUERÊ-		1	0	0	0	0	1
QUEREIS	1	0	0	5	8	14	
QUEREM	92	127	33	137	29	418	
QUEREMO-	0	0	0	0	1	1	
QUEREMOS	40	24	34	49	53	200	

QUERENDO		230	135	18	73	18	474
QUERENDO-		1	0	0	0	0	1
QUERER	ho	234	98	51	77	26	486
QUERER-		2	0	0	1	0	3
QUERERÁ		2	2	0	0	1	5
QUERERÃO		3	0	0	2	1	6
QUERERDES		2	0	0	0	0	2
QUEREREM		0	0	1	3	1	5
QUERERIA		11	0	0	3	2	16
QUERERIAM		0	0	0	1	0	1
QUERERÍAMOS		1	0	0	0	0	1
QUERERÍEIS		0	0	0	0	1	1
QUERES		40	122	1	1	4	168
QUERES-		0	2	0	0	0	2
QUERIA		721	267	36	250	21	1.295
QUERIA-		3	0	0	1	0	4
QUERIAM		81	19	21	50	8	179
QUERIAM-SE		0	0	0	1	0	1
QUERÍAMOS		9	2	4	6	1	22
QUERIAS		1	5	0	0	0	6
QUERO		618	894	44	266	225	2.047
QUERO-		2	5	0	4	5	16
QUIS	3a./1a.	380	100	18	116	32	646
QUISÉ (pop)		0	8	0	2	0	10
QUISEMOS		2	0	2	0	1	5
QUISER		146	161	14	80	16	417
QUISERA		33	2	0	4	6	45
QUISERAM		20	19	5	12	8	64
QUISERDES		0	3	1	1	3	8
QUISEREM		17	10	11	11	5	54
QUISERES		0	13	0	2	1	16
QUISERMOS		1	2	12	6	3	24
QUISESSE		141	17	10	57	3	228
QUISESSEM		13	2	10	4	4	33
QUISESSEMOS		5	0	4	4	1	14
QUISESTE		0	9	0	0	1	10
QUISESTES		0	1	0	0	8	9

Este quadro requer alguns comentários. Em primeiro lugar as formas do paradigma que concorreram para o elevado total de 9.983 ocorrências foram: *quer* (2.849), *querem* (418), *querendo* (474), *querer* (486), *queria* (1295), *quero* (2047), *quis* (646), *quierer* (417). As flexões mais registradas são as terceiras pessoas, infinitivo e gerúndio. Contudo, por

ser um verbo modalizador são também freqüentes formas do subjuntivo como *quierer* e *queira*, fenômeno raro para a maioria dos verbos.

A lista dos verbos mais freqüentes é encabeçada pelos auxiliares **ser, estar, ter**. Até o verbo **ir** registrou um elevado número de valores modais e aspectuais, razão para estar também nos primeiros lugares da hierarquia dos verbos usuais. Constam dessa lista ainda verbos modalizadores como **poder**, ou vicários, e/ou suportes como **fazer, dar**; entre os de significação plena apenas **dizer, falar, olhar e ver**.

Estes vinte verbos registram altíssima freqüência por serem reiterados continuamente no texto. Dada a centralidade do verbo na articulação do discurso, é normal a enorme repetição dessas palavras. O que pretendo enfatizar aqui é que são apenas alguns verbos que assumem tal papel em detrimento dos cerca de 6 mil verbos registrados no *corpus*. Inversamente, porém, há um número relativamente grande de verbos (mais de 3 mil) que têm freqüência baixa, ou média apenas. E esses são a maioria. Alguns exemplos (freqüência à direita): *badalar*: 7, *beijar*: 32, *dançar*: 19, *debulhar*: 6, *endoidar*: 19, *galopar*: 23, *habilitar*: 11, *habitar*: 14, *induzir*: 81, *infeccionar*: 6, *jantar*: 62, *jejuar*: 2, *lesar*: 15, *miar*: 88, *motivar*: 10, *multar*: 8, *murchar*: 27, *ninar*: 72, *nivelar*: 15, *obstruir*: 19, *pacificar*: 11, *regredir*: 18, *relemburar*: 68, *saudar*: 84, *sepultar*: 10, *tocar*: 30, *tombar*: 59, *vetar*: 57, *violar*: 29. E também aqueles com freqüência relativamente alta mas não tanto assim: *analisar*: 381, *citar*: 401, *encostar*: 238, *liberar*: 116, *libertar*: 155, *manifestar*: 408, *reproduzir*: 176, *telefonar*: 292. O curioso a respeito desses verbos é que os totais de ocorrências são determinados apenas por umas tantas formas do verbo, como já constatamos em um verbo de altíssima freqüência como *querer*. Essas formas são sempre as mesmas flexões de tempo, modo e pessoa: o infinitivo, o gerúndio, as 3^{as} pessoas do singular do presente e do pretérito perfeito e imperfeito; a seguir, são mais freqüentes: as 3^{as} pessoas do plural dos mesmos tempos e na mesma seqüência. Em uns raros verbos a primeira pessoa do singular do presente e do pretérito perfeito ocorre muitas vezes. Todas as demais formas do paradigma verbal têm freqüência muito baixa (1, 2) ou nula. Pode-se concluir que a virtual possibilidade de existência de 74 formas para os 6 mil verbos da língua portuguesa registrados neste *corpus* não passa de virtualidade. Essa potencialidade não ocorre jamais nem mesmo com aqueles vinte verbos de altíssima freqüência. Essa constatação permite asseverar que é preciso rever integralmente a questão do ensino das conjugações verbais nas escolas primárias e secundárias para falantes nativos e também o ensino do verbo para estrangeiros.

5 As baixas freqüências.

No domínio dos vocábulos de baixa freqüência encontram-se as *palavras raras* as quais ocorrem principalmente nos *subcorpora LT e LR*. No primeiro (LT) estão os termos técnicos por excelência, as terminologias das linguagens especializadas. Contudo, há palavras de freqüência baixa que, além da LT, ocorrem apenas na LJ, mostrando que a mídia escrita é o veículo que faz circular vocábulos das áreas técnicas, tecnológicas e científicas dentro da comunidade geral dos falantes [tipo: *fac-simile* e *fabrico*]. Estamos falando de palavras que têm baixa freqüência no *corpus* total mas não são propriamente raras. Seu numerário exíguo se deve ao fato de serem usadas apenas quando o(s) usuário(s) aciona(m) uma determinada área do conhecimento.

Convém assinalar ainda outro fato importante relativamente à estrutura lexicoestatística geral do *corpus*. As palavras concretas têm emprego restrito e vão-se tornando mais e mais específicas à medida que descemos na escala das freqüências decrescentes até atingirmos a freqüência 1.

Temos aqui outro dado espantoso: estas palavras compõem 25% do *corpus*. Explicitando: num total de 42.212 palavras diferentes (lemas) 10.452 palavras ocorreram apenas uma vez. Esse resultado confirma o que havia sido constatado por Richman et al. (1971) sobre a língua inglesa na pesquisa intitulada *American Heritage Word Frequency Book*. Aí também os *hapax legomena* constituíram mais de 40% do *corpus*. Creio que no AHWFB não foram eliminados os nomes próprios como em minha pesquisa; essa é provavelmente a razão para se ter atingido uma porcentagem muito maior no inglês.

5.1 Amostragem de algumas palavras plenas de baixa freqüência: os *hapax legomena*. Exemplos de palavras de freqüência 1 no *corpus*:

- LR: acontecente (adj), acorcondadado (adj), ajojou (sub), babujar (ver), conhecença (sub), conselhagem (sub), desalongar (ver), despautério (sub), glossário (sub), lábaro (sub), langoroso (adj), lanhar (ver), quaresmal (adj), regrar (ver), tulha (sub), turbilhonar (ver), xiocaina (sub), zangão (sub);
- LD: bacará (sub), lassitude (sub);
- LT: barbaresco (adj), giardiase (sub), globuloso, laceração (sub), lactase (sub), lactoflavina (sub), pacifismo (sub), palafítico (adj), palafrém (sub), paleogeno (sub), quaternização (sub), quiasmo (sub), regulamentador (adj), regurgitação (sub), relampejante (adj), tucumã (sub), tucuna (sub), tucupi (sub), xelita (sub), xenobiótico (adj), zircônio (sub);

- LJ: lanugem (sub), laparotomia (sub), padronagem (sub), paleografia (sub), quadriga (sub), queixa-crime (sub), reidratar (ver), tugúrio (sub), tumefazer (ver), turboélice (sub), zen-budista (adj).

A esmagadora maioria das palavras raras, *hapax legomena*, são substantivos. Eventualmente ocorrem alguns adjetivos e muito raramente um verbo, como demonstra o pequeno exemplário acima. Na LT a freqüência 1 é representada por palavras muito especializadas, que geralmente só são usadas neste gênero. A linguagem literária também registra elevado número de palavras raras. Às vezes são criações idiossincráticas resultantes de uma característica típica da arte: a busca da inovação. O artista viola a norma por razões estéticas, aproveitando as virtualidades de criação que o sistema lexical lhe permite e propicia. O criador literário deseja exatamente não escrever como o vulgo e evita o vocábulo banal, usual.

A seguir, o Gráfico 2, demonstrando este resultado das palavras de freqüência 1.

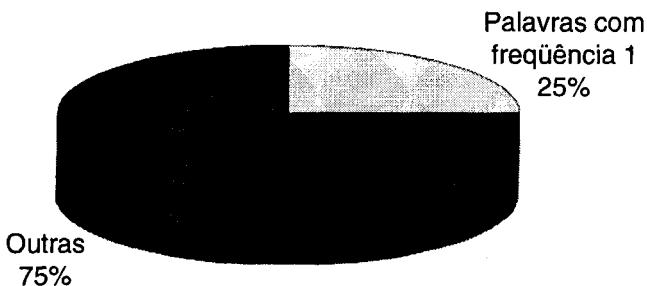


GRÁFICO 2 – Participação das palavras de freqüência 1 no *corpus*.

6 Vejamos algumas outras características lingüísticas que o *corpus* do dicionário de freqüências evidenciou.

A presença pouco expressiva dos *estrangeirismos* registrada na massa geral dos dados. Antes de fazer esta pesquisa eu julgava que o português brasileiro estava sendo invadido por um número muito elevado de anglicismos a ponto de eclipsar o vocabulário vernáculo. Não foi o que constatei. De fato, eles ocorrem bastante na linguagem jornalística por razões óbvias. Apenas uma área específica abunda em estrangeirismos, anglicismos em particular: a informática.³ Estão quase ausen-

3 Ver neste volume artigo sobre anglicismos no vocabulário da informática.

tes da linguagem literária, dramática e oratória. Um problema que se repete com esses empréstimos estrangeiros é o da insegurança relativamente à sua grafia. Sobretudo em textos jornalísticos há grande oscilação na grafia de estrangeirismos, sobretudo se seu uso for muito recente na língua. Ora, a língua inglesa, principal fonte de estrangeirismos na contemporaneidade, tem fonética e fonologia bem como ortografia muito distinta do idioma português. Pode-se afirmar que a maioria dos brasileiros não sabe como grafar os anglicismos e os estrangeirismos em geral.

Registro aqui alguns exemplos de estrangeirismos que ocorreram no corpus, indicando entre parênteses outras formas variantes que ocorreram.

baby, baby-doll, bacará (bacarat), bacon, baguette, balé (ballet), ban-lon, bandoneón, bangue-bangue (bang-bang), baseball, bas-fond (basfond), dancing, dândi (dandy), decor, e-mail, fã (fan), fã-clube (fan-club), fade-in, fade-on, gafe (gaffe), gag, gaijim, handicap, hangover, happy-hour, hard-core, hare-krishna, head-hunters, hippie, hit, hit-parade, know-how, hobby, holding, ien (iene), iídiche, maître, panache, pane, papabili, quetzal, rack, raconto, raffinée, rai-ban (ray-ban), rangers, ranking, sanduíche (sandwich), waffles, xogum.

Como se vê a maioria são anglicismos mas também há palavras de origem francesa, espanhola, italiana, japonesa.

7 Com base nos dados, pode-se afirmar que o *corpus* denuncia e revela uma relativa confusão reinando na *grafia da língua*. As inseguranças registradas nos textos não se restringem apenas aos estrangeirismos, onde é compreensível a hesitação. Há também uma proliferação de grafias conflitantes no caso de empréstimos ou de nomes derivados de línguas indígenas do Brasil.

É típico, por exemplo, o caso dos vocábulos nomeadores de referentes do universo físico e cultural brasileiro. Talvez porque os primeiros colonizadores e aqueles que ensinaram os nativos a falar e depois a escrever português tiveram grande dificuldade em apreender a nomenclatura brasílica, designadora de uma realidade até então totalmente ignorada pelos portugueses. Mais ainda: no período de formação do português brasileiro esses empréstimos lingüísticos originavam-se de línguas muito diversas e desconhecidas. Certamente os colonizadores apreendiam mal sua fonética e tiveram dificuldade para grafar esses signos lingüísticos exóticos, muitas vezes compostos de uma cadeia

sonora, que incluía fonemas inexistentes no português. O fato é que existe uma variação gráfica acentuada sobretudo em alguns domínios: nomes designadores de plantas e árvores, nomes designadores de pássaros e animais; nomes designadores de tribos indígenas e de elementos das culturas abórigenes. Por vezes, ocorre uma nomeação diversificada conforme a região para o mesmo referente (ou uma variedade mínima do mesmo), coexistindo vocábulos diferentes para o mesmo *designatum* conforme a região do Brasil. Tratando-se de elementos da flora brasileira, isso é típico. Há espécies vegetais que ocorrem no Brasil inteiro, com variações pequenas dadas as dimensões continentais do país, que possui regiões climáticas e ecológicas ligeiramente distintas. Vejamos alguns exemplos:

braúna: *baraúna*, *garaúna*, *graúna*, *guaraúna*, *guiraúna*, *muiraúna*, *ybirá-uná*.

Essa mesma árvore (madeira-de-lei) é ainda chamada em algumas regiões de canela *amarela*, *maria preta*, *parovaúna*, *rabo-de-macaco*. Outros exemplos:

guabiroba: *guaviroba*, *uvaia*, *uvalha*.

bacupari: *bacupary*, *vacapari*, *vacaparilha*.

mamona: *mamono*, *mamoneira*, *tícino*, *carrapateira*, *bafureira*.

guapuruvu: *bacuruvu* [yba-curú-iú = pau áspéro mole em tupi]

bacurau: *curiango*.

Em relação aos nomes das tribos indígenas e de suas línguas, a variação é muito grande. Cf: [estão separados por travessão (-) os grupos diferentes] *ajajeni*, *adzanêni*, *izaseni*, *tatutapuio* – *arauco*, *araúá*, *araua*, *aruán*, *araó* – *aruaque*, *aruak*, *aroaqui*, *aroaco*, *arauac*, *araguaco* – *ariti*, *pareci*, *paressi* – *baé*, *baré*, *barré* – *baniva*, *baniba*, *baniua*, *maniba*, *vaniva*, *baniwa*, *poignare* – *caingang*, *caingan*, *cainguán*, *Kaingang*, *Kaingygn* – *capaná*, *cupaná*, *coló*, *capinamaú* – *cângite*, *cangiti*, *cangutu*, *cankete*, *cankiti* – *craó*, *Kraó*, *arahu*, *caraou* – *chicriabá*, *chicriobá*, *shicriabá* – *jamamandi*, *iamamandi*, *jammandi*, *yamamandi* – *manáo*, *manaó*, *manahó*, *manavo*, *managne*, *manahua* – *maxacalí*, *mashacali* – *uarequena*, *varekena*, *variquena*, *ariquena*.

À guisa de conclusão, vejamos alguns pontos a serem retidos:

1. Por enorme que seja o léxico de uma língua, é reduzido o repertório desse acervo efetivamente utilizado pelos falantes do idioma. Até

mesmo na língua escrita, que é a variante da língua que se serve de um vocabulário mais rico e mais variado. E isso apesar de os recursos léxicos do idioma serem grandes e a expansão do léxico ocorrer numa progressão geométrica. De fato, o uso desse tesouro lexical por parte dos usuários da língua é bem modesto. Julgo que a razão seria a enorme limitação da memória humana. Como já afirmou Rey-Debove (1970, p.4) o usuário médio domina uns 20 mil vocábulos do idioma, incluindo-se nesse total o vocabulário ativo e passivo. Enfim, gostaria de registrar aqui conclusão da segunda pesquisa lexicoestatística que incluía um *subcorpus* de língua falada. Como seria de esperar a língua oral registrou um vocabulário infinitamente mais modesto do que todos os *subcorpora* de língua escrita.

2. É preciso ampliar as pesquisas relativas ao léxico. De fato, o vocabulário exerce um papel crucial na veiculação do significado, que é, afinal de contas, o objeto da comunicação lingüística. A informação veiculada pela mensagem faz-se sobretudo por meio do léxico, das palavras lexicais que integram os enunciados. Por outro lado, sabemos que a referência à realidade extralingüística nos discursos humanos faz-se através dos signos lingüísticos, ou unidades lexicais, que designam os elementos desse universo segundo o recorte feito pela língua e pela cultura correlatas. Assim, o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana.

Mais importante ainda: o léxico está associado ao conhecimento e o processo de nomeação em qualquer língua resulta de uma operação perceptiva e cognitiva. Assim sendo, no aparato lingüístico da memória humana, o léxico é o lugar do conhecimento sob o rótulo sintético de palavras – os signos lingüísticos. Eis por que precisamos começar a trabalhar com esta imensa galáxia de signos que devemos conhecer melhor. É preciso desvendar o mistério de como se estrutura o léxico da nossa língua.

3. Um importante problema relacionado ao léxico é o do aprendizado, tanto do vocabulário de uma primeira como de uma segunda língua. De fato, desde a década de 1940, as pesquisas de Lexicoestatística visavam chegar a um diagnóstico da estrutura quantitativa do léxico das línguas com o objetivo de elaborar listas de freqüência de palavras para selecionar adequadamente o vocabulário a ser utilizado no ensino/aprendizagem do léxico. Dada a enorme extensão do léxico, uma seleção lexical criteriosa e baseada em princípios lexicoestatísticos constituía a melhor alternativa para estabelecer os *index verborum* das palavras mais freqüentes e usuais dentre as centenas de milhares que consti-

tuem o léxico de uma língua de civilização moderna. Dessa forma pode-se evitar o empirismo na escolha do vocabulário para fins didáticos.

4. Enfim, um *dicionário de freqüências* pode oferecer também excelentes subsídios para outros usos pragmáticos baseados no léxico da língua, a saber: as telecomunicações e o reconhecimento da voz humana pelo computador e/ou equipamentos eletrônicos. Em suma: os dados estatísticos que acompanham cada um dos lemas (palavras-entrada) do nosso *dicionário de freqüências* podem prestar um grande serviço para numerosas atividades humanas, já que a palavra é o cerne da comunicação entre os homens.

Agradecimento

À Prof.^a Dr^a Guiomar F. Calçada, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, pela ajuda na lematização do Dicionário de Freqüências.

BIDERMAN, M. T. C. The quantitative side of feature language: a Frequency Dictionary of Contemporary Brazilian Portuguese. *Alfa* (São Paulo), v.42, n.esp., p.161-181, 1998.

■ *ABSTRACT: The Frequency Dictionary of Contemporary Brazilian Portuguese lexicon was based in a corpus of the Brazilian variety of the written language, 5 million words (1950 to 1990). Some quantitative results: only 42,212 lexical units totalled 5 million word occurrences in the corpus, except for toponyms and anthroponyms. Statistical data register very high frequency of instrumental words (articles, prepositions, pronouns, conjunctions etc.) as well as auxiliary verbs and modalizers. On the opposite side are the words of very low frequency namely the hapax legomena, which contribute substantially to the total of 42,212 lexies* registered in this corpus. As a matter of fact, low frequency words totalize most of this index verborum; otherwise the vocabulary repertoire would be much smaller. The noun category contributes with the majority of words that occurred only once in the corpus, as well as the technical terms of scientific language. Journalistic vocabulary is the most neutral and the least thematical, representing an average between the other genres of language.*

- KEYWORDS: *Lexicostatistics; frequency dictionary; hapax legomena; index verborum; multiuse vocabulary.*

Referências bibliográficas

- BÜHLER, K. *Teoría del lenguaje*. 2.ed. Madrid: Revista de Occidente, 1961.
- DUNCAN, J. *A Frequency Dictionary of Portuguese Words*. Stanford, 1972. Dissertation (Ph. D.) – Stanford University.
- MOLINO, J. Le nom propre dans la langue. In: *Langages*, n.66, p. 5-20, juin 1982.
- MÜLLER, C. Les verbs les plus fréquents du français. *Les français dans le monde*, n.103, p.14-7, mars, 1974.
- REY-DEBOVE, J. Le domaine du dictionnaire. In: La lexicographie. *Langages*, n.19, p. 3-34, sept. 1970.
- RICHMAN, B. et al. *The American Heritage Word Frequency Book*. New York: Boston American Publishing, Houghton Mifflin, 1971.

Bibliografia consultada

- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria Lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- JUILLAND, A., CHANG-RODRIGUEZ, E. *A Frequency Dictionary of Spanish Words*. Haia: Mouton, 1964.
- JUILLAND, A., Travessa, V. *A Frequency Dictionary of Italian Words*. Haia: Mouton, 1973.
- JUILLAND, A., BRODIN, D., Davidovitch. *A Frequency Dictionary of French Words*. Haia: Mouton, 1971.
- JUILLAND, A., EDWARDS, P. M. H., Juilland, I. *A Frequency Dictionary of Rumanian Words*. Haia: Mouton, 1965.

DICIONÁRIO DE COMBINATÓRIAS DO PORTUGUÊS (VARIEDADE EUROPÉIA)^{1,2}

Maria Fernanda BACELAR DO NASCIMENTO³

- RESUMO: a partir de um *subcorpus* de 12 milhões de palavras do CRPC, extraíram-se todos os pares de palavras contíguas e os pares separados por uma, duas, três ou quatro palavras. Para cada par, é dada a informação seguinte: Frequência e Distribuição (oral, escrito, literatura, jornal etc.); Distância entre as palavras do par; Informação Mútua: IC; Localização do par no *subcorpus*; Concordâncias do par; Grupos fixos de 3, 4, 5 palavras.
- PALAVRAS-CHAVE: Léxico; lexicografia; combinatórias léxicas.

O *Dicionário de Combinatórias do Português* (DCP) é um projecto do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), executado no âmbito do Programa Lusitânia, entre 1994 e 1997; constitui a primeira grande exploração, feita com carácter sistemático, do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (CRPC), projecto também em curso no CLUL, e que conta actualmente 80 milhões de palavras que ocorreram em amostragens de textos escritos (da segunda metade do século XIX até 1998) e de discurso oral (de 1970 a 1997).

1 O texto obedece à ortografia do português de Portugal.

2 Programa "Lusitânia": Instituto Camões e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) – Projecto PLUS/C/LIN/816/93.

3 Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Portugal.

De forma sumária, pode dizer-se que um projecto como o do *Dicionário de Combinatórias do Português* determina e é determinado pelo actual desenvolvimento da interacção Linguística/Informática. O aproveitamento de versões electrónicas de textos ou de outros recursos informáticos tornou-se um método clássico na investigação em Ciências Humanas, particularmente em certas disciplinas linguísticas de que se destacam os estudos do léxico.

Inicialmente, a utilização das tecnologias informáticas nos estudos lexicais foi valorizada sobretudo como forma de resolver problemas relacionados com o armazenamento e organização de grandes colecções de dados, sua quantificação, indexação e contextualização. São conhecidos os resultados de publicações dicionarísticas que, seja pela dimensão gigantesca dos materiais recolhidos (veja-se, por exemplo, a obra monumental que é o *Trésor de la Langue Française*), seja pelas operações selectivas e analíticas que exigiram (veja-se, por exemplo, o excelente dicionário de inglês para estrangeiros *Essential English Dictionary* da Collins Cobuild), só foram possíveis graças à interdisciplinaridade Linguística/Informática a que recorreram.

Se os processos informáticos utilizados em Linguística têm permitido a observação e organização de grandes massas de dados textualmente atestados e, consequentemente, descrições mais objectivas dos fenómenos linguísticos, essas descrições, por sua vez, servem a concepção de modelos de processamento de língua natural. De facto, estes modelos recorrem, cada vez mais, àquelas descrições linguísticas, no intuito de resolver problemas postos pela automatização dos processos de compreensão, produção e aquisição da linguagem, com o objectivo último de construir processadores de linguagem computacional tão próximos quanto possível da linguagem humana.

No que respeita ao estado actual do desenvolvimento e interacção destas duas disciplinas (que visam, em última análise, a construção de um modelo da cadeia cognitiva) aplicado concretamente ao estudo da co-ocorrência lexical restrita, interessa acentuar a importância que lhe vem sendo atribuída nas hipóteses sobre a representação do léxico mental dos indivíduos; se considerarmos, como, por exemplo, Sinclair (1991), a existência de dois princípios alternativos e complementares, o princípio da *livre escolha* (o falante tem como única restrição a gramaticalidade do enunciado) e o princípio *idiomático* (o falante tem à sua disposição um grande número de "grupos de palavras" pré-construídos ou semi-pré-construídos que constituem escolhas únicas) e se, também como ele, considerarmos a hipótese de que os indivíduos

começam por usar as capacidades da memória e as rotinas, sendo os seus discursos preferencialmente constituídos por escolhas únicas, correspondentes, portanto, ao princípio idiomático, facilmente compreenderemos as razões que levaram ao grande desenvolvimento que actualmente se observa em estudos e trabalhos sobre combinatórias lexicais. É de salientar, contudo, a inexistência, até há bem pouco tempo, de um grande desenvolvimento nesta área para o português europeu.

Convém assinalar que o problema das combinatórias a incluir num dicionário, seja ele um dicionário de língua monolingue ou plurilingue, é dos mais difíceis problemas da lexicografia tradicional, precisamente porque a intuição dos falantes não é suficiente para determinar o grau de fixidez das combinatórias, nem a extensão, estabilidade e vitalidade do seu uso.

O *Dicionário de Combinatórias do Português* consiste num inventário de associações lexicais do português contemporâneo, estabelecido a partir de um *corpus* desenhado para o efeito (extraído do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* do CLUL) contendo diversos tipos de discurso falado e escrito do português europeu. As associações lexicais, que designámos por combinatórias, apresentam graus de coesão diversos: grupos totalmente cristalizados, semi-cristalizados ou apenas constituídos por co-ocorrentes privilegiados. Um repertório de associações lexicais assim concebido é, em si mesmo, de grande utilidade, mas é-o também como fonte de informações a incluir nouros dicionários unilingues, bilingues e multilingues, na tradução tradicional ou assistida por computador, no levantamento de grupos neológicos vernáculos ou importados, no estabelecimento de tipologias diversas (por exemplo, da complementação verbal ou nominal), no estudo contrastivo das variantes do português e, naturalmente, na programação que visa a produção e reconhecimento automático da língua natural. Quando da apresentação do Projecto, estava previsto que o Dicionário se desenvolvesse dentro das formas clássicas de observação e análise de co-ocorrências lexicais em *corpora* (Concordâncias, Frequência, Repartição) e desse origem a um dicionário tradicional, no seu género (cf., por exemplo, Benson et al. 1986); contudo, a conjugação de vários factores fez alterar as previsões iniciais: o conhecimento aprofundado da vasta Bibliografia sobre modelos de associações lexicais (de que se destacam Church & Hanks, 1990; Calzolari & Bindri, 1990; Sinclair, 1991 e 1995; Smadja, 1993 e Biber, 1993), o contacto com outros projectos europeus, a colaboração neste projecto, aquando das suas deslocações a Portugal, de Sinclair da Universidade de Birmingham e

de Calzolari do Instituto de Linguística Computacional de Pisa, e as experimentações de novas metodologias de análise realizadas pela equipa de linguistas e informáticos que participaram neste projecto permitiram a perspectivação de objectivos qualitativa e quantitativamente mais ambiciosos. Consistiram estes novos objectivos em permitir ao utilizador o acesso informático directo a TODAS as combinatórias que ocorreram num *corpus* de 12.282.392 palavras com diferentes posições relativamente à palavra em estudo (palavra-nó), assim como o acesso directo aos contextos em que ocorrem (contextos restritos ou alargados). Frequência de Ocorrência e Repartição por tipo de discurso e significância da combinatória no *corpus* (Índice Combinatório determinado estatisticamente), conjunto de informações a seleccionar e a manipular directamente pelos utilizadores de acordo com os seus objectivos particulares. Isto porque se considerou que o Projecto, tal como se ia redefinindo, se tornava uma fonte inesgotável de informações que permitiam ultrapassar grandemente as finalidades inicialmente previstas. Este dicionário, o primeiro do seu género, em Portugal, se beneficia do facto de ser realizado com base num *corpus equilibrado*, representativo de variedades do português falado e escrito, estabelecido especificamente para este efeito e, tal como já se disse, extraído do CRPC. Uma das vantagens que decorrem da utilização do *corpus* tem que ver com os dados quantitativos e estatísticos obtidos, dados absolutamente determinantes para, em conjunto com outros critérios de análise linguística, se poder vir a atribuir a um grupo de palavras o "estatuto" de combinatória com estabilidade na língua e isto, principalmente, no caso de formações recentes.

Existe, pois, uma estreita relação entre a qualidade última do trabalho e os dados observados no *corpus*, o que significa que as experiências para a selecção do *corpus* são determinantes nos resultados da investigação.

Depois de várias experiências estabeleceu-se o *corpus* definitivo do DCP, constituído por 11.426.197 palavras de discurso escrito e 856.195 palavras de discurso oral. *Corpora* com dimensão de cerca de 10 milhões de palavras têm sido considerados capazes de assegurar a fiabilidade dos resultados na extracção de combinatórias (Cf., por exemplo, Smadja, 1993).

O *corpus* ficou constituído da seguinte forma:

LÍNGUA ESCRITA:

Discurso jornalístico

60%

Discurso literário	24%
Discurso técnico, científico e didáctico	10%
Discurso político	4%
Discurso jurídico	2%

LÍNGUA FALADA:

Discurso espontâneo	80%
Discurso formal	20%

Iniciou-se a exploração do *corpus* com extracção de concordâncias de tipos diferentes:

- contextos de diversas dimensões: 1, 2, 3, 4 linhas antes e depois da palavra em estudo (palavra-nó);
- contextos de 1 linha, incluindo a palavra-nó a meio da linha e 5 palavras antes e 5 palavras depois do nó;
- contextos ordenados de diferentes formas, quer alfabeticamente antes ou depois do nó, quer de acordo com as frequências dos co-ocorrentes.

Com base nas propostas teóricas e nas técnicas descritas em Church & Hanks (1990) e em Sinclair (1991) procedeu-se à tentativa de caracterização dos grupos lexicais, a partir de "medidas de informação mútua" que definem indicadores estatísticos sobre índices combinatórios, índices de tipicidade, distância média entre o nó e o co-ocorrente, variância e fixidez das combinatórias.

A programação informática realizada para este Projecto permite, actualmente, a extracção de pares de palavras com a indicação da distância a que se encontra um do outro os elementos dos pares (distâncias 1-2-3-4), posição que ocupam relativamente ao nó (posição anterior ou posterior) e a respectiva Frequência de ocorrência (sempre igual ou superior a 2).

O Programa CONCORD.CB percorre o *corpus* e determina todas as ocorrências de palavras que co-ocorrem a determinada distância. O utilizador pode indicar: a distância máxima a que pretende observar os pares e a frequência a partir da qual pretende considerar os pares. Obtém-se, pois, com este programa, uma lista de todos os pares co-ocorrentes no *corpus* com a respectiva frequência e distância a que co-ocorrem, conjuntos especificados de pares e os contextos em que ocorrem. Elaboraram-se, ainda, programas que agrupam dados (palavras e seus pares, palavras e suas frequências) e efectuaram-se cálculos estatísticos que

relacionam a frequência das palavras com a frequência dos pares e com as frequências dos elementos no total do *corpus*.

No Quadro 1 apresentam-se resultados obtidos num *corpus* experimental quanto a indicadores estatísticos que permitem seriar combinatórias da palavra-nó pressão, de uma forma rigorosa.

Quadro 1 – “Medidas de Informação Mútua da Palavra-nó **pressão**”³.
Total Corpus

Lema	Pressão										
f(x)	1147										
	Palavra y	f _a (x, y)	f (y)	f-2	f-1	f+1	f+2	m	s^2	IC	IF
Pressão	exercer	13	325	5	8	0	0	-1.385	0.256	8.445	23.694
Pressão	ceder	6	159	6	0	0	0	-2	0	8.361	83.609

Legenda:

f(x) Número de vezes que o lema x (pressão/pressões) ocorre no *corpus*.

y Co-ocorrente.

f_a(x,y) Número de vezes que o co-ocorrente y ocorre na janela, i. e., na proximidade de -2 a +2 palavras do nó.

f(y) Número de vezes que o co-ocorrente y ocorre no *corpus*.

f-/+ Número de vezes que o co-ocorrente y ocorre na posição i, com i = -2,-1,1,2.

m Média das distâncias da palavra y.

s^2 Variância da palavra y.

IC Índice Combinatório da palavra y com o lema x.

IF

Índice de Fixidez da palavra y com o lema x.

No Quadro 2 apresenta-se um excerto de concordâncias da palavra **pressão** ordenadas pela frequência dos grupos, num *corpus* experimental.

³ “O Índice Combinatório (IC) entre a palavra-nó x e a palavra co-ocorrente y é o índice calculado entre as probabilidades de ocorrência conjunta dos pares de palavras de x e de y (x, y) e de ocorrência independente das mesmas palavras. O IC é indicador do grau de significância da combinação entre as mesmas palavras.

O Índice de Fixidez (IF) da combinação obtém-se da correção do Índice Combinatório pela consideração da variância e permite distinguir, de entre palavras com idênticos Índices Combinatórios, aquelas em que esta é de natureza mais fixa ou menos fixa.

O Índice de Tipicidade (IT) da combinação entre as palavras x e y (x, y) é o índice calculado pela relação entre a frequência de ocorrência conjunta de x e y e a frequência de ocorrência independente ponderada de y. O IT é indicador da Tipicidade da combinação de y com x.

A variância (s^2) da distância de cada palavra da janela relativamente ao nó ... é um bom indicador do grau de fixidez dos grupos de palavras. (PEREIRA, L. A. S., 1994, p. 137-49).

Quadro 2 – Concordâncias por ordem crescente da frequência do grupo

F-2	F-1	F+1	F+2	m	S ²	IC	
0	0	9	0	1	0	11,451	As altas pressões subtropicais , funcionando
0	0	9	0	1	0	11,451	as altas pressões subtropicais juntamente
0	0	9	0	1	0	11,451	as altas pressões suptropicais pela
0	0	9	0	1	0	11,451	de altas pressões subtropicais , sendo
0	0	9	0	1	0	11,451	de altas pressões subtropicais , é
0	0	9	0	1	0	11,451	às altas pressões subtropicais . Os
0	0	9	0	1	0	11,451	Das altas pressões subtropicais nomeadamente
0	0	9	0	1	0	11,451	das altas pressões subtropicais . Na
0	0	9	0	1	0	11,451	das altas pressões subtropicais que
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	a exercer pressão o que
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	a exercer pressão sobre a
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	a exercer pressão sobre elas
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	e exercer pressões junto de
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	de exercer pressões sobre a
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	exercer uma pressão excessiva sobre
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	exercer uma pressão sobre aquele
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	para exercer pressão sobre os
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	para exercer pressões sobre a
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	exercer maior pressão sobre Gaza
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	exercer alguma pressão Este é
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	exercer fortes pressões no sentido
5	8	0	0	-1,385	0,256	8,445	conseguir pressões suficientes para exercer

Considerámos que os materiais a disponibilizar deveriam conter os dados exaustivos e informações extensivas sobre os mesmos, por forma a não cortar nenhuma das possibilidades de pesquisa oferecidas por este dicionário que tendo sido inicialmente previsto como um dicionário “corpus-based”, veio a tornar-se um dicionário “corpus-driven”. Como afirmou Sinclair, no resumo da comunicação que apre-

sentou ao XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, em Outubro de 1995:

Very few dictionaries are "corpus-driven", that is the lexicographers try to record without distortion the most common patterns of the language, selecting examples directly from the data, highlighting natural phraseology and pointing out regular contextual restrictions. It is argued that corpus evidence is so dramatically different from our expectations that the humbler position of the corpus-driven methodology is at present more reliable than the corpus-based one.

O produto que obtivemos pode aproximar-se do *COBUILD English Collocations on CD-ROM*, publicado em 1995 sob a direcção de Sinclair. Esta obra parte de um inventário exaustivo como aquele que constitui o Dicionário de Combinatórias do Português e, na impossibilidade de incluir num CD-ROM uma tal quantidade de dados (tanto mais que o *corpus* observado era de dimensão superior ao do português), procedeu-se a uma selecção automática dos exemplos a publicar. Sendo este produto de excepcional importância, a selecção automática dos exemplos levou a que ele contenha combinatórias de menor interesse do ponto de vista quantitativo ou mesmo linguístico:

The actual selection of examples was made at random by computer with the only consideration being the space available on the CD-ROM. Because of this, you may find some unusual examples, and possibly a few offensive ones, for which we apologize. In general as we have come to expect from the Bank of English, the examples are helpful and indicate the typical phraseology of the collocation. In corpus work you quickly learn that there are some odd and unusual occurrences in natural language. Sometimes the context is not sufficiently long to explain why a word sequence has arisen, and sometimes there are mistakes, misprints, and peculiar usages. Hundreds of millions of people speak and write English all the time, and they are all different and come from all over the world, and differ in age by up to a century. The miracle is not that they don't always agree on how a English word is used, but that they agree at all (op. cit. Introdução).

No intuito de comprovar a eficácia deste dicionário *corpus-driven* para determinadas aplicações, considerou-se que teria interesse apresentar na fase final do Projecto exemplos que resultassem das análises sistemáticas de alguns lemas, tendo-se colocado, a equipa, na perspectiva de utilizadores interessados, essencialmente, quer em seleccionar dados a integrar em dicionários gerais da língua de formato tradicional,

electrónicos ou informatizados, unilingues ou multilingues, quer em seleccionar dados para estudos de padrões combinatórios lexicais e sintácticos do português. Estas experiências de aplicação foram realizadas na fase final do dicionário, manualmente, ou seja, partindo das selecções automáticas a equipa observou e analisou dados do ponto de vista linguístico, seleccionando-os em conformidade com os resultados dessa análise.

Neste ponto importa assinalar que a investigação sobre um *corpus* permitiu a observação controlada de grandes massas de dados, de forma a determinar tendências fortes no uso da língua, factor fundamental em trabalhos de linguística teórica, descritiva e aplicada e em trabalhos interdisciplinares, designadamente em linguística computacional, estatística lexical, psicolinguística e sociolinguística.

A investigação sobre *corpora* tem tornado patente que as línguas naturais são, quer do ponto de vista paradigmático, quer do ponto de vista sintagmático, mais padronizadas do que os estudos baseados na intuição faziam prever. É também o estudo de *corpora* que permite identificar esses padrões (léxico-sintáctico-semânticos) e a regularidade com que ocorrem e interagem nos diversos usos.

No caso do *Dicionário de Combinatórias do Português*, os fenómenos associativos contínuos e descontínuos que determinámos parecem ser de natureza diversa: *textual* (observada repetidamente em determinados textos ou tipos de textos, potencializam análises textuais e estilísticas), *discursiva* (observados em situações enunciativas diversas, terão papel importante na análise do discurso) e, em grande medida, *cognitiva* (serão fundamentais em estudos sobre a aquisição e a memória lexical dos indivíduos); estes fenómenos representam, pois, relações diversas que os utilizadores podem analisar em termos quantitativos e qualitativos, utilizando as ferramentas informáticas disponíveis, para identificar a extensão e os tipos particulares de relação associativa.

Estes conhecimentos, como se disse, constituem elementos de grande interesse nos estudos linguísticos, em geral, sendo fundamentais na construção teórica e na prática lexicográfica. Assim, os materiais que actualmente se encontram disponíveis para consulta, no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, constituem, mais do que um dicionário, um dicionário dos dicionários, fornecendo informações sobre a frequência de uso de lemas e de formas lexicais isoladamente ou em associação, e sobre factores morfológicos, sintácticos, semânti-

cos e colocacionais que caracterizam padrões associativos do português contemporâneo.

Não se trata de fornecer "restrições de selecção" das associações baseadas em conceitos gramaticais ou de congruência semântica ou, ainda, de natureza pragmática, noções essas intuitivas e que supõem a correlação permitido/vs/proibido. O que está à disposição dos utilizadores são *selecções preferenciais observáveis* e *procedimentos informáticos* e *estatísticos* que os ajudarão a distinguir factores relevantes do puro ruído e também a isolar fenómenos ou induzir generalizações.

Os padrões associativos são por nós entendidos como uma extensão da noção tradicional de colocação.⁴ Ampliando a noção firthiana de colocação, propomos que a identificação de *combinatórias* (modelos associativos gradativos e mais ou menos padronizados que excluem a associação livre e atingem a frase idiomática) se faça de acordo com processos de natureza quantitativa (medidas de informação mútua) e qualitativa (recorrendo à observação e interpretação dos dados reais) o que permite caracterizar as palavras:

- na sua relação com outras palavras com as quais sistematicamente ocorrem de forma contínua ou descontínua (padrões co-ocorrelacionais);
- na sua relação com traços gramaticais morfossintácticos e sintácticos – próprios ou dos co-ocorrentes; por exemplo, determinado lema ou forma flexionada do lema ocorre sistematicamente com determinado tipo de verbo, tempo verbal ou construção sintáctica (padrões gramaticais);
- nas suas relações extralingüísticas – enunciativas, situacionais, contextuais – já que associações fortes em determinado registo de língua podem ser associações fracas noutro registo de língua (padrões discursivos).

Sendo manifestamente impossível caracterizar as palavras segundo estes padrões por recurso à intuição e dado que eles se evidenciam com demasiada sistematicidade para serem tidos como acidentais, tornou-se clara a enorme importância do seu estudo com base em *corpora* assim como a construção de instrumentos de análise adequados.

⁴ Termo introduzido por FIRTH nos anos 50. Este autor chamou fortemente a atenção para o estudo das co-ocorrências lexicais, mostrando que a caracterização de aspectos fundamentais do significado de uma palavra decorre do conjunto de todas as outras palavras que tipicamente ocorrem com ela.

Os resultados obtidos são os seguintes:

Os utilizadores podem seleccionar todas as palavras que ocorrem em pares com F igual ou superior a 2, aceder ao tipo de informação disponível sobre elas e manipular as concordâncias de acordo com os seus próprios objectivos.

Estão disponíveis, para consulta, os seguintes materiais:

a) *Corpus DCP*: 12.282.392 palavras (*sub-corpus* oral: 856.195, *sub-corpus* escrito: 11.426.197).

b) Índice de 233.543 (*subcorpus* escrito) e de 33.030 (*subcorpus* oral) formas lexicais que ocorreram no *corpus* e respectiva Frequência (F) de ocorrência, apresentadas de forma especificada conforme se trata do *corpus* de língua falada ou do *corpus* de língua escrita.

c) Índice dos lemas teóricos⁵ correspondentes às formas lexicais referidas na alínea b).

d) Índice dos 2.428.809 *pares* diferentes de formas lexicais que ocorreram no *corpus* com F igual ou superior a 2. A distância entre as formas que constituem os pares pode ser de 1 (formas contíguas), 2, 3 e 4. Sendo a palavra nó representada por A e o seu par por B, teremos:

AB

A - B

A — B

A —— B

BA

B - A

B — A

B —— A

Destes índices constam:

- Frequência de ocorrência da palavra-nó no *corpus*;
- Frequência de ocorrência da palavra-nó no par, ou seja, a frequência do par;
- O Índice Combinatório (IC) do par.

e) Índices de lemas co-ocorrentes.

f) Listas brutas de concordâncias de todos os pares com 1 linha de contexto, contendo toda a informação quantitativa e estatística relati-

5 Teóricos porque não sendo o *corpus DCP* um *corpus* anotado, os lemas extraídos automaticamente estão inflacionados por sobregeração, daí ser irrelevante fornecer aqui o nº de lemas. Contudo, a lematização automática constituiu uma fase interessante do Projecto pois permitiu estabelecer índices associativos que têm como nó um vocabulário e todas as suas formas flexionadas.

vamente ao lema e às formas e a identificação do tipo de discurso a que pertence, de acordo com a tipologia estabelecida e enunciada na alínea a).

As concordâncias aparecem indexadas por ordem descrescente dos Índices Combinatórios. Também é possível indexá-las com outras ordenações. Dentro de cada conjunto de concordâncias de um par, os contextos podem ser ordenados por ordem alfabética das palavras que vêm à direita ou à esquerda do par ou, simplesmente pela ordem de ocorrência no *corpus*.

Optámos por não classificar morfossintacticamente os lemas para não impor limitações às possibilidades de análise que o Dicionário oferece. Por exemplo nos grupos nominais, constituiria uma limitação para o utilizador a separação dos contextos segundo a sua realização como substantivos ou como adjetivos, ou ainda, no caso dos Partícípios Passados, será certamente muito produtivo que o próprio utilizador possa estabelecer os seus critérios quanto à realização adjetival, de acordo com a observação de todas as ocorrências.

g) Listas de concordâncias com contexto expandido até à dimensão adequada aos objectivos do utilizador.

h) Listas de grupos contíguos de 5, 4, 3 e 2 palavras com as respectivas Frequências de ocorrência e contextos em que ocorreram.

i) Resultados de análises linguísticas realizadas manualmente sobre 26.568 pares diferentes (correspondentes a 60 nós) com o objectivo de demonstrar o interesse da reutilização deste dicionário de base em aplicações lexicográficas quer de carácter mais geral (selecção visando a delimitação de grupos lexicalizados ou com tendência para a lexicalização) quer de carácter mais especializado (selecção tendo em vista, por exemplo, dicionários de tipo analógico (co-ocorrências descontínuas) ou sintático (co-ocorrências que apontam para a selecção de estruturas sintáticas).

Excerto de resultados obtidos para a palavra-nó **pressão** em textos escritos do *corpus* definitivo

*** 9 **SUBTROPICAL** (real:9) ***

Pressões subtropicais 8.731

9 pressões subtropicais 1

201065274 mais próximo das áreas de altas
201065253 am. O ar polar alimenta as altas
201065218 westerlies que provêm das altas
201065232 ssões no Mediterrâneo. Das altas
201065260 entos dos jet streams e às altas
201065239 s e, à direita, origina as altas
201065267 devido às influências das altas
201065225 nvolvidos por centros de @balatas

pressões subtropicais, funcionan
pressões subtropicais juntamente
pressões subtropicais. Na região
pressões subtropicais, nomeadame
pressões subtropicais@b. Os fenô
pressões subtropicais pela subsi
pressões subtropicais que migram
pressões subtropicais@b, sendo o

*** 44 ATMOSFÉRICO (real:46) ***

Atmosférica pressão 8.643

40 pressão atmosférica 1

201038714 ressônia exercida pelo ar chama-se
201038896 ormenor em capítulos anteriores.
201038756 s sob a ação da pressão do ar -
201038763 em que é corrente exprimirmos a
201038784 es, melhor equipadas, analisam a
201038791 a temperatura, a precipitação, a
201038805 diminuindo. b) O @bdecrecimento da
201038798 itude, da composição química, da
201038686 li não havia qualquer mudança de
201038875 emperatura sobe ligeiramente e a
201038931 e admissão é P-l- (normalmente a
201038952 do cilindro cai para o valor da
201038833 altitude está relacionada com a
201038742 erna dos pulmões fica inferior à
201038924 ias de temperatura e humidade, a
201038812 eso. Ou, mais simplesmente, se a
201038882 porque se verifica um aumento da
201038721 ma-se @bpressão atmosférica. - A
201038945 ar comprimido introduzido até à
201038826 s variações da temperatura com a
201038679 nações: barômetros, para medir a
201038840 de superfície dá-se o nome de
201038917 lugar terrestre que determina a
201038777 em-sé à temperatura ambiente e à
201038770 neus de trás, de 27 lb/pol². A
201038735 A compressão do ar é superior à
201038910 grandes altitudes por redução da
201038938 xpansão para as condições livres
201038903 de vista climatológico, a baixa
201038728 m influência sobre a variação da
201038693 como provar a sua existência?@b
201038700 ressônia exercida pelo ar chama-se
201038819 sobre nós; daí, a diminuição da
201038889 to maior quanto mais baixa for a
201038707 s a esta permitem concluir que a
201038868 ecebeu ao longo do dia; assim, a
201038749 sobre todos os corpos originam a
201038854 qual modo, podemos afirmar que a
201038861 enor a pressão. Concluímos que a
201038847 do; assim, podemos afirmar que a

*** 81 EXERCER (real:90) ***

Pressões exercidas 8.521

4 pressões exercidas 1

201061860 Mundo de 1998, em França. Daí as
201061874 atribuiu a altitude tailandesa a

@bpressão atmosférica. - A press
@bpressão atmosférica@b - diminu
pressão atmosférica - porque est
pressão atmosférica; 1 atm= 760
pressão atmosférica, a estrutura
pressão atmosférica, a nebulosid
pressão atmosférica com a altitu
pressão atmosférica, da fuga mol
pressão atmosférica. De resto, a
pressão atmosférica diminui. d)
pressão atmosférica) e a pressão
pressão atmosférica e a força da
pressão atmosférica e com a temp
pressão atmosférica, e o ar entr
pressão atmosférica é de 1, 03kg
pressão atmosférica é o @bpeso q
pressão atmosférica. Está-se, po
pressão atmosférica exerce-se em
pressão atmosférica exterior. Um
pressão atmosférica. Fácil é con
pressão atmosférica; manômetros,
@bpressão atmosférica @b; mede-se
pressão atmosférica nesse mesmo
pressão atmosférica normal. || @t
pressão atmosférica normal tem o
pressão atmosférica. O ar compri
pressão atmosférica. O diagnôsti
(pressão atmosférica), o que rep
pressão atmosférica ocasiona uma
pressão atmosférica. Os aparelho
@bpressão atmosférica@b Os resul
@bpressão atmosférica@b. Pois cl
pressão atmosférica. Por curiosi
pressão atmosférica. Se a evapora
@bpressão atmosférica se exerce
pressão atmosférica será mais al
pressão atmosférica. @t@bConclus
@bpressão atmosférica varia na r
pressão atmosférica varia na raz
pressão atmosférica varia segund

pressões exercidas pela embaixad
pressões exercidas pela embaixad

201061867 de opinião, mas sim as ameaças e
201061853 facto, como aponta, "das enormes
25 pressão exercida 1

201047234 , do que um casamento falhado. A
201047115 áo. Tento rodar o carro, mas a
201047108 cado abandonado. Recentemente, a
201047255 aranda dos Windsor, não? DJOB- A
201047101 encontro. E nem quando baixou a
201047129 ocupar o lugar que ele deixou. À
201047136 xerce pressão sobre os corpos. À
201047143 rce-se em todos os sentidos@b. A
201047199 essão. Podemos assim dizer que a
201047206 essão exercida pelo ar é igual à
201047185 a Polónia, tem sido importante a
201047150 reia, é maior na situação I. @iA
201047094 em mais 70 milhões de dólares. A
201047213 eco (sem humidade) adicionada da
201047087 o entanto, alguns problemas pela
201047164 s frequentemente tensão. || @t@bA
201047248 randa dos Windsor, não? DJOB – A
201047192 a-se cada vez mais em virtude da
201047227 Franco considerou inaceitável a
201047178 elo capital e, por outro lado, a
201047122 encontra a massa magnética e da
201047171 liquido resulta na diminuição da
201047220 varmente, um termo próprio para a
201047157 o devida á acção de uma força de
201047241 a da filha. É difícil imaginar a

8 pressão exercidas 1

201047481 re as intensidades das forças de
201047488 e as intensidades das forças de
201047446 evidentemente fechada, as forças de
201047460 ncia mostra-nos que as forças de
201047439 e@i. Anteriormente, as forças de
201047453 inanemente sujeita às forças de
201047467 explicar o facto de as forças de
201047474 estão representadas as forças de

Exerceram pressão 7.287

2 exercerem pressão 2

116064858 vitória dos Estados Unidos, que
116064851 perações a meio-campo, zona onde

exercendo pressão 7.142

4 exercendo pressão 1

116057229 actuarem em todas as direcções,
116057222 sangue entra nessas cavidades e,
116057215 correctamente estas e apertam-se
116057208 em nada conter. O ar está sempre

2 exercendo pressão 3

pressões exercidas publicamente
pressões exercidas sobre a Ingla

pressão exercida contra esta mul
pressão exercida lá em baixo tir
pressão exercida pela edilidade
pressão exercida pela mídia, tin
pressão exercida pela selecção p
pressão exercida pelo ar chama-s
pressão exercida pelo ar chama-s
pressão exercida pelo ar sobre o
pressão exercida pelo ar é igual
pressão exercida pelo ar seco (s
pressão exercida pelo movimento
pressão exercida pelo peso do ti
pressão exercida pelo poder para
pressão exercida pelo vapor de á
pressão exercida pelos adversári
pressão exercida pelos líquidos
pressão exercida pelos “media” t
pressão exercida pelos @imovimen
pressão exercida pelos sindicali
pressão exercida pelos trabalhad
pressão exercida por essa massa
pressão exercida por esse gás na
pressão exercida por grupos que
pressão exercida sobre uma dada
pressão exercida sobre uma mãe,

pressão exercidas na face superi
pressão exercidas na face inferi
pressão exercidas na sua superfi
pressão exercidas pela água sobr
pressão exercidas pelo ar e vapo
pressão exercidas pelo ar atmosf
pressão exercidas por um fluido
pressão exercidas sobre o corpo

exerceram forte pressão para que
exerceram grande pressão. Quando

exercendo pressão nas superficie
exercendo pressão nas válvulas a
exercendo pressão sobre as super
exercendo pressão sobre os corpo

116057238 pre toda a superfície da grossa e **exercendo uma certa pressão**. @tR

116057245 eve até ao intervalo. A Ucrânia, **exercendo uma grande pressão** no

pressão exerce 6.795

4 exercer pressão 1

116052990 a de vapor de água o qual também

116052976 do tijolo. Dizemos que o tijolo

116052983 , à superfície do saco: @ia águas

116052969 sípido@b e @binvisivel@b. - O ar

exercer pressões 6.377

4 exercer pressões 1

116062864 Silvestre, é acusado de estar a

116062871 ando que Ancara "pretende apenas

116062885 o social, resistam à tentação de

116062878 agita o tema da dissolução para

2 exercer pressões 2

116062901 e a França, país que tem vindo a

116062894 problema é que Clinton não pode

pressões exercem 6.246

2 exercem pressão 3

116055940 co@i. Não são só os líquidos que

116055947 em contacto com qualquer corpo,

exerceu pressão 6.083

2 exerceu pressão 2

116066230 o maior domínio da Irlanda, que

116066237 s, no Estádio Fournier, Portugal

exercer pressão 5.848

6 exercer pressão 1

116062774 empresários burlados passaram a

116062781 admitir suspeitas de que estou a

116062788 avizinharam para os pescadores, e

116062802 oduzidos na combustão, de modo a

116062795 a-se às peças a soldar de modo a

116062767 . A resistência anunciou que vai

4 exercer pressão 2

116062825 as são tão numerosas que poderão

116062818 el» No fim de contas trata-se de

116062811 cito do segundo tempo conseguiram

116062832 corre à infidelidade quando quer

***** 26 ARTERIAL (real:26) *****

pressão arterial 8.256

26 pressão arterial 1

201038251 fumam têm valores mais baixos de

201038335 s de alto risco, como tabagismo,

201038258 s vai conduzir a uma elevação da

201038202 intestinais, náuseas e subida da

201038209 caracteriza por uma elevação da

201038244 bulatórios, que permitem medir a

exerce pressão. Podemos assim di

exerce pressão sobre a areia. Ma

exerce pressão sobre a parede do

exerce pressão sobre os corpos.

exercer pressões junto dos profe

exercer pressões para que a Siri

exercer pressões, respeitem a au

exercer pressões sobre a conduta

exercer fortes pressões no senti

exercer grandes pressões sobre o

exercem forças de pressão, em to

exercem forças de pressão, força

exerceu forte pressão no meio-ca

exerceu maior pressão atacante e

exercer pressão junto de Alexand

exercer pressão, o que para mim

exercer pressão para que o Gover

exercer pressão sobre a parte mó

exercer pressão sobre elas. Dura

exercer pressão sobre Portugal

exercer alguma pressão. Este é o

exercer alguma pressão psicológi

exercer alguma pressão sobre a d

exercer uma pressão sobre aquele

pressão arterial. À partida, par

pressão arterial alta ou um enfa

pressão arterial. c) Álcool - Pe

pressão arterial. Contudo, se in

pressão arterial. De qualquer mo

pressão arterial do indivíduo du

201038300 ntamento de pesos que aumentam a
201038307 es (contribuindo para diminuir a
201038195 ia severa, palpitações, queda da
201038328 ia que o tabaco origina. Eleva a
201038174 ai pela aorta, que tem o nome de
201038286 rtanto, peso equilibrado, melhor
201038237 confiança e rigor na medição da
201038293 exercício físico regular reduz a
201038321 lesterol em circulação, quando a
201038314 tinha efeitos favoráveis sobre a
201038265 ão ter qualquer interferência na
201038279 ar um medicamento para reduzir a
201038342 experimentam uma baixa súbita de
201038230 ipais factores que influenciam a
201038181 s com que contactam. 56. 1 – @jA
201038272 e álcool contribui para elevar a
201038167 vasos sanguíneos e faz baixar a
201038188 ção dos pesos; a determinação da
201038223 ção e, obviamente, com o peso. A
201038216 De salientar ainda que o padrão

*** 67 ALTA && ALTO (real:71) ***

altas pressões 8.075

48 altas pressões 1

18647758 os – que, em altitude, deixam as
18647653 osfera. Assim, ao descer origina
18647940 urbações alternam com centros de
18647891 s, pois, além de predominarem as
18647905 rológico mereça ser estudado. As
18647646 a – e nesse caso, às baixas e às
18647835 ar descendentes que originam as
18647863 o Inverno. Durante o Inverno, as
18647947 em que predominam os núcleos de
18647807 zonas mais secas correspondem às
18647919 r da Europa e da Ásia centros de
18647884 ninegrado à latitude de 60°N: As
18647730 do continente asiático originava
18647842 deve-se sempre a uma situação de
18647660 a **baixas pressões** à superfície e
18647793 bre o continente (em situação de
18647751 udes subtropicais, originando as
18647674 rio norte; no hemisfério sul, as
18647912 centro da Europa. Este centro de
18647877 assim, no Inverno, os núcleos de
18647933 damentalmente, daquele centro de
18647821 s ocorrem na estação quente e as
18647744 ntos acontecem quando se centram
18647681 apercebemo-nos da existência de
18647800 eja, em condições, por norma, de

pressão arterial durante o esforço e melhorar a performance. @IN: **pressão arterial** e o ritmo cardíaco. **pressão arterial** e que se pode dizer. **pressão arterial**. Ele é o padrão **pressão arterial** em cerca de 10 **pressão arterial** está elevada e **pressão arterial**, etc. Actualmente **pressão arterial**. No entanto, da **pressão arterial**. Portanto, peso **pressão arterial**, que pode mesmo **pressão arterial**. Realizaram-se **pressão arterial** resulta das forças portanto **pressão arterial**. @t@influencia **pressão arterial** (valores de 18 **pressão arterial** varia até ao limite **pressão arterial** varia constante

altas pressões à direita e as baixas **altas pressões** à superfície, mas **altas pressões** (anticiclos) coexistem **altas pressões**, as massas de ar **altas pressões** caracterizam o clima **altas pressões** chamam-se @bcentres continentais (anteciclones) **altas pressões** continentais e as **altas pressões**, da frente intertropical **altas pressões** das altas latitudes **altas pressões** de origem térmica **altas pressões** do Inverno, especificamente as massas de ar **altas pressões** e esta situação **altas pressões** em altitude. São **altas pressões**. Esta ar chega de **altas pressões**. Este esquema fica **altas pressões** ficam para a direita **altas pressões** forma-se em consequência **altas pressões** impedem as precipitações. **altas pressões** Mas há outros fatores na estação fria. **altas pressões** na Itália e baixas **altas pressões** nas altas latitudes **altas pressões**. Nas latitudes médias

<p>18647870 . Se durante o Inverno se formam 18647632 ntros de acção. Numa situação de 18647625 anticiclónicos@b ou @bcentros de 18647856 om os máximos no Verão devido às 18647618 ões tropicais (desertos secos de 18647667 de frente no rosto, ficam-nos as 18647723 vesa. c) @bZonas polares@b – nas 18647695 udes e na região equatorial. Das 18647688 es nas altas latitudes (chamadas 18647639 na-se pesado e desce, originando 18647828 midos, do mar para a terra, e as 18647898 e calor por radiação originam as 18647926 ca, já mais próximo das áreas de 18647772 ubrtropicais pela subsidênciA. As 18647779 t stream. O ar polar alimenta as 18647700 e@b ou westerlies que provêm das 18647737 as pressões no Mediterrâneo. Das 18647786 slocamentos dos jet streams e às 18647765 titudes e, à direita, origina as 18647814 Verão, devido às influências das 18647709 estão envolvidos por centros de 18647849 s, provocando assim uma faixa de 18647716 nós. b) @bZona temperada@b – das</p>	<p>3 pressões altas 2</p>	<p>201059295 mais secas correspondem às altas 201059281 que a pressão do líquido atinja 201059288 ebemo-nos da existência de altas</p>	<p>alta pressão 4.729</p>	<p>13 alta pressão 1</p>	<p>18625816 es de fácies, nomeadamente as de 18625760 nsgás, concessionária da rede de 18625774 dos, a concessionária da rede de 18625823 ntem possível recristalização de 18625767 hos de construção do gasoduto de 18625795 erilizados por ebulição, vapor a 18625788 iclónica, é una área alongada de 18625781 de humidade do ar, com baixa ou 18625830 scarga um volume de ar (V-c.), a 18625809 o ao deslocamento dos núcleos de 18625802 mudança rápida duma atmosfera de 18625844 te sol a brilhar! A tão esperada 18625837 os; – @igases incandescentes@i a</p>
<p>*** 50 BAIXA (real:50) ***</p>	<p>pressões baixas 8.063</p>	<p>33 baixas pressões 1</p>	<p>31010500 as altas pressões à direita e as 31010430 -se mais leve e sobe, originando @bbaixas pressões@b 31010444 s em altitude; ao subir, provoca</p>	<p>baixas pressões</p>	
<p>altas pressões no continente, o altas pressões, o ar desce e div altas pressões@b (o valor decres altas pressões oceânicas que ori altas pressões) onde chegam a at altas pressões para a esquerda e altas pressões polares, de orige altas pressões polares divergem @baltais pressões polares@b) e ta @baltais pressões@b. Portanto, a altas pressões provocam ventos c altas pressões siberianas e as d altas pressões subtropicais, é m altas pressões subtropicais, fun altas pressões subtropicais junt altas pressões subtropicais. Na altas pressões subtropicais, nom altas pressões subtropicais@b. O altas pressões subtropicais pela altas pressões subtropicais que @altas pressões subtropicais@b, altas pressões; sugado para as b altas pressões tropicais desloca</p>	<p>pressões das altas latitudes e v pressões mais altas que o normal pressões nas altas latitudes (ch</p>	<p>alta pressão; - Coombs @iet al. @ alta pressão, a nova fonte dever alta pressão do gás natural, que alta pressão e, por isso, poster alta pressão entre Setúbal/ Brag alta pressão, formalização ou su alta pressão. O @btalvegue@b, ou alta pressão ou com mudança do c alta pressão (P-2-), fica no vol alta pressão para latitudes mais alta pressão para uma atmosfera alta pressão parecia que tinha v alta pressão. Trata-se de @bespe</p>	<p>baixas pressões@b à esquerda no he baixas pressões à superficie baixas pressões à superficie e a</p>		

31010640 intas: – uma em consequência das 31010626 tuguês ficar sob a influência de 31010605 está na presença de um centro de 31010598 te no Inverno, nas zonas onde as 31010584 este nas orientais. No Verão, as 31010507 de oeste tem, à sua esquerda, as 31010591 é quase constante. No Verão, as 31010577 ta» proporcionando a invasão das 31010542 do do zénite, arrasta consigo as 31010521 nvergência, isto é, das zonas de 31010437 pressões à superfície, mas cria 31010549 são de tipo convectivo, pois as 31010570 e altas pressões; sugado para as 31010465 equador está assim envolvido por 31010633 ações frontais. Estes centros de 31010458 m nas latitudes subtropicais. As 31010451 aparentemente, das altas para as 31010493 ntram altas pressões na Itália e 31010479 cal originado pela existência de 31010423 esce e diverge e em situações de 31010556 ue suplantam todos os outros. As 31010528 quedas coincidem com as zonas de 31010563 tas pressões na estação fria. As 31010647 rmundo uma cintura de centros de 31010514 de @bconvergência@b ou zonas de 31010612 rovocam a formação de centros de 31010486 m o centro, especialmente quando 31010472 os de leste@b que sopram para as 31010535 lidade e da migração das altas e 31010619 ores; – outra condicionada pelas

baixa pressão 4.929

10 baixa pressão 1

30995018 ste. Retorno por ar comprimido a 30995039 m tubo de vidro contendo o gás a 30994983 ponto de vista climatológico, a 30995004 a-Aracena, com o metamorfismo de 30994990 ta pressão para uma atmosfera de 30995032 s@b. Também os gases e vapores a 30995011 aconteceu com gradiente de mais 30994976 5 mb correspondem a @bcentros de 30994997 média (Barroviana) ao regime de 30995025 ste. Retorno por ar comprimido a

***** 21 CEDER (real:21) *****

cedeu pressões 7.432

4 cedeu pressões 2

36403157 r Jorge perdeu dois jogos porque 36403164 spor de provas de que a Comissão 36403178 toconsumo é ainda forte. Ninguém

baixas pressões às quais se asso
baixas pressões associadas a per
baixas pressões centrado na Pení
baixas pressões conseguirem pene
baixas pressões continentais são
baixas pressões das médias latit
baixas pressões de origem térmic
baixas pressões devastadoras. Os
baixas pressões, e daí as chuvas
baixas pressões, e por isso é es
baixas pressões em altitude; ao
baixas pressões equatoriais, aco
baixas pressões equatoriais, aí
@bbaixas pressões equatoriais@b,
baixas pressões, localizados no
baixas pressões localizam-se nas
baixas pressões. Logo, o resulta
baixas pressões na Europa centra
baixas pressões no Mediterrâneo.
baixas pressões, o ar sobe e con
baixas pressões ocorrem na estaç
baixas pressões, onde se verific
baixas pressões originam sempre
baixas pressões, ou de depressõe
baixas pressões. Quando estas co
baixas pressões. São estas @bdep
baixas pressões se localizam no
baixas pressões subpolares e que
baixas pressões. @@bCLIMA: DEFI
baixas pressões térmicas da Pení

baixa pressão (0, 5 a 1kgf/ cm²)
baixa pressão . Analisando a luz
baixa pressão atmosférica ocasio
baixa pressão .c) Geologia de Tr
baixa pressão e é a mais importa
baixa pressão emitem luz quando:
baixa pressão ,mas com temperatu
baixa pressão @b, ou @bcentros ci
baixa pressão ,para o intervalo
baixa pressão (por exemplo 0, 5k

cedeu a pressões e colocou em ca
"cedeu a pressões exteriores". A
cedeu às pressões da autarquia,

36403171 ou por querer a conciliação, mas	cedeu às pressões	de Pacheco Per
	7.149	
	9 ceder pressões 2	
36400434 isco de ser visto como estando a	ceder a pressões.	Caso não haja
36400455 sidente do IBL acusa ministro de	ceder a pressões	da Maçonaria Aj
36400448 ensão, acusando a CBI de estar a	ceder a pressões.	"O que aqui es
36400427 isco de ser visto como estando a	ceder a pressões	políticas, circ
36400441 orto, que o seu partido não deve	ceder às pressões	de alguns sect
36400469 a, a nível governamental, está a	ceder às "pressões	dos interesse
36400462 has e revolta-se, disposta a não	ceder às pressões	dos juízes, do
36400413 dia. «É por isso que não se pode	ceder às pressões	existentes e r
36400420 grama global, o Estado acaba por	ceder às pressões	locais", atalh
	3 cedido pressões 2	
36405025 a, Manuel Maria Carrilho, de ter	cedido a pressões	da Maçonaria,
36405032 Herzegovina parece ter sobretudo	cedido às pressões	do Presidente
36405039 das. Se tivéssemos sido fracos e	cedido às pressões	socialistas,
	cedendo pressão 6.737	
	3 cedendo pressão 2	
36397120 privada dos sistemas municipais,	Cedendo à pressão	das multinacio
36397127 caminho-de-ferro, nalguns casos,	Cedendo à pressão	dos operadores
36397134 caminho-de-ferro, nalguns casos	Cedendo à pressão	dos operadores

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. Portuguese Combinatory Dictionary (European variety). Alfa (São Paulo), v.42, n.esp., p.183-203, 1998.

- *ABSTRACT: Taking a subcorpus of 12 million words from CRPC, the extraction of all pairs of contiguous words and the pairs with one, two, three or four words between the two words of the pair was made. All these pairs are provided with the following information: Frequence and Distribution (oral, written, literature, newspaper etc.); Distance between the words of the pair; Mutual information: IC; Localization of the pair in the subcorpus; Concordances of the pair; Groups of 3, 4, 5 words in fixed sequence.*
- *KEYWORDS: Lexicon; lexicography; lexical combinatorics.*

Referências bibliográficas

- BENSON, M., BENSON, E., ILSON, R. *The BBI combinatory dictionary of English: a guide to word combination.* Amsterdam: John Benjamins, 1986.
- BIBER, D. Co-occurrence patterns among collocations: a tool for corpus-based lexical knowledge acquisition. *Computational Linguistics*, v.19, n.3, p.531-38, 1993.

- CALZOLARI, N., BINDI, R. Acquisition of lexical information from a large textual Italian corpus. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 13, 1990, Helsinki. *Coling 90: papers...* Helsinki: Helsinki University, 1990.
- CHURCH, K. W., HANKS, P. Word association norms, mutual information and lexicography. *Computational Linguistics*, v.16, n.1, p.22-9, 1990.
- PEREIRA, L. A. S. *Como se combinam as palavras? Contributo para um Dicionário de Combinatórias do Português*. Lisboa, 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- SINCLAIR, J. M. *Corpus, concordance, collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- _____. (Ed.) *Cobuild English collocations, on CD-ROM*. London: Harper Collins Publishers, 1995.
- SMADJA, F. Retrieving collocation from text: extract. *Computational Linguistics*, v.19, n.1, p.143-77, 1993.

Bibliografia consultada

- BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. Aplicação de resultados de análises linguísticas sobre corpora ao ensino do Português, LE. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA, 3, 1994, México. *Memórias...* México: Centro de Estudos Brasileiros, Universidade Nacional Autónoma de México, 1994. p.104-20.
- _____. Contribuição da análise de corpora para a descrição lexicográfica. In: *Sentido que a vida faz: estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, 1987. p.734-44.
- _____. A exploração de corpora linguísticos no ensino/aprendizagem do português. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA, 1997, Macau. p.391-407.
- _____. Exploitation de *Corpus*: exemples de combinações établies pour l'écrit et pour l'oral. In: COLLOQUE INTERNATIONAL QUESTIONS DE MÉTHODE DANS LA LINGUISTIQUE SUR CORPUS, 1998. (No prelo).
- BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., CARVALHO, A. Preto e branco ou branco e preto? Como se combinam os nomes de cores. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 11, 1996, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, 1996. v.1, p.367-80.
- BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., PEREIRA, L. A. S. Dicionário de Combinatórias do Português: associações frequentes observadas num *corpus* de Português contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIA-

- ÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 11, 1996, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, 1996. v.2, p.43-54.
- FIRTH, F. R. Modes of meaning. *PAPER* in Linguistics 1934-1951. London: Oxford University Press, 1995. p.190-215,
- GARCIA MARQUES, M. L. Da competência à realização: existência potencial e existência real de algumas combinatórias a partir da análise de um *corpus*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 13, 1997. *Actas...*
- NETO, P. M. *Combinatórias lexicais no discurso da astronomia*: um estudo em estatística lexical. Lisboa, 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, L. A. S. Para um Dicionário de Combinatórias do Português. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O PORTUGUÊS, 1996, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, Colibri, 1996. p.197-206.
- RENOUF, A. J., SINCLAIR, J. M. Collocational frameworks in English. In: AIJMER, R., ALTENBERG, B. (Ed.) *English corpus linguistics*. London: Longman, 1991.

UMA EXPERIÊNCIA TERMINOLÓGICA: A ELABORAÇÃO DO GLOSSÁRIO DE TERMOS NEOLÓGICOS DA ECONOMIA

Ieda Maria ALVES¹
Eliane Dantas dos ANJOS²

- RESUMO: Este trabalho apresenta as bases metodológicas que orientaram a elaboração do *Glossário de Termos Neológicos da Economia*, realizado no âmbito do Projeto “Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo”. Expomos, assim, os princípios relativos ao público destinatário, à organização da nomenclatura e à organização dos verbetes.
- PALAVRAS-CHAVE: Neologia; neologismo; língua de especialidade; Economia.

O trabalho que aqui apresentamos, o *Glossário de Termos Neológicos da Economia*, foi elaborado no âmbito do Projeto “Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo”, que, criado em 1988, sob a coordenação da Professora Ieda Maria Alves, tem o objetivo de coletar, analisar e difundir a neologia

¹ Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Projeto Integrado de Pesquisa nº 35 1629/96-3) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP - 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil, iemalves@usp.br.

² Bolsa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP.

técnico-científica e, ainda, o de elaborar glossários e dicionários terminológicos em algumas das áreas analisadas.

Desde sua criação, o Projeto tem recebido o apoio do CNPq por meio de bolsas de Iniciação Científica e de Aperfeiçoamento. A partir de 1991, o Projeto passou a ser também apoiado com bolsas de Iniciação Científica concedidas pela FAPESP e, desde 1996, tem recebido bolsas de Apoio Técnico e Auxílio a Projeto de Pesquisa atribuídas pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo.

A elaboração do *Glossário de Termos Neológicos da Economia* contou, assim, com a colaboração de vários bolsistas, que coletaram e ficharam termos, redigiram definições e auxiliaram na organização e na revisão dos verbetes.

Nesta exposição, apresentamos as características do público ao qual o Glossário é destinado como também os princípios metodológicos que presidiram à sua elaboração: a constituição da nomenclatura e a organização dos verbetes.

O público destinatário

O *corpus* que serviu de base para a elaboração do Glossário é constituído, basicamente, pelos cadernos dominicais do jornal *Folha de S.Paulo* (FSP) e pelos números mensais da revista *Conjuntura Econômica* (CE), que foram analisados de maneira sistemática de janeiro de 1991 a dezembro de 1997.

Nesses veículos, que correspondem às características próprias de um *corpus* de divulgação, são encontrados termos da Economia referentes às aplicações financeiras, ao mercado de trabalho, aos intercâmbios comerciais e econômicos que o Brasil estabelece com outros países. Dirigidos a um público não-especializado em Economia, porém usuário das atividades econômicas, esses veículos divulgam termos que nem sempre são compreendidos pelos leitores. Elucidar, assim, o conceito de termos como *ataque especulativo*, *Comissão de Valores Imobiliários*, *commodity*, *dólar comercial*, *liquidez interna*, *taxa de desemprego*, por exemplo, para leitores leigos em Economia, constitui o objetivo do *Glossário de Termos Neológicos da Economia*. São esses leitores, portanto, os destinatários do Glossário.

Constituição da nomenclatura

A terminologia da Economia tem sido estudada desde o início da criação do Projeto “Observatório”. Os vários planos de estabilização econômica e as diferentes moedas que os brasileiros têm conhecido, e a inflação altíssima, em alguns períodos, têm gerado um grande número de termos, muitas vezes efêmeros, que refletem o clima econômico instável que a sociedade brasileira vem sofrendo.

No período analisado, foram registrados cerca de 3.500 (três mil e quinhentos) termos de caráter neológico no *corpus* estudado. Dentre eles, fazem parte da macroestrutura do Glossário as 602 (seiscentas e duas) unidades terminológicas mais freqüentes.

O caráter neológico dos termos foi determinado pela não-inclusão desses elementos no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986). Esse dicionário, o mais utilizado pelos brasileiros, contemporaneamente, parece-nos apropriado ao caráter de divulgação do Glossário, que não registra, portanto, os termos já incluídos no citado dicionário com uma acepção econômica. Desse modo, glossários e dicionários terminológicos dedicados à Economia e suas áreas conexas não foram consultados como *corpus* de exclusão – trabalhos que servem de referência para a determinação do estatuto neológico de um termo –, uma vez que grande parte dos termos repertoriados nessas obras não são conhecidos dos leitores aos quais se destina o Glossário.

Organização dos verbetes

Os verbetes, organizados em ordem alfabética, apresentam a seguinte estrutura: termo; sigla, acrônimo ou variante, em alguns casos; definição; contexto(s); nota(s), sinônimo(s), remissiva(s), em alguns casos.

Todos os verbetes do Glossário apresentam o termo com suas referências gramaticais, sua definição e o contexto em que ele está inserido.

Alguns exemplos:

crédito bancário sm

Crédito concedido por uma instituição bancária a indivíduos ou entidades que se comprometem a restituir a soma emprestada com o acréscimo de juros.

Recurso ao <crédito bancário> – Apenas 13% das MPE recorreram ao <crédito bancário> no bimestre em pauta, sendo que 26% delas sentiram maior dificuldade para a obtenção de recursos (elevação da taxa de juros). (CE, v.48, 3.1994, p.45, c.3)

incentivo fiscal sm

Incentivo pelo qual o governo oferece isenção ou redução de tributos para as empresas que investem em atividades importantes para a política econômica do país.

Todos os <incentivos fiscais> para projetos setoriais e regionais terão redução de 50%. Também serão reduzidos os incentivos à informática, como os realizados por meio do CNPq. Ganhos esperados de R\$ 550 mil na arrecadação. (FSP, 11.11.97, p.2.1, c.1)

Termo

Dentre os termos incluídos na macroestrutura do Glossário, muitos já estão integrados à terminologia da Economia, como **base monetária**:

base monetária sf

Soma do montante de moeda emitida e de reservas bancárias.

A <base monetária> (emissão de moeda mais reservas bancárias), medida pelo conceito de média trimestral, cresceu 1,3 bilhão de julho para agosto e encerrou o mês na casa dos 7,8 bilhões de reais. (Ex, 14.4.1994, p.36, c.3)

Cf. **reservas bancárias**

Outros refletem o economês, a linguagem econômica própria dos veículos de comunicação de massa e não raro efêmera:

operação zé-com-zé sf

Operação fictícia, realizada por empresas de um mesmo grupo ou por intermediários de um investidor, que objetiva provocar a alta ou a baixa de ações por meio da compra e da venda desses papéis no mesmo dia.

<Operação "Zé-com-Zé">

Era uma forma utilizada por Nahas para manipular os preços das ações.

1) Nahas comprava ou vendia um lote de ações por meio de empresas de sua propriedade ou de um intermediário ("laranja").

2) Com a operação já combinada, outro intermediário vendia ou comprava essas mesmas ações, gerando um círculo de negócios que estimulava a procura ou a venda de um determinado papel. Na verdade, Nahas negociava com ele mesmo para manipular os preços. (FSP, 15.10.1997, p.2.5, c.2 e 3)

O Glossário inclui ainda, em sua macroestrutura, termos de caráter enciclopédico como denominações de índices, impostos, fundos de aplicação, programas governamentais e instituições. Essa inclusão, determinada pelo fato de alguns termos da Economia serem comumente associados a tais denominações, contribui para imprimir características próprias à terminologia da Economia.

Assim, em **depósito compulsório**, citado a título de exemplo, podemos observar a referência a **Banco Central**, que denomina uma instituição governamental brasileira:

depósito compulsório sm

Depósito, efetuado no Banco Central, de um percentual das somas em dinheiro guardadas nos bancos comerciais.

Nossa preferência, nesse particular, é por uma política monetária ativa (não permissiva), baseada no controle dos agregados monetários (digamos, M4), através de <depósitos compulsórios> sobre os diferentes tipos de depósitos (ou de contingenciamento de crédito). (FSP, 22.5.1994, p.2.2, c.3)

Nota Sintagma expandido: **depósito compulsório não-remunerado**

Sin. **recolhimento compulsório**

Cf. **Banco Central, banco comercial**

Referências gramaticais

O campo das referências gramaticais apresenta, na maioria dos verbetes, substantivos femininos e masculinos:

flexibilização sf

Processo pelo qual normas, contratos, preços, entre outros elementos, podem ser negociados e modificados legalmente.

No segundo semestre enfrentaremos no Congresso Nacional o 2º ato de uma “tragédia-farsa” que se inaugurou no primeiro tempo com a <“flexibilização”> dos grandes monopólios estatais. O novo rolo compressor tratará das reformas fiscal, administrativa e da Previdência (o conceito de Seguridade Social impresso na Constituição parece definitivamente varrido). (FSP, 30.7.1995, p.2.4, c.5)

Nota Sintagmas expandidos: **flexibilização de preços, flexibilização do mercado de trabalho**

Sin. adaptabilidade

Dentre eles, muitos são constituídos por sintagmas nominais que foram classificados como substantivos masculinos ou femininos, a exemplo de **carga tributária**:

carga tributária sf

Soma de todos os tributos e contribuições suportados por um agente econômico.

Como a contribuição sobre o lucro bruto não incidiria sobre as exportações, haveria adicionalmente uma redução da <carga tributária> incidente sobre os produtos brasileiros vendidos ao exterior, aumentando a competitividade destes. (FSP, 15.12.1996, p.2.2, c.3 e 4)

Cf. agente econômico

Embora a maior parte dos termos do Glossário seja constituída por substantivos, atestamos também o emprego de alguns adjetivos:

antidumping a

Referente ao combate à venda de produtos a preços inferiores aos custos com o objetivo de eliminar concorrentes no comércio internacional.

Age certo o governo Itamar ao fazer com que uma nova e mais eficaz legislação <antidumping> acompanhe uma nova rodada de redução de alíquotas de importação. (FSP, 18.9.1994, p.2.2, c.4)

Nota Empregado em função adjetival nos sintagmas: **ação antidumping, direito antidumping, legislação antidumping, processo antidumping**

Empréstimo do inglês

Cf. comércio internacional

de alguns advérbios:

ex-ante adv

Referentemente à magnitude ou à evolução de um fato econômico, analisado antes de sua ocorrência.

Nenhum norte-americano ou europeu procura adivinhar, olhando a "Prime Rate" ou a "Libor" o que é, <"ex-ante">, taxa real e expectativa de inflação. Apenas os acadêmicos fazem cálculos "expost-facto", eflacionando as taxas nominais por algum índice de inflação (claramente explicitado) e chegando à taxa real "ex-post". E as há tantas quantos os índices de inflação disponíveis. (FSP, 10.7.1994, p.2.2, c.3)

Nota Em *Monetary Equilibrium*, 1931 (*Equilíbrio Monetário*), /G. Myrdal/ desenvolveu a análise das antecipações e introduziu os conceitos de <ex-ante> e ex-post, para distinguir, na análise de um processo econômico delimitado no tempo, as ações projetadas no início do período (<ex-ante>) e aqueles adotados no fim do período (ex-post). (Sandroni, 1994, p. 236-7)

Cf. **ex-post**

e de um verbo:

dessazonalizar v

Recalcular um indexador com o objetivo de eliminar as interferências causadas pela sazonalidade.

A inflação, pela primeira vez desde 1986, é menor no terceiro trimestre do que foi nos dois trimestres anteriores. Isso só está acontecendo porque existe um processo de reindexação em curso. Se você <dessazonalizar> os índices de inflação, desde setembro a taxa mensal não supera o 1,5% e fica menor nos meses de dezembro e janeiro. Sazonalmente ajustada, a inflação de 95 não deve superar os 20%. Podemos ter pressões localizadas. (FSP, 15.1.1995, p.2.9, c.2)

Cf. **indexador, sazonalidade**

Sigla e acrônimo

O *Glossário de Termos Neológicos da Economia* apresenta um grande número de sintagmas nominais que concorrem com seus respectivos acrônimos ou siglas, fato esse que constitui uma outra característica da terminologia da Economia. Como exemplo, apresentamos **Certificado de Depósito Interbancário**, cujas letras iniciais são reduzi-

das sob a forma da sigla **CDI**, e **Bolsa de Valores de São Paulo**, que forma o acrônimo Bovespa por meio de sílabas extraídas dos elementos do sintagma:

Certificado de Depósito Interbancário sm

Sigla **CDI**

Documento que registra a troca de moeda entre instituições bancárias.

Inicialmente, vai-se permitir o financiamento da dívida no banco junto ao compulsório, por prazos largos e a taxas inferiores às do CDI (o papel que serve para troca de dinheiro entre os bancos). O financiamento corresponderá a US\$ 1 bilhão. (FSP, 6.8.1995, p.2.3, c.1)

Cf. **Certificado de Depósito Bancário**

Bolsa de Valores de São Paulo sf

Actôn. **Bovespa**

Instituição de intermediação financeira, localizada na cidade de São Paulo, que constitui o maior mercado acionário do Brasil.

A Bovespa (<Bolsa de Valores de São Paulo>), maior centro de negócios com ações do país, resolveu se lançar em defesa da abertura do capital estrangeiro. (FSP, 10.4.1994, p.2.10, c.1)

Cf. **intermediação financeira, mercado acionário**

Variante

O campo destinado às variantes (Var.) registra variações em que os termos sintagmáticos apresentam alternâncias de caráter morfossintático entre seus elementos.

No exemplo a seguir, o sintagma **reajuste salarial**, constituído por substantivo e adjetivo, alterna com o emprego do sintagma **reajuste de salário**, formado por substantivo e sintagma preposicionado:

reajuste salarial sm

Var. **reajuste de salário**

Correção de salários que objetiva ajustá-los proporcionalmente à inflação.

O ex-ministro Ricúpero, que entrou e saiu do auditório do Monte Libano sob aplausos, aproveitou para passar um recado aos empresários. Naquela que, involuntariamente, acabou sendo sua última advertência pública sobre o assunto, disse que os futuros

<reajustes salariais> nas datas-base dos trabalhadores devem ocorrer por conta dos aumentos de preços da nova moeda. (Ex, 14.9.1994, p.66, c.2)

"A semana que passou foi marcada pela greve dos metalúrgicos do ABC, por *<reajuste de salários>*". (FSP, 18-9-1994, p.2.5, c. 1)

Cf. **salário real**

Observam-se também, entre as variantes, casos de apagamento de um dos elementos do sintagma:

cesta básica de consumo sf

Var. **cesta básica**

Conjunto formado por produtos essenciais para o sustento do trabalhador e sua família, cujo preço é utilizado constantemente como base para o cálculo do custo de vida.

O Procon de São Paulo divulga diariamente o valor de uma <cesta básica de consumo>. Ela é um indicador importante do comportamento da inflação, por medir de uma maneira mais clara do que os índices quadrissemanais. (FSP, 4.12.1994, p.2.4, c.3)

A <cesta básica> de nenhum país pode ser inteiramente importada. No caso brasileiro, grande produtor e exportador de alimentos, o preço das importações afeta sobretudo os preços internos dos insu- mos, em particular os energéticos, que são um componente na produção e transporte dos alimentos. (FSP, 15.5.1994, p.2.9, c.4)

Definição

As definições dos termos do Glossário são intencionalmente curtas e pretendem ser compreendidas pelos leitores não-especializados aos quais se destina o trabalho.

Apresentam um termo genérico, seguido pelas características que particularizam o termo definido. Redigidas com base nos contextos coletados, foram algumas vezes completadas pelos professores de Economia que também as validaram do ponto de vista conceitual.

Em relação aos aspectos redacionais, procurou-se, sempre que possível, observar as mesmas estruturas lexicais e sintáticas nas definições dos termos relacionados, como nos exemplos:

curto prazo sm

Período de tempo considerado breve em relação ao vencimento de créditos ou débitos e ao retorno de investimentos.

Empresas ... já contam com atrasos e com a falta de pagamento dos tributos. Uma pequena diminuição da atividade econômica é esperada para o <curto prazo>. (FSP, 14.7.1991, p.3.1, c.1)

Cf. **médio prazo, longo prazo**

médio prazo sm

Período de tempo considerado intermediário, entre o curto e o longo prazo, em relação ao vencimento de créditos ou débitos e ao retorno de investimentos.

Os prazos na análise econômica variam com o momento histórico. Numa economia como a brasileira, um a dois trimestres já é <médio prazo>. (FSP, 12.8.1990, p.B.16, c.5)

Cf. **curto prazo, longo prazo**

longo prazo sm

Período de tempo considerado extenso em relação ao vencimento de créditos ou débitos e ao retorno de investimentos.

Quem se decidir pela aposta, após o vencimento de opções amanhã na Bovespa, deve pensar no médio e <longo prazo>. O curto prazo está com alto risco até para profissionais. (FSP, 16.10.1994, p.2.4, c.6)

Cf. **curto prazo, médio prazo**

Nas definições dos sintagmas expandidos, o termo genérico é, quando pertinente, o elemento inicial do sintagma. Desse modo, **aplicação de renda fixa** tem como termo genérico a unidade terminológica **aplicação**:

aplicação de renda fixa sf

Aplicação cujo valor do rendimento, geralmente expresso no corpo do título, é estabelecido previamente.

Para os que se espantam com as nossas taxas de juros internas, talvez sirva de consolo saber que os retornos em dólares dos fundos direcionados para as <aplicações de renda fixa> na Europa, no Japão e na Alemanha têm sido também extremamente elevados. (CE, v. 49, 7.1995, p.56, c.2)

Cf. **aplicação financeira, renda fixa**

Contexto

O campo Contexto é destinado ao registro de um contexto, preferentemente de caráter definitório, em que o termo sob análise é

observado em seu funcionamento morfossintático e conceitual. A inclusão de mais de um contexto, em um verbete, implica que um completa o outro e ambos contribuem para a compreensão do termo. É o que se observa em:

derivativo sm

Aplicação derivada de ativos, como ações, moedas e *commodities*, que objetiva proteger o investidor de problemas financeiros futuros.

Conectados a supercomputadores pilotados por especialistas fá-ticos pela análise quantitativa, os mercados mundiais ganham uma volatilidade imprevista na última década. Eles se sofisticaram em alto grau, criaram novas modalidades de aplicações – os famosos <“derivativos”>, assim chamados porque derivam de outros ativos, como ações, moedas ou commodities – e tornaram real a chance de que catástrofes financeiras localizadas possam se espalhar por várias regiões do globo. (FSP, 17.4.1994, p.2.12, c.1)

Os professores norte-americanos Robert C. Merton, da Universidade de Harvard, e Myron S. Scholes, da Universidade de Stanford, receberam o Prêmio Nobel de Economia de 1997 pelo desenvolvimento de um novo método de avaliação das operações comerciais nos mercados futuros, os chamados <“derivativos”> ...

Segundo o informe divulgado ontem pela Academia Sueca, a nova metodologia abriu caminho para “avaliações econômicas em muitas áreas, propiciou novos tipos de instrumentos financeiros e uma administração mais eficaz dos riscos da sociedade”.

Os <“derivativos”> são instrumentos financeiros cujo valor é “derivado” do valor de um ativo, como ações ou taxa de câmbio. Usando <“derivativos”> é possível criar mecanismos de antecipação de pagamentos ou rendimentos futuros.

Pode-se também delimitar a extensão de riscos envolvidos na variação de preços de um ativo ou mesmo de uma moeda. Esses mecanismos estão associados a contratos de opções: o titular tem o direito de comprar ou vender um ativo de acordo com uma avaliação definida antecipadamente. (FSP, 15.10.1997, p.2.7, c.3)

Cf. **aplicação financeira, commodity**

Muitas vezes, a busca de contextos definitórios ou explicativos a respeito do termo levou-nos a optar pela introdução de contextos extraídos de veículos não-pertencentes ao *corpus* e encontrados nos jornais

O Estado de S. Paulo (ESP) e *O Globo* (G), na revista *Exame* (Ex) e em números não-dominicais da *Folha de S. Paulo*.

Um exemplo:

agente econômico sm

Indivíduo ou entidade que toma decisões relativas às transações econômicas.

A superioridade do imposto de renda sobre outros tributos resulta de uma observação simples, segundo a qual a renda de um <agente econômico> é uma medida objetiva de sua capacidade contributiva. (Ex, 26.6.1991, p.16, c.1)

Cf. **transação econômica**

Nota

Nesse campo, são registradas observações de cunho enciclopédico e/ou lingüístico sobre o termo.

As observações enciclopédicas, que se referem ao histórico ou à utilização da unidade terminológica, têm por base os contextos coletados ou acolhem sugestões apresentadas pelos pesquisadores da área econômica que atuaram como consultores. Refletem ainda, não raro, a consulta a obras de Economia em que também nos apoiamos.

Um exemplo de nota de caráter enciclopédico:

Plano Verão sm

Plano de estabilização, implantado em janeiro de 1989 pelo então ministro Maílson da Nóbrega, com base no congelamento de preços e na criação do cruzado novo.

As medidas anunciadas, algumas delas com grande impacto sobre a opinião pública, procuraram, em geral, estabilizar a economia por meio de choques (Plano Cruzado, 1986; Plano Bresser, 1987; <Plano Verão>, 1989; Plano Collor, 1990) que não surtiram os efeitos desejados. A sucessão de fracassos tornou a taxa de inflação mais elevada, abalando seriamente a credibilidade do Governo como agente capaz de honrar seus compromissos e criar condições propícias à retomada do crescimento econômico. (CE, v.48, 9.1994, p.31, c.1)

Nota Assim, no início de 1989, a administração Sarney tentou, novamente, lidar com a inflação através de um programa especial chamado <"Plano Verão">, cujas principais medidas consistiam

de: (1) um novo congelamento de preços e salários; (2) eliminação da indexação, exceto para depósitos de poupança; (3) introdução de uma nova moeda, o “Cruzado Novo”, equivalente a 1.000 cruzados; (4) uma tentativa de restringir a expansão monetária e de crédito (aumentando as exigências de reservas a 80%; redução do prazo de empréstimos ao consumidor de 36 para 12 meses); suspensão de operações de conversão da dívida em capital de giro); e (5) uma desvalorização cambial de 17,73%. (Baer, 1995, p.195-6)

Cf. **cruzado novo, plano de estabilização**

Notas de caráter lingüístico foram igualmente incluídas. Revelam aspectos referentes à origem do termo (neologismo semântico, empréstimo) e à sua formação – derivados prefixais, sufixais e sintagmas expandidos:

hedge s

Operação financeira, realizada com derivativos, que objetiva proteger o valor de ativos e passivos contra eventos econômicos inesperados.

Nem sequer é conhecido na praça como uma modalidade tradicional de seguro, embora ofereça proteção contra oscilações imprevistas no câmbio. É encontrado nos principais bancos e corretoras de commodities do país e tem atraído um número crescente de empresas, principalmente depois da impantação do real. Para contratá-lo basta pedir pelas operações conhecidas no mercado financeiro pelo nome de <hedge>. Ao pé da letra, <hedge> significa proteção, em inglês. São operações feitas com o uso do que se convencionou chamar de derivativos, a última moda no mercado financeiro mundial em termos de instrumentos de proteção de ativos e passivos contra imprevistos. (Ex, 21.12.1994, p.106, c.1)

Nota Sintagma expandido: **hedge cambial**

Empréstimo do inglês

Cf. **derivativo, operação financeira**

pico sm

Valor máximo atingido por um indicador econômico.

Restou, porém, uma grande insatisfação dos proprietários com as regras determinadas pelo Governo, pois os valores dos aluguéis convertidos pela média acarretam perdas em torno de 60% em relação ao valor no primeiro dia do último reajuste (valor do <pico>) e perdas muito maiores ainda em relação ao preço de mercado. (CE, v.48, 9.1994, p.5, c.2)

Sinônimo

No registro das relações sinonímicas observadas entre os termos, a definição somente é apresentada no verbete que contém o termo mais freqüente. O sinônimo menos empregado, de acordo com os dados do *corpus*, não é definido, porém, é explicitado por um contexto.

Assim, nos exemplos expostos a seguir, o termo **flexibilização**, mais freqüente do que **adaptabilidade**, é elucidado por um enunciado definitório:

flexibilização sf

Processo pelo qual normas, contratos, preços, entre outros elementos, podem ser negociados e modificados legalmente.

No segundo semestre enfrentaremos no Congresso Nacional o 2º ato de uma "tragédia-farsa" que se inaugurou no primeiro tempo com a <"flexibilização"> dos grandes monopólios estatais. O novo rolo compressor tratará das reformas fiscal, administrativa e da Previdência (o conceito de Seguridade Social impresso na Constituição parece definitivamente varrido). (FSP, 30.7.1995, p.2.4, c.5)

Nota Sintagmas expandidos: **flexibilização de preços, flexibilização do mercado de trabalho**

Sin. **adaptabilidade**

adaptabilidade sf

Ver **flexibilização**

3. <"Adaptabilidade"> – Antes era **flexibilização**, termo ainda empregado no Brasil. Significa negociar normas, contratos e organização do trabalho mais flexíveis, "incluindo, quando apropriado, reduções na jornada de trabalho". (FSP, 23.11.1997, p.1.23, c.2 e 3)

Nota Neologismo semântico

Algumas variações de caráter discursivo foram observadas no *corpus* coletado. Desse modo, termos característicos de discursos mais formais estabelecem uma relação sinonímica com unidades mais próprias de textos de divulgação (**rendimento nominal** e **ganho nominal**, respectivamente):

rendimento nominal sm

Ganho obtido sobre uma aplicação financeira, sem desconto de eventuais taxas de inflação.

Os depósitos feitos em caderneta de poupança na próxima quarta-feira, dia 1º, vão render mais até abril. O <rendimento nominal> passa do patamar de 2% para o de 2,6%. Isto vai acontecer porque os últimos "aniversários" vinham tendo 18 ou 19 dias úteis e agora vai passar para 23 dias úteis. A partir de 1º de março a TR também será calculada com redutor um pouco menor, o que deve melhorar a rentabilidade da poupança em comparação com a de outras aplicações, como os fundos de commodities. (FSP, 26.2.1995, p.2.5, c.1)

Sin. **ganho nominal**

Cf. **aplicação financeira, rendimento real, taxa de inflação**

ganho nominal sm

Ver **rendimento nominal**

O mercado de ações enfrentou um período de realização de lucros, o qual interrompeu a acentuada valorização registrada em dezembro e janeiro. Ainda assim, o Ibovespa acumulou, em fevereiro, um <ganho nominal> de 29,37%. (CE, v.31, 3.1992, p.5, c.1)

Cf. **ganho real**

Remissiva

As remissivas, simbolizadas por Cf., estabelecem relações entre termos que fazem parte da macroestrutura do Glossário. Implicam relações antónimas, complementares (**política cambial/regime cambial**), hiperónimas/hiponómicas (**liquidez/liquidez diária**). Indicam ainda que um termo está incluído na definição de outro termo (**política cambial/mercado de câmbio, liquidez diária/aplicação financeira**):

política cambial sf

Política econômica do governo que determina o valor da taxa cambial e o funcionamento do mercado de câmbio.

<Política cambial> – é a forma e o ritmo usados pelo Governo para promover a valorização ou desvalorização da moeda nacional frente às moedas estrangeiras. Uma <política cambial> agressiva significa em geral a promoção de desvalorização da moeda nacional em ritmo superior ao da inflação. Assim, pode-se conseguir tor-

nar os produtos nacionais mais baratos no mercado internacional, apesar da inflação doméstica. (FSP, 3.3.1991, p.3.10, c.6)

Cf. **mercado de câmbio, regime cambial**

liquidez diária sf

Possibilidade de retirada dos rendimentos de uma aplicação a qualquer momento.

Mas até lá haverá uma fase de transição, onde a dificuldade será conviver com duas moedas: o cruzeiro real e a URV. Neste período, Assis recomenda Bolsa de Valores para quem tem apetites por riscos e fundo de commodities para os que preferem <liquidez diária>. Os juros devem continuar altos mesmo após a criação do real. (FSP, 27.3.1994, p.2.1, c. 1)

Cf. **aplicação financeira, liquidez**

Considerações finais

A elaboração do *Glossário de Termos Neológicos da Economia* foi possível em função do apoio recebido das agências de fomento à pesquisa, que têm concedido bolsas de Iniciação Científica e de Aperfeiçoamento do Projeto "Observatório". Foi também possível graças à consultoria prestada pelos professores de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, que revisaram as definições e auxiliaram no estabelecimento das relações sinônimas.

Em complemento ao Glossário, um outro trabalho terminológico, o *Dicionário Terminológico da Economia*, está sendo preparado. Elaborado com base em um *corpus* especializado, visa tornar-se um instrumento didático complementar dirigido a estudantes de Economia e a outros estudiosos dessa área.

ALVES, I. M. ANJOS, E. D. A terminological experience: the elaboration of the *Glossário de Termos Neológicos da Economia*. [Glossary of Neologisms in Economy]. Alfa (São Paulo), v.42, n.esp., p.205-221, 1998.

- **ABSTRACT:** This paper presents the methodological basis that oriented the elaboration of the *Glossário de Termos Neológicos da Economia* developed in the scope of the Projeto Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo do Brasil. We expose, thus, the principles related to the target public, to the organization of the nomenclature and to the organization of the articles.
- **KEYWORDS:** Neology; neologism; language for special purposes; Economy.

Referências bibliográficas

- FERREIRA, A. B. de H.. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SANDRONI, P. *Novo dicionário de economia*. 8. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 1994.
- BAER, W. *A economia brasileira*. Trad. do inglês por Edite Sciulli. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

A PROBLEMÁTICA EPISTEMOLÓGICA EM TERMINOLOGIA: RELAÇÃO ENTRE CONCEITOS¹

Gladis Maria de Barcellos ALMEIDA²

- RESUMO: Os conceitos de um determinado domínio técnico-científico não estão isolados. Eles fazem parte de uma rede conceptual em que todos estão interligados de alguma forma. Esta rede, a que chamamos estrutura conceptual, representa o conjunto sistematizado dos conceitos de qualquer campo especializado. Assim, é possível, através dela, estabelecer e controlar as relações conceptuais e criar paradigmas definicionais, desenvolvendo, desta forma, definições de forma sistemática.
- PALAVRAS-CHAVE: Termo; conceito; estruturas conceptuais; relações conceptuais; relações hierárquicas; relações não-hierárquicas.

1 Os conceitos e as estruturas conceptuais

Os estudos em Terminologia sempre deram atenção especial aos conceitos e às relações que se estabelecem entre eles dentro de um campo especializado. Esta preocupação é compreensível, já que a Ter-

1 Este artigo é parte integrante do projeto de tese intitulado *Terminologia Comunicativa: uma aplicação com vistas à elaboração de um glossário de Materiais Cerâmicos*, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Tereza Camargo Biderman, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara – SP.

2 Departamento de Letras, Centro de Educação e Ciências Humanas – UFSCAr – 13565-905 – São Carlos – SP – Brasil, gladis@nit.ufscar.br.

minologia “usualmente parte de conceitos e tenta encontrar os termos que lhes possam ser correspondidos (abordagem onomasiológica)” (Finatto, 1998, p.212). Ora, os conceitos não estão isolados, fazem parte de um campo especializado e relacionam-se com outros conceitos, formando uma rede ou estrutura conceptual. São estas estruturas conceituais – representando um conjunto sistematizado dos conceitos – que descrevem um âmbito especializado.

Partiremos, pois, do pressuposto de que o conceito e as relações conceptuais – ou seja, as estruturas conceptuais – são objeto de análise da teoria terminológica (Cabré et. al., 1996).

Para a elaboração da estrutura conceptual, há que se conhecer o campo especializado com o qual se está trabalhando, ou então, ter assessoria permanente dos especialistas da área, pois é necessário reconhecer os conceitos em textos, agrupá-los em distintos campos nacionais e estabelecer as relações entre eles.

Uma estruturação conceptual começa a se configurar com a delimitação do campo especializado. Em nossa pesquisa, por exemplo, partimos do âmbito mais amplo: a Engenharia de Materiais (^{1º NÍVEL}) para chegar às suas áreas correspondentes: Materiais Cerâmicos, Materiais Metálicos e Materiais Poliméricos (^{2º NÍVEL}). A partir daí, estabelecemos as subáreas pertencentes a cada área (^{3º NÍVEL}). Observe-se o esquema a seguir:



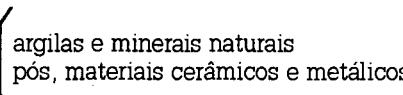
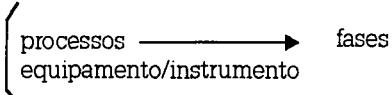
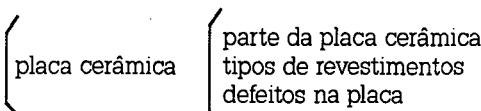
Dessas três áreas da Engenharia de Materiais, selecionamos como objeto de análise para a nossa tese os Materiais Cerâmicos. Cada subárea dos Materiais Cerâmicos tem suas próprias características no que concerne à matéria-prima, equipamento, procedimento, produto etc.; transformando-se em várias estruturas conceptuais, com um grande número de termos. Assim, com cada subárea dos Materiais Cerâmicos, estamos elaborando uma estrutura conceptual. Para esta ocasião, elegemos a subárea Pavimentos e Revestimentos Cerâmicos.

Há que se enfatizar que essa delimitação do campo é necessária porque à medida que se vai classificando o conhecimento especializado, vai-se explicitando uma determinada visão cultural e científica da realidade (Cabré, 1993, p.208). Isto porque a delimitação de um campo especializado é feita segundo i) os objetivos do trabalho terminológico; ii) o público alvo que se quer atingir e, sobretudo, iii) os critérios utilizados para “recortar” o conhecimento de determinada maneira. No nosso caso, o que motivou a divisão dos Materiais Cerâmicos naquelas subáreas acima descritas foi o critério *tipo de produto gerado*, critério, aliás, utilizado na indústria e comercialização dos materiais cerâmicos, já que cada produto gerado, ainda que partilhe basicamente de processos semelhantes de fabricação, tem tecnologias e um mercado consumidor distintos. Se utilizássemos o critério *processo de produção*, teríamos outra divisão: **Cerâmica Tradicional**, envolvendo cerâmicas vermelhas (tijolos, telhas e manilhas), pavimentos e revestimentos cerâmicos, louças sanitárias, cerâmica de mesa (faiança) e cerâmica artesanal; **Cerâmica Técnica**, que inclui vidro e vitro-cerâmicas, refratários, abrasivos e **Cerâmica Avançada**, agrupando cerâmicas eletro-eletrônicas e biocerâmicas. Portanto, a partir do “recorte”, teremos uma estrutura conceptual específica. Evidente que haverá uma convergência de conceitos, entretanto, a configuração que terá a estrutura conceptual bem como as relações estabelecidas entre os conceitos dispostos de uma determinada forma serão específicas.

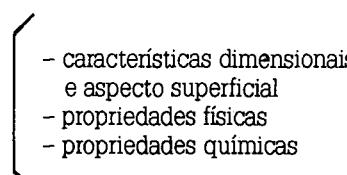
Assim, para elaborar a estrutura conceptual da subárea Pavimentos e Revestimentos Cerâmicos, partimos de entrevistas com especialistas, de leituras de textos especializados e de visitas a indústrias, de forma a conhecer mais detalhadamente a área com a qual estamos trabalhando. Vale ressaltar que organizar uma estrutura conceptual é semelhante a constituir, em determinado domínio do conhecimento, campos nacionais.

Como o nosso trabalho contempla os termos técnico-científicos empregados nos meios acadêmicos por docentes e/ou pesquisadores e a terminologia corrente utilizada no meio industrial, resolvemos considerar dois universos distintos para desenvolver a estrutura conceptual de Pavimentos e Revestimentos Cerâmicos: o da pesquisa e o da fabricação. Cada universo contendo os seguintes itens:

Fabricação:

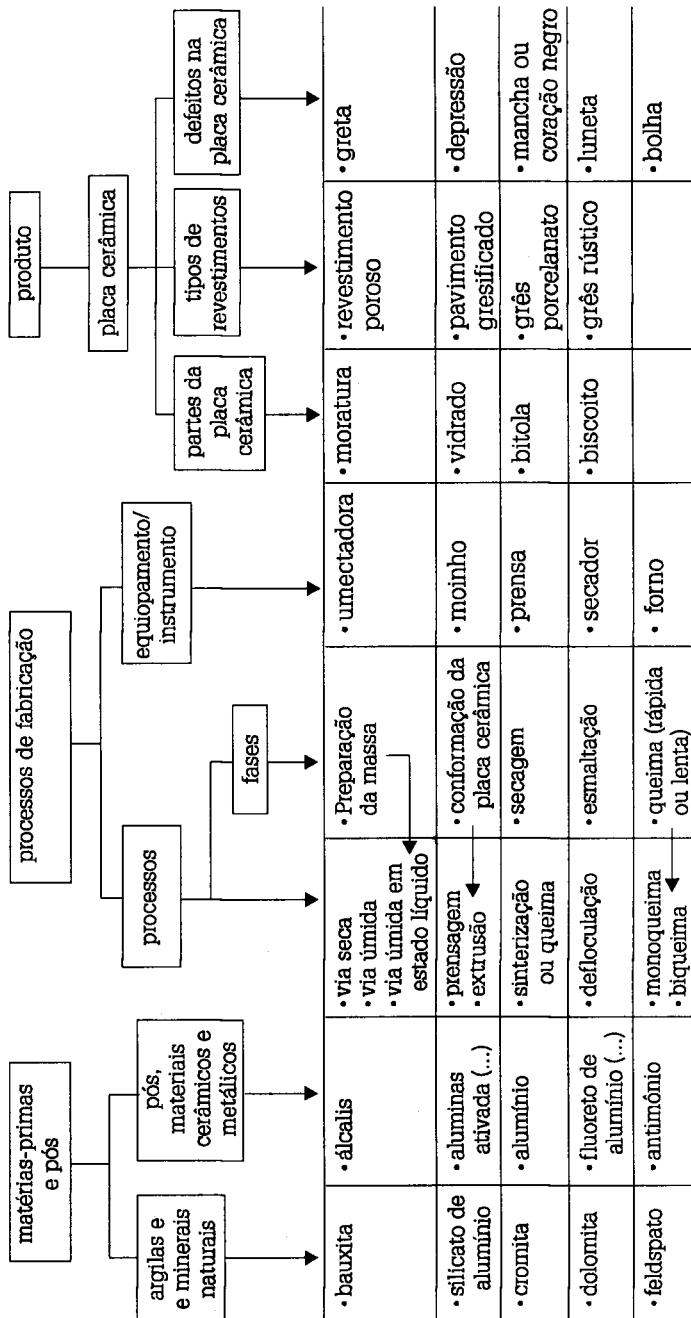
- matérias-primas e pós 
- Processos de fabricação 
- produtos 
 - placa cerâmica
 - parte da placa cerâmica
 - tipos de revestimentos
 - defeitos na placa

Pesquisa:

- métodos de prova/ensaio
- Procedimentos de análise
- a placa cerâmica 
 - características dimensionais e aspecto superficial
 - propriedades físicas
 - propriedades químicas
- medidas
- equipamentos/instrumentos

Observem-se as estruturas conceptuais a seguir:

Estrutura conceptual de Pavimentos e Revestimentos Cerâmicos
FABRICACÃO (1)



PESQUISA (2)

método de prov/ ensaio	procedimentos de análise	• absorção de água • análise química	• comprimento e largura	• absorção de água	• resistência a manchas	• classe de abrasão superficial PEI	• tela-suporte (usuais para a MET)	• nominal	• sedigráfico
• imageamento químico de superfícies via fotoelétrons excitados por raios X (XPI)		• microscopia eletrônica de varredura (MEV)		• resistência à flexão					
• absorção de óleo		• fotometria de chama	• alinhamento dos lados	• dureza superficial	• resistência aos ácidos	• de fabricação	• cone Orton		
• caracterização microestrutural via MEV		• difração de raios X (DRX)	• alinhamento da superfície	• resistência à abrasão	• resistência aos álcalis	• real	• viscosímetro		
• determinação da morfologia interna de transmissão (MET) via MET		• microscopia eletrônica ortogonalidade	• resistência ao choque térmico			• modular	• Lupa estereoscópica		

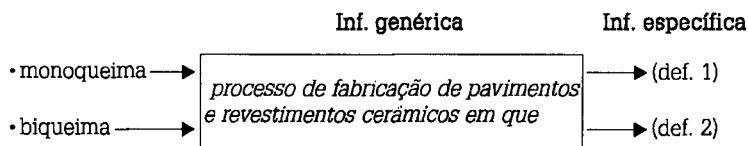
Observação: cada coluna desses quadros expostos acima corresponde a uma infinidade de termos; selecionamos aqui apenas alguns a título de exemplo.

Além de a própria teoria terminológica requerer uma estruturação conceptual, como dissemos no início deste artigo, há ainda outras razões que dizem respeito às estratégias metodológicas que vão garantir um trabalho mais científico e um produto terminológico mais eficaz. Segundo Cabré (1993, p.208), a estruturação conceptual permite:

- 1 estabelecer previamente os conceitos que serão denominados;
- 2 classificar e selecionar os termos que funcionarão como entradas para o dicionário;³
- 3 elaborar uma terminologia mais controlada e coerente, já que possibilita uma abordagem mais sistemática de um campo de especialidade;
- 4 recuperar a informação de forma mais ágil;
- 5 verificar as equivalências entre termos de línguas diferentes;
- 6 criar termos novos que estejam lingüisticamente mais adequados com as demais designações do mesmo campo;
- 7 controlar as relações entre conceitos;
- 8 criar paradigmas definicionais;
- 9 elaborar as definições de forma sistemática.

Assim, se selecionarmos verticalmente os termos de cada item da estrutura conceptual de Pavimentos e Revestimentos Cerâmicos, criaremos paradigmas definicionais, em que se repete a informação genérica, alterando-se somente a informação específica. Por exemplo:

Campo nocional **Processos de fabricação:**



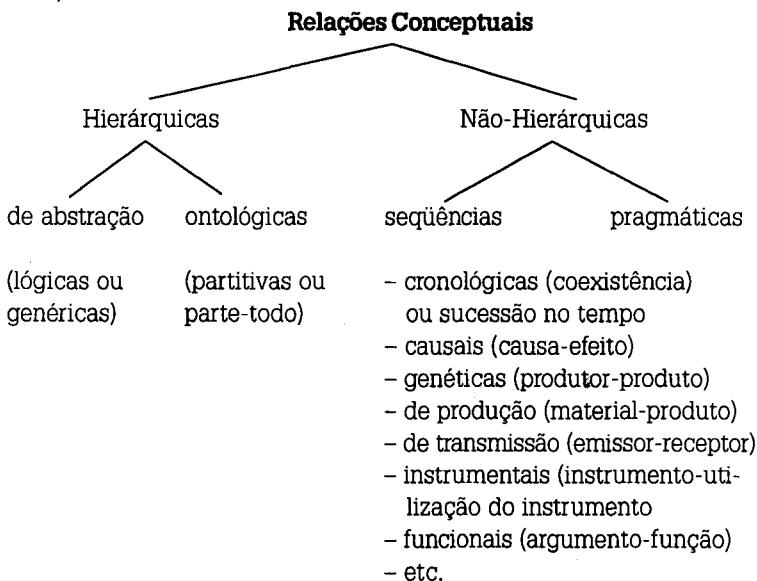
Selecionando horizontalmente determinados termos da estrutura conceptual, poderemos ver mais claramente as relações entre eles e, consequentemente, as relações entre os conceitos.

3 Torna-se mais fácil para os especialistas julgarem a relevância de um termo se este estiver sob o rótulo de determinado campo ou subcampo nocional.

2 Relações entre conceitos

Ao organizar esses sistemas conceptuais, vamos considerando basicamente dois tipos de relações paradigmáticas nos âmbitos de especialidade: as relações de abstração (gênero-espécie) e as relações ontológicas ou partitivas (parte-todo), ambas baseadas num modo de organização hierárquica dos conceitos.

Todavia, na grande maioria dos campos especializados, há que se considerar também outros tipos de relações, como as relações causais (causa-efeito), as relações genéticas (produtor-produto), entre outras, que não estão baseadas nos princípios de dependência hierárquica. Observe-se o esquema de Arnzt & Picht (1989) (*apud* Cabré et al., 1996):



O esquema de Arnzt & Picht sugere uma lista aberta para as relações não-hierárquicas. Segundo Sager (1993, p.55), atualmente se admite que para aplicações práticas pode-se estabelecer qualquer tipo de relação conceptual e transformá-la, inclusive, num requisito para uma necessidade concreta. Por exemplo, um objeto pode relacionar-se com sua origem geográfica, sua substância material, seu método de produção, seu uso e função etc. A configuração dos sistemas conceptuais com suas complexas relações está em função do objetivo a que se

propõe a análise conceptual, ou seja, a Terminologia não trata os sistemas conceptuais como esquemas fechados e absolutos, mas como sistemas criados para o fim específico de facilitar a comunicação.

Sager (1993, p.62) propõe, então, um quadro baseado nas relações não-hierárquicas. Adaptamos este quadro, segundo o sistema conceptual dos Pavimentos e Revestimentos Cerâmicos, e incluímos as relações hierárquicas. Observe-se:

Tipos de relações: hierárquicas e não-hierárquicas

tela-suporte	PARTE	do microscópio eletrônico de transmissão (MET)	hierárquicas
pavimento gresificado	ESPÉCIE	de placa cerâmica	
greta	EFEITO	de: 1. compactação insuficiente durante a prensagem 2. elevada velocidade durante a secagem 3. massa excessivamente plástica	
placa cerâmica	PRODUTO	da massa cerâmica sinterizada	
resistência à flexão (entre outras)	PROPRIEDADE	da placa cerâmica	
classe de abrasão superficial (PEI)	MEDIDA	do grau de absorção superficial dos revestimentos esmaltados	
umectadora	EQUIPAMENTO	para regular a aspersão de água no pó de argila	
extrusão ou prensagem	MÉTODO	para conformação da placa cerâmica	
microscopia eletrônica de transmissão (MRT)	PROCESSO DE ANÁLISE	para determinar a morfologia interna da placa cerâmica	
feldspato (entre outras)	MATÉRIA-PRIMA	utilizada na massa para a fabricação da placa cerâmica	não-hierárquicas (sequênciais)

Existe ainda a possibilidade de mesclar os tipos de relações hierárquicas e não-hierárquicas. Por exemplo, *prensa de fricção* e *prensa hidráulica* são espécies da classe genérica *prensas* (relação hierárquica). Entretanto, a distinção entre elas é feita com base no tipo de **processo** mecânico utilizado (relação não-hierárquica). Ou ainda os diversos tipos de alumina: *alumina ativada*, *alumina refratária*, *alumina calcinada*, *alumina hidratada* etc. Todas fazem parte da classe genérica *aluminas*, todavia, a diferença entre elas é marcada pelo tipo de **função** que o elemento exercerá na composição da matéria-prima.

3 Considerações finais

Conforme falamos inicialmente, a Terminologia lida com os conceitos/termos de um domínio especializado, e os conceitos não estão isolados, eles formam redes de relações.

Assim, para a elaboração de trabalhos em Terminologia é necessário que se faça uma estruturação conceptual do campo especializado com o qual se está trabalhando. A organização da(s) estrutura(s) conceptual(is) é capaz de fornecer, a partir do “recorte” que se faz do domínio em questão, um perfil exato dos conceitos com os quais o pesquisador terá de trabalhar e dos tipos de relações que irá encontrar.

Agradecimento

Ao Prof. Dr. Anselmo Ortega Boschi, do Departamento de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de São Carlos, pela colaboração na organização das estruturas conceptuais de Pisos e Revestimentos Cerâmicos.

ALMEIDA, G. M. de B. The epistemological issue in terminology: the conceptual relation. *Alfa (São Paulo)*, v.42, n.esp., p.223-233, 1998.

- *ABSTRACT: The concepts of a given technical-scientific domain are not isolated. They are somehow connected to a conceptual “web”. This “web”, that we name conceptual framework, represents a systematized set of concepts of any specialized field. Therefore we are able to establish and control the conceptual relations and to create definitional paradigms, thus developping definitions in a systematic way.*
- *KEYWORDS: Term; concept; conceptual frameworks; conceptual relations; hierarquic relations; non-hierarchic relations.*

Referências bibliográficas

CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida, Empúries, 1993.

- CABRÉ, M. T., MOREL, J., TEBÉ, C. Las relaciones conceptuales de tipo causal: un caso práctico. *Comunicação* apresentada no RIITerm, México, 1996.
- FINATTO, M. J. B. A definição terminológica do dicionário Termisul: expressão lingüística de relações conceptuais complexas. In: PIRES DE OLIVEIRA, A. M., ISQUERDO, A. N. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998. p.209-22.
- SAGER, J. C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

OS TERMOS DA CULTURA E DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAJU

Antônio Luciano PONTES¹

- **RESUMO:** Este artigo apresenta aspectos relativos à metodologia do glossário sobre os termos da Cultura e da Industrialização do Caju, o qual tomou por base os fundamentos teórico-metodológicos da Terminologia. O *corpus* que se utilizou para a constituição da nomenclatura do glossário foram os termos extraídos de textos técnico-científicos sobre a área em questão, abrangendo os campos a partir dos termos centrais – caju, cajueiro e castanha. O Glossário é constituído de 2 mil entradas, que incluem informações gramaticais, definição, notas explicativas, remissivas. Destina-se o produto a profissionais da área, pesquisadores, docentes e alunos dos cursos ligados às Ciências Agrárias.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Glossário; termo; área; definição.

Introdução

Nosso trabalho sobre os termos da cultura e da industrialização do caju tem o objetivo fundamental de desenvolver um glossário sobre a cultura e a industrialização do caju, seguindo a metodologia terminográfica e os fundamentos teóricos da Terminologia, ciência interdisciplinar, relacionada com a Lógica, Ontologia, Lingüística, Lexicologia e, atualmente, em estreita conexão com a Informática.

¹ Departamento de Língua Portuguesa – Centro de Humanidades – UECE – 60823-000 – Fortaleza – CE – Brasil.

Ainda temos o seguinte objetivo, paralelo e secundário, qual seja o de apresentar observações de caráter lexicográfico do material em questão, a fim de se melhor compreender o fenômeno da linguagem técnico-científica.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de se produzir um glossário terminográfico da cultura e industrialização do caju, uma vez que tal domínio vem incorporando novas técnicas, novos produtos, enfim, novos conceitos, especialmente a partir da década de 1960, em que se iniciaram as grandes plantações de cajueiros com o intuito de exportar os produtos do caju para o resto do mundo.

Há uma literatura já bastante vasta sobre o caju, a castanha e o cajueiro, na qual cada autor expõe conceitos numa linguagem livre, criando expressões, contribuindo involuntariamente para a inesgotável proliferação de termos; deixando, por vezes, os leitores, principalmente os iniciantes na área, confusos e inseguros.

A pesquisa ainda se justifica pela contribuição para a fixação de uma terminologia na área e pelos estudos lexicológicos do vocabulário das culturas agrícolas brasileiras, contribuindo, desse modo, para a efetivação das práticas terminográficas no Brasil.

O trabalho foi apresentado como tese de doutoramento em Linguística, defendida no programa de Pós-Graduação da UNESP-Assis, sob a orientação da Professora Dra. Ieda Maria Alves (USP).

Metodologia

Para a constituição do *corpus*, consultamos 35 anos de literatura sobre a cultura e a industrialização do caju no Brasil, com o objetivo de levantar seus termos específicos. Consideramos a literatura a partir de 1960, uma vez que foi nessa data que se iniciou o plantio sistematizado do cajueiro e as grandes fábricas foram instaladas. O comércio externo passou, então, a despertar para os produtos do caju e da castanha.

A literatura produzida em língua portuguesa – variante brasileira – inclui teses, dissertações, boletins técnicos, livros e artigos de periódicos, cujos textos selecionados para o tratamento terminológico abrangem temas como: botânica do cajueiro, tratos culturais do cajueiro, pragas, doenças, operações e tratamento da planta, melhoramento do cajueiro, produção, comercialização e mercado da castanha e do caju.

Do material lido, levantamos os contextos que constituem o *corpus* do trabalho em questão, donde relacionamos 1.500 termos específicos, entre simples e complexos.

Para completar informações sobre os termos, procuramos especialistas nas áreas das ciências agrárias para consultas não-sistêmáticas sobre conceitos não bem explícitos na literatura.

Para a elaboração do glossário, foi necessário desenvolver as seguintes ações: 1. formular a ficha terminológica e 2. organizar o glossário.

A ficha terminológica pode ser descrita como um conjunto estruturado de informações sobre um termo ou ainda como um meio de delimitar, explicitar e classificar um conceito. Ela consta de: a) informações de natureza documental, como domínio(s), fonte(s), data(s), nome do autor da ficha etc.; b) informações de natureza terminológica, como termo-entrada, nome científico, definição, contexto(s) etc.; c) informações de natureza lingüística, como categoria gramatical, termos remissivos, equivalentes etc.

Assim, na formação da ficha terminológica para o glossário em questão foram considerados os campos que abaixo relacionamos:

- Termo;
- Sigla ou forma abreviada;
- Variantes ortográficas;
- Variantes morfológicas/morfossintáticas;
- Referências gramaticais;
- Contexto;
- Referências do contexto
- Definição;
- Domínio;
- Observações lingüísticas;
- Sinônimos.

Concluídas as fichas, tivemos elementos para organizar o glossário, tanto do ponto de vista da macroestrutura quanto do ponto de vista da microestrutura.

O glossário: sua organização

Da macroestrutura

Do ponto de vista da macroestrutura, os verbetes distribuem-se em campos conceituais cuja organização apresenta relações de caráter temporal e causal, considerando-se as proximidades conceituais entre eles. Assim, o glossário foi organizado seguindo a orientação: preparo

do solo, plantio, desenvolvimento, componentes, variedades, doenças, pragas, tratos culturais, industrialização, cuidados para a comercialização.

Optou-se por tal modalidade, isto é, pela distribuição dos verbetes em campos, por ser o glossário em questão organizado a partir da perspectiva onomasiológica, que orienta os estudos de natureza terminológica. Internamente aos campos, ou seja, dentro de cada campo conceitual, os termos apresentam-se em ordem alfabética.

A fim de facilitar a consulta, organizamos, após o glossário, um índice alfabético remissivo em que todas as entradas estão em ordem alfabética, indicando-se sempre os campos conceituais a que o termo pertence.

Quanto à organização das entradas no glossário, observamos os seguintes aspectos:

- os termos classificados como monossêmicos têm uma só entrada, seguidos de sua definição;
- os termos classificados como sinônimos têm o seguinte tratamento: apenas um desses termos, aquele que aparece primeiramente de acordo com a ordem alfabética, foi registrado com o seu respectivo conteúdo; nos demais verbetes ocorre a remissiva ver;
- as variantes morfológicas ou morfossintáticas têm entradas independentes, assim como os parassinônimos ou quase sinônimos;
- as formas que divergem apenas ortograficamente estão reunidas em um mesmo verbete;
- as siglas integram o verbete como sinônimo de forma desenvolvida, tendo, por isso, uma entrada independente;
- os termos estrangeiros também aparecem como sinônimos do equivalente em português e, por isso, constituem verbetes;
- os termos homônimos têm tantas entradas quantos forem os respectivos conceitos;
- as formações sintagmáticas constituem uma só entrada, sem permitir a segmentação em elementos menores;
- o paradigma de entrada para os nomes é listado sempre no masculino singular e, para os verbos, no infinitivo.

Da microestrutura

Para a apresentação da microestrutura do glossário, consideraremos os seguintes campos em seus verbetes: termo-entrada, informações gramaticais, definição, notas, sinônimos.

Assim, apresentamos um verbete extraído do glossário em análise:

CAJUÍNA

s. f.

Produto obtido do suco clarificado e esterilizado do caju, de cor amarela, resultante da caramelização dos açúcares do próprio suco. Nota: É uma bebida sem adstringência, característica do tanino.

Em que todos os campos propostos aparecem constituindo paradigmas cujo comportamento descritivo é uniforme na estrutura do conjunto de verbetes que constituem o glossário, orientando-se pela seguinte fórmula:

Entrada = categoria grammatical + gênero + definição ± nota ± remissiva

Dos paradigmas

Para os paradigmas *categoria grammatical* e *gênero*, consideramos:

- s. f. – para os termos substantivos femininos;
- s. m. – para os termos substantivos masculinos;
- v. – para os verbos;
- adj. – para os adjetivos.

Para o paradigma *definição*, levamos em conta dois tipos de definição:

1 *Definição terminológica*, que objetiva delimitar com precisão um conceito pertinente a uma área ou subárea de especialidade com base em traços conceituais distintivos. Para Termcat (1990, p.45), pertinente é "a informação que serve para diferenciar conceptualmente os termos de uma mesma área ou subárea de especialidade".

2 *Definição enciclopédica*, que se acrescenta à definição terminológica, como nota explicativa. Ela não é propriamente uma definição, mas uma informação não-pertinente ao conceito. Para o citado organismo (Termcat, 1990, p.45), informação não-pertinente em um trabalho terminológico é a informação meramente explicativa ou descriptiva da realidade designada pelo termo.

Em nosso trabalho, a definição enciclopédica aparece como nota explicativa, não fazendo parte da definição. Essa definição é colhida na literatura especializada.

A definição de um termo exige a presença de dois elementos definicionais: um elemento conceitualmente mais genérico que o ter-

mo, o arquilexema, é um elemento especificador composto de características ou traços distintivos que delimitam o conceito a ser definido. A Norma ISO (1987) a denomina *definição por compreensão*, a ideal para os trabalhos terminológicos.

O verbete, já citado como exemplo, ilustra o que foi explicitado:

1 *Definição terminológica* – produto obtido do suco clarificado e esterilizado do caju, de cor amarela, resultante da caramelização dos açúcares do próprio suco.

2 *Nota* – é uma bebida sem adstringência, característica do tanino.

Nesse exemplo, a definição fundamenta-se nos traços conceituais que servem para delimitar o conceito com relação a outros produtos. A nota que aparece no verbete é uma observação enciclopédica, apenas descriptiva.

Dentro da definição terminológica, por sua vez, podemos observar ainda:

1 elemento genérico (arquilexema): produto

2 elemento especificador (traços): obtido do suco clarificado e esterilizado do caju, de cor amarela, resultante da caramelização dos açúcares do próprio suco.

Ainda no mesmo exemplo, a palavra *produto* aparece como um elemento genérico, responsável pela inclusão do termo definido em uma classe conceptual mais ampla. O que se diz do *produto* são caracterizações delimitadoras do conceito a ser definido, resultando em diferenças específicas, relativas ao conceito de *cajuína*.

Da categoria gramatical do arquilexema

Em relação à natureza gramatical dos elementos genéricos presentes nas definições, temos que observar o seguinte:

1 Nas definições formuladas para os termos substantivos simples, o arquilexema, como já observara Alves (1996) em suas pesquisas sobre Inteligência Artificial, não pertence a nenhum domínio particular e seu conceito aproxima-se do significado que essa mesma forma apresenta na língua comum. Rondeau (1984), tratando desses termos, afirma que eles se situam numa zona intermediária, entre a língua comum e as línguas de especialidade. São termos substantivos do tipo: *doença, fase, máquina, operação, operário, praga, processo, produto, técnica* etc.

2 Nas definições representadas por sintagma nominal, o elemento determinado do sintagma constitui o termo genérico. Assim, temos o exemplo:

ÁCARO AMARELO

s. m.

Ácaro que ataca as folhas inferiores do cajueiro, destruindo as células e provocando ressecamento no local afetado.

Em que ácaro amarelo tem como base determinada ácaro, que introduzirá a definição como termo genérico ou arquilexema.

Da sistematização dos traços conceituais distintivos

Em relação aos traços distintivos é difícil sistematizá-los, uma vez que expressam conceitos os mais diversos. Alguns indicam funcionalidade, outros descrição, etapas de um processo, finalidade etc. dependendo da natureza conceitual do termo a ser definido.

Exemplos:

- a) PELIQUEIRO s. m. Operário que trabalha retirando a pele da castanha através de faca ou de estilete,
em que a característica expressa a função do operário (o peliqueiro);
- b) CUTÍCULA s. f. Parte muito fina em forma de pele que recobre a amêndoia, separando a amêndoia do LCC, representando cerca de 3% do peso da castanha, sendo rica em tanino,
em que a característica é uma descrição da película;
- c) ÁGUA DO CAJU s. f. Líquido localizado no pedúnculo que serve para o fabrico de produtos derivados do caju e para beber,
em que a característica indica a finalidade da água do caju.

3 Nos termos adjetivos, as definições são introduzidas pela locução relativa a. Vejamos o exemplo retirado do glossário:

CLORADO adj. Relativo aos hidrocarbonatos de baixa reatividade persistente, hipossolúveis de toxicidade crônica,

em que o adjetivo é aplicado apenas com determinados nomes.

4 Nos verbos, as definições são introduzidas por outro verbo parassintonímico. Assim, temos:

TUTORAR /A MUDA DO CAJUEIRO/

v. t.

Apoiar a muda do cajueiro através de estacas contra a ação do vento.

Em que o verbo (*apoiar*), introdutor da definição, pertence também à língua geral.

Da redação das definições: princípios gerais

Para que as definições se tornem coesas e coerentes, observamos os seguintes princípios:

- 1 As definições são expressas, em geral, em um só período, para que se possa visualizar globalmente os traços fundamentais de um único conceito;
- 2 Os círculos viciosos nas definições são evitados. Por isso, não definimos um termo por outro, quando de base lexemática igual;
- 3 A definição dos termos não contém palavras cujos conceitos levem a mais de uma interpretação;
- 4 A definição é adaptada aos objetivos do vocabulário e aos usuários para os quais se dirige;
- 5 As remissivas e as notas vêm após o texto da definição;
- 6 A estrutura morfossintática está unificada porque se respeitou a natureza sistemática da terminologia. Assim, características análogas dos conceitos são expressas na definição com os mesmos meios lexicais e construções sintáticas do mesmo tipo.

Da uniformidade sintático-semântica: matrizes definicionais

No glossário em questão, a uniformidade do enunciado das definições não se limita às palavras introdutórias, mas também às características distintivas dos termos, resultando desse modo numa definição, do ponto de vista morfo-sintático e conceitual, regular e coerente. A partir daí, tentamos sistematizar as estruturas em matrizes na construção das definições, considerando os campos conceituais e a natureza do gênero próximo e as características distintivas, tomando por ponto de partida a classe gramatical dos termos:

- Para os substantivos:
- Para os processos: processo + descrição
- Para as variedades do cajueiro: tipo + descrição + finalidade
- Para os métodos de plantio: método + descrição
- Para os produtos do caju: produto + descrição

- Para os instrumentos: instrumento + descrição + função
- Para as partes do cajueiro: parte + descrição
- Para as máquinas: máquina + descrição + função
- Para as doenças: doença + causa + descrição
- Para as pragas: praga + causa + descrição
- Para as operações: operação + descrição
- Para os operários: operário + descrição

Das relações conceituais

As relações conceituais entre os termos podem ocorrer por meio de

- Sinonímia
- Antonímia
- Hipónímia
- Hiperónímia
- Parassinonímia

Como remissivas, estas relações serão indicadas no corpo do verbete, obedecendo às seguintes abreviaturas:

- Ver: aponta para o sinônimo que já foi definido anteriormente;
- Sín.: sinônimo.

Análise lexicológica do *corpus*

Em síntese, podemos caracterizar lexicologicamente o material em análise da seguinte forma:

1 Em geral, os processos de formação dos termos no vocabulário em análise baseiam-se na estrutura da língua corrente. Por isso, tais formações supõem a combinatória do elemento já existente no sistema lingüístico português. Só raramente ocorrem empréstimos externos;

2 Dos processos de formação dos termos, o mais comum é o da formação sintagmática e o menos comum é o de siglação;

3 São comuns no *corpus* os movimentos de unidades léxicas da língua comum para a língua de especialidade que veicula os conceitos da cultura do caju;

4 Os termos atualizam-se no discurso assumindo as mais variadas formas, por meio de variantes morfológicas, morfossintáticas e lexicais;

5 Os termos organizam-se em campos conceituais mais ou menos definidos;

6 A sinonímia é muito freqüente no *corpus*, motivada por vários fatores;

7 A homonímia existe, embora não seja muito comum;

8 Quanto à metáfora, vale salientar que é constante a tendência à animização do cajueiro, utilizando-se preferencialmente metáforas relativas ao ser humano, uma vez que tal cultura está inserida no contexto do homem, convivendo com ele, fazendo parte dele.

Conclusões

O trabalho estruturou-se a partir de duas proposições: 1. apresentação de um glossário que contemplasse os termos específicos da cultura e da industrialização do caju; e 2. caracterização morfossintática e semântica da linguagem da área em questão.

Com relação à primeira proposição, organizamos, por campos conceituais, um glossário formado de 1.500 termos que caracterizam a área em foco. Baseou-se em fundamentos teóricos da Terminologia e nas orientações metodológicas da Terminografia. O glossário é destinado a terminógrafos, tradutores, agrônomos, estudantes da área das ciências agrárias.

Com relação à segunda proposição, chegamos às seguintes conclusões:

1 As metáforas são freqüentes e baseiam-se no ser humano: partes do corpo, vestuário, comportamento etc.;

2 As formações sintagmáticas constituem o processo de formação de termos mais comum, mais produtivo;

3 A siglação e os empréstimos externos são raros no *corpus*;

4 A sinonímia é freqüente e resulta de fatores diversos;

5 As variantes morfossintáticas e lexicais também caracterizam a linguagem em questão.

Esperamos que o trabalho possa levar a uma melhor compreensão da linguagem técnico-científica, e que o glossário possa servir de base para a produção de outros na mesma área.

PONTES, A. L. The terms of cashew culture and industrialization. *Alfa* (São Paulo), v.42, n.esp., p.235-245, 1998.

■ **ABSTRACT:** This article presents aspects related to the methodology of a glossary of cashew culture and industrialization. It is based on the theoretical and methodological contribution of Terminology. The corpus for the glossary production was collected from texts on the study area, including semantic fields related to the central terms – cashew, cashew-tree and cashew nut. The glossary has 2,000 entries, including grammatical information, definition, notes and synonyms. This terminological study is addressed to professionals, researchers, teachers and students.

■ **KEYWORDS:** Glossary; term; area; definition.

Referências bibliográficas

- ALVES, I. M. Definição terminológica: da teoria à prática. *TradTerm*, n.3, p.125-36, 1996.
- INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. *Norme Internationale ISO 1087*. 1990.
- RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. Québec: Gaëtan Morin, 1984.
- TERMCAT. *Metodologia del treball terminològic*. Barcelona: Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya, 1990.

Bibliografia consultada

- FERREIRA, R. R. *Para um vocabulário semi-sistemático da cultura e da indústria da rede de dormir e um estudo dos movimentos signicos constitutivos de sua linguagem*. Fortaleza, 1997. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Ensino da Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará.
- PONTES, A. L. *Os termos da cultura e da industrialização do caju*. Assis, 1996. Tese (Dourado em Lingüística e Filologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

PLANIFICAÇÃO LINGÜÍSTICA E PROBLEMAS DE NORMALIZAÇÃO

Enilde FAULSTICH¹

- RESUMO: A diversidade de documentos constitucionais, que funcionaram como instrumentos de política planificadora do idioma no Brasil, demonstra a instabilidade com que os legisladores trataram a língua portuguesa na América. A flutuação de atitudes tem reflexo direto na denominação da língua. Quase 500 anos depois da descoberta do país, duas normas federais regularizam esse processo e regulamentam a língua do Brasil. A Carta Constitucional de 1988 é a primeira a legislar a língua portuguesa como idioma oficial do Brasil e, em decorrência da Constituição, a nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996 — Lei Darcy Ribeiro — assegura o ensino da língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício de cidadania. Ao lado das abordagens legais, interpreta-se a força política de publicações que sistematizam a língua portuguesa e que se projetam como normas lingüísticas. Qualquer proposta de planificar a língua se dá em paralelo com a de normalizá-la. Planificação, “normação”, normalização, normatização, normativização e harmonização são conceitos que precisam ser discutidos à luz dos fenômenos lingüísticos. Um dos objetivos deste artigo é provocar a reflexão em torno desses conceitos. Insere-se, nessa discussão, a normalização terminológica e suas diversas interpretações na(s) língua(s) em uso, primordialmente nos mercados econômicos.
- PALAVRAS-CHAVE: Língua portuguesa; política lingüística; planificação lingüística; normalização; normalização terminológica.

¹ Departamento de Lingüística – Línguas Clássicas e Vernácula – Instituto de Letras – UnB – 70910-900 – Brasília – Brasil, faulstich@apis.com.br.

1 Alguns aspectos de planificação lingüística

O conceito de planificação lingüística se apóia em um projeto lingüístico coletivo. Por visar à harmonização lingüística, a planificação deverá resultar de um consenso social para que seja bem-sucedida. Normalmente, a planificação decorre de um esforço conjunto para o estabelecimento de uma política lingüística nacional. Nesse sentido, nós podemos dizer que a planificação é regulamentada pelas disposições jurídicas que, em matéria de língua, acabam por se constituir em um conjunto de regras legisladoras.

É comum, em países onde há conflitos lingüísticos causados por bilingüismo, o estabelecimento de leis normalizadoras em função do tipo de política adotada pelo Estado para o uso da(s) língua(s). Servem de exemplo alguns artigos da *Lei de 14 de julho de 1932* da Bélgica, deliberada pelo Governo Central.²

RÉGIME LINGUISTIQUE DE L'ENSEIGNEMENT GARDIEN, PRIMAIRE ET MOYEN CHAPITRE PREMIER

I. Région flamande, région wallonne et communes d' expression allemande

Article 1^{er}

La langue de l'enseignement dans les écoles gardiennes et les écoles primaires communales, adoptées et adoptables, est le flamand dans la région flamande du pays, le français dans la région wallonne et l'allemand dans les communes d'expression allemande.

[...]

CHAPITRE II

ENSEIGNEMENT MOYEN

A. Athénées et école moyennes

I. Région flamande, région wallone et communes d'expression allemande

Article 8

Dans les établissements régis par la loi organique de l'enseignement moyen, la langue de l'enseignement est le flamand, le français ou l' allemand, suivant que les établissements sont situés respectivement dans la région

2 Recueil des législations linguistiques dans le monde. Tome II *La Belgique et ses Communautés linguistiques*. Textes recueillis et colligés par Jacques Leclerc, CIRAL, Université Laval, 1994, p.1 e 3; 217, 228 e 240.

flamande, dans la région wallonne ou dans une localité d'expression allemande.

Article 9

[...]

(c) élèves de nationalité belge, dont la langue maternelle ou usuelle n'est pas la langue de la région et qui ont fait leurs études primaires ou commencé leurs études moyennes dans un établissement non soumis au régime linguistique de cette région, pour autant qu'ils soient au moins huit par année d'études et qu'ils ne soient pas volontairement soustraits au régime primaire régional. [...]

A legislação lingüística da Bélgica planifica e normaliza também, entre outros, os empregos das línguas nas comunidades *flamande* (Séction néerlandaise, Décret nº 1918/A. B. I du 4 avril 1967), *française* (Décret sur la défense de la langue française, du 12 juillet 1978) e *germanophone* (Loi du 10 juillet 1973, Conseil de la Communauté Culturelle Allemande) no que se refere aos usos na administração, na jurisdição geral, na jurisdição militar, na publicidade etc.

No Brasil, como sabemos, a situação é muito diferente. A título de lembrança, revejam-se fatos que documentam, no decorrer da história, a planificação e a normalização da língua em nosso país.

Em 1548, sai da pena de D. João III uma diretriz política para o Brasil-Colônia, na qual determina a dominação indígena pela fé católica e não, propriamente, pelo idioma.

Em 1757, o Marquês de Pombal cria a primeira lei sobre o idioma no Brasil, ao estabelecer a língua portuguesa como idioma oficial da Colônia. Procura subjugar, através da língua, os povos indígenas e africanos, livrando-os "da barbaridade de seus costumes" etc.

Em 1808, surge a 1^a Carta-Régia de D. João VI, na qual reafirma a superioridade da cultura portuguesa e a inferioridade e barbaridade da indígena.

Na 2^a Carta-Régia, D. João VI reafirma os termos da anterior; as cartas-régias não tratam de questões diretamente ligadas ao idioma, mas procuram firmar a cultura portuguesa como superior.

Em 1824, surge, no governo de D. Pedro I, a I Constituição brasileira. Nesta Constituição não há referência específica ao idioma nacional, pois na Assembléia Constituinte de 1823 a língua portuguesa já fora consagrada o idioma nacional.

Em 1891, no Governo do Mal. Deodoro da Fonseca, a Constituição não faz qualquer menção ao idioma português, mas mantém a imposição de a alfabetização ser pré-requisito para o voto.

Em 1931, no Governo Provisório de Getúlio Vargas, aparece a primeira lei que trata de reforma ortográfica, sob o Decreto 20.108, de 15.06.1931, que dispõe sobre o uso da ortografia simplificada nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino etc.

Na Constituição de 1934, do Governo de Getúlio Vargas, é introduzido um capítulo específico para a educação, na alínea d do § Único do Artigo 150, que determina que o ensino seja ministrado em idioma patrio.

Na Constituição de 1937, sob o Estado Novo, Governo ditatorial de Getúlio Vargas, fica mantido o dispositivo da alfabetização como pré-requisito para o voto. Não há menção ao idioma.

Em 1945, no Governo de Gaspar Dutra, o Decreto-Lei nº 8.286, de 5 de dezembro de 1945, regulamenta o Acordo Ortográfico para a Unidade da Língua Portuguesa.

A Constituição de 1946, do Governo de Gaspar Dutra, acrescenta à exigência da alfabetização como pré-requisito para o voto, a proibição àqueles que não puderem expressar-se em língua nacional. Entra também o capítulo referente à Educação que obriga o ensino primário a ser ministrado em língua nacional.

Em 1955, no Governo de João Café Filho, a Lei 2.623, de 21/10/1955, restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa", organizado pela Academia Brasileira de Letras e revoga o Decreto-Lei nº 8.286, de 5 de dezembro de 1945.

Em 28 de janeiro de 1959, no Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, sai a Portaria nº 36, que recomenda a adoção da nova Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)³ e aconselha sua imediata entrada em vigor. Como se trata de Portaria, não tem força de lei, por isso "aconselha", "recomenda".

Em 20 de dezembro de 1961, é promulgada A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, a qual estabelece no Título VI – *Da Educação do Grau Primário*, Capítulo II – *Do Ensino Primário*, Art. 27 que "O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional ...". E no Art. 40:

³ Napoleão Mendes de Almeida informa no Prefácio de sua *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, (1978) que a NGB foi publicada no *Diário Oficial* de 11 de maio de 1959 e que "dois meses antes de publicada no Diário essa portaria, já se encontravam a venda livros de acordo com ela; da autoria de um dos elementos da comissão elaboradora de reforma, um livro trazia o mesmo título de tradicional gramática, despudoradamente antecedido do adjetivo 'moderna'." (sic)

Respeitadas as disposições desta lei, compete ao Conselho Federal de Educação e aos Conselhos Estaduais de Educação, respectivamente, dentro dos sistemas de ensino:

- a) organizar a distribuição das disciplinas obrigatórias fixadas para cada curso, dando especial relevo ao ensino de Português; e ...

No Art. 46, § 1º da mesma Lei, aparece: "Deverá merecer especial atenção o ensino de Português, nos seus aspectos lingüísticos, históricos e literários".

A Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus nº 5.692, promulgada em 11 de agosto de 1971, no Art. 1º, § 2º determina que "O ensino de 1º e 2º graus será ministrado na língua nacional" e no Art. 4º, § 2º: "no ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira".

As Leis 4.024/61 e 5.692/71 foram revogadas pela nova LDB de 1996, como se verá mais adiante.

A Constituição de 1967, do Governo Costa e Silva, no Capítulo dos Direitos Políticos, nega o direito de votar àqueles que não puderem se expressar em idioma nacional, e mais adiante, determina o ensino primário em língua nacional.

Em 1971, no Governo de Emílio G. Médici, entra em vigor a Lei 5.765, de 18.12.1971, que aprova alterações na ortografia da língua portuguesa e dá outras providências.

Em 1985, no Governo de José Sarney, sai o Decreto nº 91.372, de 26.6.1985, que institui Comissão encarregada de propor diretrizes para o reexame dos processos de ensino e aprendizagem em Língua Portuguesa e a Portaria nº 559, de 18.7.1985, que estabelece o estatuto de funcionamento da Comissão instalada pelo decreto anterior.

A nova Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, oficializa, no Título II, Capítulo III, Art. 13: "a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil". Além disso, legisla que a alfabetização deixa de ser pré-requisito para o voto e estabelece a obrigatoriedade do ensino fundamental em língua portuguesa, ressalvando o ensino das línguas estrangeiras. O art. 22, inciso XXIV da nova Carta Constitucional confirmou a competência de a União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, o que motivou as discussões sobre uma nova LDB. Ainda em 1988 começam as discussões sobre a nova LDB, com o projeto de nº 1.258, da Câmara dos Deputados, de iniciativa do deputado Octávio Elísio. Os trabalhos em torno desse

projeto durou quatro anos, até 1992, quando foi encaminhado ao Senado Federal e o texto recebeu outra forma.

É curioso observar que os documentos que, no decorrer da história, legislam a língua portuguesa no Brasil denominam a Língua das mais diversas maneiras – língua nacional, idioma nacional, língua pátria, língua vernácula – títulos que vão aparecer, principalmente, nos manuais escolares. Somente a Carta Constitucional de 1988 registra de maneira explícita que “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”. Não se trata de, apenas, uma troca. O termo “oficial” denota certo avanço político-lingüístico dos legisladores, pois, se o termo não abarca toda a diversidade lingüística do país, ao menos demonstra sensibilidade, acabando com a impressão de que a língua nacional é o português sem variação, uma mesma língua em todo o território nacional, como se não houvesse uma realidade multilingüe e multidialectal no país.

Outro ponto que merece comentário é o tratamento dado à língua portuguesa na LDB 5.692/71; esta Lei renomeia o ensino primário e secundário como “ensino de 1º e 2º graus” e conceitua o ensino da língua como área de “comunicação e expressão”, tendo como meta a integração de conteúdos programáticos com outras disciplinas. Esta nova conceituação da língua, ou do ensino dela, sempre mereceu críticas, porque, além de inserir o ensino da língua em um mar de divagações⁴, deixou a impressão de que o indivíduo primeiro se comunica para depois se expressar, quando o processo é exatamente o inverso.

Em 1992 o Senado se envolve definitivamente nas discussões da LDB, com base no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 67, de 1992, de autoria, principalmente, do senador Darcy Ribeiro.

Em abril de 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Senado Federal aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, pelo Decreto Legislativo nº 54 do mesmo ano.

Em 17 de dezembro de 1996, depois de emendas, de substitutivos e de discussões durante mais quatro anos, aprova-se, finalmente, o projeto da LDB, no Congresso Nacional. Em seguida, o projeto foi encaminhado ao “Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que o sancionou a 20.12.1996, sem vetos, tendo a lei entrado em vigor em

⁴ Confiram-se livros didáticos da época.

23.12.1996, data de sua publicação, sob o número 9.394/96".⁵ Esta Lei também é conhecida como Lei Darcy Ribeiro. Na nova LDB, o ensino da língua e de línguas está previsto, como se vê a seguir.

Na SEÇÃO III **Do Ensino Fundamental**, Art. 32, IV, § 3º fica estabelecido que "O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem".

Na SEÇÃO IV do Ensino Médio, Art. 36, I, fica estabelecido que [O currículo do ensino médio...] "destacará ... a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania" e o inciso III determina: "será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição".

No TÍTULO VIII **Das Disposições Gerais**, Art. 78, há avanço com relação ao tratamento dado aos indígenas. Assim, fica estabelecido que: "O sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas ...".

O Art. 92 da LDB revoga as disposições da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, da Lei nº 5.540, de 28 de dezembro de 1968, ... da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, da Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, e demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Há outros fatos, no percurso da história da língua portuguesa no Brasil, que não têm força constitucional, mas merecem papel de destaque na formação do comportamento social e lingüístico do brasileiro. São fatos que, de certa forma, colaboraram para a formação de atitudes lingüísticas e para a formação do pensamento brasileiro em torno da língua.

O Brasil, federação composta de 26 Estados e o Distrito Federal, com uma população estimada em 157.079.573, se firmou como uma comunidade lingüística bastante representativa, separada política e

⁵ Recomendo a leitura da obra *A educação na Constituição de 1988 e a LDB*, de Marcelo Lúcio Ottoni de Castro, Brasília, André Quicé Editor, 1998, 278p. Nessa obra, o autor oferece, por meio de comentários a normas constitucionais e legais, um amplo panorama da realidade educacional brasileira.

geograficamente de Portugal. Nos dois lados do Atlântico, a língua desenvolveu duas variantes, a européia e a sul-americana. Essa diversidade encontra justificações nos procedimentos de implantação e de difusão da língua no Brasil, e está descrita em muitas obras que na contemporaneidade reconhecem as duas normas.

Até o século XVIII, o falar brasileiro se manteve fiel à mesma pronúncia de Portugal, porém, em decorrência do contato, a língua, aqui, assimilou influências das línguas indígenas e africanas. Mais tarde, a imigração européia maciça, instalada principalmente no Centro-Sul, também contribuiu para os fatores de diversificação do português no Brasil. Mas é no século seguinte com o Modernismo que se instaura o espírito nacionalista nas artes e na língua.

Em 1922, a Semana de Arte Moderna teve por objetivo, entre outros, romper com os modelos tradicionais de Portugal e privilegiar as singularidades do falar brasileiro, com ênfase ao tom coloquial da linguagem. A propósito, Edith Pimentel Pinto (1981, p.xlii-iii) esclarece que

o nacionalismo característico dos anos 20-45 manifesta-se, em assuntos lingüísticos, não só diretamente, pela campanha em favor da autonomia da variante brasileira, mas também obliquamente, em várias frentes de atuação, pelo esforço de firmar e comprovar essa autonomia. Nessas condições, dar-lhe uma forma gráfica mais ajustada à prosódia brasileira era uma necessidade básica; e outra a emergência de uma expressão literária sui generis – mais evidente no campo do léxico, quer pelo recurso ao regional, quer pela experimentação neológica.

Em 1958, como já se indicou antes, nasce o projeto da Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB, resultado dos trabalhos de uma comissão formada por filólogos e lingüistas brasileiros. Em Portaria ministerial n° 36, de 28 janeiro de 1959, o Ministro da Educação e da Cultura recomenda, no Art. 1°, “a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira no ensino programático da língua portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino”. E no Art. 2º aconselha que entre em vigor: “a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959; b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91, a partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960”.⁶

⁶ Cf. R. F. Mansur Guérios. *A Nomenclatura Gramatical Brasileira definida e exemplificada*, São Paulo, Saraiva, 1960, 62p.

Em 1975, é publicada a primeira edição do *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, um marco de tecnologização lingüística do português no mundo da lusofonia. O lexicógrafo Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira e uma equipe de colaboradores escreveram a grande obra lexicográfica da língua portuguesa corrente. Este dicionário, em sua segunda edição, apresenta um *corpus* atualizado, revisto e ampliado em um terço de seus artigos. A obra, disponível também em CD-ROM, nos permite fazer buscas cruzadas de itens lexicais e de formantes, de maneira acelerada.

A adoção da NGB,⁷ a publicação de obras que adotaram a NGB, principalmente, gramáticas, e a edição do Dicionário Aurélio fixam a utilização de uma norma própria do português do Brasil. É o "standard" do português sul-americano que passará a prevalecer em todos os meios de comunicação – trata-se, portanto, de passos definitivos para a normalização da língua portuguesa *do e no Brasil*.

Mesmo definida uma NGB e publicado um dicionário de iniciativa brasileira, continuam a existir esforços para que os usos variantes do Brasil e de Portugal mantenham uma proximidade normativa, ainda que divididos entre duas culturas bem distintas. A *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, escrita pelos filólogos Celso Ferreira Cunha, do Brasil, e Luís Felipe Lindley Cintra, de Portugal, e publicada em 1984, em Portugal, representa um desses esforços. Esta gramática, fruto de constantes reflexões críticas sobre as variantes do português europeu e brasileiro, prometia mudar o significado corrente de norma, de correto e de incorreto, porém a obra se manteve como a gramática tradicional da língua, embora apresente, em seu conteúdo, aspectos de teoria lingüística. A *Nova Gramática* só foi publicada no Brasil em 1985.

No cerne do movimento por uma possível unidade da língua, há uma divergência que mostra que, entre Portugal e Brasil, as relações lingüísticas não estão ainda harmonizadas. Trata-se da (des)harmonização lingüística da ortografia: são vários os acordos ou "desacordos" ortográficos que sobrevivem no curso da história da língua portuguesa.

⁷ Cf. As diversas edições da *Moderna Gramática da Língua Portuguesa* de Evanildo Bechara. Também no Prefácio do seu *Lições de português pela análise sintática* (1976), o autor informa: "Levei em consideração a Nomenclatura Gramatical Brasileira, mas, em alguns pontos, tomei a liberdade de propor à douta Comissão e aos colegas de magistério orientação diferente que me pareceu mais acertada." [Assinado por Bechara, em março de 1960]

Desde o século XVII há tentativas de unificação das ortografias portuguesa e brasileira. Em 1911, o governo português aprovou um projeto de reforma empreendido desde 1904. Esta nova ortografia chega ao Brasil em 1931 e é rejeitada pela Constituição brasileira de 1934. Depois, em 1943, surge um novo acordo cuja ortografia foi adotada por Portugal; o Brasil, porém, adota uma outra.

Por volta de 1975, a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras concluem um “acordo de princípios” para a unificação ortográfica da língua portuguesa, inspirada em trabalhos do lexicógrafo, filólogo e professor brasileiro Antônio Houaiss. Coordenador de todos os trabalhos, Houaiss obteve como resultado o Projeto de Ortografia Unificada. Trata-se de um acordo assinado, em 16 de dezembro de 1990, pelos ministros da Educação e da Cultura dos sete países de expressão portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Antes mesmo da divulgação oficial do Projeto, Portugal protestou contra o conteúdo. Mas, em 4 de junho de 1991, o Parlamento Português ratifica o documento e, depois que a comissão encarregada da redação o tornou oficial, o governo de Portugal assina o documento e espera uma resposta positiva do Brasil. Segundo o acordo entre os sete países, a “reforma” deveria ter força de lei em 1994. Contudo, o Brasil só decidiu sua posição em 1995.⁸ Em defesa da unificação, declarou Houaiss (1994, p.29) que “A lusofonia é a única fonia que, com o mesmo alfabeto, tem duas ortografias oficiais – a portuguesa, aceita pelos países africanos de língua oficial portuguesa, e a brasileira – numa situação que tem contribuído para o progressivo desconhecimento recíproco dos integrantes do complexo lingüístico e cultural lusófônico”.

Os esforços para que a língua de Portugal, do Brasil e da África formem uma unidade nos diferentes continentes continuam. Para isso, o Brasil propôs a formação de uma Comunidade dos Paises de Língua Portuguesa – CPLP. Assim, no dia 17 de julho de 1996, foi assinada pelos presidentes dos sete países lusófonos a declaração constitutiva

⁸ Em 18 de abril de 1995, é aprovado pelo Congresso Nacional do Brasil o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que fora assinado em Lisboa em 16 de dezembro de 1990 pelas seguintes autoridades: Secretário de Estado da Cultura da República Popular de Angola; Ministro da Educação da República Federativa do Brasil; Ministro da Informação, Cultura e Desportos da República de Cabo Verde; Secretário de Estado da Cultura da República da Guiné-Bissau; Ministro da Cultura da República de Moçambique; Secretário de Estado da Cultura da República Portuguesa; Ministra da Educação e Cultura da República Democrática de São Tomé e Príncipe. O documento normativo do acordo é o Decreto Legislativo Nº 54, de 1995, do Congresso Nacional.

da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O que os Sete pretendem está suficientemente claro no artigo 3º dos estatutos da CPLP. Primeiramente, concertação político-diplomática para defesa e promoção de interesses comuns ou de questões específicas; depois, cooperação e intercâmbio nos domínios econômico, social e cultural, jurídico e técnico-científico; por último, promoção e defesa da língua portuguesa. A criação da Comunidade foi objeto de numerosas reuniões no Brasil, em Portugal e na África. O principal entusiasta e coordenador do projeto, à época embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, pontificou a importância da formação da CPLP em relação à formação da Comunidade Européia, afirmando que “os países se organizam em blocos por definição geográfica ou interesses econômicos. Por que não criar um bloco por afinidades sócioculturais?”⁹

A CPLP, pode-se especular, surge de uma proposição político-diplomática para a promoção de associações gerenciadoras de cultura e de projetos socioeconômicos. A opinião de Oliveira sobre o assunto vem em nosso favor: “A idéia é consolidar uma cooperação cultural e assegurar a presença política”¹⁰

Nossa contribuição, ao apresentar a documentação acima, tem caráter interpretativo, somente para mostrar como as línguas – com princípios tão naturais – estão subordinadas às disposições legais que regem a produção lingüística e cultural. Em extremos, planificar a língua, é planificar a vida do povo que a usa.

Na seqüência das idéias, convém observar que o processo de planificação lingüística não se dá sem o de normalização. Planificar um espaço lingüístico é o mesmo que programar para projetar usos, a partir de regras, com caráter de normais, porém preestabelecidas. É preciso evitar a confusão entre norma(s) e normal, uma vez que ambas expressões dão origem ao conceito de *normalizar*. O lexema ideal para indicar resultado de fatos normais que ocorrem na língua seria o neologismo *normação*,¹¹ que indicaria o processo, resultante de um movimento espontâneo e coletivo, dentro da língua. O uso corrente de nor-

9 Em *Jornal do Brasil*, 26.10.1993, p.7

10 Op. cit. p.7

11 A propósito, Loïc Depecker, no artigo “Terminologie et standardisation”, publicado em *Jornada Panlatina de Terminologia*, Barcelona, UFF, IULA, 1995, p.31-5, declara que o termo *normaison*, proveniente da escola sociolinguística de Rouen (particularmente de Jean-Baptiste Marcellesi e Louis Guespin) é melhor que os outros porque: “La normaison est le processus qui conduit à ce qu'une langue et, pour ce qui nous occupe, les vocabulaires, sont en état d'équilibre et de renouvellement permanent du fait de la multitude des usages qui traversent la langue.”

malizar cruza com conceitos de normatizar e normativizar. E, ainda, o conceito de normalização tem grande proximidade com o de normatização.¹² No Brasil, tem-se a impressão de que falar em normalização lingüística é autodenunciar-se um sequaz das regras da gramática normativa da língua. Malgrado as interpretações, vale a pena questionar: é possível pensar em política de língua sem pensar em língua normalizada?

2 Os vieses da normalização

2.1 Normalização lingüística é diferente de normalização técnica

Normalização técnica é aquela que é defendida pela ISO como atividade sistemática para estabelecer e utilizar padrões. Considerada elemento fundamental de tecnologia industrial básica, tem por objetivo promover o progresso da indústria. Nestes termos, a normalização é um pilar para definições estratégicas de empresas, setores, países e até regiões do globo.

Há uma tendência a que normas técnicas nacionais passem a adotar os padrões de normas internacionais, visando a facilitar oportunidades de negócios em decorrência da globalização do comércio e da formação de blocos econômicos poderosos que impõem suas próprias regras. A harmonização das normas técnicas com os mercados existentes é tarefa das mais complexas, porém necessária diante de sua importância estratégica em relação ao desenvolvimento do setor produtivo de um país.

A normalização técnica é base para a certificação de conformidade. As normas de cunho internacional têm sido utilizadas como fator fundamental para aumentar a confiança do consumidor e do usuário em produtos e serviços que estejam de acordo com seus requisitos por empresas que satisfaçam aos padrões de Gestão da Qualidade adotados pelo mercado.

12 Discuto esses conceitos no artigo "A função social da terminologia", a sair, brevemente, In: *Iº Seminário de Filologia e Língua Portuguesa* [Org.: Rodrigues, A. C., Alves, I. M., Goldstein, N.]. São Paulo, Humanitas.

A normalização lingüística se situa em outra perspectiva. Tem de levar em consideração a(s) gramática(s) da língua em relação imediata com os usos que se fazem dela; trata-se da língua em funcionamento para os fins de comunicação escrita e oral.

Dentro desse quadro genérico de normalização lingüística insere-se a normalização terminológica. Porém, mais uma vez os dois conceitos – do que é terminológico (portanto lingüístico) e do que é técnico – se confundem. O problema da normalização técnica diante da normalização terminológica é que as normas técnicas prescrevem, via de regra, “conselhos” tão gerais que em pouco, ou nada, colaboram para que a elaboração de um dossiê terminológico venha a apresentar resultados lingüísticos concretos (cf. dossiê descrito a seguir). Esse é o tipo de normalização que é efetuado pela ISO, pela AFNOR etc. Assim, a International harmonization of concepts and terms, ISO/DIS 860 [Revision of first edition (ISO/R 860:1968)] “fixa o enfoque metodológico adotado na harmonização internacional dos conceitos, dos sistemas de conceitos, das definições, dos termos e dos conjuntos de termos. A norma se aplica à elaboração de terminologias nacionais e internacionais.” Mas as terminologias internacionais estão no coração de cada língua que só é internacional em relação à outra.

De maneira sensata, porém, a International harmonization, em revisão mais avançada, declara, no primeiro parágrafo da Introdução, que “os conceitos e os termos evoluem de modo diferente nas línguas e nas comunidades lingüísticas, em função de fatores históricos, geográficos, sociais e econômicos” e na última frase do documento acentua que “a decisão final quanto à forma de um termo deve ser deixada por conta de cada uma das comunidades lingüísticas.” Ora, excetuando estas duas verdades, o conteúdo da norma é de caráter generalizador, pouco servindo à normalização terminológica efetiva, como se discute mais adiante.

Para Auger (1993), a normalização lingüística tem uma função específica, qual seja, é “destinée à modeler le comportement langagier des locuteurs d'une langue”. Este pensamento confirma a diferença de sentido entre normalização e normação. É bastante compreensível que a normalização venha a ser fruto de intervenções humanas conscientes na língua com a finalidade de manter o código pronto para transmissão, mas não pode e não deve ser visto como a única possibilidade de harmonização lingüística, porque se corre o risco de matar línguas e linguagens em função de uma única visão normativa.

2.2 Normalização das línguas nos mercados econômicos

É preciso refletir se o uso do português europeu, no seio da União Européia (UE), contribuirá para internacionalizar a língua portuguesa e, assim, aproximar aquela variedade da nossa ou se, ao contrário, este uso servirá para reafirmar o distanciamento entre as normas européia, a sul-americana e a africana.

Desde o início, a Comunidade Européia definiu-se como multilíngüe, porque “assenta no respeito pela diversidade cultural e lingüística das nações que a compõem. ... São os cidadãos – todos os cidadãos – que têm o direito de ser informados e de se exprimir na sua própria língua.”¹³ Este é o projeto da política de pluralismo lingüístico na Europa dos Quinze, por isso todo ato jurídico da UE é publicado em cada língua oficial dos Estados-membro.

A União Européia trata suas línguas dentro de um plano de igualdade. Isto explica por que a tradução, a interpretação e a terminologia são instrumentos fundamentais de planejamento lingüístico. Dentro desse espectro, o trabalho lingüístico da UE se estrutura sobre línguas normalizadas, e a normalização não se efetua isoladamente. Para estabelecer um concerto entre as línguas, foi criado o Grupo Interinstitucional de Terminologia-documentação (GIT).

Sobre a normalização da Língua Portuguesa, ao lado de outras, na UE, serve de ilustração o caso que segue.

Em artigo de 1992, sobre “L’emploi des capitales, des majuscules et des minuscules, dans les actes établis dans les neuf langues officielles des institutions communautaires”, o autor Gérard Lossan diz que

dans le creuset communautaire, caractérisé dans tous les domaines par un effort continu de rapprochement et d’unification, les langues constituent cependant une exception dans la mesure où tout est mis en oeuvre pour sauvegarder la diversité linguistique, considérée comme une richesse exceptionnelle de même qu’un moyen de respecter la liberté d’expression des peuples, par ailleurs prêts à vivre politiquement et économiquement en communauté. (p.154)

Lossan apresenta um estudo comparativo “pour faire ressortir les convergences et les divergences marquant les langues officielles¹⁴ des

13 Em *Uma comunidade multilíngüe*. Serviço de Tradução da Comissão Européia. CECA-CE-CEEA, Bruxelas-Luxemburgo, 1995, p.5

14 Les neuf langues sont l’espagnol, le danois, l’allemand, le grec, l’anglais, le français, l’italien, le néerlandais et le portuguais.

institutions sur un point spécifique” – o emprego das iniciais, das maiúsculas e das minúsculas. Como resultado, o autor classifica as línguas em três grandes grupos. No alemão, que sozinho forma um grupo à parte, as maiúsculas desempenham um papel verdadeiramente gramatical “consistant à distinguer méthodiquement par une majuscule les substantifs (noms communs et noms propres) de tous les autres mots” (p. 163). O segundo grupo compreende “le danois et le grec, pour lesquels des commissions nationales ont fixé les règles à suivre”; no último grupo “se rangent les autres langues, à savoir celles pour qui la question des majuscules et des minuscules est régie par la tradition et... par la pratique ‘imposée’ par les rédacteurs de textes.” (p.167).

E ele continua:

Ce groupe peut se subdiviser à son tour en trois sous-groupes: le premier inclut le français et l’italien, qui tendent tous deux à limiter autant que possible l’emploi de la majuscule aux noms propres et aux dénominations assimilées à ces derniers. Le français apparaît comme le plus économique en majuscules (on observe une recrudescence de majuscules, souvent sous l’influence de l’anglais et de rédacteurs dont la langue maternelle n’est pas le français). Le deuxième sous-groupe réunit plus ou moins l’anglais, le néerlandais et le portugais, tout marqués par une longue tradition fidèlement suivie. L’espagnol constitue le troisième sous-groupe; il écrit les dénominations de pays et d’actes avec une majuscule pour les substantifs et les adjektifs, mais applique, comme le danois, la minuscule aux noms de populations. (p.167-8)

Lossan justifica as razões da normalização nas línguas europeias:

C'est pour circonscrire les méfaits de la "majusculite", au moins dans les actes officiels, que le formulaire des actes du Conseil a édicté un certain nombre de règles minimales. Et, grâce au filtre que constitue la phase dite de la mise au point juridique et linguistique des actes, qui précède directement leur adoption, ainsi que le rôle modérateur joué par le Journal officiel des Communautés européennes, il est possible d'assurer une relative uniformité de la pratique en la matière. (p.170)

As regras de emprego de maiúsculas e de minúsculas em língua portuguesa, transcritas por Lossan,¹⁵ demonstram que este assunto recebeu um tratamento minucioso na UE. Em seu artigo, o autor apresenta dez regras de emprego das minúsculas, com 21 subdivisões, segui-

¹⁵ Lossan, op. cit., Annexe IX, p.236-43.

das de exemplos, e dez regras de maiúsculas, com 20 subdivisões e exemplos. Trata-se de um trabalho de normalização feito exclusivamente para a UE, uma vez que nenhuma gramática normativa da língua portuguesa dedicou semelhante atenção ao assunto.

2.3 Normalização terminológica

O sentido amplo de planificação lingüística inclui o de planificação terminológica. Pierre Auger em *Notes de Cours*, 1993, acentua que a planificação terminológica deve ser entendida como processo deliberativo e refletido por meio do qual são concebidas, elaboradas e implantadas terminologias no seio de uma comunidade lingüística. Defende ainda que este tipo de planificação deve levar em conta, entre outros aspectos, o respeito ao máximo às características sociolingüísticas do meio e deve procurar o consenso social, o mais amplo possível. Para Auger, a planificação conduz à normalização terminológica cuja expressão é utilizada com triplo sentido.

No primeiro, a normalização terminológica do tipo *institucional* é realizada por organismos oficiais, de acordo com leis lingüísticas editadas para fins de escolhas terminológicas. Tais escolhas levam em conta a utilização da língua oficial, porém, em certas circunstâncias, são impostas outras formas, alheias à língua oficial. Este tipo de normalização surge da mídia, do sistema jurídico, dos meios financeiros, dos meios educacionais etc.

No segundo sentido, a normalização terminológica do tipo *internacional* é feita por meio de organizações internacionais, como ISO, CEI, CEA e entidades representantes. Nesse caso, as atividades de normalização obedecem ao consenso dos Estados que são membros dessas organizações. A missão principal é normalizar "coisas", como, quantidades e medidas, tamanhos, objetos de laboratório etc. O que dá a impressão de que normalizam terminologias é o fato de que existe um laço estreito entre a denominação terminológica e a noção que ela recobre, a idéia da coisa.

No terceiro sentido, a normalização terminológica é entendida como processo lingüístico de pesquisa, por meio do qual um sistema terminológico dado se auto-regula à medida que o meio visado está em fase de implantar e de difundir suas terminologias. Trata-se aqui de um trabalho consciente empreendido pelos especialistas em terminologia diretamente com especialistas do meio e que visa ao consenso lingüístico-terminológico, o mais amplo possível. Nesse trabalho o pro-

cesso é muito mais de *harmonização lingüística e terminológica* do que de normalização, porque cabe aos pesquisadores encontrar a forma do termo, a morfossintaxe e definição adequadas às necessidades reais de implantação e de difusão.

A planificação terminológica e, por consequência, a normalização/harmonização têm por fim atender às necessidades sociais e lingüísticas do meio em que as terminologias científicas e técnicas precisam ser criadas, implantadas e difundidas.

Para Louis-Jean Rousseau (1991), uma das maneiras de se proceder à normalização terminológica é por meio de comissões normalizadoras, constituídas por terminólogos experientes, representantes de diferentes meios, tais como, de setores da administração, de empresas diretamente ligadas à área que solicita a normalização (especialistas), de universidades e de serviços lingüísticos exclusivos. Uma comissão assim formada será encarregada de propor princípios de normalização e de atender às necessidades da demanda. As tarefas da comissão dividem-se nas seguintes etapas:

- 1 aceitação ou rejeição do pedido;
- 2 preparação de um dossiê;¹⁶
- 3 estudo do(s) dossiê(s) pela comissão;
- 4 consulta ampla em torno do assunto, se for necessário;
- 5 conhecimento dos resultados pelo órgão responsável pela normalização;
- 6 publicação de um aviso de recomendação ou de um pré-aviso de normalização seguido de um período de consulta por um ano.

Estas etapas que podem parecer excessivamente longas são essenciais para uma escolha argumentada e racional em se tratando, principalmente, de decisão acerca de terminologias oficiais.

A normalização terminológica é, quase sempre, criticada pelo caráter intervencionista que ela manifesta em relação à língua. Esta interpretação decorre do fato de as linguagens de especialidade

16 Um dossiê terminológico completo se compõe das seguintes partes: 1. Nome e endereço das pessoas e dos organismos interessados 1.1. Origem do pedido; 1.2. Redator do dossiê; 1.3. Especialistas consultados. 2. Resumo do pedido. 3. Estudo do dossiê 3.1. Análise dos contextos onde o termo aparece; 3.2. Análise de termos paralelos; 3.3. Análise do termo específico no contexto da área específica que solicita a oficialização; 3.4. Consulta aos dicionários; 3.5. Consulta a fontes particulares; 3.6. Consulta a diversos especialistas; 3.7. Proposta do redator. 4. Bibliografia (páginas importantes da bibliografia consultada devem ser anexadas ao dossiê). Fonte desta descrição: Dossiê "delivery system", Comission de terminologie d'Office de la langue française - CTOLF, de junho de 1993.

confundirem planos distintos, quais sejam, o da língua e o do meio profissional de onde provém o termo. Outras vezes, esquece-se de que o termo é palavra, é signo, e que pode variar na forma e no conteúdo.

Termo e lexema se sobrepõem de tal forma, que muitos profissionais, colegas nossos, relutam em usar a expressão adequada para a disciplina *terminologia* e chamam-na lexicologia, como se os objetos e os métodos de análise fossem os mesmos. Também a confusão de reconhecimento da área pode advir do fato de que freqüentemente as formas em causa são as mesmas apesar de denominarem "objetos diferentes". O que caracteriza o termo é a existência de certo(s) conceito(s) atribuído(s) a uma forma lexical dentro de um universo de discurso específico. Por exemplo, o termo "gato" em zoologia é um objeto distinto do lexema "gato" na língua geral; a definição terminológica de gato situará o animal na ordem dos carnívoros e na família dos felídeos, e enumerará as características que permitirão diferenciar este conceito dos conceitos vizinhos, ao passo que para o lexema gato o lexicógrafo dará uma definição conotativa. O valor do emprego do lexema gato pode ser ilustrado por exemplos que permitem demonstrar a identidade funcional do lexema em discurso, notadamente pelas relações de oposição, como em "brigam como cão e gato" ou pelas relações de associação, como em "quem come rato é gato".

Convém observar que o processo de normalização só deve ser ativado se a oficialização se fizer necessária. No caso de solicitações feitas por entidades que precisam de termos normalizados, é essencial que os pedidos sejam pertinentes e que sejam discutidos entre especialistas das áreas respectivas. Os termos serão analisados sem que seja ignorada a relação estrita do produto terminológico com a língua dita institucional. Assim se poderá obter um resultado consensual.

A normalização terminológica deve apoiar-se na descrição do uso. É esta a única maneira de obter-se resultado consensual e de ter a aceitação dos usuários. No entanto, quando se trata de neologia – e este é freqüentemente um caso que exige normalização – não há uso a constatar. Então, a escolha dos termos a privilegiar deve fundamentar-se num trabalho terminológico rigoroso, que inclui os critérios terminológicos em conformidade com o sistema lingüístico, a facilidade da grafia e da pronúncia, a sistematicidade morfológica, os princípios de derivação, a motivação, a exatidão de significado, a concisão etc. Estes critérios devem levar em conta também os critérios de aceitabilidade social que funcionam como mecanismos de implantação do termo no uso.

A sociolingüística nos mostra que os usos lingüísticos são, como outras facetas do comportamento humano, influenciados, por vezes condicionados, por uma série de fatores. No ato de comunicação, a pessoa não é livre para criar seu próprio código, se ele desejar transmitir uma mensagem que seja compreendida por todos. A *performance* individual se desenvolve dentro de certas balizas fixadas pelo sistema lingüístico, e a normalização terminológica, em suas diversas realizações, é um dos fatores que tentam influenciar a *performance* lingüística dos usuários. Ela visa a assegurar aos locutores a compreensão idêntica das significações que os conceitos dos termos subentendem, conduzindo assim à realização da comunicação efetiva: os termos utilizados pelo emissor são compreendidos e aceitos pelos interlocutor da mesma maneira. Dentro desse quadro social, surge a *Socioterminologia*,¹⁷ disciplina que cria métodos de análise e de descrição do termo, segundo suas características de variação dentro do contexto social, lingüístico e terminológico onde ele ocorre.¹⁸

Observa Marie Cholette em seu artigo "La problématique de la variation et de l'implantation: pour une socioterminologie" (1993, p.500-1) que a atividade lingüística caracteriza-se por uma variação intralingüística que se revela na diversidade dos usos e nas estruturas de um mesmo sistema reagrupando aí a variação geográfica e social, mas também por uma variação interlingüística em que dois sistemas, cada um conservando suas próprias possibilidades de variação, estão em contato e em ocorrência.

Para Pierre Auger, em artigo intitulado "Pour un modèle variationniste de l'implantation terminologique dans les entreprises au Québec",¹⁹ a variação lingüística é também uma característica das Lín-

17 O termo aparece pela primeira vez no artigo "Une lecture socioculturelle de la terminologie" de Jean-Claude Boulanger, publicado em 1991. Vale a pena, contudo, ressaltar que a socioterminologia como disciplina aparece sistematizada na obra de François Gaudin, denominada *Socioterminologie Des Problèmes Semantiques aux Pratiques Institutionnelles*, publicação de l'Université de Rouen nº 182, 1993, 253p. Socioterminologia constitui, desde 1995, o tema central da linha de pesquisa em Léxico e Terminologia, coordenada por E. Faulstich, no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm), do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV), Instituto de Letras (IL), Universidade de Brasília (UnB).

18 Cf. o livrero de E. Faulstich, *Base metodológica para pesquisa em socioterminologia. Termo e variação* (1995). Neste trabalho, procuramos desenvolver uma metodologia que venha a auxiliar os especialistas em terminologia a elaborar repertórios lexicográficos e terminológicos com base em princípios de pesquisa etnográfica, em idéias de funcionalismo lingüístico e de variação terminológica em diversas dimensões.

19 Em *Les actes du colloque sur la problématique de l'aménagement linguistique (enjeux théoriques et pratiques)*. Colloque..., Tome II, p.483-93.

guas de Especialidade (sic), útil e necessária às diferentes comunidades lingüísticas.

Na tentativa de planificar a terminologia no Brasil e de iniciar um processo de harmonização terminológica ajustado aos usos da(s) variante(s) do português do Brasil, criamos o projeto conjunto da Universidade de Brasília e IBICT, denominado FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA COMUNITÁRIA EM TERMINOLOGIA PARA O BRASIL²⁰. O principal objetivo dessa política é desenvolver o Banco de dados terminológico do Brasil – Brasilterm. O projeto, já em execução, está publicado em periódicos²¹ que tratam especificamente de terminologia.

3 Considerações finais

Este texto não tem conclusão. Continuará aberto, porque as línguas fazem sua história todo dia. Deixamos propositalmente de tratar do português ao lado do espanhol porque a política de integração latino-americana está em curso. O Mercosul nos conduz ao mais importante projeto lingüístico da América do Sul, neste final de século. Novos tratados, novas leis, novos decretos... e a língua portuguesa caminha, atravessando, mais uma vez, fronteiras.

FAULSTICH, E. Linguistic planning and normalization issues. *Alfa* (São Paulo), v.42, n.esp., p.247-268, 1998.

- *ABSTRACT: The diversity of constitutional documents which worked as instruments of a planning policy of the language in Brazil shows the instability with which the legislators treated the Portuguese language in America. The fluctuation of attitudes has reflected directly on the denomination of the*

²⁰ Este projeto, resultante do meu estágio de pós-doutorado na Université Laval, Québec, Canadá, foi apresentado no IV SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGIA, Buenos Aires, de 17 a 20 de outubro de 1994, com a colaboração de Ligia Café do IBICT. Pela própria natureza do projeto, atualmente ele constitui-se no subprojeto 1, do macroprojeto PROJETO INTEGRADO PARA IMPLANTAÇÃO E DIFUSÃO DE TERMINOLOGIA CIENTÍFICA E TÉCNICA NO BRASIL, sob nossa orientação.

²¹ ver Ciência da Informação, Brasília, v.24, n.3, 1995 [Revista editada pelo IBICT].

language. Almost 500 years after the discovery of the country, two federal norms regularize that process and regulate the language in Brazil. The 1988 Constitution is the first one to legislate the Portuguese language as the official language of Brazil and, in consequence of the Constitution, the new "Lei de Diretrizes e Bases" of 1996, the so called "Darcy Ribeiro Law", assures the Portuguese language teaching as an instrument of communication, access to knowledge and citizenship exercise. Along with the legal approaches, the political force of the publications which systematize the Portuguese language is studied and, such publications project themselves as linguistic norms. Any proposal to language planning brings up the issue of language normalization. Linguistic planning, "normação", normalization, standardization and harmonization are concepts which need to be discussed based on the linguistic phenomena. One of the objectives of this article is to incite some thoughts toward those concepts. Terminological normalization and its diverse interpretations regarding language in use, mainly within economic markets, make part of the discussions.

- KEYWORDS: Portuguese language; linguistic policy; linguistic planning; normalization; terminological normalization.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, N. M. Prefácio. In: _____. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 27.ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1978.
- AUGER, P. Norme – Normalisation – Normalisation terminologique (Notes de cours). Québec: Université Laval, 1993.
- BECHARA, E. Prefácio. In: _____. *Lições de português pela análise sintática*. 10.ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- CASTRO, M. L. O. *A educação na Constituição de 1988 e a LDB*. Brasília: André Quicé Editor, 1998.
- CHOLETTE, M. La problématique de la variation et de l'implantation: pour une socioterminologie. *Les actes du colloque sur la problématique de l'aménagement linguistique (enjeux théoriques et pratiques)*. Colloque..., Tome II, p.495-514.
- FAULSTICH, E. *Base metodológica para pesquisa em socioterminologia. Termo e variação*. Brasília: UnB, LIV, 1995.
- GUÉRIOS, R. F. M. *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1960.
- HOUAISS, A. Decálogo do Acordo Ortográfico Unificado. *Jornal de Letras e Idéias*. Lisboa, 27 abr./94, p.29.

- LOSSON, G. *Terminologie & traduction*. Commission des Communautés européennes, 1992. v.1, p.153ss.
- PINTO, E. P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. II -1920-1945*. Rio de Janeiro: LTC, Edusp. 1981.
- ROUSSEAU, L.-J. La pratique québécoise de la normalisation terminologique. *Meta*, v.XXXVI, n.1, p.225-30, 1991.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Brasileirismo, p.107
Combinatórias léxicas, p.181
Conotação e denotação, p.55
Cristalização de fraseologias, p.145
Dicionário de combinatórias, p.181
Dicionário de Freqüências de palavras, p.151
Expressões idiomáticas, p.145
conceituação, p.145
marcas de freqüência, p.145
tratamento lexicográfico, p.145
Formação de palavras em português, p.13
processos, p.13
paradigmas, p.13
Glossário
organização e metodologia, p.233
Lexias complexas, p.145
Léxico e cultura, p.55
Lexicoestatística, p.159
Linguagem publicitária, p.55
seleção lexical, p.55
denotação, p.55
conotação, p.55
Neologismo, p.203
em língua portuguesa, p.203
por empréstimo, p.119
da informática, p.119
Normalização terminológica, p.245
Palavras de alta e baixa freqüência no português, p.159
Planificação lingüística, p.245
histórico, p.245
legislação, p.245
Política lingüística, p.245
normalização lingüística, p.245
Prefixação, p.69
conceituação, p.69
prefixo: visão teórica, p.69
significação dos prefixos, p.69
Radical, p.31
Raiz, p.31
Regionalismo, p.91, 107
Terminologia
estruturas conceptuais, p.221
do caju, 233
termos neológicos, p.203
economia, p.203
termos técnico-científicos, p.233
cultura e industrialização do caju, p.233
glossário, p.233

SUBJECT INDEX

- Brazilianisms, p.107
Combinatory dictionary, p.181
Complex lexia, p.145
Connotation and denotation, p.55
Crystallization, p.145
Glossary
 methodological aspects, p.233
Idioms, p.145
 concepts, p.145
 frequency marks, p.145
 lexicographical treatment, p.145
Lexicostatistics, p.159
Linguistic planning, p.245
 legal aspects, p.245
 historical aspects, p.245
Linguistic policy, p.245
 normalization, p.245
Neologism, p.203
 in Portuguese, p.203
 through borrowing, p.119
 in computer vocabulary, p.119
Portuguese word-formation, p.13
 processes, p.13
 paradigms, p.13
Prefixation, p.69
 prefix: theoretical view, p.69
 concept, p.69
 semantic values, p.69
Publicity language, p.55
 lexical choice, p.55
 denotation, p.55
 connotation, p.55
Radical, p.31
Regionalisms, p.91, 107
Root, p.31
Terminological normalization, p.245
Terminology
 conceptual frameworks, p.221
 neological terms, p.203
 economy, p.203
 technical-scientific terms, p.233
 cashew culture and industrialization, p.233
 terms for cashew, p.233
 glossary, p.233
Vocabulary and culture, p.55
Word frequency dictionary, p.181
Words of high or low frequency level, p.159

**ÍNDICE DE AUTORES/
AUTHORS INDEX**

- | | |
|--|---------------------------------|
| ALMEIDA, G. M. de B., p.221 | CARVALHO, N., p.55 |
| ALVES, I. M., p.203 | DUARTE, P. M. T., p.31 |
| ANJOS, E. D., p.203 | FAULSTICH, E., p.245 |
| ASSIRATI, E. T., p.119 | ISQUERDO, A. N., p.91 |
| BACELAR DO NASCIMENTO, M.
F., p.181 | PIRES DE OLIVEIRA, A. M., p.107 |
| BIDERMAN, M. T. C., p.159 | PONTES, A. L., p.233 |
| CANO, W. M., p.69 | RIO-TORTO, G. M., p.13 |
| | XATARÁ, C. M., p.145 |

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A ALFA – Revista de Lingüística – publica trabalhos originais de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais, na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos. Cada volume terá um tema central que reúna trabalhos voltados para um assunto em evidência na época da organização da revista. Cabe à Comissão Editorial julgar os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgar necessárias.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Resumo* e as *Palavras-chave* que precedem o texto, escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização da Comissão Editorial.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial quatro cópias do trabalho impresso por computador, apresentadas em laudas de 30 linhas, 70 toques e espaço 1,5, com

uma extensão máxima de 30 páginas. Recomenda-se o uso do programa Word for Windows 6.0. Num segundo momento, depois da análise dos trabalhos pela Comissão Editorial e depois de introduzidas as eventuais modificações, os autores remeterão, além do texto em disquete, duas cópias impressas do mesmo.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *Título, Autores(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica do(s) autor(es)* (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade – sigla, CEP, Cidade, Estado, País); *Resumo* (com o máximo de duzentas palavras); *Palavras-chave* (com até 7 palavras retiradas de *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto*; *Agradecimentos*; *Abstracts* e *Keywords* (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); *Referências bibliográficas* (trabalhos citados no texto); *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

■ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

■ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

■ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. Pátria, *Civilização e Trabalho. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

■ Artigos de periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp (São Paulo)*, v.7, p.59-63, 1991.

■ Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de di-

versas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por vírgula (Oliveira, A. J., Mateus, P. R., Silva, M. F., 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrem nessas normas¹ serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

1 Se o autor necessitar de esclarecimentos sobre as normas para apresentação dos originais, poderá solicitar um exemplar do manual Normas para publicações da UNESP à Comissão Editorial da Revista.

OUTRAS REVISTAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS PELA EDITORA UNESP

Alimentos e Nutrição (anual)
ARTEUnesp – Revista de Artes (anual)
Ciências Biomédicas (anual)
Ciências Farmacêuticas (semestral)
Científica – Revista de Agronomia (semestral)
Didática (anual)
Eclética Química (anual)
Engenharia e Ciências Aplicadas (anual)
Geociências (anual)
Geografia (anual)
História (anual)
Letras (anual)
Matemática e Estatística (anual)
Naturalia (anual)
Odontologia (semestral)
Perspectivas – Revista de Ciências Sociais (anual)
Trans/Form/Ação – Revista de Filosofia (anual)
Veterinária e Zootecnia (anual)

Editora UNESP
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 232-7171
Fax: (011) 232-7272

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica

Edson Francisco dos Santos (Assistente)

Edição de Texto

Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)

Armando Olivetti Ferreira (Preparação de Original)

Rodrigo Petronio Ribeiro (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

José Vicente Pimenta (Diagramação)

Ilustração da Capa:

Henry Matisse, *Estudo para alegria de viver*, 1905 (46,5 x 53 cm).